

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAED)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JORISMARY LESCANO SEVERINO**

**IMPLANTAÇÃO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, *CAMPUS* CAMPO  
GRANDE (1980-1996)**

**CAMPO GRANDE, MS  
2021**

**JORISMARY LESCANO SEVERINO**

**IMPLANTAÇÃO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, *CAMPUS* CAMPO  
GRANDE (1980-1996)**

Tese de doutoramento apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez.

**CAMPO GRANDE, MS  
2021**

SEVERINO, Jorismary Lescano.

Implantação e trajetória histórica do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* Campo Grande (1980-1996): UFMS, Campo Grande, MS: UFMS, 2021.

204 fl.:il

Trabalho de Tese (Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação – Campus de Campo Grande, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez.

1. Formação Inicial de Professores. 2. Curso de Pedagogia. 3. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. I. SEVERINO, Jorismary Lescano. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Campo Grande. III. Implantação e trajetória histórica do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**JORISMARY LESCANO SEVERINO**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Profa. Dra. Emilia Peixoto Vieira  
Universidade Estadual De Santa Cruz

---

Profa. Dra. Andréia Nunes Militão  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, 06 de agosto de 2021.

*“O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquenta e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem”.*

*João Guimarães Rosa*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais Maria Avelina (*in memoriam*) e Jorcelino pelo amor e confiança. E a minha irmã “maninha” que mesmo distante sempre esteve presente nessa jornada.

A minha amiga Dani Martins que me ensinou a importância dos estudos e sempre esteve presente em minha vida.

Ao meu amado João pelo amor, paciência e apoio incondicional aos meus/nossos projetos.

A minha amada orientadora e “Mãe acadêmica” Margarita que durante anos acompanha minha jornada acadêmica, minha eterna gratidão pelo companheirismo, carinho, atenção e por todos os momentos de aprendizagem fundamentais para minha formação.

A minha irmã-amiga Andrêssa Gomes de Rezende ALVES pela paciência em ler meus trabalhos com atenção e pelos momentos de conversa que abriam novos horizontes.

A minha amiga Heloíse companheira de estudos e parceira para todos os momentos.

A minha amiga Cilmar Ayache por compartilhar sua experiência acadêmica e de vida comigo.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação que contribuíram para minha formação.

Aos professores e técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do curso de Pedagogia que disponibilizaram documentos, conversas e retornaram ao passado para contribuir com a pesquisa.

A agência de fomento CAPES pelo apoio financeiro concedido.

## RESUMO

A presente tese, é resultado da pesquisa que tem como objeto de investigação o curso de Pedagogia na Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Campo Grande. O objetivo é analisar a criação e consolidação do curso no período de 1980 a 1996. A pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa – História, Política e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O recorte temporal foi definido em decorrência da divisão do estado e das reformulações nas políticas de formação inicial de professores ocorridas na área da Pedagogia em nível nacional e a posterior redemocratização do país, bem como as mudanças ocorridas na educação superior pública brasileira. Realizou-se uma análise dos aspectos políticos, econômicos e sociais do momento histórico selecionado para pesquisa em âmbito nacional e do estado de Mato Grosso do Sul e da capital Campo Grande. Apresenta-se um panorama das instituições de ensino superior presentes na região sul-mato-grossense com informações sobre a organização das instituições de ensino superior no estado caracterizando as universidades públicas e privadas. Também, mostra o curso de Pedagogia nos *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no momento histórico selecionado. Por fim, analisa-se o curso de pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande, MS, particularmente em sua implantação na década de 1980 e a trajetória histórica do curso até o ano de 1996. Os procedimentos metodológicos utilizados compreendem a investigação bibliográfica e documental de leis, decretos, resoluções e pareceres. Também, foram consultadas e sistematizadas fontes institucionais dos anos de 1980 e 1990, tais como: resoluções, pareceres, estatutos, atas de reunião e relatório anual. Os resultados da pesquisa visaram, principalmente, registrar a história e trajetória do curso e sua contribuição para a formação dos quadros docentes que atuavam na educação básica estadual. Verificou-se que o curso de Pedagogia foi implantado num momento histórico caracterizado pelo modelo pedagógico tecnicista, que privilegiava a formação de especialistas, porém a escolha da Comissão Organizadora da UFMS foi diferente porque propôs que o curso de Pedagogia em Campo Grande fosse orientado para a formação de professores com habilitação para atuar na pré-escola e nas séries iniciais do 1º grau ampliando os espaços de atuação do pedagogo que predominava em formar profissionais que atuavam fora da sala de aula nas áreas de orientação pedagógica e gestão escolar.

**Palavras-chave:** Formação Inicial de Professores. Curso de Pedagogia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

## ABSTRACT

The current thesis is the result of a research about the Pedagogy course at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* of Campo Grande, MS – Brazil. The goal is to analyze the creation and consolidation of the course in the period from 1980 to 1996. The investigation is linked to the Research Line – History, Politics, and Education, of the Postgraduate Program in Education, from Educational School, at the Federal University of Mato Grosso do Sul. The time frame was chosen based on the events, such as: the division of the state; the reformulations in the initial teacher education policies that occurred in the Pedagogy area at a national level; the subsequent re-democratization of the country; and the changes that occurred in Brazilian public higher education. An analysis of the political, economic and social aspects of the historical moment selected for research at the national level and in the state of Mato Grosso do Sul and the capital Campo Grande was carried out. An overview of higher education institutions present in the south of Mato Grosso is presented with information about the organization of higher education institutions in the state, featuring public and private universities. It also shows the Pedagogy course on the campus of the Federal University of Mato Grosso do Sul at the selected historical moment. Finally, we analyze the pedagogy course at the Federal University of Mato Grosso do Sul, campus of Campo Grande, MS, particularly in its implementation in the 1980s and the course's historical trajectory until 1996. The methodological procedures used include bibliographic and documentary research on laws, decrees, resolutions and opinions. Also, institutional sources from the 80's and 90's were consulted and systematized, such as: resolutions, opinions, statutes, meeting minutes and annual report. The research focused mainly on recording the history and trajectory of the course and its contribution to the teaching staff qualification in state public basic education. It was noted that the Pedagogy course was implanted in a historical moment characterized by the technicist pedagogical model, which privileged education of specialists, however, the UFMS's Organizing Committee decided differently, it proposed that the Campo Grande's Pedagogy course was to be oriented to teachers education, with qualification to work in pre-school and in the elementary school starting at 1st grade, expanding the pedagogue's role, which previously focused in education professionals to work outside of the classroom in the areas related to counseling and school management.

**Key words:** Initial Teacher education. Pedagogy course. Federal University of Mato Grosso do Sul.

## SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBE	Confederação Brasileira de Educação
CCHS	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CD	Conselho Diretor
CEDES	Centro de Estudos da Educação e Sociedade
CESUP	Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos
CFE	Conselho Federal de Educação
CI	Comunicação Interna
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fundação UFMS
CONARCFE	Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador
CONEDS	Congressos Nacionais de Educação
COUN	Conselho Universitário Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CNE	Conselho Nacional de Educação
DIRD	Divisão de Registro de Diplomas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACED	Faculdade de Educação
FADAFI	Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras
FE/UFG	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás

FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORUMDIR	Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/ Centros/ Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras
FUCMAT	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
FUFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico
INEP	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAI	Plano de Ação Imediata
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC do B	Partido da Democracia Cristã do Brasil
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNE	Plano Nacional de Educação
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRN	Partido da Reintegração Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SELOC	Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados

SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFGO	Universidade Federal de Goiânia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Representação do estado de Mato Grosso do Sul.....	64
<b>Figura 2</b> - Linha do tempo das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1979-1996) .....	89
<b>Figura 3</b> - Colégio Dom Bosco local da primeira instituição de nível superior de Mato Grosso do Sul, FADAFI (1996).....	91
<b>Figura 4</b> - Faculdades integradas, faculdades e universidades nas cidades de Mato Grosso do Sul (1980-1996). .....	97
<b>Figura 5</b> - Faculdades Integradas de Mato Grosso do Sul (1980-1996).....	100
<b>Figura 6</b> - Faculdades de Mato Grosso do Sul (1980-1996) .....	101
<b>Figura 7</b> - Universidades de Mato Grosso do Sul (1980-1996).....	102
<b>Figura 8</b> - Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com a localização dos <i>campus</i> e quantidade de alunos em 1983 .....	104
<b>Figura 9</b> - Ofício nº 6071/1030/SE-MS/1980.....	120
<b>Figura 10</b> - Portaria/UFMS n. 091-A/1980 .....	129
<b>Figura 11</b> - Solicitação de aquisição de livros .....	133
<b>Figura 12</b> - Folder de divulgação do curso de Pedagogia (1982) .....	134
<b>Figura 13</b> - Esquema de administração acadêmica .....	140
<b>Figura 14</b> - Estrutura curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de 1981.....	146
<b>Figura 15</b> - Estrutura curricular do curso de Pedagogia do ano de 1984 .....	149

## QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Dissertações e teses sobre o curso de Pedagogia na BDTD (1983-2014) .....	26
<b>Quadro 2</b> - Artigos sobre a História do curso de Pedagogia em Periódicos CAPES .....	31
<b>Quadro 3</b> - Documentos institucionais da UFMS (1979-1990) .....	34
<b>Quadro 4</b> - Governadores do estado de Mato Grosso do Sul no período de 1979-1998.....	68
<b>Quadro 5</b> - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS das unidades de Ponta Porã, Paranaíba, Naviraí e Bela Vista (1981-1983) .....	112
<b>Quadro 6</b> - Eleições da reitoria na UFMS no período de 1984 – 1988 .....	116
<b>Quadro 7</b> - Transcrição do Ato da Reitoria (1981) .....	131
<b>Quadro 8</b> - Primeiros coordenadores do curso de Pedagogia – <i>campus</i> Campo Grande - 1981-1994 .....	143
<b>Quadro 9</b> - Transcrição da Resolução/UFMS n. 72/1984 – CCHS.....	155
<b>Quadro 10</b> - Normativas referentes as alterações nas estruturas curriculares do curso de Pedagogia em Campo Grande, MS (1988-1996).....	158
<b>Quadro 11</b> - Lista dos professores do curso de Pedagogia e atuação nas habilitações de magistério pré-escolar e anos iniciais presente na grade curricular de 1983 .....	165

## TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Receita Total do estado de Mato Grosso do Sul – 1978/1979 .....	63
<b>Tabela 2</b> - Composição da receita (arrecadada) do estado de Mato Grosso do Sul 1978/1979 .....	63
<b>Tabela 3</b> - Taxa de crescimento médio do Produto Interno Bruto do Brasil e de Mato Grosso do Sul.....	74
<b>Tabela 4</b> - Cursos de graduação no estado de Mato Grosso do Sul (1990) .....	98
<b>Tabela 5</b> - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS, Campo Grande (1978-1983) .....	105
<b>Tabela 6</b> - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS, ofertados nas cidades de Aquidauana e Corumbá (1979-1983).....	107
<b>Tabela 7</b> - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS, Dourados e Três Lagoas (1979-1983).....	109
<b>Tabela 8</b> - Regime de trabalho com número de docentes e carga horária.....	114
<b>Tabela 9</b> - Nível de formação dos docentes da UEMT (1979) e UFMS (1980-1984)	115
<b>Tabela 10</b> - Atuação dos conselhos na UFMS 1980 – 1988.....	116
<b>Tabela 11</b> - Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus do estado de Mato Grosso do Sul de 1981 a 1996 .....	123
<b>Tabela 12</b> - Grau de formação de professores no estado de Mato Grosso do Sul (1991) .....	125
<b>Tabela 13</b> - Número de vagas de funções docentes do 1º e 2º graus do estado de Mato Grosso do Sul de 1980 a 1996 .....	127

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - População do estado de Mato Grosso do Sul nas zonas urbana e rural .....	65
<b>Gráfico 2</b> - Formandos do curso de Pedagogia em Campo Grande (1984 - 1996) .....	106
<b>Gráfico 3</b> - Formandos do curso de Pedagogia em Corumbá (1981 - 1996).....	108
<b>Gráfico 4</b> – Formandos do curso de Pedagogia em Dourados (1983 - 1996).....	110
<b>Gráfico 5</b> - Formandos do curso de Pedagogia em Três Lagoas (1981 - 1996).....	111
<b>Gráfico 6</b> - Registro quantitativo de diplomados no curso de Pedagogia, <i>campus</i> de Campo Grande (1984-1996).....	138

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Objetivos da tese, marco temporal e apresentação da tese .....	19
1.2 Metodologia da pesquisa.....	21
1.3 Estado do conhecimento .....	24
1.4 Fontes da pesquisa .....	32
1.5 Estrutura da tese .....	37
<b>2 O BRASIL E O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS (1980-1996).....</b>	<b>39</b>
2.1 O Brasil República em tempos de transição democrática: os governos de João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1989).....	39
2.1.1 Caracterização da educação na década de 1980 .....	50
2.2 O Brasil República e as implicações da hegemonia neoliberal: os governos Collor (1990-1992), Itamar (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1997).....	52
2.3 Caracterização da educação nos anos de 1990 a 1996 .....	57
2.4 O estado de Mato Grosso do Sul: movimento histórico, político e social (1980- 1996).....	60
<b>3 O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL: MARCOS LEGAIS E HISTÓRICOS (1980-1996).....</b>	<b>76</b>
3.1 Curso de Pedagogia no Brasil: marcos legais e históricos (1980-1996) .....	76
3.2 A expansão do curso de Pedagogia no estado de Mato Grosso do Sul: aspectos históricos das universidades (1980-1996) .....	88
3.2.1 A expansão das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul (1980-1996) .....	96
3.3 O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul .....	103
3.3.1 Corpo docente e a organização administrativa da UFMS .....	113
<b>4 O CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (1980-1990): CAMPUS DE CAMPO GRANDE.....</b>	<b>118</b>
4.1 A criação do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais .....	118
4.1.1 Curso de Pedagogia <i>campus</i> Campo Grande e sua organização institucional.....	140
4.2 Gestão administrativa do Curso de Pedagogia <i>campus</i> Campo Grande: os desafios das coordenações (1980-1996).....	142
4.3 As estruturas curriculares do Curso de Pedagogia (1980 a 1996).....	145
4.3.1 Alterações na matriz curricular do curso de Pedagogia (1984 - 1996).....	157
4.4 Corpo docente do curso de Pedagogia: perfis profissionais.....	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>185</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>190</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A tese tem como objeto de estudo o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Campo Grande, especificamente a implantação e trajetória histórica do curso no período de 1980 a 1996. Integra o projeto de pesquisa “Instrução pública: criação e expansão das instituições escolares de ensino primário e a formação de professores no sul de Mato Grosso (1920-1970)”, coordenado pela Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez e vinculado à Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação”, do Programa de Pós-graduação em Educação mestrado e doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>.

No Brasil, os marcos temporais da tese envolvem três momentos históricos. O primeiro refere-se ao período de 1980 a 1985, quando ocorreu o processo de transição da Ditadura Civil-Militar e início do processo de redemocratização do país. Essa conjuntura esteve marcada por momento de crise nos planos econômico, político e social. Porém com a abertura política, houve a mobilização social e a participação significativa da população em movimentos sociais.

Os anos 1980 representaram um período de crescimento da organização popular e de participação política na sociedade na luta pelos seus direitos. Foram instaladas no país organizações e instrumentos de lutas sociais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fato que representou a busca de cidadania e a ampliação de espaços democráticos no país.

No campo educacional, novos sujeitos políticos entram em cena nos movimentos dos educadores com a instalação da Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Entretanto, além das entidades citadas “[...] a década de 1980 também se inicia com a constituição de associações, depois transformadas

---

<sup>1</sup> Minha trajetória acadêmica teve início na graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ligada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) intituladas “Estudo das implicações do Programa Escola Campeã na formação e avaliação do trabalho dos professores do município de Campo Grande – MS” e “Estudo das implicações do Programa Escola Campeã no trabalho dos professores do município de Campo Grande – MS” entre os anos de 2009 a 2010 e 2010 a 2011. No mestrado realizado no Programa de Pós-graduação em Educação/FAED/UFMS no período de 2015 a 2017, o projeto de pesquisa direcionou as análises para a formação continuada de professores implementada no município de Campo Grande, MS, mediante cursos e programas oferecidos durante a gestão do prefeito Nelson Trad Filho (2005-2012). O doutorado dá continuidade às pesquisas anteriores sobre formação de professores.

em sindicatos, aglutinando, em âmbito nacional, os professores dos diferentes níveis de ensino e os especialistas nas diversas habilitações pedagógicas.” (SAVIANI, 2013, p. 403).

Esses movimentos sociais buscaram discutir e organizar campanhas que tinham como objetivo desenvolver a organização popular por meio de mobilizações com propostas que exigiam as eleições gerais em todos os níveis e a convocação da Constituinte.

O segundo momento analisado foram os anos de 1986 a 1989, marcados por um processo de intensificação da redemocratização. Nesse período, com o agravamento da crise econômica, entraram em disputa dois projetos de sociedade no Brasil que buscava a implementação do estado democrático, conquistando a promulgação da Constituição de 1988, e o outro projeto que seguia com uma transição democrática “lenta, gradual e segura” para a redemocratização do país.

Além disso, nesse momento histórico, a eleição direta para a presidência da república foi reestabelecida e houve a concessão do voto aos analfabetos e jovens acima de 16 anos. Os sindicatos ganharam maior liberdade com a extinção da censura prévia e de intervenção. Os novos partidos políticos ganharam abrandamento das exigências para o registro.

O terceiro momento refere-se aos anos de 1990 a 1996, quando ocorreu o agravamento da crise econômica no Brasil com crescimento do desemprego, da recessão, da inflação e da consequente desmobilização social. As conquistas promulgadas na Constituição de 1988 começaram a enfrentar dificuldades para a materialização dos direitos dos cidadãos, panorama que favoreceu o início da construção da futura hegemonia neoliberal, principalmente com o começo do governo Fernando Henrique Cardoso.

As concepções neoliberais implementadas nesse momento histórico foram realizadas como uma alternativa para a superação da crise da economia capitalista, impondo, no campo educacional, a necessidade da realização de reformas nos sistemas de ensino com o objetivo de adequá-los às exigências do mercado de trabalho competitivo.

Nesse sentido, no âmbito da formação inicial de professores o curso de Pedagogia apresentava problemas relacionados com o campo de trabalho, a sua função e o destino

dos egressos no mercado de trabalho que permeiam a trajetória do curso em âmbito nacional e local que estão em constante processo de transformação.

O curso de Pedagogia no Brasil foi criado em 1939, a partir da herança da Escola normal e dos cursos de aperfeiçoamento anexos aos Institutos de Educação. (BRZEZINSKI, 1996). O movimento inicial desse curso ocorreu com a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, que apresentou na sua estrutura curricular quatro eixos fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, com uma seção direcionada ao curso de Didática.

A normatização do curso deu-se mediante a aprovação do Decreto-lei n. 1.190, de 04 de abril de 1939, que instituiu o curso de Pedagogia com o objetivo de formar bacharéis e licenciados para áreas de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. No Artigo 19, estabeleceu-se que a duração do curso seria de três anos para o bacharel, adicionado mais um ano de Didática para os licenciados. Essa disposição ficou conhecida como “3+1”. (BRASIL, 1939).

Com a instituição da primeira LDB, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fundamentada no Parecer/CFE n. 251/1962, o campo de trabalho do pedagogo como "técnico de educação" ou “especialista em educação” se manteve intocável, sem qualquer alteração, mesmo com a nova regulamentação (SILVA, 1999). Para alterar esse cenário, foram realizadas mobilizações no campo educacional com os movimentos das associações da educação durante a década de 1980 e início dos anos de 1990, fato que impactou a configuração do curso de Pedagogia. (SAVIANI, 2008).

Diante do cenário de construção do curso de Pedagogia no Brasil, a investigação sobre a formação inicial dos professores, especificamente a criação e trajetória do curso de Pedagogia no município de Campo Grande - MS, intenta oferecer elementos para o debate sobre a formação inicial dos profissionais de educação materializada mediante políticas públicas educacionais em âmbito local e nacional por meio da história do curso e sua implementação ao longo do período de análise.

### **1.1 Objetivos da tese, marco temporal e apresentação da tese**

O objetivo foi analisar a trajetória histórica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande, no período de 1980 até 1996. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, elencaram-se com os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as condições econômicas, sociais e políticas do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul dos anos de 1980 a 1996;
- b) Compreender a trajetória histórica do curso de Pedagogia no Brasil e nas universidades do estado de Mato Grosso do Sul;
- c) Identificar a expansão dos cursos de Pedagogia no estado de Mato Grosso do Sul e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- d) Analisar a implementação do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no *campus* de Campo Grande.

O recorte temporal da pesquisa remonta ao período de 1980 a 1996, momento em que o Brasil atravessava os anos finais do regime da Ditadura Civil-Militar<sup>2</sup> e a posterior redemocratização do país. Esses fatos históricos acarretaram uma série de transformações no âmbito educacional, em especial, no que diz respeito ao Curso de Pedagogia, que, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei n. 9.394/1996, adotou uma nova configuração mediante posteriores normatizações.

A tese defendida no presente trabalho de pesquisa é que o curso de Pedagogia se instalou no *campus* de Campo Grande para atender as demandas da rede estadual pública de ensino do estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência da expansão do ensino de 1º e 2º grau e da falta de formação em nível superior dos docentes em exercício.

Para comprovar a tese, a problemática da pesquisa buscou responder algumas questões, tais como: Qual era o cenário político, econômico e social no qual estava inserido o curso de Pedagogia em âmbito nacional e local? Como foi o processo de criação e consolidação do curso de Pedagogia no Brasil? Qual a configuração do curso de Pedagogia em âmbito nacional e local? Qual o motivo para a criação do curso na capital do estado? Como ocorreu a criação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul *campus* de Campo Grande? Como foi o movimento de criação desse curso e quem foram os envolvidos? Quais eram e onde estavam localizadas as instituições de educação superior em Mato Grosso do Sul?

Ressalta-se ainda que a universidade forma o professor que atua nos diversos níveis e modalidades de ensino, portanto o trabalho possui relevância a realização da pesquisa para analisar a política de formação inicial de professores no estado de Mato Grosso do Sul e a trajetória do curso de Pedagogia da UFMS.

---

<sup>2</sup> Em decorrência dessa conjuntura política, econômica e social do país, o regime começou a ser questionado no âmbito das universidades e escolas, e o campo educacional iniciou sua reorganização, impulsionada em grande medida pela oposição à Pedagogia oficial e à política oficial dominante. (SAVIANI, 2012).

## 1.2 Metodologia da pesquisa

Para concretização do exposto, foram adotados diversos procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa. A perspectiva teórica e metodológica da pesquisa se fundamenta no materialismo histórico-dialético, partindo do pressuposto de que a história está sempre em transformação e, para compreendê-la, deve-se partir de duas categorias concretas: o universal e o singular.

Nesse sentido, o pesquisador deve permear as categorias de análise universal e singular para compreender o movimento da sociedade capitalista. Segundo Alves (2003 p. 28):

O singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como as leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis. Por isso, enquanto categorias científicas, devem estar presentes em todos os trabalhos de investigação, sob a pena de se negar teor de cientificidade a qualquer elaboração que omita uma ou outra e, principalmente a relação entre ambas. Se o singular é a forma singular de realização do universal, só iluminado pelo universal e através dele pode conter elementos que contribuam para cimentar a identidade entre os povos. A investigação científica, conduzida nessa perspectiva, tende a desempenhar um papel relevante não só no processo de integração latino-americano, mas da humanidade como um todo.

Compreende-se que o universal corresponde ao movimento dado pelas leis da totalidade, isto é, da sociedade capitalista, enquanto o singular é o lócus em que esse movimento se realiza como, por exemplo, uma instituição educacional. Nesse sentido, o universal e singular são indissociáveis e os objetos de pesquisa só são cientemente captados quando mostram essa indissociabilidade. Alves (2003 p. 34) afirma que “Sob esse aspecto, ao pesquisador das temáticas regionais cabe desvelar como a forma singular, que se expressa no seu objeto, realiza o movimento pertinente ao universal e como, para cada objeto investigado, se dá a mediação do nacional.”

Desta maneira, as expressões do regional e nacional não são contrárias ao universal, são as formas por meio das quais o universal se realiza. O singular é uma expressão do universal, que possui suas formas peculiares tendo em vista os condicionamentos e o momento histórico.

Assim, a pesquisa busca compreender as múltiplas determinações que contribuíram para construção do seu objeto, considerando que a sociedade capitalista abrange o universal e o singular, sendo relevante se considerar o local onde será realizada

a pesquisa, neste caso a cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul.

O pesquisador deve, portanto, desvelar como a forma singular que está em seu objeto realiza o universal. Com efeito, os procedimentos metodológicos da investigação consistem na pesquisa bibliográfica e documental, isto é, parte dos dados empíricos para logo analisar as múltiplas determinações que se estabelecem entre o universal e o singular. (RODRIGUEZ, 2014). Para Rodriguez (2014, p. 147):

As relações que se estabelecem especificamente entre o todo e as partes fazem com que os fatos, ou seja, as unidades singulares, se constituam de certa forma e adotem diversas manifestações, dado que são condicionadas por inúmeras determinações. O conhecimento do objeto somente é possível quando se consideram as diversas relações que implicam múltiplas determinações, evidenciadas mediante a análise e a síntese metodológica.

Procura-se compreender o processo histórico de implantação do curso de pedagogia no estado Mato Grosso do Sul e mais especificamente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *campus* de Campo Grande no que tange as políticas educacionais de formação inicial de professores mediante um resgate da memória institucional e da história local, inserida no contexto nacional, entendendo que as instituições escolares são construídas historicamente e devem ser estudadas no devir das lutas econômicas, políticas e sociais.

Posteriormente à apresentação das categorias do método, o universal e o singular para compreender o curso de pedagogia objeto da tese serão explicitadas as categorias de análise: a) tecnicismo, b) habilitações técnicas e c) formação de professores.

A) Tecnicismo: O paradigma tecnicista centrado nos conceitos de competências e habilidades se faz presente na organização e funcionamento das escolas, por meio do método de gerenciamento produtivo-industrial, que por sua vez, tem como base a busca pela qualidade total. (SAVIANI, 2012). A teoria de capital humano gerou a concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação. Na concepção tecnicista, propagou-se a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, chancelando a noção de que os investimentos em educação devem ser determinados pelos critérios do investimento capitalista.

O tecnicismo é definido por Saviani (2012, p.11) “como um pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e

produtividade que advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional”.

Nos termos de Saviani (2011, p. 381), a pedagogia tecnicista, ao transpor para a escola “a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e o processo produtivo se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações”.

B) **Habilitações técnicas:** Na ótica de Saviani (2011) as habilitações técnicas tem ênfase nas competências e habilidades dos professores, na instrução e a transmissão da informação. Mais especificamente, o reducionismo tecnicista – em que a formação de professores parte da dimensão acadêmica para a dimensão experimental/instrumental/pragmática e prioriza o alcance das metas e resultados preestabelecidos para assim garantir a eficiência e a produtividade na educação.

C) **Formação de Professores:** A formação de professores, na década de 1980 começava a romper com um modelo de formação tecnicista para o caráter sócio-histórico sob os fundamentos da pedagogia progressista que visava formar o professor polivalente, ou seja, aquele que era capaz de lecionar em todas as áreas do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental.

Nos anos de 1990 os embates entre concepções de educação e formação representaram o aprofundamento das políticas neoliberais em resposta aos problemas colocados pela crise do desenvolvimento do capitalismo, na qual a escola teve papel importante. A educação e a formação de professores ganham, nessa década, importância estratégica para a realização das reformas educativas, particularmente a partir de 1995, quando tem início o governo Fernando Henrique Cardoso. (FREITAS, 2002)

Para compreender as múltiplas determinações do objeto de pesquisa, o pesquisador deve partir de outros estudos já realizados nas diversas instituições. Nesse sentido, o primeiro momento da pesquisa para produção da tese iniciou com a análise crítica das produções a respeito das questões históricas que permeiam o curso de Pedagogia, as quais serão descritas e analisadas no tópico a seguir.

### 1.3 Estado do conhecimento

Foi realizado um mapeamento do tipo “Estado do Conhecimento”<sup>3</sup> no banco de teses e dissertações *online* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>4</sup>, selecionando-se pesquisas publicadas no período de 1983 a 2021. Foram também selecionadas as produções no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Salienta-se que, inicialmente, as palavras de acesso utilizadas foram “curso de Pedagogia”, porém a busca foi demasiadamente ampla. Assim, foi necessário refinar a busca com a finalidade de se obter uma lista mais concisa de resultados por meio de uma pesquisa avançada dentro do *site*.

Na plataforma digital da BDTD, a busca avançada foi orientada pela utilização dos seguintes descritores: “curso de pedagogia”, “curso de graduação em pedagogia” e a palavra “criação”, excluindo-se os trabalhos que apresentassem no assunto os temas: educação à distância, ensino à distância e currículo. Foram encontradas 486 produções científicas.

Em relação à periodização da busca, definiu-se um recorte temporal abrangendo todas as produções da plataforma disponíveis até abril de 2021, entretanto as teses e dissertações selecionadas abrangem o período de 1983 até 2014. Ressalta-se que os trabalhos que foram identificados em relação às questões curriculares, de análise identitária e do perfil profissional referente ao curso de Pedagogia não foram inseridas na análise desse Estado do Conhecimento, que priorizou as pesquisas históricas.

Sendo assim, direcionou-se a investigação acerca das produções que apresentavam no título, no resumo ou nas palavras-chave dois conceitos: curso de Pedagogia e história do curso de Pedagogia. Nos trabalhos consultados, especificamente, buscou-se identificar o objetivo principal de investigação; a metodologia/procedimento utilizado na abordagem do problema proposto; o instrumento teórico e os resultados.

---

<sup>3</sup> De acordo com Romanowski e Ens (2006, p. 39), estudos sobre o Estado do Conhecimento “(...) podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

<sup>4</sup> A BDTD integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisas brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e as informações obtidas estão de acordo com seu *site*.

Também foram contemplados os trabalhos ainda na perspectiva histórica que trataram da reestruturação do curso como a pesquisa de mestrado intitulada “A reestruturação do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004”, do autor Joel Ribeiro Zaratim, realizada na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), e a dissertação referente ao movimento dos profissionais de educação denominada “As propostas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) para a definição do curso de pedagogia no Brasil (1990-2006)”, da autora Simone Carvalho Massias, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Os trabalhos encontrados diminuíram a partir da leitura do título e do resumo quando focaram-se os trabalhos direcionados ao histórico do curso de Pedagogia. O mapeamento se fez de forma mais precisa e, a partir daí, foi organizada uma amostra de doze (12) trabalhos relacionados com a temática do estudo, sendo oito (08) dissertações de mestrado e quatro (04) teses de doutorado, que foram lidas na íntegra.

As dissertações e teses apresentadas no Quadro 1 foram selecionadas a fim de, com a leitura integral do trabalho, destacar elementos que auxiliassem na análise do objeto de estudo desta pesquisa.

**Quadro 1 - Dissertações e teses sobre o curso de Pedagogia na BDTD (1983-2014)**

<b>ANO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>IES</b>	<b>TIPO</b>
1983	Anna Maria Saldanha de Castro Soares	O curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Dissertação
2004	Lídia Alves de Oliveira	A constituição da história de um curso de formação de educadores no Amazonas: o Curso de Pedagogia.	UFAM	Dissertação
2006	Letícia Carneiro Aguiar	O curso de pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960	UFSC	Tese
2006	Joel Ribeiro Zaratim	A reestruturação do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004	UFGO	Dissertação
2007	Marília Ravizza	História das Ideias: Gênese e identidade do Curso de Pedagogia da Associação Catarinense de Ensino (1973-2006)	FURB	Dissertação
2007	Simone Carvalho Massias	As propostas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) para a definição do curso de pedagogia no Brasil (1990-2006)	PUC-SP	Dissertação
2008	Rosana Kataoka Puccinelli	Análise do projeto político pedagógico do curso de graduação em pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília: 1994-2006	UNESP	Dissertação
2008	Luana Costa Almeida	Curso de Pedagogia da UNICAMP: marcas de formação	UNICAMP	Dissertação
2009	José Barreto dos Santos	A criação do Curso de Pedagogia no Contexto da Formação do Capitalismo Monopolista Brasileiro: um estudo da década de 1930	UNICAMP	Tese
2009	Caroline Xavier	As políticas de formação de professor nos anos 90: o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Tese
2011	Vania Maria de Araújo Passos	A Profissão Docente e o Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins	UFGO	Tese
2014	Adriana Aparecida Antoniacomi	O curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores de curso	UEPG	Dissertação

**Fonte:** BDTD

**Organização:** Severino, 2020.

Soares (1983) objetivou identificar fatores que interferem na estrutura e funcionamento do curso de Pedagogia, como também investigar o curso dentro do aspecto social que determinou um caminho histórico sobre o ensino superior, mais especificamente o curso de Pedagogia no estado do Maranhão, ou seja, uma retrospectiva histórica sobre o ensino superior no Maranhão e a criação do curso de Pedagogia.

A autora realizou um mapeamento e análise da legislação e entrevistou os docentes que implantaram e dirigiram o curso de Pedagogia. Destacou nas considerações finais do trabalho a integração entre dois universos: o interesse da educação articulado com os processos em desenvolvimento na sociedade maranhense, dentre outras. (SOARES, 1983).

Oliveira (2004) apresentou a pesquisa “A constituição da história de um curso de formação de educadores no Amazonas: o curso de pedagogia”, uma dissertação realizada na Universidade Federal do Amazonas, que descreve a constituição da história do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A análise realizou uma pesquisa exploratória, histórica e crítica sobre a constituição do curso de Pedagogia no Amazonas – a formação do educador/pedagogo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma análise documental sobre o histórico da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas construída a partir de Relatórios, Projetos, Leis, Decretos, Publicações e Documentos diversos (atas, anais, portarias, resoluções). Destaca-se na pesquisa a análise referente aos movimentos das entidades da educação e sua relevância nas discussões em torno do curso de Pedagogia realizado pelas associações dos educadores como Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), ANFOPE e ANPED.

Aguiar (2006) compreendeu a teia de relações que propiciaram o surgimento dos cursos de Pedagogia nas duas universidades públicas do estado de Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), no âmbito do processo de modernização econômica dos anos 1960. A pesquisa realizada foi de caráter bibliográfico e documental. As fontes bibliográficas utilizadas foram livros, artigos de periódicos, teses

e dissertações. As fontes documentais formaram as fontes primárias, possibilitando o mapeamento das informações básicas que permitiram compreender o momento particular no qual o curso de Pedagogia foi criado nas duas universidades catarinenses.

Dentre as considerações, a autora afirmou que o curso de Pedagogia também foi influenciado pela ideologia desenvolvimentista que impulsionou a criação das universidades públicas e do curso de Pedagogia na capital do estado catarinense. (AGUIAR, 2006).

Zaratim (2006), na dissertação intitulada “A reestruturação do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004”, identifica a importância da Universidade Federal de Goiás (UFG) como marco histórico da reestruturação do curso de Pedagogia no Brasil no período de redemocratização do País.

A pesquisa comprovou que a faculdade de educação da UFG tornou-se marco histórico da reestruturação do curso de Pedagogia no Brasil em consequência dos movimentos de educadores, das ideias e práticas acadêmicas voltadas para a escola mais presentes na década de 1980.

Ravizza (2007) teve como objetivo analisar historicamente a criação e instalação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Joinville. A análise da gênese e da identidade do curso foram obtidas por meio de fontes primárias e secundárias. Como pressuposto metodológico, adotou a análise dos documentos como leis e pareceres oficiais, realizou entrevistas, organizou e classificou fotos, bem como coletou e explorou fontes nos arquivos da própria instituição. Os resultados de pesquisa histórico-documental-oral sobre a instalação e trajetória do curso de Pedagogia da Associação Catarinense de Ensino (ACE) demonstram que esse foi o primeiro curso superior criado pela instituição, localizada na cidade de Joinville, região norte do estado de Santa Catarina.

Massias (2007), na dissertação intitulada “As propostas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) para a definição do curso de pedagogia no Brasil (1990-2006)”, teve como objetivo caracterizar as propostas de formação elaboradas pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), que interferiram na definição do curso de Pedagogia no Brasil, discutidas ao longo da história do curso.

Também foi realizada a caracterização das propostas da ANFOPE mediante o estudo dos Documentos Finais elaborados pela própria associação, destacando as propostas da associação para o curso de Pedagogia.

Puccinelli (2008) analisou em seu trabalho o Projeto Político-Pedagógico de 1994 do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) da cidade de Marília. Para tal, o estudo realizou um histórico sobre o curso de Pedagogia no Brasil, abordou a criação dos Institutos Isolados até a criação da UNESP e a criação do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP/Marília.

A autora, como procedimentos metodológicos, realizou um estudo qualitativo que envolveu a análise documental, a partir do próprio Projeto Político-Pedagógico do curso em Pedagogia da FFC da UNESP/Marília, bem como de documentos produzidos pela própria Universidade como ofícios, resoluções, anais, além dos textos publicados referentes ao tema. Nas considerações finais, formulou alguns apontamentos e questionamentos para serem refletidos com o intuito de contribuir para uma nova elaboração dos próximos projetos político-pedagógicos baseados em interesses coletivos que visam à qualidade do ensino superior. (PUCCINELLI, 2008).

Almeida (2008), na pesquisa denominada “Curso de Pedagogia da UNICAMP: marcas de formação”, analisa o pedagogo formado no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, elencando alguns pontos de análise, tais como o movimento dos educadores nas discussões para definição do curso, a organização do trabalho em relação ao curso de pedagogia da UNICAMP com base nas reformulações do curso em específico, na identificação e análise das marcas. A problemática foi direcionada aos egressos do curso para a análise do profissional formado. Destaca-se o processo de análise das reformulações curriculares do curso que foram organizadas e analisadas conforme os anos de alteração 1979, 1984, 1992 e 1998.

Santos (2009) investigou a criação do Curso de Pedagogia na década de 1930 e pretendeu captar as implicações no campo educacional, a partir das mudanças na sua infraestrutura e no plano da superestrutura e as devidas necessidades impostas na formação técnica e profissional. O autor afirma que pesquisar a gênese do curso de Pedagogia no sentido “Strito”, com o aval do Estado brasileiro, compõe “[...] a proposição do novo olhar, o de captar no objeto singular as contradições históricas forjadas pelo

conjunto das relações econômicas, políticas e sociais, ou seja, pela sociedade capitalista”. (SANTOS, 2009, p. 15).

Em seu trabalho, Xavier (2009) teve como objetivo analisar as políticas de formação de professores dos anos de 1990, tomando como expressão dessas reformulações o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). As análises recorreram a uma retomada da trajetória histórica do curso de Pedagogia, perpassando o momento de sua criação, até a década de 1990, discutindo questões relacionadas à problemática da formação do pedagogo, como também identificando os fundamentos teórico-metodológicos da formação e as relações entre educação, política e as políticas de formação de professores.

Entretanto, a pesquisa recorre à organização curricular, institucional e ao perfil do curso de Pedagogia da UNICAMP. A autora constatou um conjunto significativo de conflitos entre as políticas de formação de professores e os grupos envolvidos nas reformulações desse curso. Para tanto, utilizou fontes primárias e secundárias, que expressaram o debate interno do curso na universidade e na legislação educacional em âmbito nacional.

Passos (2011) define como objetivo geral de sua pesquisa compreender como e sob quais aspectos o conhecimento da profissão docente no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem sido desenvolvido. A metodologia usada foi revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário aos docentes formados e discentes do curso de Pedagogia. Apresentou nas considerações finais análises gerais que visam contribuir para a construção de novas perspectivas e aprofundamento de estudos acerca da profissão desenvolvida nos cursos de Pedagogia ofertados na UFT. (PASSOS, 2011).

Antoniacomí (2014), na pesquisa de mestrado intitulada “O curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores de curso”, teve como objetivo analisar a história do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no que tange aos aspectos legais e o entrecruzamento com o posicionamento dos coordenadores do curso que participaram da elaboração e implementação das reformulações que contribuíram na definição da identidade do pedagogo formado na referida universidade.

Ressalta-se a fundamentação teórica com a utilização dos autores Vieira (2015), Silva (1999) e Saviani (2011, 2012). A pesquisa usou o método materialista histórico-

dialético e envolveu a análise dos documentos oficiais que tratam das orientações normativas da formação do pedagogo. Nas conclusões, a autora destacou que as mudanças curriculares propostas pela legislação foram protagonizadas pelos professores, que se tornaram responsáveis pela concretização de tais mudanças.

O portal da CAPES foi escolhido para realização de buscas por artigos científicos em revistas de educação de todo o país, as quais contemplaram a história do curso de Pedagogia. No portal de periódicos com o descritor “curso de Pedagogia”, foram obtidas vinte e três (23) publicações. Para refinar a pesquisa, foram verificados todos os trabalhos e apenas dois (2) artigos abordam o curso de Pedagogia nos aspectos históricos.

**Quadro 2** – Artigos sobre a História do curso de Pedagogia em Periódicos CAPES

ANO	AUTOR	TÍTULO	REVISTA
2012	Viviane Ferreira Lovatti	Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais (Resenha).	Cadernos de Pesquisa, 01 abril 2012, v. 42, n. 145, p. 311-316.
2014	Letícia Carneiro Aguiar	Projeto desenvolvimentista e a gênese do curso de Pedagogia em Santa Catarina na década de 1960.	Roteiro, 01 Maio 2014, v. 39, p. 87-102 .

**Fonte:** CAPES.

**Organização:** Severino, 2020.

O artigo de Lovatti intitulado “Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais” é produto da pesquisa de doutorado de Cruz (2012), que aborda a história do curso de Pedagogia no Brasil. Teve como procedimentos metodológicos a análise dos depoimentos de pedagogos brasileiros e da legislação oficial que regulamentou o curso.

Aguiar (2014) apresentou os resultados da tese de doutorado na qual analisou no artigo a gênese do curso de Pedagogia no estado de Santa Catarina. Procurou evidenciar as circunstâncias que favoreceram a criação dos dois primeiros cursos de Pedagogia na década de 1960 – na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O Estado do Conhecimento permitiu identificar as produções acadêmicas no campo das políticas públicas educacionais, tentando destacar em que aspectos e dimensões de diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas as dissertações de mestrado, teses de doutorado, bem como as publicações em periódicos.

Em suma, nos trabalhos encontrados apresenta-se uma análise do curso de Pedagogia, abordando sua história, gênese e as influências dos aspectos econômicos,

políticos e sociais, presentes no período de sua criação. Os pesquisadores apresentam uma discussão referente ao percurso do curso de Pedagogia no Brasil, a sua materialização em nível superior como um instrumento de maior qualificação dos profissionais de educação.

A pesquisa do tipo Estado do Conhecimento possibilitou identificar algumas semelhanças com o objeto de pesquisa da tese de doutoramento. Constatou-se, ainda, que há poucas produções sobre a trajetória histórica do curso de Pedagogia das instituições brasileiras e sua relação com as políticas de formação de professores. Especificamente no estado de Mato Grosso do Sul, não foi encontrado nenhum trabalho que trate diretamente sobre a temática.

Dessa forma, identificou-se, por meio do mapeamento, a inexistência de pesquisas no campo educacional que resgataram a história do curso de Pedagogia, *campus* de Campo Grande, MS. Nesse sentido, o trabalho registra a inexistência de pesquisas que analisem a história do curso de Pedagogia da UFMS, *campus* de Campo Grande, que contribuiu para a consolidação da educação pública no estado de Mato Grosso do Sul por meio de uma análise da formação inicial de professores.

#### **1.4 Fontes da pesquisa**

A pesquisa bibliográfica objetiva estabelecer um marco teórico e conceitual para abordar o objeto estudado. Para o desenvolvimento da tese, foram consultados livros, artigos publicados em periódicos, dissertações e teses com o propósito de verificar as análises e contribuições dos autores sobre o curso de Pedagogia. Foram selecionados os estudos de Brzezinski (1996), Silva (1999), Saviani (2008), Kullok (2000), Tanuri (2000) e Freitas (2002) sobre a formação docente oferecida pelos cursos de Pedagogia, analisando as origens e trajetórias desses cursos com intuito de compreender o momento histórico de sua criação e consolidação nas instituições brasileiras.

O estudo da bibliografia permite ao pesquisador reconhecer as contribuições do objeto, sendo um dos primeiros passos para o estudo histórico e a leitura crítica dos documentos. A realização de um mapeamento bibliográfico deve aprimorar o conhecimento produzido a respeito do objeto da pesquisa, permitindo reconhecer as contribuições temáticas e identificar lacunas existentes na produção.

Após o mapeamento e o estudo das fontes bibliográficas, procedeu-se a consulta e sistematização das normas que regularam e normatizaram o curso de Pedagogia,

documentos tais como leis, decretos, resoluções, portarias e pareceres em âmbito nacional que regulamentaram e curso de Pedagogia no período da pesquisa.

A **pesquisa documental** busca identificar as relações explícitas e implícitas do objeto de estudo no aspecto histórico, social, político e econômico, em vista das informações advindas do contato com os documentos associados à temática. O pesquisador deve considerar que os documentos foram elaborados por profissionais “[...] de épocas e grupos sociais diferentes, e a produção destas pessoas é permeada de elementos determinantes, seja pelo cargo que ocupa ou pela sua própria inserção social”. (RODRIGUEZ, 2004, p. 26).

Nesse sentido, o pesquisador deve ficar atento e não pode esquecer o contexto da produção dos textos. Para a organização dos procedimentos metodológicos das fontes documentais dividimos em três etapas: A) Arquivos institucionais; B) Arquivos pessoais; e, C) Arquivos digitais.

**A) Arquivos institucionais:** Os arquivos institucionais visitados foram o Arquivo Central da UFMS, Arquivo da Reitoria da UFMS, Arquivo da Faculdade de Educação da UFMS e Coordenação Administrativa (COAD)<sup>5</sup>.

A análise documental sobre o histórico do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *campus* de Campo Grande foi construída a partir de relatórios, projetos, leis, decretos, publicações e documentos diversos (atas, anais, portarias, resoluções) que fazem parte do manancial da instituição.

As fontes institucionais catalogadas são das décadas de 1970, 1980 e 1990, tais como: ofícios, resoluções, pareceres, estatutos, atas de reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (COEPE), Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (COUN) e relatórios anuais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Também foram selecionados e sistematizados documentos diversos referentes ao curso de Pedagogia, como os relatórios de gestão da universidade, o boletim estatístico, bem como os estatutos, os livros de registros históricos da UFMS, o folder de divulgação das atividades, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia<sup>6</sup> e outras fontes documentais presentes no Arquivo Central da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Todo material encontrado durante a pesquisa está catalogado na tabela do Apêndice

---

<sup>5</sup> Local do antigo Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) da UFMS.

<sup>6</sup> Os Projetos Político-Pedagógicos do Curso de Pedagogia da UFMS encontrados nos arquivos visitados foram somente da década de 2000.

A. No Quadro 3 a seguir apresenta-se alguns documentos da UFMS utilizados na pesquisa.

**Quadro 3 - Documentos institucionais da UFMS (1979-1990)**

Relatório de Gestão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1979 – 1984).
Anais do curso de Pedagogia da UFMS. V Seminário do curso de Pedagogia, 1989, Campo Grande.
UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria/UFMS 129-A, de 15 de novembro de 1980. Regulamenta a estrutura curricular do curso de Pedagogia. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS, 15 nov. 1980.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria/UFMS Nº 091- A DE 1980. Dispõe sobre a criação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria/UFMS Nº 129-A DE 1980. Dispõe sobre o currículo pleno, matriz curricular, ementário e tempo útil do Curso de Pedagogia da UFMS. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS.
UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução/UFMS nº 145/1990. Aprova a estrutura curricular do curso. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS, 26 out. 1990.

**Fonte:** UFMS; 1980; 1984; 1990.

**Organização:** Severino, 2020.

As resoluções da universidade selecionadas para integrarem a pesquisa foram retiradas dos Boletins de Serviço da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que estão arquivados em diversos livros no Arquivo Central da UFMS. Para seleção das informações sobre o curso de pedagogia, foram lidos todos os boletins e registradas as normativas referentes ao curso na tabela do Apêndice B.

As portarias selecionadas foram encontradas no Arquivo da Reitoria da UFMS, setor que disponibilizou as informações no mês de março de 2020, depois de insistentes solicitações de acesso. A servidora Erotilde Ferreira dos Santos Miranda, Coordenadora da Secretaria Especial de Legislação e Órgãos Colegiados (SELOC), da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS), foi solícita e disponibilizou os documentos. Foram acessados os livros de portarias e livros das Atas do COUN e COEPE. Os livros-atas do COUN e COEPE foram lidos e tabelados por reunião de cada conselho e destacadas as discussões referentes ao curso de Pedagogia. Constatou-se que os livros-atas do COUN e COEPE não mostram o movimento dos professores e demais servidores para consolidação do curso e posteriores alterações. As atas apenas descrevem as informações presentes no boletim.

Outra fonte de informação utilizada para compreender a dinâmica de criação e organização do curso foi o documento anais do IV Seminário do Curso de Pedagogia

“Repensando o curso de Pedagogia”. O evento foi realizado de 3 a 7 de outubro de 1988 na UFMS, *campus* Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Em relação ao Arquivo da Faculdade de Educação da UFMS e ao Arquivo do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS, no momento de realização da pesquisa estavam desativados. Em contato com os servidores responsáveis pelo setor, constatou-se que os documentos foram descartados no período de mudança dentro do *campus* da instituição.

A pesquisa documental foi analisada por Bacellar (2006), que descreve as características dos arquivos encontrados pelos historiadores:

[...] em todo esse universo documental, o historiador encontra, quase sempre um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico. Documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápida deterioração e podem se perder em definitivo. (BACELLAR, 2006, p. 50).

Ressalta-se a importância da conservação das fontes documentais para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, porém os arquivos e demais locais onde se guardam essas fontes geralmente apresentam muitos problemas de acesso e conservação. Esse fato gera dificuldades para os pesquisadores, professores e alunos desenvolverem pesquisas históricas.

Nesse sentido, cabe registrar um alerta à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sobre a urgência na ampliação dos recursos materiais e humanos para a manutenção e evolução do Arquivo Central da UFMS, responsável pela gestão dos documentos administrativos e históricos da instituição, a qual possui um quadro de funcionários insuficiente para a demanda e falta de infraestrutura.

**B) Arquivos pessoais:** Os arquivos de caráter pessoal são privados e constituem acervos de professores, de famílias, grupos de interesse, como as instituições particulares ou de empresas. Todos os contatos obtidos com técnicos, docentes, entre outros servidores, serão descritos a seguir a fim de elucidar o percurso de coleta dos arquivos pessoais que compõe a pesquisa.

Iniciamos as buscas por documentos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no primeiro semestre do doutorado, no ano de 2017. Foram contatados alguns pesquisadores a fim de conseguir documentos usados em suas pesquisas. A técnica aposentada da UFMS e doutora em educação Marcia Regina Cassanho de Oliveira cedeu alguns documentos da instituição para realização dessa pesquisa.

Em 2018, dando sequência, realizamos uma roda de contatos com alguns professores do curso de Pedagogia da UFMS, *campus* de Campo Grande, no intuito de encontrar documentos referentes ao referido curso. Contatamos, assim, a professora aposentada Ceila Puia<sup>7</sup>, que, em conversa informal, mencionou quais professores estavam em Campo Grande e que, provavelmente, teriam guardado em suas residências documentos do período.

Também tentamos uma aproximação com a docente aposentada Jane Mary Abuhassan Gonçalves, que participou da implantação do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande, mas não conseguimos um maior acerto, pois a professora estava passando por um tratamento de saúde, o que inviabilizou, em alguns momentos, nosso encontro. Posteriormente, na primeira conversa, afirmou que teria uma cópia arquivada em seu escritório dos documentos da universidade por ela assinados. Depois de alguns encontros com a professora, foram coletados os documentos referentes ao curso e doados para a realização desta pesquisa.

A professora doutora Solange Jarzem Fernandes também disponibilizou alguns documentos, tais como os anais do IV Seminário do Curso de Pedagogia “Repensando o curso de Pedagogia” e os materiais publicados pelo Ministério da Educação do período da pesquisa. A docente buscou junto aos demais servidores da Faculdade de Educação da UFMS documentos que estiverem arquivados sobre a história do curso, entretanto não conseguimos mais informações.

O professor doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório contribuiu para identificar os professores que atuaram no curso de pedagogia durante a década de 1980 bem como aqueles que estavam a frente das coordenações e guardavam documentos institucionais da UFMS sobre o curso de pedagogia. Outrossim disponibilizou materiais referentes ao curso e cedeu materiais como, por exemplo, uma monografia de conclusão do curso de especialização Formação docente para o Ensino superior/CCHS sobre o curso de pedagogia no *campus* de Campo Grande, MS, intitulada “O (des) currículo: construindo e reconhecendo (uma caminhada)”, de autoria de Dinalva Domingos de Moraes, elaborada no ano de 1997, que teve como objetivo descrever a trajetória das estruturas escolares do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande, MS. Também,

---

<sup>7</sup> Ceila Puia foi professora do curso de Letras da UFMS, esteve em exercício durante a década de 1980 e presenciou a criação do curso de Pedagogia. Integrava a Associação de Professores Aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e conheceu os docentes do curso de Pedagogia (*in memoriam*).

ajudou a contactar alguns pesquisadores do estado de Mato Grosso do Sul que cederam documentos e materiais para realização dessa pesquisa.

**C) Arquivos digitais:** Em relação às consultas on-line, as buscas por dados estatísticos foram o Anuário Estatístico do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o portal domínio público, os bancos de dados da CAPES, BDTD, a Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e a biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Destaca-se que, na biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foram realizadas várias visitas com buscas via *pergamum* e no Arquivo de MS/MT com o auxílio dos bibliotecários. Nela, estão disponíveis para acesso documentos estatísticos do estado de Mato Grosso do Sul.

## 1.5 Estrutura da tese

A tese está organizada em três capítulos: no primeiro, nomeado “O Brasil e o estado de Mato Grosso do Sul: aspectos políticos, econômicos e sociais (1980-1996)” realizou-se uma análise dos aspectos políticos, econômicos e sociais do momento histórico selecionado para pesquisa em âmbito nacional e estadual. Em seguida foram, direcionaram-se as análises para caracterização do estado de Mato Grosso do Sul e da capital Campo Grande.

Em âmbito nacional analisa-se os governos de João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1989) no período de transição democrática no Brasil e posteriormente as implicações da hegemonia neoliberal nos governos de Collor (1990-1992), Itamar (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1997) apresentando o panorama político, econômico e social, bem como uma breve análise educacional do período. Encerramos com uma análise do estado de Mato Grosso do Sul apresentando na mesma perspectiva os governos estaduais destacando aspectos da economia, política e social no período. Ressalta-se que a análise educacional do estado será discutida no decorrer da tese.

No segundo capítulo, sob o título “O curso de Pedagogia no Brasil e no Mato Grosso do Sul: marcos legais e históricos (1980-1996)”, inicia-se com um levantamento dos marcos legais e históricos do curso de Pedagogia. Primeiramente, apresentando a análise da criação do curso na década de 1930, seguido dos processos de consolidação até o momento da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

Em seguida, apresenta-se as informações sobre a organização das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul caracterizando as universidades públicas e privadas e apresentando um panorama das instituições de ensino superior presentes na região sul-mato-grossense. Encerra-se apresentando o curso de Pedagogia nos *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no momento histórico selecionado.

O terceiro capítulo “O curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1980-1990): *campus* de Campo Grande” analisou o curso de pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande, MS, particularmente em sua implantação na década de 1980 e na trajetória histórica do curso até o ano de 1996.

Iniciou-se com a trajetória do curso de pedagogia no Centro de Ciências Humanas e Sociais localizado em Campo Grande evidenciando os aspectos históricos que contribuíram para a implementação do curso. Apresenta-se a organização administrativa do curso na instituição e como ocorria a gestão administrativa do curso na universidade. Outra análise, refere-se as estruturas curriculares do curso de pedagogia em Campo Grande em que se destaca as reformulações no currículo do curso.

Nas considerações finais apresenta-se os resultados da pesquisa que visaram, principalmente, registrar a história e trajetória do curso e sua contribuição para a formação dos profissionais de educação que atuavam na educação básica estadual. Constatando como o curso de Pedagogia foi implantado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *campus* de Campo Grande com uma oferta de formação de professores com habilitação para atuar na pré-escola e nas séries iniciais do 1º grau ampliando os espaços de atuação do pedagogo que predominava em formar profissionais que atuavam fora da sala de aula nas áreas de orientação pedagógica e gestão escolar.

## **2 O BRASIL E O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS (1980-1996)**

O presente capítulo objetiva analisar o Brasil e, posteriormente, o estado de Mato Grosso do Sul nos aspectos políticos, econômicos e sociais para compreender a base material e evidenciar as múltiplas determinações que contribuíram para a implantação do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no *campus* de Campo Grande, objeto da pesquisa no período de 1980 até 1996<sup>8</sup>.

A parte inicial do capítulo foi organizada em dois tópicos. No primeiro, apresenta-se, por meio da revisão de literatura, a análise em âmbito nacional do Brasil República no período de 1979 até 1989, momento de transição democrática durante os governos de João Figueiredo e José Sarney, no qual se constataram aspectos relevantes em relação ao contexto político, econômico e social e as implicações da hegemonia neoliberal nos governos Collor (1990-1992), Itamar (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1997).

No segundo momento, direcionamos a discussão para a caracterização do estado de Mato Grosso do Sul e da capital Campo Grande em seus aspectos históricos, políticos e sociais com o intuito de mostrar em qual período histórico foi criado o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no *campus* de Campo Grande.

### **2.1 O Brasil República em tempos de transição democrática: os governos de João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1989)**

No Brasil, o momento histórico de transição democrática compreende o período dos governos presidenciais do general João Batista Figueiredo (1979-1985) e de José de Araújo Costa Sarney (1985-1989), quando ocorre o fim do regime militar<sup>9</sup> e o avanço progressivo para a consolidação do estado democrático.

No dia 15 de março de 1979, escolhido por meio de um colégio eleitoral dócil, em que prevalecia a vontade do general Ernesto Beckmann Geisel, o general João Baptista

---

<sup>8</sup> O recorte temporal selecionado para pesquisa inicia na década de 1980, marco da criação do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande, até o ano de 1996, ano da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, que altera a organização da educação brasileira.

<sup>9</sup> O presidente João Goulart (1961-1964) foi deposto e iniciou-se a ditadura cívico-militar, mediante o Ato Institucional n. 1, de 9 de abril. Foram suspensos os direitos políticos dos opositores ao regime, bem como cassados seus mandatos e decretada sua prisão. (VIEIRA, 2015).

Figueiredo substituiu-o no cargo de presidente da República, junto com o vice-presidente civil Aureliano Chaves, filiado do Partido Democrático Social (PDS) e ex-governador de Minas Gerais. O novo presidente atribuía o exercício de seu mandato à continuidade do processo iniciado na Ditadura Civil Militar em 1964<sup>10</sup> no Brasil, como afirma Vieira; Freitas (2003, p. 129):

Figueiredo, um general da arma de Cavalaria, pouco afeito aos encargos do Poder, revela-se fiel aos acordos de retorno gradual ao Estado Democrático. Sob seu governo é sancionada a lei da anistia (1979), a partir da qual centenas de exilados retornam ao país.

Nesse momento da história, centenas de exilados voltaram ao país, adentraram nos movimentos sociais e intensificaram a luta pela democratização do Brasil, bem como na participação da organização dos partidos e ocuparam, nas eleições, diversos cargos políticos. (VIEIRA, 2015). A Lei n. 6.683 da Anistia, promulgada em 29 de agosto de 1979, concedeu a anistia aos cidadãos que foram considerados pelo governo como responsáveis por crimes políticos e ou eleitorais e que tiveram seus direitos políticos caçados, perdendo os crimes de abuso de poder, tortura e assassinato cometidos por órgãos da ditadura militar. (VIEIRA, 2015).

Esses desdobramentos impactaram a forma de produção da sociedade capitalista e redefiniram o papel do Estado. A crise econômica agravou-se, provocando manifestações e aumento de greves. (VIEIRA, 2015). No início do governo de Figueiredo, em março de 1979, Mário Henrique Simonsen assumiu o Ministério do Planejamento para comandar a economia brasileira. Entretanto, em agosto de 1979, Simonsen deixou o cargo e assumiu Antônio Delfim Netto, que foi ministro da economia nos governos anteriores de Costa e Silva e Médici.

Em agosto de 1979, Simonsen deixou o ministério do planejamento. Delfim assumiu o cargo, prestigiado como o homem do “milagre”. Agora, porém a situação era outra, tanto no plano interno como no internacional. O segundo choque do petróleo, com a conseqüente elevação dos preços, agravou o problema do balanço de pagamentos. As taxas internacionais de juros continuaram subindo, complicando ainda mais a situação. A obtenção de novos empréstimos era cada vez mais difícil e os prazos para pagamento se estreitavam. (FAUSTO, 1996, p. 502).

---

<sup>10</sup> A Ditadura Civil Militar de março de 1964 antecedeu o período de redemocratização da sociedade brasileira foi marcado por repercussões políticas e econômicas na organização da sociedade que significou “o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes, forneceu a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro. (MENDONÇA; FONTES, 2001, p. 05)”.

Outro fato marcante, ocorrido em dezembro de 1979, com a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, foi o fim do bipartidarismo, isto é, a extinção do regime de dois partidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Assim, a nova legislação provocou a mudança do nome do partido da base aliada do governo, que passou a se chamar Partido Democrático Social (PDS) e a do partido da oposição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Fausto (1996, p. 506) descreve o movimento:

[...] o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra "partido". A Arena, que carregava o nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram a habilidade de acrescentar apenas a palavra "partido" à sua sigla; assim, o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Posteriormente à vitória de Figueiredo, foi restabelecida a estrutura de pluralidade partidária. Fausto (1996) destaca que o governo estabeleceu relações paradoxais ao mesmo tempo em que, lentamente, deu abertura à formação de novas siglas partidárias, buscando manter o controle político e econômico.

Esse quadro está presente no surgimento de novos partidos. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da igreja e da classe média profissional surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT propunha-se representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais e abrir sem caminho ao socialismo. (FAUSTO, 1996, p. 506).

No início da década de 1980, a política econômica implementada apresentava uma proposta de combate gradualista à inflação “[...] tendo como vértice ora o ataque ao déficit público, ora a impossibilidade de sustar as emissões – inflacionária – capazes de assegurar a continuidade do processo industrial”. (MENDONÇA; FONTES, 2007, p. 79). Entretanto, a missão que o governo assumiu, em levar o país às vias de um regime democrático, colidia com o agravamento econômico da crise. (FAUSTO, 1996).

Nesse momento, estava em curso a formação de um projeto político com o objetivo de enfrentar a crise interna e externa e “[...] o Estado brasileiro tentou assegurar inversões mínimas em setores como a exploração do petróleo, a substituição da energia para indústria e a produção de insumos básicos”. (MENDONÇA; FONTES, 2007 p.80).

Em relação ao panorama econômico brasileiro, Vieira (2015, p. 363) apresentou estudos referentes ao salário-mínimo concernentes à cidade de São Paulo com dados de outubro de 1979 a outubro de 1980, ou seja, em um espaço de um ano.

Foi demonstrado por estudos confiáveis que o salário-mínimo sequer era suficiente para alimentar mais de uma pessoa. No espaço de um ano, de outubro de 1979 a outubro de 1980 o tempo de trabalho necessário para compra da "ração essencial", com base no salário-mínimo mensal na cidade de São Paulo, subiu de 179 horas e 50 minutos para 198 horas e 53 minutos. Isto significava, em uma cidade grande como São Paulo, subir de mais de 22 dias do mês para mais de 24 dias, uma jornada de trabalho de 8 horas e no período de um ano a fim de adquirir a "ração essencial". A "ração essencial" consistia na quantidade mínima, indispensável para um trabalhador viver.

Os estudos referentes ao salário-mínimo mostram a precária condição de vida do trabalhador brasileiro, que recebia uma remuneração insuficiente para sua sobrevivência. Para tanto, no que diz respeito ao período do governo de Figueiredo; Fausto (1996, p. 501) apresenta dois traços de convivência impossível: a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica:

Pensava-se que as dificuldades econômicas estimulariam conflitos e reivindicações sociais, levando a imposição de novos controles autoritários por parte do governo. O equívoco desse raciocínio estava em fazer da política uma simples decorrência da economia. Sem dúvida, os raros momentos de folga na área econômica facilitaram os lances no processo de abertura. Mas, como um todo, a abertura seguiu o seu curso, em meio a um quadro econômico muito desfavorável. A opção autoritária se desgastara mesmo nos círculos do poder, embora restassem ainda os minoritários e perigosos "bolsões radicais".

Em suma, a abertura econômica continuou avançando mesmo em um cenário desfavorável. A dívida externa brasileira atingiu, na década de 1980, uma situação dramática e, segundo Vieira (2015, p. 365): “[...] a elevação da inflação, a alta dos preços e o aumento do desemprego deram-se as mãos, celebrando sólido e sinistro casamento.”

Em relação à concentração de renda no Brasil no ano de 1980, Vieira afirma que 12% da população brasileira detinha até 0,5 salário-mínimo; 20,8% recebia de 0,5 a 1 salário-mínimo; 31,1% ia de 1 a 2 salários-mínimos, ao passo que apenas 3,2% da população recebia de 10 a 20 salários-mínimos e 1,6% detinha 20 ou mais salários-mínimos. Falava-se de boca a boca que o salário-mínimo já foi para sustentar uma família, agora não alimenta nem o próprio trabalhador. (VIEIRA, 2015).

No final dos anos de 1980, verificou-se que experiência de crescimento com controle da inflação não foi efetiva, pois enfrentava a pressão dos credores. O ministro da

economia Antônio Delfim Netto “optou por frear o carro” e, conseqüentemente, a expansão da moeda foi severamente limitada; os investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou”. (FAUSTO, 1996, p. 501).

Em 1981, houve o declínio do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil em decorrência dos investimentos estatais da década anterior. Durante esse período, as empresas estatais foram anunciadas como ineficientes ou “vilões da história”. (CASTRO; SOUZA, 1988). Como afirma Castro e Souza (1988), a função das instituições públicas, responsabilizadas pelo peso da dívida externa, passou a “ceder espaço” a empresas privadas.

A recessão de 1981-1983 teve pesadas conseqüências pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado de 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%. Nos três anos, o PIB teve um declínio médio de 1,6%. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável, como, por exemplo, os eletrodomésticos e bens de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país. O desemprego nessas áreas tornou-se um problema sério<sup>11</sup>.(FAUSTO, 1996, p. 502).

Assim, os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) começam a ser estabelecidos e, nos três primeiros anos da década de 1980, observou-se uma diminuição de 1,6%. Nesse período, a conjuntura brasileira formulou um quadro denominado de “estagflação”. Segundo Fausto (1996, p. 503), “[...] a inflação não baixou significativamente tendo alcançado o índice atual de 110,2% em 1980, caiu para 95,2% em 1981, para voltar a subir em 1982 (99,7%)”.

Os bancos privados internacionais não investiam na economia brasileira, a qual permaneceu sem crescimento entre os anos de 1982-1983 por causa dos setores mais conservadores da burguesia, que defendiam o sucateamento do setor industrial no país. (CASTRO; SOUZA, 1985). Durante os anos de 1981 e 1982, muitas atividades grevistas conseguiram desestabilizar o poder do setor industrial, forçando-os a receber os empregados demitidos.

Em relação à renda média mensal dos trabalhadores brasileiros no período entre 1979 e 1983, observou-se que aqueles que ganhavam até três salários mínimos perderam 11,3% do seu salário real, os trabalhadores que recebiam de 3 a 10 salários mínimos

---

<sup>11</sup> Fausto (1996, p. 502) faz uma comparação com a crise de 1929 afirmando que “[...] o declínio da renda foi mais grave do que o ocorrido nos anos seguintes à crise de 1929”.

começaram a receber menos 35,6% e os trabalhadores que tinham de 10 a 20 salários mínimos ficaram sem 20% do seu salário real, bem como, os que recebiam mais de 20 salários mínimos foram prejudicados em 40%. (VIEIRA, 2015).

Nesse período, como afirma Vieira (2015, p. 357) um “[...] ataque aos salários dos trabalhadores veio rápido e profundo fazendo-os cantar louvores por manterem um emprego, quando conseguiam. Basta recordar que, entre 1979 e 1983, somente um terço dos assalariados estava regularmente registrado.”

Realizando uma retrospectiva em relação ao início da década de 1980, a inflação anual caminhou até 110,2%, caindo para 95,2% em 1981. Depois, pelo ano de 1982 iniciou sua intensa subida, passando a 99,7%. Em 1983, a inflação anual chegou por volta de 211,13%, para atingir, em 1984, os arredores de 223,775%. (VIEIRA, 2015, p. 362).

Em decorrência da mobilização política e social, aprovou-se a eleição direta e secreta de governadores e representantes para o Congresso Nacional. Em novembro de 1982, ocorreu a primeira eleição nas unidades da federação e “[...] mais de 48 milhões de brasileiros foram às urnas para eleger de vereadores a governadores dos Estados. Estes seriam eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1985”. (FAUSTO, 1996, p. 508).

Do mesmo modo, intensificou-se a organização de novos partidos, dentre eles, o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>12</sup>, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O regime enfraquecido foi objeto de mobilizações e organização de passeatas e comícios que exigiam a retomada das eleições diretas e da democracia. (ROMANELLI, 1978).

No ano de 1983, uma das prioridades do Partido dos Trabalhadores foi promover uma campanha em prol das eleições diretas para a presidência da república. Em julho, a direção nacional do PMDB iniciou uma campanha no mesmo sentido para apoiar as eleições diretas no Brasil. (FAUSTO, 1996). Destaca-se, nesse período, o movimento dos trabalhadores que lutavam pela qualidade da educação pública e, no quadro geral, pela democratização da sociedade. Essas lutas políticas e pedagógicas dos docentes trouxeram relevantes contribuições para a educação e, em especial, para a formação de professores<sup>13</sup>. (FREITAS, 2002).

---

<sup>12</sup> Em 10 de fevereiro de 1980, foi criado o Partido dos Trabalhadores, com o registro na Justiça Eleitoral, propondo uma nova forma de fazer política no Brasil com a união entre os intelectuais de esquerda, católicos ligados à Teologia da Libertação e lideranças dos movimentos sociais, tais como o estudantil, o dos trabalhadores do campo e da cidade, dentre outros. (ALMEIDA, 2011).

<sup>13</sup> No segundo capítulo da tese será ampliada a discussão sobre a luta dos educadores que, a partir do final dos anos 70 e início da década de 1980, no quadro do movimento mais geral da democratização da sociedade, trouxe contribuições importantes para a educação e para a forma de olhar a escola e o trabalho

Ressalta-se ainda que, de maneira concomitante, o embate neoconservador alcançou sua maior expressão nos finais dos anos 1980 e sustentava uma forte crítica sob as formas do Estado do Bem Estar Social<sup>14</sup> e o Estado Keynesiano<sup>15</sup>, que alertavam a respeito das “terríveis” consequências políticas, econômicas e sociais das propostas de políticas públicas que pretendem corrigir os problemas das diferenças sociais dos setores de menores recursos. (HARVEY, 2008; MONTAÑO, 2008).

Em 1984, o Brasil foi movido por uma campanha por eleições diretas para presidente da república em decorrência da crescente insatisfação popular e das pressões dos partidos, sindicatos e entidades da sociedade civil, os quais se mobilizaram com o objetivo de pressionar o governo para o retorno das eleições diretas para a presidência.

O ponto culminante dessa luta popular foi representado pela campanha das "Diretas-Já!". As sugestivas lições das "Diretas-Já!" acharam-se, por um lado, na capacidade de a grande maioria da população brasileira levantar-se em busca imediata da eleição direta para os cargos de presidente e vice-presidente da República; de outro lado, na derrota dessa população em 25 de abril de 1984, através de manobras da ditadura na Câmara dos Deputados, as quais levaram à falta de 22 votos para os dois terços necessários para emendar aquilo que intitulava de Constituição. (VIEIRA, 2015, p. 400).

Entretanto, o movimento foi derrotado mesmo com o grito de “Diretas-Já” ecoado pelas ruas e cidades de todo o país, como também a emenda constitucional apresentada para que a eleição ocorresse de forma direta foi vetada pelo Congresso Nacional. (ALMEIDA, 2011; VIEIRA, 2015; VIEIRA; FREITAS, 2003).

Nesse momento da história, a rejeição das eleições diretas para presidência da república desencadeou uma frustração popular. O processo eleitoral ocorreu por meio do

---

pedagógico, ao colocar em evidência as relações de determinação existentes entre educação e sociedade e a estreita vinculação entre a forma de organização da sociedade, os objetivos da educação e a forma como a escola se organiza. No âmbito da formação do educador, o Comitê Nacional, a Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), posteriormente denominada de ANFOPE, têm papel fundamental no redirecionamento das discussões travadas no âmbito oficial, que entendia a formação de professores como uma questão de formação de recursos humanos para a educação dentro da ótica tecnicista que imperava no pensamento oficial.

<sup>14</sup> A atuação do Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) surge como regulador do mercado e provedor de serviços sociais, proporcionando o desenvolvimento de programas governamentais que privilegiam: a formação de mão de obra, as políticas para a família, os planos habitacionais, as redes de auxílio pecuniário, os sistemas de saúde, entre outros.

<sup>15</sup> Alicerçado na teoria de John Maynard Keynes (Inglaterra, 1883-1946), que nasceu no final do período de auge do império britânico e da expansão capitalista (no estágio concorrencial) e conviveu com as fortes crises e as duas guerras mundiais. Tudo isso influenciou seu pensamento e sua prática política (MONTAÑO, 2008, p. 55). A teoria política do economista defendia, no contexto da sociedade capitalista de mercado, a intervenção do Estado para promover o desenvolvimento econômico, mediante a manutenção do pleno emprego e o controle da inflação.

Colégio Eleitoral em cuja disputa estavam Tancredo de Almeida Neves e José Sarney de Araújo Costa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro<sup>16</sup> (PMDB), os quais conquistaram a maioria dos votos contra Paulo Salim Maluf e Flávio Marcílio, do Partido Democrático Social<sup>17</sup> (PDS).

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no colégio eleitoral, batendo Maluf por 480 votos a 180. Tancredo obteve todos menos cinco dos 280 votos do PMDB; recebeu também 166 votos de congressistas eleitos pelo PDS agora em dissidência. O PDT votou em Tancredo, embora não integrasse a Aliança Democrática. O PT absteve-se de votar, em protesto contra a eleição indireta e o que entendia ser um arranjo de cúpula. Mesmo assim três de seus deputados não seguiram as diretrizes do partido e votaram em Tancredo. Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder. (FAUSTO, 1996, p. 512).

Fausto (1996, p. 514) narrou esse momento marcante da história da política brasileira:

Entre 15 de janeiro e a posse marcada para 15 de março de 1985, Tancredo Neves desenvolveu uma intensa atividade de contatos no país e uma viagem ao exterior. A essa altura, já se sentia doente. Em parte, por temperamento, em parte porque não queria correr riscos na transmissão do cargo, dando pretextos da intervenção aos inconformados das Forças Armadas, “deixou a doença para depois da posse”. A posse não aconteceu. Internado às pressas em um hospital de Brasília, Tancredo sofreu uma primeira e discutida operação, com políticos e amigos presentes na sala de cirurgia. Nesse ínterim, Sarney subiu a rampa do Planalto, tomando posse no lugar do presidente eleito, em uma situação que se acreditava fosse transitória.

Porém, Tancredo morreu no dia 21 de abril de 1985, na mesma data simbólica da morte de Tiradentes. A população brasileira foi às ruas e multidões acompanharam o corpo na sua saída de São Paulo, na passagem por Brasília e Belo Horizonte, até o enterro em São João Del Rei. (FAUSTO, 1996)

Com o falecimento de Tancredo, assumiu a presidência José Sarney de Araújo Costa (1985-1990) e durante seu governo, foi elaborada uma nova Constituição para

---

<sup>16</sup> Partido político nacional criado em janeiro de 1980 para suceder ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar que foi extinto em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso decretou o fim do bipartidarismo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>. Acesso em 30 mar. 2021.

<sup>17</sup> Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>>. Acesso em 30 mar. 2021.

substituir a carta adotada pelo regime militar em 1967. (SILVEIRA, 2009). No início de 1985, quando Figueiredo deixou o governo, a situação financeira era de temporário alívio e o país voltara a crescer. Como apresenta Fausto (1996, p. 520), o quadro econômico brasileiro quando Sarney assume a presidência era

[...] menos grave do que em anos anteriores. O grande impulso proveniente das exportações permitiu a retomada do crescimento. A queda das importações e o avanço das exportações resultaram em um saldo da balança comercial de 13,1 milhões de dólares. Esse saldo permitia pagar os juros da dívida. Além disso, o Brasil acumulava reservas que chegavam a 9 bilhões de dólares no fim de 1984. Havia assim folga para negociar com os credores externos, e o governo podia dar-se ao luxo de dispensar o mal-estar causado pelas idas ao FMI, concentrando-se no acordo direto com os bancos credores privados. Mas o problema da dívida externa e interna subsistia a longo prazo, assim como da inflação que chegou a 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles – sobrinho de Tancredo –, adotou uma receita ortodoxa para combater a inflação. Identificando nos gastos públicos desordenados a principal fonte do problema, determinou de saída, um corte geral de 10% do orçamento da união e um congelamento de contratos e empréstimos.

Nos anos de 1985 e 1986, ocorreu, com a revogação da legislação autoritária, “[...] o reestabelecimento da eleição direta para a presidência da república; concessão do voto aos analfabetos e jovens a partir de 16 anos; extinção da censura prévia e da intervenção em sindicatos; abrandamento das exigências para o registro de novos partidos.”<sup>18</sup> (VIEIRA; FARIAS, 2003 p. 147). Assim, as eleições de novembro de 1986

[...] mostraram que o PMDB e o governo não tinham ainda àquela altura um grande prestígio. O PMDB elegeu os governadores de todos os Estados, menos o do Sergipe, e conquistou a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado. O partido obteve 261 de um total de 487 cadeiras da Câmara (53% dos lugares), vindo a seguir o PFL com 116 (24%). As eleições para o Senado referiam-se a dois terços das cadeiras nos estados e a primeira eleição no Distrito Federal. O PMDB conseguiu 38 das 49 cadeiras em disputa. Considerando-se a totalidade dos assentos no Senado, inclusive os mandatos não renovados, O PMDB ficou com 45 cadeiras em um total de 72. Naquele momento, chegou-se a dizer que o Brasil corre o risco de uma "mexicanização". O PMDB poderia vir a ser uma espécie de PRI – o Partido Revolucionário Institucional –, que alcançou praticamente o monopólio do poder, por longos anos, no México. (FAUSTO, p. 524, 1996).

---

<sup>18</sup> Nesse momento, aconteceu a legalização de partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O Brasil entrou em uma nova fase, posterior ao regime militar, no ano de 1985, adentrando gradativamente ao estado democrático<sup>19</sup> com a eleição de Tancredo Neves. O governo de Sarney enfrentou instabilidades na economia desenvolvendo diversos planos econômicos como o Plano Cruzado (março/1986)<sup>20</sup>, o Bresser Pereira (abril/1987)<sup>21</sup> e o Plano Verão (janeiro/1989)<sup>22</sup>.

Em primeiro lugar, todos eles, em maior ou menor grau, propuseram-se a mesma tarefa: estabilização econômica e combate à inflação. A diferença residiria nos instrumentos aplicados, para tanto o Plano Cruzado do ministro Funaro fundamentou-se nos princípios de uma política econômica heterodoxa, centrada no congelamento de preços com severa fiscalização oficial, estabelecimento de nova moeda e criação de um novo índice formador de preço (Índice de Preços ao Consumidor – IPC), porém ressalta-se, sem congelamento salarial. Inversamente, os demais planos centraram-se em combinações híbridas de heterodoxia e ortodoxia econômicas, ângulos com clara incidência sobre o fator trabalho, isto é, partindo da premissa do congelamento dos salários. (MENDONÇA; FONTES, 2007, p. 81-82).

Entretanto, a economia não se estabilizou com as várias ações implementadas, registraram-se constantes trocas de ministros, a inflação não foi contornada e, em março de 1990, atingiu 80%. “Além do mais, a parcela mais afetiva do legado do presidente Sarney e de seu Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, foi a inflação de 74,5%

---

<sup>19</sup> Nesse período, o país passou por quatro diferentes presidentes José Sarney (15/03/1985 a 14/03/1990), Fernando Collor de Mello (15/03/1990 a 02/10/1992), Itamar Franco (02/10/1992 a 31/12/1994) e Fernando Henrique Cardoso, com dois mandatos (01/01/1995 a 01/01/2003). Para tanto, o período de transição democrática dos quatro governos tinha características diferentes para governar o país. (VIEIRA, 2003).

<sup>20</sup> O Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986, foi anunciado por Sarney ao país por meio de uma rede nacional de rádio e televisão. O presidente em exercício afirmou que “[...] o Cruzeiro seria substituído por uma nova moeda forte – o Cruzado – na proporção de 1000 por 1; a indexação foi abolida; os preços e a taxa de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e os aluguéis, por um ano.” (FAUSTO, p. 522, 1996). Outras ações do governo foram realizadas, como: “[...] reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos 6 meses, mais um abono de 8%. Os reajustes posteriores seriam automáticos sempre que a inflação chegasse a 20%. O disparo do “gatilho” era uma boa imagem para evidenciar o mecanismo automático de reajuste. Além disso, empregadores e empregados poderiam negociar livremente aumentos adicionais de salário, desde que não fossem repassados aos preços”. (FAUSTO, p. 522, 1996).

<sup>21</sup> O Plano Bresser Pereira, em abril de 1987, foi lançado pelo então ministro da Fazenda Bresser Pereira. Nesse Plano, o “[...] retorno ao FMI tornou-se precondição para superar o impasse econômico. Seus reflexos no novo plano manifestaram-se através da redução do alcance proposto por suas metas. Não se buscava mais inflação zero, mas apenas a redução dos déficits públicos e o fim da escala móvel de salários. Estes tiveram, aliás, seu índice de reajuste definido através da URP (Unidade Referencial de Preços) que, embora propusesse correções trimestrais, garantia a reposição apenas do que ultrapassasse o teto de 20% da inflação acumulada. O congelamento era, agora, apenas aparente: dele escapavam os preços dos serviços públicos e a própria proposta indicava alta flexibilidade quanto ao fator em questão. Tal plano chegou mesmo a “esquecer” o percentual de 26,1% referente à correção salarial do mês de junho de 1987. Na ausência da definição de instrumentos efetivos de controle sobre os preços, o plano tornava-se insustentável.” (MENDONÇA; FONTES, 2007, p. 83).

<sup>22</sup> O Plano Verão, de janeiro de 1989, apresentava “[...] absoluta falta de regras de indexação com a seletividade na aplicação de aumentos salariais” (MENDONÇA; FONTES, 2007, p. 83). As ações foram direcionadas ao setor público com redução salarial, demissões e extinção de órgãos.

(estimativa para o mês de março de 1990) e de 1782,9 % (acumulada de 1989).” (VIEIRA, 2015, p. 456). Apesar do reduzido poder de compra que impactou diretamente a população, o cenário político no momento era de esperança.

A Assembleia Constituinte<sup>23</sup> foi instituída em fevereiro de 1987, e a Constituição da República Federativa do Brasil aprovada em 1988, incorporando uma série de demandas sociais, dentre elas as relacionadas com a democratização da educação e da saúde. Além disso, foram estabelecidas as eleições diretas, a independência dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a restrição à atuação das forças armadas e a garantia ao direito à greve, entre outras medidas. (VIEIRA, 2015).

O Presidente José Sarney jurou obedecer a Constituição Federal de 1988 e não demorou a reclamar que, com ela, não era possível governar. Vem a propósito a medida Provisória n. 50, de 27 de abril de 1989 (notem-se: 50 medidas provisórias, do princípio da vigência da Constituição em outubro de 1988 até abril de 1989, 6 meses). (VIEIRA, 2015, p. 405).

A Constituição de 1988, por um lado, evidenciava privilégios como a medida provisória do poder executivo, a inconsistência do *lobby*, a desigualdade, o corporativismo das organizações ligadas ao Estado, a desestabilização política e social, a falta de credibilidade da população e, acima de tudo, a desgraça do formalismo e da razão tecnocrática. (VIEIRA, 2015).

Por outro lado, a promulgação da Constituição impulsionou indiscutivelmente os direitos sociais e as políticas sociais, ainda que, em muitas oportunidades, tenham sido negados pelos governos posteriores. Pode-se afirmar que, nunca na história desse país, os direitos sociais e a política social encontraram-se dentro da legislação nacional. (VIEIRA, 2015).

No entanto, na “Nova República”, o exercício da função pública continuava a expor as mesmas relações de interesse sustentadas nas trocas de favores já antigas na vida política brasileira de deturpadores do que se poderia chamar de república. (VIEIRA, 2015). Nesse sentido:

A troca de favores converteu-se no melhor caminho para chegar aos deputados federais, senadores e demais Funcionários Públicos. As dificuldades no acesso à burocracia estatal, o tempo perdido no

---

<sup>23</sup> A Assembleia Nacional constituinte começou a se reunir em 1º de fevereiro de 1987. Os trabalhos da constituinte foram longos, tendo-se encerrado formalmente em 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição. (FAUSTO, p. 524, 1996).

acompanhamento de processos, os ritos e as formalidades (sempre modificadas), geraram o lobby. (VIEIRA, 2015, p. 464).

As práticas dos governos no Brasil, durante os anos de 1980, aprofundaram a estrutura dependente nos campos político e econômico das práticas de reestruturação produtiva do capital. A seguir, algumas características no âmbito da educação.

### **2.1.1 Caracterização da educação na década de 1980**

Os governos da década de 1980 não apresentaram um projeto educacional bem definido para atender as demandas educacionais da população no Brasil. O governo de João Figueiredo (1979-1985) foi um momento histórico marcado por indefinições na organização da educação e pela falta de uma proposta educacional concreta. No final desse governo, em janeiro de 1985, a evasão escolar continuava em plena ascensão e o Brasil tinha 24 milhões de analfabetos, sendo 17 milhões de adultos e 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos. (VIEIRA, 2015).

A primeira administração, depois do regime militar, foi do governo de José Sarney, no qual houve articulações de entidades e organizações ligadas ao setor educacional que viriam fornecer elementos para a construção do capítulo referente à educação na Nova Constituição de 1988<sup>24</sup>.

O Ministério da Educação nesse governo esteve sob o comando de quatro ministros: Marco Maciel (15/03/1985 a 14/02/1986), Jorge Bornhausen (14/02/1986 a 05/10/1987), Hugo Napoleão (03/11/1987 a 16/01/1989) e Carlos Sant'Anna (16/01/1989 a 14/03/1990).

Foram publicados no período alguns documentos governamentais como Educação para Todos<sup>25</sup>: caminhos para mudança e I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República 1986 a 1989. Em análise aos documentos oficiais citados, observou-se que a universalização da Educação Básica era uma prioridade. Segundo Vieira (2008, p. 81), a “[...] análise das fontes oficiais permitiu detectar uma prioridade explícita em relação a universalização da Educação Básica.”

Em relação às atividades realizadas pelo Ministério da Educação nesse período, vale destacar o relatório denominado "Ações (1985- 1990)", publicado em janeiro de

---

<sup>24</sup> Este tema será analisado no Capítulo II desse trabalho de pesquisa.

<sup>25</sup> Vieira (2018, p. 87) mediante análise diz “É importante assinalar, todavia, que no "educação para todos" teria um foco - as crianças de 7 a 14 anos, ou seja, não exatamente todos. Para elas seriam dirigidas todas as prioridades no sentido de universalizar o ensino fundamental até o final do período.”

1990, em que mostra quais foram as prioridades nacionais, ações e resultados que ressaltaram as iniciativas do governo na realização de discussões e encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996 e do Plano Nacional de Educação, como apresenta Vieira (2008, p. 84):

[...] merecem registro iniciativas do ministério em áreas de interesse do estudo – a LDB e o plano nacional de educação. Há referências a discussões e encaminhamento do anteprojeto de LDB do MEC ao congresso, em setembro de 1989 e de instalação de comissão de alto nível, destinada a apresentar subsídios à elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE, a partir da realização de um diagnóstico e consequente avaliação do ensino público e privado.

As práticas da administração do governo Sarney foram os grandes vetores que explicaram o que aconteceu na política educacional em geral. As trocas de benefícios que definiram a política de privatização da educação foram analisadas por Cunha (1991, p. 266) que, resumindo o período de 1985 até 1990, explicitou que:

Clientelismo, tutela e assistencialismo foram os três vetores da administração educacional da nova república, que nesse aspecto só se distinguiu dos governos militares por juntar-lhes uma bombástica ("tudo pelo social") e pela prática da cooptação dos dissidentes, bem como pela preocupação em não poupar na troca de "benefícios" governamentais por apoio político.

O ministério da educação desenvolve tal estratégia, que desconsidera a definição de prioridades nacionais, leva à fragmentação de recursos, facilita o clientelismo e não permite o acompanhamento dos recursos em educação. Kuenzer (1990, p. 56-57) afirmou que

Com certeza, na área de formulação de políticas educacionais nada se inovou no período de transição em relação aos processos que caracterizaram tanto o período populista quanto o autoritário. Conseguiu-se pelo contrário, e não por acaso, uma interessante mescla do populismo com autoritarismo, através de um processo que, ao pretender ser democrático contrapondo-se à centralização, terminou por caracterizar-se pela ausência de direção e pela fragmentação [...] Desta forma, de uma fase tecnocrática de formulação de planos, passou-se à pulverização dos recursos travestida de descentralização”.

Em suma, a década de 1980 no Brasil apresentou um panorama de transição democrática. A mobilização social se intensificou com o objetivo de instituir novamente as eleições diretas no país.

## 2.2 O Brasil República e as implicações da hegemonia neoliberal: os governos Collor (1990-1992), Itamar (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1997)

O projeto neoliberal<sup>26</sup>, que se consolidou na década de 1990, durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1997)<sup>27</sup>, iniciou-se de maneira assistemática no país, mediante a formação e o robustecimento no poder de um bloco composto por representantes do poder público que assumiram paulatinamente posições políticas e econômicas mais conservadoras, ampliando, assim, o grau de dependência do país aos imperativos do sistema capitalista mundial.

No ano de 1989, ocorreram as eleições diretas para a presidência da república. Segundo Vieira (2015, p. 410), as eleições definiram como seria a “Nova República”, erigindo-a ao mesmo tempo em seu instante mais vital e em sua agonia prolongada. A “Nova República” não desempenhou um papel novo ou original, mas trouxe de volta o infundável “passado no presente”, a conciliação em proveito da classe dirigente.”

Pode-se afirmar que as eleições diretas de 1989 para a presidência da república apresentaram uma enorme pluralidade,

[...] do mais ou menos o mesmo, excetuando um pouco de Leonel Brizola (PDT) e muito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para a maioria dos candidatos, as propostas variavam em torno das mesmas coisas, aludindo quase sempre à educação, à saúde, à habitação, às vezes ao saneamento, e à cesta básica. (VIEIRA, 2015, p. 410).

A vitória de Fernando Collor de Mello, do Partido da Reintegração Nacional (PRN), em 1989, na segunda eleição presidencial depois da ditadura militar, teve como objetivo inserir o país no mundo globalizado: “[...] seria o governo da era da modernidade,

---

<sup>26</sup> O neoliberalismo é identificado como um instrumento de reorganização “política” e “técnica”, desvinculado da base econômica, das relações de produção e reprodução dos interesses de classes da política macroeconômica. Nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. (ANDERSON, 1995, p. 9). Na década de 1970, surge como uma estratégia de superação da crise do modo de produção capitalista sendo identificada como uma corrente teórica para criticar com veemência o Estado de bem-estar social. Segundo Montañó (2008, p. 26) a resposta do capital a crise foi: O “projeto/processo neoliberal” representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face a crise, ao avanço tecnológico, a reorganização geopolítica a às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do estado”.

<sup>27</sup> Continuou na presidência da república em um segundo mandato, de 1998 a 2003 e venceu a eleição presidencial no primeiro turno, tornando-se o primeiro presidente até então a ser reeleito.

da competitividade, comprometido com a construção e consolidação de um novo Estado”. (SILVA, 1999, p. 76).

Fernando Affonso Collor de Mello tinha 40 anos de idade, sendo o mais jovem presidente do Brasil. Nas eleições, obteve 42,75% dos votos, e Luiz Inácio Lula da Silva, seu principal opositor, conseguiu 37,86% deles. Assumiu a presidência em 15 de março de 1990, sob clima nacional de otimismo e de confiança na diminuição imediata da inflação. (VIEIRA, 2015).

O Brasil, em suas diversas políticas sociais viu-se, gradativamente, após o período de 1990 atingido pelas orientações do neoliberalismo:

[...] com as profundas alterações na condução das políticas macroeconômicas e na forma da inserção brasileira à economia internacional, os processos do trabalho registraram amplas alterações. Naquela oportunidade, teve ênfase a preocupação com o Brasil constituir um novo cenário de competitividade decorrente da abertura comercial e financeira do país. (POCHMANN, 2007, p. 8).

O governo Collor elaborou um Projeto de Reconstrução Nacional popularmente chamado de “Projeto”, que previa a reforma do Estado. Alicerçado nesse projeto, a presidência assumiu determinadas decisões políticas, visando atender as exigências dos organismos financeiros. (SILVEIRA, 2009).

Além da subordinação do Estado brasileiro ao receituário neoliberal, o governo Collor sofreu graves denúncias de corrupção<sup>28</sup>, além de “[...] crise econômica, dramaticidade social, erosão política, descontentamento militar, dissensão empresarial, ásperas tensões e até possibilidades de fratura institucional”. (ANTUNES, 2005, p. 16).

Durante o governo de Collor, foram elaborados dois planos econômicos, sendo o primeiro realizado em 1990, reduzindo os saques nas cadernetas de poupança, contas correntes e aplicações a 50 mil cruzados novos. O segundo plano Collor, de 31 de janeiro de 1991, congelou os preços e desindexou a economia. (VIEIRA, 2015).

Nesse período, o Brasil estava entre as dez maiores economias capitalistas e, ao mesmo tempo, tinha um dos salários-mínimos com menor poder aquisitivo do mundo. Pode-se afirmar que o governo Collor se transformou "do sonho ao pesadelo em 18 meses". (VIEIRA, 2015, p. 487). Nesse panorama econômico,

O governo Collor de Melo deu início ao denominado "processo de privatização", sob a alegação de que acontecera a "falência fiscal do

---

<sup>28</sup> Antunes (2005) reforça que Pedro Collor, irmão do presidente Fernando Collor, fez acusações sobre os esquemas de corrupção do presidente com Paulo César Farias.

estado brasileiro”, sequer sem investigar as origens da história e constante dívida interna e externa brasileira, sequer sem julgar e condenar políticos e administradores desonestos e temerários, responsáveis pela permanente bancarrota do país. (VIEIRA, 2015, p. 490).

Em 1991, o presidente Collor depois de denúncias de corrupção, enriquecimento ilícito e tráfico de influências, enfrentou um processo de *impeachment* aprovado pelo Congresso Nacional. Em agosto de 1992, os protestos contra o presidente Collor de Mello

[...] avolumavam-se, a multidão saía as ruas, a pé ou em desfile de carros, quase sempre vestida de preto, pedindo o fim de seu governo. Jornais da época registraram manifestações populares de 100 mil pessoas em Brasília, que se repetiram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santos-SP, em Campinas-SP, em Ribeirão Preto-SP, em São Bernardo do Campo-SP, etc. Calculou-se que, na cidade de São Paulo, em setembro de 1992, 650 mil pessoas associaram-se no ato pelo "impeachment" de Fernando Collor de Mello. (VIEIRA, 2015, p. 479).

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de *impeachment* por 441 votos contra 38, afastando do cargo o presidente. Collor foi substituído por seu vice-presidente, Itamar Franco. Vieira (2015, p. 482) detalha que nesse momento “[...] entrou no exercício do cargo presidencial o vice-presidente, Itamar Augusto Cautiero Franco que, segundo se noticiou, teria garantido aos militares a colocação de tropas nas ruas a fim de assegurar a ordem.”

Neves (2005) argumenta que o processo de *impeachment* não conseguiu obstruir a execução das políticas de cunho neoliberal, que foram aprofundadas no governo Itamar Franco, que assumiu a presidência e recebeu do governo Collor algumas heranças, tais como:

[...] um governo marcado por um bonapartismo político, um neoliberalismo econômico subordinado e uma corrupção compulsiva, que penetrava todos os poros da sociedade política. Herdou um acentuado processo de desindustrialização, uma recessão intensificada e uma privatização dilapidadora do capital produtivo estatal. Herdou ainda uma crise aguda, econômica, social e ética, caracterizada por uma simultaneidade sem precedentes em nossa história republicana, o que lhe conferiu um traço singular. (ANTUNES, 2005, p. 20).

A economia brasileira no governo de Itamar Franco apresentou crescimento seguido de aceleração das novas formas de organização do trabalho e das inovações tecnológicas. Assim, ampliou a participação dos trabalhadores na definição das políticas econômicas com direito a voz e voto nas instâncias decisórias criadas pelo presidente, como o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (1993).

Outra ação desse governo foi a implantação do Plano de Ação Imediata (PAI), no ano de 1993, que previa:

I) corte e maior eficiência de gastos; II) recuperação da receita tributária; III) fim da inadimplência de Estados e Municípios em relação às dívidas com a União; IV) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais; V) saneamento dos bancos federais; e VI) privatização. (SILVEIRA, 2009, p. 96).

Itamar Franco designou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores. Nessas pastas ministeriais, como ministro, FHC chefiou a elaboração do Plano Real, que estabilizou a economia e seguiu toda a engenharia econômica neoliberal elaborada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), estimada sem restrições pela social-democracia brasileira. Esse ato teve a intenção de apresentar o Ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, para sua futura candidatura a presidente do Brasil. (NEVES, 2005).

Em decorrência do sucesso do plano, FHC foi eleito presidente da República no primeiro turno da eleição de 1994. Na campanha presidencial de 1994, apresentou alguns documentos, tais como “Mãos à Obra, Brasil: proposta de governo”, planejamento político-estratégico e o relatório de atividades do ano de 1995. Esse projeto de desenvolvimento era constituído

[...] na perspectiva de que “o Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto”, expressão reveladora das intenções de buscar mecanismos para se dar “o salto para o desenvolvimento da justiça social”. O texto parte de um diagnóstico da falência do Estado, decorrente, entre outras causas, de relações clientelistas entre o setor público e o privado. Nesse quadro constata-se o “esgotamento de nosso modelo de desenvolvimento baseado na industrialização protegida”. (VIEIRA, 2004, p. 202).

O governo de FHC (1995-1998) inaugurou uma nova ofensiva neoliberal no país ao encaminhar o Projeto de Emenda Constitucional n. 173, que tratava da reforma do aparelho do Estado brasileiro. Segundo Vieira (2015, p. 563), FHC, ao assumir a presidência do Brasil no dia 1º de janeiro de 1995, anunciava “[...] as primazias da defesa do Plano Real e da mudança na Constituição Federal de 1988, e da ‘Nova República’, a ‘Constituição Cidadã’.”

Em 1995, iniciou-se a Reforma do Aparelho de Estado, que consolidou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) instituído, nesse ano, como instrumento que apontava o Estado como responsável pela crise fiscal, pela inflação e

pela deterioração dos serviços públicos. Esse instrumento passou a subsidiar o processo de estabilização e do crescimento da economia.

Com o suporte da popularidade conquistada pela estabilização da economia, o novo presidente principiou sua administração estruturando uma ampla reforma nas políticas e no aparelho de Estado para reduzir o custo Brasil, solucionar a crise da economia brasileira e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada. Prosseguiu com as reformas econômicas iniciadas: as taxas de inflação continuaram baixas, houve a privatização de diversas empresas e a abertura de mercado, fato que deu maior visibilidade no mercado externo. (ANTUNES, 2005).

O PDRAE propunha a reforma do aparelho administrativo governamental com bases gerenciais e, em detrimento da administração burocrática adotada em governos anteriores, Oliveira e Fernandes (2009, p. 3) reafirmam que:

[...] ao conceber a crise econômica como uma crise do Estado, a reforma administrativa brasileira propõe a superação da forma de administrar o Estado, ou seja, a substituição da administração pública burocrática pela administração pública gerencial é apresentada como solução para os problemas de clientelismo, burocratismo e patrimonialismo e obedece a critérios gerenciais de eficiência, cuja ênfase é o controle gerencial de resultados.

Posteriormente à instituição do PDRAE, essa política de gestão ganhou dimensão nacional introduziu a gestão gerencial nas instituições de ensino e, conseqüentemente, interferiu no trabalho dos professores, desencadeando perdas de garantias trabalhistas. (OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Entraram em cena, a partir de então, conceitos de administração e eficiência, tais como controle dos resultados, descentralização do poder, ênfase na qualidade, flexibilização da estabilidade, permissão de regimes jurídicos diferenciados, como também a responsabilização e participação da sociedade civil na elaboração de políticas sociais por meio do terceiro setor.

Tendo em vista nosso objetivo de compreender a educação, abordaremos, a seguir, as reformas educacionais, na década de 1990. As concepções neoliberais adotadas foram realizadas como alternativa para a superação da crise da economia capitalista, impondo-se à educação a necessidade da realização de reformas nos sistemas de ensino com o objetivo de adequá-los às exigências do mercado de trabalho competitivo.

### 2.3 Caracterização da educação nos anos de 1990 a 1996

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) no âmbito educacional se caracterizou por uma série de discursos e se registraram poucas ações, visto que os projetos educacionais não se materializaram por causa da inexistência do comprometimento da União. Os ministros da educação nesse governo foram dois: Carlos Chiarelli (15/03/1990 a 21/08/1991) e José Goldenberg (22/08/1991 a 04/08/1992).

A implementação do Programa Setorial de Ação do governo Collor na área de educação 1991-1995 estabelecia as mesmas propostas do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. Posteriormente, em meio ao caos político e econômico, outro projeto, intitulado “Brasil: um projeto de reconstrução nacional”, foi lançado em fevereiro de 1991, mas também não obteve repercussão. (VIEIRA; FREITAS, 2007).

Nesse período apenas alguns documentos nacionais contemplaram a educação, dentre os quais destacam-se o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) de setembro de 1990; o Programa Setorial de Ação (1991- 1995), de dezembro de 1990; e Brasil: um projeto de reconstrução nacional, publicado em fevereiro de 1991.

Em setembro de 1990, o “Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania” foi divulgado pelo governo na mídia e encarado como uma estratégia de *marketing*. Esse plano não somente estava destinado à alfabetização, bem como adentrava as demais áreas de atuação do Ministério da Educação, exceto o ensino superior.

Na gestão Collor, inicia-se também um movimento importante para a defesa dos Direitos da Infância e do Adolescente, ação que não começa com os “[...]segmentos ligados à educação, mas de um momento cuja origem se situa já no processo da assembleia nacional constituinte e que resultou no compromisso constitucional em torno dos deveres da família da sociedade e do estado para com a criança e o adolescente”. Assim, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mediante a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (BRASIL, 1990).

No governo de Itamar Franco (1992-1994), o ministro da educação foi Murílio Hingel (05/10/1992 a 31/12/1995). Nesse período, algumas mudanças foram percebidas na área da educação como, por exemplo, os debates com o objetivo de elaborar o Plano de Desenvolvimento da Educação (1993) e a realização da Conferência Nacional de Educação para Todos (1994), a qual realizou discussões de temas iniciados nos governos anteriores. Essas ações como a elaboração do plano e a conferência representaram a retomada e definição da política educacional. (VIEIRA, 2008).

O movimento dos educadores, ensejado por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação (1993) e da realização da Conferência Nacional de Educação para Todos (1994), caracterizou-se como um estilo de gestão governamental que buscou ouvir a sociedade e direcionar um futuro horizonte para a educação brasileira. (VIEIRA, 2008). Em relação à educação nesse governo, Vieira; Freitas (2008, p. 166) defendem que:

Ainda que com Itamar se identifique uma “tentativa de retomada” dos rumos da política educacional no âmbito federal, como se verá adiante, é no governo seguinte que este movimento vai se explicitar. Procedendo a um balanço desta gestão, há um saldo positivo no sentido do debate que se promove a pretexto dos eventos em torno do Plano Decenal e da Conferência Nacional. Acumula-se uma reflexão para o próximo governo. Quando este assume, porém, não revela disposição para incorporar as contribuições da administração antecedente.

Em 1993, o governo elaborou o documento denominado “Diretrizes de Ação Governamental”, que foi um instrumento de planejamento. Dentro desse marco, foram elaborados diversos documentos que estavam destinados à planificação setorial e, no caso da educação, o documento recebeu o nome de Linhas Programáticas da Educação Brasileira (1993/1994).

Outro documento implementado para a gestão educacional nacional foi “Educação no Brasil: situação e perspectivas” (1993). O texto não era um instrumento formal de planejamento, mas indicava as diretrizes da educação no país: Enfim, embora Itamar não tenha configurado notadamente uma política educacional, observou-se, em seu governo, a preocupação em reestruturar e implementar ações que se perfilavam como políticas públicas tendentes a organizar os sistemas de ensino e a oferta de educação pública no Brasil.

Para tanto, o documento buscava promover a universalização do ensino fundamental e a eliminação do analfabetismo, metas que haviam sido estabelecidas na constituição, porém recebeu muitas críticas dos educadores pela ausência de uma política educacional concreta.

A seguir, serão analisadas algumas iniciativas importantes do governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo ministro da educação foi Paulo Renato Souza (01/01/1995) a 01/01/1998). O projeto político para a educação nesse governo realizou modificações na legislação que regulamenta a educação como, por exemplo, na Emenda Constitucional n. 14/1996, no capítulo da educação da Constituição Federal, artigos 34, 208, 212 e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) no artigo 60.

As alterações visam: permitir a intervenção da União nos Estados, caso estes não apliquem o valor mínimo exigido por lei (Art. 34); rever o dever do Estado na oferta de ensino fundamental para os que a ele não tiveram acesso em idade própria e de ensino médio (Art. 208); definir as responsabilidades das diferentes esferas do poder público em relação à oferta de ensino (Art. 211); detalhar os recursos aplicados pela união na erradicação do analfabetismo e na manutenção do ensino fundamental (Art. 212); e, prever a criação de fundo de natureza contábil para a manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização de seu magistério (ADCT, Art. 60). (VIEIRA, 2008, p. 166).

Nesse período, foi elaborado e implementado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei n. 9.424/1996 e ocorreram discussões sobre o Plano Nacional de Educação que foi aprovado em 1998<sup>29</sup> e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)<sup>30</sup>, Lei n. 9.394/1996 foi promulgada cujos princípios democráticos e participativos expressavam, em todas as normativas, o reordenamento da educação no país. Estabeleceu novos *locus* de formação docente, pois, além das instituições universitárias, previa a criação de Institutos Superiores de Educação, que suscitaram intensos debates. (SAVIANI, 1997).

Na LDB de 1996, definiram-se dois níveis de escolarização: educação básica, que contempla a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e o ensino superior, no intuito de capacitar a força de trabalho, intensificando as mudanças no setor educacional.

No artigo 87 das Disposições transitórias, no parágrafo quarto, a referida Lei fixou que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Fixou-se um prazo de dez anos para que a regra passasse a valer plenamente, ou seja, a partir do ano de 2007.

Entre os anos de 1970 a 1990, ocorreram fatos determinantes para o engajamento dos trabalhadores em educação na luta por políticas educacionais democráticas de qualidade, sobretudo referentes à formação de professores. Contudo, a viabilidade desses movimentos dos educadores teve o apoio de entidades que subsidiaram as discussões e

---

<sup>29</sup> O presente estudo limita-se ao período compreendido entre 1980 e 1996, portanto somente contemplará o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, que terminou no ano de 1998.

<sup>30</sup> As discussões em relação a LDBEN serão ampliadas no segundo capítulo desta tese.

debates, ocasionando as conquistas que se efetivaram posteriormente na promulgação da LDBEN. (SAVIANI, 1997).

A conjuntura política e econômica brasileira expressou as contradições da década anterior com a década de 1990 que, de um lado apresentou movimentos de redemocratização com as Diretas Já, a Constituinte, as discussões sobre a LDBEN, a primeira eleição direta pós golpe militar e o *impeachment*. De outro, impôs o acentuado déficit social e produtivo do país com políticas nacionais conduzidas por organismos econômico-financeiros multilaterais. Essas mudanças estruturais provocaram a desregulamentação da economia e deram abertura ao capital internacional. O período implicou a estagnação do sistema educacional, o qual permaneceu quase sem alterações, aguardando a consolidação dos debates que culminaram na aprovação da LDBEN em 1996.

Depois da análise do âmbito nacional, abordamos, na mesma perspectiva, os aspectos históricos, políticos e sociais do estado de Mato Grosso do Sul no momento de seu processo de divisão e implantação como novo estado, com o objetivo de mostrar em qual momento histórico foi criado o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no *campus* de Campo Grande.

#### **2.4 O estado de Mato Grosso do Sul: movimento histórico, político e social (1980-1996)**

A história do estado de Mato Grosso do Sul remete à década de 1970, período de grande efervescência política para o desmembramento do estado. No ano de 1974, o governo federal iniciou estudos sobre a região do estado de Mato Grosso, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que destacou a diversidade das regiões norte e sul desse estado e as potencialidades de desenvolvimento de cada região, posicionando-se favorável à viabilidade, conveniência e oportunidade para a concretização da divisão. (ROCHA, 1992).

No sul do estado, na cidade de Campo Grande, a burguesia rural da região, interessada na divisão de Mato Grosso, reativou a Liga Sul-mato-grossense, cujos integrantes desenvolveram estratégias para criar desentendimentos entre os cuiabanos e os sulistas, com o objetivo de mostrar ao presidente Ernesto Geisel que a divisão deveria ocorrer. (ROCHA, 1992).

No entanto, o governo federal decretou a divisão do estado mediante a publicação de documentos oficiais, afirmando que esta decisão

[...] estava inserida numa estratégia mais ampla de integração nacional, de manutenção do crescimento econômico e de incessante busca do bem-estar da coletividade. Em síntese, buscava-se com a referida divisão atender aos mais altos interesses nacionais. (ROCHA, 1992, p. 26).

Em 24 de agosto de 1977, o presidente Geisel enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei de criação do estado de Mato Grosso do Sul, afirmando a necessidade do desmembramento da região sul de Mato Grosso. Em discurso oficial do governo federal, a divisão do estado foi apresentada

[...] como o coroamento de um processo que vinha de longa data, como o início de um sonho acalentado pelos sulistas, desde o final do século passado, e ainda, como o atendimento oportuno e eficaz das necessidades econômicas das regiões norte e sul do Estado. (ROCHA, 1992, p. 26).

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado durante a ditadura cívico-militar, por meio da Lei Complementar n. 31, em 11 de outubro de 1977, assinada pelo presidente Ernesto Geisel e a sua instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1979, momento que compôs a Assembleia Estadual Constituinte. No processo de divisão, não houve participação popular, portanto a maioria dos habitantes não soube do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional e da sua aprovação em setembro. Os sul-mato-grossenses apenas souberam da divisão do estado em outubro no dia da sua efetivação. (BITTAR, 2009).

O Presidente justificou a criação do estado de Mato Grosso do Sul nos seguintes termos:

Foi preocupação do meu governo abrir o caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do País, que considero de suma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma imposição geográfica; decorrente, também, do desenvolvimento do País e, sobretudo, da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora fazem apenas em estado potencial. Mas decorrente, também, de uma necessidade de ordem política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação no dia de amanhã.<sup>31</sup> (ROCHA, 1992, p. 26).

---

<sup>31</sup> Discurso do Presidente Geisel após sancionar a Lei que criou o estado de Mato Grosso do Sul. *O Estado de São Paulo*, 12 de outubro de 1977 (ROCHA, 1992, p. 26).

Segundo Dorothy Rocha (1992), para compreender os reais motivos da divisão de Mato Grosso, é necessário explicar quais seriam os “mais altos interesses nacionais”. Em análise ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, destacaram-se as atribuições ao setor agropecuário de sustentar o ‘alto’ dinamismo da economia, reduzir o déficit na balança de comércio, colaborar na manutenção do crescimento acelerado e abrir novas frentes na conquista de mercados externos.

O novo estado da federação, com um Poder Executivo sustentado nos ditames da racionalidade, iria criar estratégias para acelerar o crescimento desse processo que, no final da década de 1960 e início da década de 1970, já estava presente no sul do estado de Mato Grosso.

A divisão foi justificada, ainda, pela grande extensão territorial do estado de Mato Grosso, que tinha 1.231.549 quilômetros quadrados, pelas diferenças geográficas, diversificação do processo de povoamento, das condições históricas e econômicas, bem como dos meios de comunicação. (ROCHA, 1992).

Para o presidente Ernesto Geisel, a divisão do estado seria o caminho

[...] adequado para acelerar o desenvolvimento econômico e social de ambos os Estados; o sul, com excelentes condições para tornar-se grande produtor de grãos e de carne; o norte, com condições para o rápido povoamento e ocupação dos extensos vazios. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 248).

Nesse momento histórico, em termos econômicos, constata-se um crescimento real dos recursos financeiros do estado de Mato Grosso do Sul no que se refere à análise da receita total, comparando o ano de 1978 com 1979, de 22% da receita total a preços do ano e, no que tange à receita total a preços correntes, houve um crescimento de 87% do ano de 1978 para 1979, <sup>132</sup>.

---

<sup>32</sup> A criação do estado de Mato Grosso do Sul ocorreu no ano de 1977, contudo, optamos em analisar os recursos financeiros dos primeiros anos depois da divisão do estado.

**Tabela 1 - Receita Total do estado de Mato Grosso do Sul – 1978/1979**

ESPECIFICAÇÃO	ANO		TAXA DE CRESCIMENTO
	1978	1979	
Receita Total (a preços correntes)	2.639.017	4.942.458	87%
Receita Total (a preços de 1979)	4.062.221	4.942.458	22%

**Fonte:** Balanço do estado de Mato Grosso do Sul – Exercício de 1979. Orçamento do estado de Mato Grosso do Sul – Exercício 1980.

**Organização:** Severino, 2020.

Observa-se na Tabela 2 sobre a composição da receita arrecadada, que a receita tributária representava um importante componente da receita total do estado de Mato Grosso do Sul, apresentando, conforme Tabela 2, um aumento de 71% no período de 1978 para 1979 na Receita Tributária do Estado, justificando que, após a criação do Estado, a receita obteve crescimento.

**Tabela 2 - Composição da receita (arrecadada) do estado de Mato Grosso do Sul 1978/1979**

ESPECIFICAÇÃO	1978	1979	%
Receita Tributária	2.033.781	3.488.444	71%
Transferências	576.326	1.250.939	25%
Outras Receitas	28.810	203.075	4%
<b>TOTAL</b>	<b>2.638.917</b>	<b>4.942.458</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Balanço do Estado de Mato Grosso do Sul – Exercício de 1979. Orçamento do Estado de Mato Grosso do Sul – Exercício 1980.

**Organização:** Severino, 2020.

De modo geral, a receita tributária contribuiu economicamente para o fortalecimento do movimento em prol da divisão do estado entre a região sul e norte como evidenciaram as Tabelas 1 e 2. Nesse sentido, durante esse período, o governo de Mato Grosso foi progressivamente descentralizando a sua estrutura administrativa, organizando suas empresas para atender ao gerenciamento das duas regiões.

Com o término do processo da divisão do estado, era de responsabilidade do presidente da República indicar o primeiro governador e colaborar, por meio de uma

Comissão Especial, no gerenciamento da instalação da nova unidade federativa. E ainda, surgiu a necessidade de reprodução do capital, ou seja, a de manter o “alto” dinamismo da economia, enquanto em âmbito nacional, o “milagre econômico” estava chegando ao fim.

O novo estado, Mato Grosso do Sul, situado na região Centro-Oeste, possui uma localização privilegiada geográfica e economicamente por fazer parte de um corredor de exportação. Ao norte, faz divisa com o estado de Mato Grosso e Goiás, ao sul com o Paraguai e o estado do Paraná, ao leste com os estados da região sudeste, São Paulo e Minas Gerais, e no oeste faz fronteira com os países Paraguai e Bolívia. (IBGE, 2017).

**Figura 1** - Representação do estado de Mato Grosso do Sul



**Organização:** Severino, 2020.

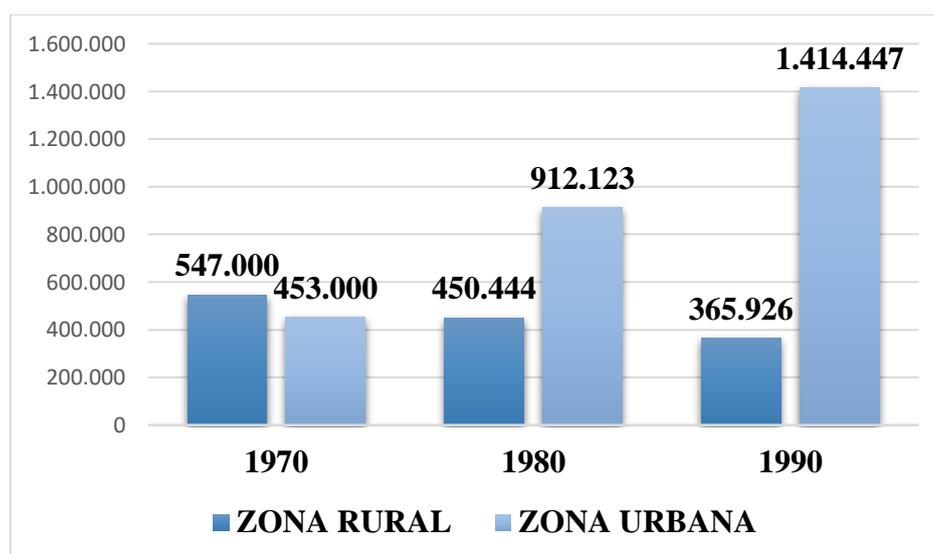
O território de Mato Grosso do Sul integrou-se com 55 municípios, totalizando 350.549 quilômetros quadrados. Em 1970, esses municípios possuíam um milhão de habitantes, sendo 453.000 na zona urbana e 547.000 na rural. A densidade demográfica era de 2,85 habitantes por quilômetro quadrado, contra 0,68 de Mato Grosso. (BITTAR, 2009).

Os dados estatísticos populacionais do estado de Mato Grosso do Sul foram apresentados no Censo Demográfico de 1980, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrando que havia, no total, 1.369.567 habitantes, sendo que 912.123 habitantes residiam na zona urbana, 67,11%, e na zona rural o quantitativo era de 450.444 habitantes, 32,69%. (FERNANDES, 2000). Em relação à população rural e urbana no estado, o autor Queiroz (1998) afirma que os dados populacionais

[...] mostram a diminuição relativa e absoluta, além da população rural em seu conjunto, também do pessoal efetivamente ocupado nas atividades agropecuárias. Essa diminuição, se é pouco significativa em números absolutos, é no entanto bastante acentuada em termos relativos: enquanto, em 1970, o pessoal ocupado no campo representava cerca de 73% do total da população economicamente ativa do estado, em 1985 ele constitui apenas cerca de 38% dessa população.

Em relação à década de 1990, os dados populacionais foram registrados no Censo Demográfico de 1991 pelo IBGE e apresentou 1.780.373 habitantes no total. Na zona urbana, estavam 79,45% dos habitantes, ou seja, 1.414.447 pessoas residindo nas cidades. Na zona rural, 20,55% dos habitantes, isto é, 365.926 pessoas. (FERNANDES, 2000).

**Gráfico 1** - População do estado de Mato Grosso do Sul nas zonas urbana e rural



**Fonte:** Fernandes, 2000.

**Organização:** Severino, 2020.

Os dados estatísticos presentes no Gráfico 1 demonstram o processo de urbanização do estado de Mato Grosso do Sul. Fernandes (2000, p. 91, grifo do autor) analisa as consequências do processo de urbanização para o Estado.

Naquele momento o Estado *modelo* como o resto do país vivia as consequências da crise econômica. O déficit da balança de pagamentos, altas nos juros dos empréstimos internacionais, a crescente inflação e o êxodo rural agravaram de tal modo as condições materiais de vida da população, que mesmo um Estado considerado agropecuário como Mato Grosso do Sul, com pólos urbanos de baixa densidade demográfica e uma população eminentemente rural, passa a conviver com o inchaço populacional de suas cidades traduzido nas grandes periferias e favelas.

Nesse cenário, a capital do Estado, Campo Grande, localizada na região-central, concentrava cerca de 300.000 habitantes na área urbana no início da década de 1980. Segundo dados presentes no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (1981-1983), a capital permaneceu com crescimento populacional:

A tendência de crescimento permanece elevada, na medida em que Campo Grande, principal polo de desenvolvimento do Estado, funciona como fator de atração da corrente migratória, ensejando a formação de contingente urbano em situação de marginalidade social. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL 1981-1983, p. 15).

Os dados apresentados no Gráfico 1 permitem entender que, em âmbito nacional, o projeto desenvolvimentista no Brasil

[...] tentou dar conta de resolver aquilo que poderia ser um impulsionador do caos social. Se por um lado tinha-se um estado autoritário, centralizador, por outro, tinha-se uma forte demanda social emergente do modelo econômico que se estabeleceu no país no pós-60 Caracterizada por reivindicações e pressões de todos os tipos, exigindo desde liberdades políticas até atendimentos emergenciais para que contingentes da população não morressem de fome. (FERNANDES, 2000, p. 92).

Em relação à organização política e disputas pelo poder no estado de Mato Grosso do Sul, a indicação do primeiro governador estava regulamentada pela Lei Complementar n. 20/1974 e, de acordo com a normatização, deveria ser nomeado até 31 de março de 1978 e tomar posse em 1º de janeiro do ano seguinte. Quanto à nomeação do primeiro dirigente do novo estado, ela ocorreu da seguinte maneira:

[...] depois que o Senado Federal aprovasse o nome indicado pelo presidente da república. O seu mandato encerrar-se-ia em março de 1983 tal como o mandato dos governadores dos demais Estados que seriam eleitos em 1º de setembro de 1978. O Governador, nos termos da citada Lei Complementar, seria demissível ad nutum. De acordo com o 1º parágrafo do Art. 4º desta Lei, era, também, prerrogativa do Presidente da República designar, em casos de impedimento, o substituto do governador. Estas prerrogativas foram exercidas pelo

Planalto mais de uma vez, já que no período de 31 de março de 1978 até a eleição direta do primeiro governador em 1982, o Estado de Mato Grosso do Sul teve, como já foi dito, três governadores, o primeiro indicado pelo Presidente Geisel e os dois seguintes pelo Presidente Figueiredo. (ROCHA, 1992, p. 30).

A escolha do primeiro governador não foi uma tarefa fácil, pois o presidente Geisel teve que conciliar os interesses de âmbito nacional e local no seu próprio partido, a ARENA. Assim, dentro do partido surgiram conflitos que formaram dois grupos intitutados independentes e ortodoxos.

Dorothy Rocha (1992) descreve os dois lados denominando de ala ortodoxa aos políticos que apoiavam fielmente o golpe de 1964, tinham sua expressão econômica baseada na agricultura extensiva e eram representados principalmente por José Fragelli, ex-governador de Mato Grosso (1971-1974) e pelos senadores Rachid Saldanha Derzi e Antônio Mendes Canale. A ala dos independentes era comandada por Pedro Pedrossian, nesse momento já considerado o primeiro governador de Mato Grosso do Sul, representando uma outra parcela da burguesia rural, ou seja, por produtores rurais que implementaram mudanças na agropecuária com o uso de tecnologias mais avançadas. O governador também representava os interesses das classes burguesa industrial que estava nascendo.

Até a eleição de Pedro Pedrossian, como governador de Mato Grosso, em 1965, a fração mais tradicional da burguesia rural, a pecuarista, exercera hegemonia na região sul desse Estado. Estas duas frações da burguesia, na disputa pelo poder, acabam, inviabilizando a escolha, pelo Presidente Geisel, de um político local para o cargo de governador. (ROCHA, 1992, p. 30).

A partir dos anos 1980, em decorrência das disputas pela administração do estado, entre as duas frações da burguesia sulista, o governo federal indicou três governadores em 1982 e a eleição aconteceu somente em 1984.

O Quadro 4 apresenta informações referentes aos governadores do estado de Mato Grosso do Sul. Constatou-se, no período de 1979 a 1998, que os governantes, mesmo pertencendo ao pedrossianismo e antipedrossianismo, em sua maioria atendiam aos interesses das frações da burguesia agrária e empresarial sul-mato-grossense. (BITTAR, 1999).

**Quadro 4** - Governadores do estado de Mato Grosso do Sul no período de 1979-1998

PERÍODO DO GOVERNO	GOVERNADOR	PARTIDO
<b>ELEIÇÕES INDIRETAS</b>		
01/01/1979 a 12/06/1979	Harry Amorim Costa	ARENA
13/06/1979 a 30/06/1979	Londres Machado	ARENA
30/06/1979 a 28/10/1980	Marcelo Miranda	PDS
28/10/1980 a 07/11/1980	Londres Machado	PDS
07/11/1980 a 14/03/1983	Pedro Pedrossian	PDS
<b>ELEIÇÕES DIRETAS</b>		
15/03/1983 a 14/05/1986	Wilson Barbosa Martins	PMDB
14/05/1986 a 14/03/1987	Ramez Tebet	PMDB
15/03/1987 a 14/03/1991	Marcelo Miranda	PMDB
15/03/1991 a 31/12/1994	Pedro Pedrossian	PTB
01/01/1995 a 31/12/1998	Wilson Barbosa Martins	PMDB

**Fonte:** Bittar (1999).

**Organização:** Severino, 2020.

Harry Amorim Costa foi o primeiro governador nomeado pelo presidente Ernesto Geisel e tomou posse em 1º de janeiro de 1979. Foi exonerado pelo presidente João Batista de Figueiredo, em 12 de junho de 1979, por pressões de políticos do Estado, principalmente porque o governador não era sul-mato-grossense, além de ser objeto de críticas por ter seguido uma administração técnica.

As primeiras medidas adotadas pelo governo de Harry Amorim Costa tinha como escopo a montagem dos vários aparelhos administrativos do Estado. Para tal, ele inundou as páginas do primeiro número do Diário Oficial, de 01 de janeiro de 1979, com uma quantidade considerável de decretos-leis, todos relacionados com as estruturas orgânicas tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário. O Decreto-Lei nº 8/79, por exemplo, especificava as características da secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, cuja função principal era de gerir o conjunto das políticas públicas, tais como: educação, cultura, desporto, saúde, trabalho e promoção social. (FERREIRA JR., 2003, p. 67).

Após a saída de Costa, assumiu o comando Londres Machado, que provisoriamente governou o estado de 13 de junho de 1979 até 29 de junho de 1979. A seguir, foi designado pelo presidente da República para comandar o estado Marcelo

Miranda, em 30 de junho de 1979, e exonerado em 30 de outubro de 1980. Bittar (2009, p. 181-182) descreve esse momento histórico:

Mesmo que fosse o caso, não haveria tempo para aplausos. Marcelo Miranda Soares governou pouco mais de um ano (junho de 1979 a outubro de 1980), não por que houvesse discordância da oposição quanto aos seus atos administrativos, mas porque o Palácio do Planalto assim o decidira, acolhendo a pretensão de Pedrossian.

O governador Marcelo Miranda foi substituído por Pedrossian, (PDS) que cumpriu o seu primeiro mandato de 1980 a 1983. Em 1980, o estado de Mato Grosso do Sul tinha uma população economicamente ativa

[...] representava 42,6% da população residente. Naquele ano, o setor terciário da economia ocupava 46,8% da PEA, seguido da agropecuária com 35,6% e o secundário com 17,6%. Já em 2011 a PEA/MS contava com 1.304.852 pessoas, representando 52,7% da população, os dados mostram que o setor terciário apresentou no período 1980/2009 um acentuado avanço na ocupação da população sul-matogrossense, sendo que do total da PEA registrada no último ano da série acima colocada, 67,0% estão no setor terciário (atividades de comércio e serviços), 18,9% estão no setor secundário e 14,0% na agropecuária. (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 37).

Em relação à renda dos trabalhadores no ano de 1980, a capital do Estado apresentou grandes distorções na distribuição salarial: “[...] 81% deles ganhavam até três salários mínimos, enquanto 1,5% mais de 20. Dos que ganhavam até três salários, 48% recebiam até um salário mínimo e 23% até 0,5 salário. Além disso, até 1983, 63% da população economicamente ativa trabalhava sem registro formal”. (BITTAR, 2009, p. 355).

No início da década de 1980, em âmbito nacional o desemprego começou a ameaçar, aumentando os empregos informais<sup>33</sup>. Essas relações informais de trabalho “[...] deixam os trabalhadores à mercê das regras do mercado competitivo e das acelerações inflacionárias do período.” (SENNÁ, 2000, p. 40).

Pedro Pedrossian foi nomeado pelo presidente da República João Batista Figueiredo e iniciou seu mandato em 6 de novembro de 1980 até 15 de março de 1983<sup>34</sup>. Seu governo possuía um estilo centralizador e autoritário, que se destacou pelo arrocho

<sup>33</sup> Os empregos informais são aqueles em que os trabalhadores exercem suas funções sem carteira de trabalho assinada. (SENNÁ, 2000).

<sup>34</sup> Assumiu o governo em 6 de novembro de 1980, após seu nome ter sido aprovado pelo Senado por maioria simples, com 33 votos a favor, 24 contra e duas abstenções. (BITTAR, 2009, p. 183).

salarial e por arbitrariedades contra os servidores públicos em geral, principalmente os professores. (BITTAR, 2009).

A nomeação do senador Pedro Pedrossian para o governo estadual ocorreu, portanto, no âmbito duma conjuntura nacional na qual os principais traços da tradição democrática já estavam delineados. O seu governo tinha uma difícil missão a realizar pela frente: ajudar no prolongamento da vida política do regime militar impedindo que as forças democráticas ganhassem as eleições diretas de 1982 em Mato Grosso do Sul. (FERREIRA Jr., 2003, p. 84).

Durante o governo de Pedro Pedrossian, em âmbito nacional, a conjuntura era de exaustão do milagre econômico brasileiro e de redemocratização do país. Entretanto, o Estado

[...] parecia não se dar conta do que acontecia em âmbito nacional. Tanto é que continuaram as grandes obras no estilo anterior (Parque dos Poderes, a sede do governo, a ampliação da malha viária, por exemplo). Entretanto, para o funcionalismo público e para a população o custo social desse momento foi muito mais sentido que o anterior. A educação, a saúde e a segurança pública foram setores fortemente atingidos pela política do desmando e do arrocho salarial. (FERNANDES, 2000, p. 92).

De acordo com Senna (2000), em relação à situação econômica do estado de Mato Grosso do Sul, pode-se identificar que, no período de 1979-1982, foi o momento em que o Estado apresentou um atraso em seu desenvolvimento econômico e suas atividades estavam voltadas estritamente ao fornecimento de matéria-prima.

Nesse momento histórico, ocorreu a instalação de grandes empresas com atuação no comércio de matérias-primas, bem como o surgimento de grupos especializados em produtos industrializados de consumo urbano. Para autora supracitada:

A organização do setor é evidente quando se verifica que, em 1982, já estavam cadastradas nas Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS), mais de 3800 unidades, contra 2600 apontadas dois anos antes pelo Censo Industrial. Enquanto no período de 75-80 foram implantadas apenas 605 indústrias, na década de 80, em menos de dois anos, implantaram-se mais de 1.200. (SENN, 2000, p. 33).

Em relação ao governador Pedro Pedrossian, apesar de governar por um curto período – de 07 de novembro de 1980 até 14 de março de 1983 – o Estado “[...] desgastou-se rápida e profundamente. Combatido pelos professores, cujo piso salarial foi rebaixado e pelas oposições representadas pelo PMDB, PT e PDT, o governo Pedro Pedrossian foi associado, durante a campanha ao contrabando no estado.” (BITTAR, 2009, p. 207).

Em março de 1983, final do mandato como governador, Pedro Pedrossian deixou o Estado “[...] fortemente endividado pelos empréstimos contraídos tanto nacional quanto internacionalmente, feitos para realizar as grandes obras.” (FERNANDES, 2000, p. 103).

Entretanto, Pedro Pedrossian continuou estabelecendo articulações que elegeram Wilson Barbosa Martins, que foi o primeiro governador eleito<sup>35</sup> pelos sul-mato-grossenses, iniciando seu governo no dia 15 de março de 1983 até 15 de maio de 1986, quando se afastou do comando do estado para concorrer ao senado. Em seu lugar, tomou posse o vice Ramez Tebet, que concluiu o mandato em 14 de março de 1987.

No que diz respeito à vitória de Wilson Barbosa Martins nas eleições diretas para o governo do estado de Mato Grosso do Sul, Fernandes (2000, p. 93) faz uma análise acerca desse pleito eleitoral:

Quando, em 1982, o PMDB ganha as eleições para o governo do estado com Wilson Barbosa Martins cuja história política remonta a formação das tradicionais elites políticas mato-grossenses, é esse o quadro que encontra. O paradoxo é que, apesar de o PMDB posar de oposição, e, de fato, em Mato Grosso do Sul ele se opunham ao PDS – Partido Democrático Social – essa Oposição não questionava a ordem de dominação, tão pouco as relações entre capital e trabalho. Opunha-se, sim, à forma de fazer governo do então Governador Pedro Pedrossian.

Segundo Bittar (2009), o candidato Wilson Barbosa, eleito nesse momento histórico, serviu de “figura decorativa” visto que Pedrossian interferiu no processo eleitoral, combatendo a candidatura dos adversários como Levy Dias, que era expressivo na política do estado de Mato Grosso do Sul.

O segundo momento iniciou em 1983 a 1986, período em que houve um crescimento por demandas produtivas e sociais. Essa situação propiciou ao governo desenvolver ações para melhoria da arrecadação estadual como o aprimoramento da estrutura físico-arrecadadora com a função de elevar os níveis da receita estadual. (SENNA, 2000).

No ano de 1986, Pedro Pedrossian e Lúdio Martins Coelho se uniram ao PTB para a campanha eleitoral e foram derrotados por Marcelo Miranda Soares do PMDB, que retornou ao comando do estado depois de sete anos. Em relação à eleição, observou-se que o “[...] sucesso Eleitoral de Marcelo Miranda Soares, em 1986, deveu-se a uma conjuntura de fatores. Um deles foi a associação do PMDB à continuidade do Plano

---

<sup>35</sup> A Emenda Constitucional de 29 de novembro de 1980 reestabeleceu o voto direto para as eleições de governadores.

Cruzado, Carro Chefe das campanhas peemedebistas naquela eleição.” (BITTAR, 2009, 261).

Marcelo Miranda, na chefia do Poder Executivo, no período 1987-1990, pretendia desencadear ações visando a modificação da estrutura produtiva do Estado. Nesse sentido a diretriz fundamental de seu governo foi a de transformar as características de Mato Grosso do Sul de estado produtor e exportador de matéria-prima para a de estado industrializado. (BITTAR, 2009, 261).

Nessa perspectiva, no período de 1986 a 1990, segundo Senna (2000), o Estado priorizou o crescimento e a modernização da economia com o objetivo de alterar sua estrutura produtiva, tornando-se industrializado.

As eleições de 1990 destacaram a tendência conservadora de seus representantes: “[...] além do de dispor da maioria que se elegera pela sua coligação, ampliou essa base no decorrer de seu governo por meio de barganhas.” (BITTAR, 2009, p. 275).

Pedro Pedrossian retornou ao governo do Estado em 15 de março de 1991, governou praticamente sem oposição e com fraco nível de mobilização social e sindical<sup>36</sup>, conseguindo estabilidade no poder. Continuou com a tradicional política do arrocho salarial, desrespeitando as organizações sindicais, principalmente na área educacional.

Na década de 1990, a economia da região Centro-Oeste foi responsável pela produção de 45.945.934 cabeças de gado, atingindo um percentual de 31% da produção brasileira e o maior rebanho da região. Do total produzido na região, 41,7% eram oriundos de Mato Grosso do Sul, segundo dados divulgados pelo IBGE. (BRASIL, 1995).

O resultado desse movimento econômico estadual foi o crescimento das atividades agrícolas ligadas ao mercado externo e industrial (cana-de-açúcar, trigo, soja), enquanto que os produtos tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), ligados ao mercado interno, sofreram importante queda na produção.

O comportamento da produção agrícola em Mato Grosso do Sul acompanhou o movimento no Centro-Oeste, ou seja, a ampliação das áreas de cultivo da produção agrícola comercial e redução de áreas para a produção pecuária.

Wilson Barbosa Martins retornou ao governo e iniciou seu segundo mandato como governador do Estado em 1º de janeiro de 1995, vencendo as eleições no primeiro turno. Destaca-se que os jornais divulgavam pesquisas de intensão de voto afirmando a

---

<sup>36</sup> Exceto o movimento dos trabalhadores em educação, que não aguentou o arrocho salarial e iniciou as greves a partir de 1993. (SENNA, 2000).

vitória de Levy Dias. A imprensa dava como certa a eleição do candidato que fosse apoiado por Pedro Pedrossian. (BITTAR, 2009).

Os efeitos das políticas econômicas e sociais desenvolvidas em gestões dos governos anteriores no estado de Mato Grosso do Sul continuavam presentes em meados dos anos 1990, desencadeando diminuição acentuada na qualidade de vida da população, principalmente nas áreas sociais de educação, saúde e segurança pública. Entretanto, o estado conseguiu se beneficiar com as políticas de desenvolvimento e de redução dos desequilíbrios regionais implementadas pelo governo central. (SENNA, 2000).

Tais fatos estavam relacionados à base econômica do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1980 a 1990, baseada na produção agropecuária que impulsionou a instalação de indústrias e atividades de agronegócios e serviços. Porém, acompanhou os movimentos de âmbito nacional em que estava em curso a proposta governamental de democratização e articulação entre a política econômica e a política social.

Nesse sentido, a política econômica buscou desenvolver o setor industrial, com incentivos na produção de bens de consumo duráveis, com o intuito de atender as populações com rendas médias e altas da sociedade. Do mesmo modo, ocorreu

[...] uma concentração pessoal de renda, grandes lucros obtidos através da política de consumo, desequilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra altamente qualificada, expansão de salários para uma nova classe média (executivos do setor privado e do setor público). (SENNA, 2000, p. 29).

Dessa maneira, os resultados da política econômica que centralizaram as decisões no estado de Mato Grosso do Sul tiveram como resultado o aumento dos impostos para os trabalhadores com renda fixa, a burocratização da gestão do aparelho estatal, o crescimento da dívida interna e externa, a baixa na qualidade dos serviços públicos na área social como saúde e educação, bem como o desemprego e a inflação.

O estado de Mato Grosso do Sul, no centro dessas políticas contraditórias de acumulação e legitimação, obteve benefícios com a política nacional de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais do país. O Estado recebeu recursos da união para investir em infraestrutura econômica com o objetivo de aproveitar o seu potencial agropecuário, dentro do modelo primário exportador, mas não deixou de sofrer com a política de concentração decisória da União, que detinha 58% dos tributos arrecadados no país. (SENNA, 2000). Como afirma Senna (2000, p. 31):

As mudanças ocorridas na economia, nas relações de poder e nas relações sociais definiram um novo papel para o Estado que organizou suas ações tendo como referência o papel econômico, e, ao mesmo tempo, procurou considerar que a crescente socialização da participação política exigia politização das ações estatais.

Nesse sentido, observou-se o avanço em alguns setores da economia, como meio ambiente, agropecuária, indústria, comércio e turismo, ciência e tecnologia, transporte, energia e telecomunicações.

Enfrentando uma situação desfavorável no âmbito nacional, o objetivo maior no período foi o combate à inflação. Apesar de o cenário econômico de Mato Grosso do Sul ser desfavorável, houve um crescimento econômico em comparação com o Brasil, como evidencia a Tabela 3. Dessa forma, o Produto Interno Bruto do Estado foi superior quando comparado ao registrado no país. Observou-se um crescimento econômico do estado em relação ao país, nos anos de 1980 a 1992, período em que o estado de Mato Grosso do Sul teve um crescimento de uma taxa média de 5,1% superior à taxa média de 1,3% alcançada pelo Brasil.

**Tabela 3** - Taxa de crescimento médio do Produto Interno Bruto do Brasil e de Mato Grosso do Sul

PERÍODO	BRASIL	MATO GROSSO DO SUL
1981/90	1,57%	5,44%
1981/85	1,14%	5,56%
1985/89	4,46%	7,90%
1981/89	2,23%	5,67%

**Fonte:** IBGE e SEPLAN (1993) apud SENNA (1995).

**Organização:** Severino, 2020.

Entretanto, o crescimento do PIB não garantiu a geração de emprego e renda para a maioria dos trabalhadores, fato que desencadeou, no período, desigualdades na área social. (SENNA, 2000). Desse modo, as políticas públicas presentes na sociedade capitalista respondem

Simultaneamente às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial – tanto nas burocracias estatais como na sociedade civil –, expressos pelos diversos sujeitos políticos coletivos inscritos nos marcos ampliados da democracia representativa clássica,

bem como nos novos espaços coletivos consolidados da democracia direta de massas. (NEVES, 1994, p. 14).

Para tanto, o estado de Mato Grosso do Sul no período analisado, de 1979 até 1990, teve governantes que, embora tenham afirmado fazer dos programas sociais uma prioridade, o objetivo realmente orientador das ações do Poder Executivo foi o de mudar a estrutura produtiva estadual. Dessa forma, as administrações governamentais no estado estiveram aliadas aos planos do planalto central e à herança política da força da classe dirigente.

A análise da conjuntura política, econômica e social do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1980 e início dos anos de 1990, ajudará a entender o modo como o curso de Pedagogia foi constituído no país e, especificamente, no estado de Mato Grosso do Sul, objeto de análise do capítulo seguinte.

### **3 O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL: MARCOS LEGAIS E HISTÓRICOS (1980-1996)**

Este capítulo tem por objetivo compreender o modo como foi constituído o curso de Pedagogia no Brasil, direcionando as discussões para os aspectos históricos e marcos legais que regulamentaram a sua organização. Posteriormente, se discute a instalação do curso no âmbito local no estado de Mato Grosso do Sul.

Em um primeiro momento, fez-se necessário realizar um levantamento dos marcos legais e históricos do curso de Pedagogia. Inicia-se a análise privilegiando-se a criação do curso na década de 1930 e os processos de consolidação até o momento da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Esse percurso histórico teve o propósito de evidenciar as modificações curriculares e a definição do perfil dos profissionais da educação no país.

No segundo momento, buscaram-se informações sobre o curso de Pedagogia no estado de Mato Grosso do Sul, apresentando os aspectos históricos da sua criação na cidade de Campo Grande e, na sequência, uma breve caracterização do curso nas universidades públicas e privadas do estado. Posteriormente, apresenta-se um panorama das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul como faculdades, faculdades integradas e universidades no momento histórico selecionado para pesquisa. Em seguida, apresenta-se a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sua constituição no estado de Mato Grosso do Sul, bem como a configuração do curso de Pedagogia nos diversos *campus*.

#### **3. 1 Curso de Pedagogia no Brasil: marcos legais e históricos (1980-1996)**

O curso de Pedagogia tem como objetivo a formação inicial de professores no Brasil com intuito de capacitar o corpo docente para atuar na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. (TANURI, 2000). Para discutir sobre o curso de Pedagogia, foi necessário resgatar historicamente o movimento de sua constituição no âmbito da formação de professores.

Nesse sentido, a análise do curso de Pedagogia no país deve considerar as suas interdependências históricas que, desde sua criação até a década de 1990, passou por três momentos históricos. O primeiro, com a sua criação na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, no ano de 1939, cuja configuração inicial contemplava duas

etapas: na primeira, sendo três anos de duração para a formação do bacharel e, na segunda etapa, formava-se o licenciado com um ano de estudos de didática, esquema este denominado de 3+1. (SILVA, 1999).

O segundo ocorreu com a promulgação da Lei n. 5.540, referente à reforma universitária, aprovada em 28 de novembro de 1968 e regulamentada pelo Parecer n. 252 e pela Resolução n. 2, mediante a qual foram instituídas as habilitações profissionais em que os acadêmicos optavam, durante a formação, por se especializarem em diversas áreas do trabalho escolar, tais como: docência, supervisão, administração, orientação educacional, inspeção escolar, entre outras. Segundo Silva (1999, p. 43), “[...] o técnico em educação tornava-se um profissional indispensável à realização da educação como fator de desenvolvimento.”

O terceiro momento ocorreu com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996. Dessa forma, o levantamento realizado em relação aos marcos legais e históricos do curso de Pedagogia inicia-se com a criação do curso na década de 1930, seguido dos seus processos de consolidação até o momento da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Esse percurso histórico teve o propósito de evidenciar as modificações curriculares e a definição do perfil dos profissionais da educação no país e será objeto das discussões a seguir.

O curso de Pedagogia no Brasil, no decorrer de sua história, enfrentou inúmeras modificações curriculares, as quais interferiram na sua estrutura, bem como na identidade dos profissionais da educação. O curso foi criado mediante o Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, e teve início na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, apresentando na sua estrutura quatro eixos fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, com uma seção direcionada ao curso de Didática. (BRASIL, 1939).

Destaca-se que o Instituto Superior de Educação, que funcionava anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, inaugurado em 1901 pela Ordem das Beneditinas de São Paulo, tinha o intuito de formar professores em nível superior. Entretanto, a formação desses educadores continuou a realizada apenas nas escolas normais em nível de 2º grau. (SAVIANI, 2008).

No Decreto-lei n. 1.190/1939, o Artigo 19 estabelecia a duração de três anos para o curso de Pedagogia e as disciplinas que deveriam ser cursadas na primeira, segunda e terceira séries da formação do pedagogo. Apresentava na Seção XI, a estrutura curricular para o curso de Pedagogia. (BRASIL, 1939).

## SECCÃO XI

Do curso de pedagogia

Art. 19. O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. História da filosofia.
3. Sociologia.
4. Fundamentos biológicos da educação.
5. Psicologia educacional.

Segunda série

1. Estatística educacional.
2. História da educação.
3. Fundamentos sociológicos da educação.
4. Psicologia educacional.
5. Administração escolar.

Terceira série

1. História da educação.
2. Psicologia educacional.
3. Administração escolar.
4. Educação comparada.
5. Filosofia da educação. (BRASIL, 1939, s/p.).

As disciplinas foram organizadas da seguinte forma: na primeira série eram ofertadas as disciplinas complementares de Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação e Psicologia Educacional. Na segunda série, as disciplinas de Estatística Educacional, História da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Psicologia Educacional e Administração Escolar. Na terceira série, História da Educação, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Filosofia da Educação e Educação Comparada. (BRASIL, 1939).

O curso, durante os três anos, formava o bacharel em Pedagogia, que recebia a denominação de “Técnico de Educação”, bem como em outras licenciaturas como Filosofia, Ciências e Letras. Segundo Coelho (1987, p. 9), “[...] não fica claro, então, o que seria esse técnico de educação, qual sua função e especificidade em relação aos profissionais formados nas licenciaturas e nos outros bacharelados. A definição desse técnico de educação permanece bastante fluida”.

Assim, a licenciatura em Pedagogia era obtida com mais um ano de estudos no curso de Didática, que habilitava os professores ao exercício do Magistério nos Cursos Normais. Por meio do Decreto-lei n. 3.454/1941, o curso de Didática deveria ser cursado depois da formação no bacharelado, sendo proibido matrículas simultâneas num curso de bacharelado e no curso de Didática. (BRASIL, 1941).

Recorda-se que a rigidez da situação anterior era tal que o Decreto-Lei n. 3.454,

de julho de 1941, “[...] proibiu a todas as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a realização simultânea do curso de Didática com qualquer dos cursos de bacharelado”. (MENDONÇA, 2002, p. 153).

O Decreto-lei n. 9.092, do ano de 1946, alterou a organização do curso de Pedagogia, definindo que a formação seria de quatro anos para as duas habilitações: bacharelado e licenciatura. Entretanto, não ocorreu essa modificação, visto que a maior parte das faculdades não efetivou a determinação legal e manteve a organização conhecida como 3+1. (BRASIL, 1946).

Silva (1999) apresenta a estrutura curricular responsável pela organização das disciplinas do bacharelado do curso de Pedagogia das instituições de ensino superior brasileiras da seguinte maneira: Complementos de Matemática (1ª série); História da Filosofia (1ª série); Sociologia (1ª série); Fundamentos Biológicos da Educação (1ª série); Psicologia Educacional (1ª, 2ª e 3ª séries); Estatística Educacional (2ª série); História da Educação (2ª e 3ª séries); Fundamentos Sociológicos da Educação (2ª série); Administração Escolar (2ª e 3ª séries); Educação Comparada (3ª série) e Filosofia da Educação (3ª série). Para a habilitação em licenciatura, acrescentavam-se as disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar e Fundamentos Sociológicos da Educação.

Dessa forma, ao término do curso de Pedagogia bacharelado, para garantir as duas habilitações, o profissional deveria cursar as disciplinas de Didática Geral e as Especiais, que não são apontadas na grade curricular. Silva (1999, p.13) afirma que

Consequentemente, a prescrição de um currículo, o qual nem sequer se limitou ao mínimo, para a formação de um profissional não claramente identificável, só poderia resultar inadequada. Essa inadequação é responsável, principalmente, pela tensão provocada, de um lado, pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica a serem realizadas por esse bacharel e, de outro, pelo caráter exclusivamente generalista das disciplinas fixadas para sua formação. Outro foco de tensão é o relativo à separação bacharelado-licenciatura, refletindo a nítida dicotômica que orientava o tratamento de dois componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método.

Como destacado por Silva (1999), o curso enfrentava dificuldades relacionadas às questões teóricas, que eram pouco discutidas nas disciplinas oferecidas e apresentavam características técnicas. Outro fator preponderante era a inexistência de pesquisas na matriz curricular, dessa forma a formação dos educadores estava fundamentada nas atividades práticas.

Nesse sentido, foram inseridas no campo educacional normas legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024/1961, que modificou a estrutura curricular mediante o Parecer/CFE n. 251/1962 e, posteriormente, teve novas alterações com a promulgação do Parecer/CFE n. 252/1969. (BRASIL, 1961; 1962; 1969).

No ano de 1962, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer/CNE n. 251/1962, em decorrência da Lei 4.024/1961, fixou um currículo mínimo constituído por sete matérias, sendo cinco obrigatórias: Psicologia da Educação, Sociologia (Geral da Educação), História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar e duas opcionais, que poderiam ser escolhidas entre as seguintes: Biologia; História da Filosofia; Estatística; Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica; Cultura Brasileira; Educação Comparada; Higiene Escolar; Currículos e Programas; Técnicas Audiovisuais de Educação; Teoria e Prática da Escola Média; e Introdução à Orientação Educacional. Esse Parecer também estipulou a duração de quatro anos para o curso de Pedagogia e incluiu o bacharelado e a licenciatura.

Com a nova regulamentação, deixava de vigorar o esquema conhecido como “3+1”. Outro aspecto que foi destacado por Romanelli (1978) é que nesse momento histórico prevaleceram os interesses da iniciativa privada. Nesse período, o campo de atuação do bacharel e da licenciatura no curso de Pedagogia não estavam bem definidos, uma vez que muitos profissionais formados em outras áreas foram assumindo o trabalho reservado aos pedagogos.

A promulgação da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, definiu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola de 2º grau. Essa legislação, referente à reforma universitária, tinha como objetivo instituir o sistema de créditos, abolir o curso seriado, transformar os departamentos em unidades mínimas do sistema. (BRASIL, 1968).

Ocorreram outras modificações na carreira do magistério com a introdução da dedicação exclusiva às atividades acadêmicas e a adoção do princípio da indissolubilidade entre ensino e pesquisa. A graduação estava organizada

[...] a partir de um sistema de créditos, sem um sólido sistema de orientação, onde, em princípio, o aluno deveria escolher as disciplinas. No entanto, os currículos de 1968 incharam-se de tal maneira que dificultaram enormemente as escolhas adequadas. Os pré-requisitos, de certa forma, amarraram os alunos, levando-os a permanecer no curso por um longo período, ou então a evadir do curso ou do sistema de ensino de terceiro grau. (MARTINS, 2000, p. 55).

No ano de 1969, diante da necessidade de adequar a educação às especificidades do mercado de trabalho, foi realizada uma reformulação do curso de Pedagogia a partir do Parecer/CFE n. 252/1969, de autoria do professor Valnir Chagas, e da Resolução n. 02/1969 do CNE, que manteve a estrutura padronizada do formato 3+1, coincidindo com as demais licenciaturas. O parecer objetivou a formação do professor na licenciatura para o ensino normal e a formação de especialistas para orientação, administração, supervisão e inspeção nas instituições escolares e no sistema de ensino.

O Parecer/CFE n. 252/1969 instituiu um currículo comum de estudos para as duas habilitações, ofertando ao especialista habilitação específica para suas atividades, constituindo uma diversidade na área de atuação do pedagogo, fato que aumentou a procura pelo curso por causa das várias especialidades ofertadas.

Diante das necessidades do mercado de trabalho, em 1969 o parecer CFE n. 252, do mesmo Conselheiro Valnir Chagas, vem ao encontro de expectativas da época, pois parecia ter a resposta para as controvérsias e impasses do curso. O parecer visava a formação do professor para o ensino normal (licenciado), e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção dentro das escolas e do sistema escolar. Mexeu-se também no currículo, este agora estava estruturado para uma base comum de estudos, e ao especialista oferecia a habilitação específica para os conjuntos de tarefas. Outro impacto que o parecer provocou, foi o “inchaço” do curso, por conta da diversidade de especialidades ofertada. Segundo Silva (1999) o parecer n. 252/69, contribuiu para a deterioração do curso, preço, segundo a autora, que se pagou por uma definição no campo de trabalho do pedagogo. Infelizmente o pedagogo continuou a ter problemas no mercado de trabalho (escolas), pois esse agora não dava conta de absorver tantos profissionais especialistas formados pelo curso de Pedagogia. (FURLAN, 2008, p. 3866).

Então, o Parecer/CFE n. 252/1969, por um lado contribuiu para a definição do mercado de trabalho para o pedagogo e, por outro, prejudicou sua ocupação, pois o campo de atuação não conseguia absorver tantos profissionais especialistas formados pelo curso de Pedagogia. Nas análises de Silva (2006, p. 56), esse parecer representou “[...] o mais estéril quanto às possibilidades de formação do pedagogo enquanto educador, na medida em que esta ficou inviabilizada pelo caráter sancionado da organização curricular.”

Nesse momento, o parecer se referiu sobre a divisão social do trabalho na escola e figura, para alguns autores, como marco inicial da produção de uma visão fragmentada da instituição escolar e suas atribuições por meio da instituição dos especialistas em

educação – orientador, supervisor, administrador e inspetor escolar – em documento do CFE<sup>37</sup>.

Mais uma vez somos espectadores de mudanças no campo educacional, no que toca diretamente à formação do pedagogo. Mas, ao analisarmos essas mudanças, é possível perceber que, na verdade, o que imperava era a lógica do mercado de trabalho. Nesse momento, supostamente o sistema exigia profissionais especialistas, ou seja, funções fragmentadas, sem a visão do todo, apenas voltada para a especificidade do objeto de trabalho. Sobre isso Saviani (2008, p.120) argumenta:

As habilitações visavam à formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído, demandando profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo Curso de Pedagogia, então reestruturado exatamente para atender a essa demanda.

Ainda em relação a concepção do produtivismo na educação, o autor afirma que isso permanece dominante ainda no século XXI:

Trata-se, em suma, daquilo que estou denominando “concepção produtivista de educação” que, impulsionada pela “teoria do capital humano” formulada nos anos 50 do século XX, se tornou dominante no país a partir do final da década de 1960 permanecendo hegemônica até os dias de hoje. (SAVIANI, 2008, p.121).

Esse foi mais um momento de transformações para o curso de Pedagogia e bastante consistente para o processo de construção da identidade do pedagogo. Nesse sentido, as habilitações contribuíram para a fragmentação das funções do pedagogo, acompanhando o movimento do mercado de trabalho.

A formação de professores, nesse momento histórico, era tratada como uma questão de formação de recursos humanos para a educação, dentro da ótica tecnicista que imperava no pensamento oficial. Em 1980, as referidas concepções foram combatidas pelo movimento dos trabalhadores que lutavam pela qualidade da educação pública e, no quadro geral, pela democratização da sociedade. Essas lutas políticas e pedagógicas dos docentes trouxeram relevantes contribuições para a educação, em especial, para a formação de professores. (FREITAS, 2002).

---

<sup>37</sup> O Conselho Federal de Educação (CFE) era o conselho da educação no momento da promulgação do Parecer n. 252/1969. Entretanto, esse conselho foi extinto em 1994, durante o governo do então presidente da república Itamar Franco. Em 1995, foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nesse período, havia no país um grupo de estudiosos que buscava romper com o pensamento tecnicista que predominava na área da educação. Os movimentos, por meio das associações Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>38</sup>, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)<sup>39</sup>, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)<sup>40</sup> e Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED)<sup>41</sup>, realizavam debates que discutiam as concepções sobre a formação dos profissionais de educação, evidenciando as características sócio-históricas dessa formação e a necessidade de um profissional formado com um conhecimento sobre a ampla realidade do seu tempo, com postura crítica e propositiva para que conseguisse transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. (MACIEL; NETO, 2004)<sup>42</sup>. Essas associações buscaram romper com as dicotomias que permeavam a formação dos profissionais de educação.

Desta forma, o movimento com sua concepção emancipadora da educação e da formação, avançou no sentido de superar as dicotomias presentes na formação dos profissionais de educação, ou seja, na formação acadêmica entre professores e especialistas, pedagogia e licenciaturas, especialistas e generalistas, acompanhando a escola na

---

<sup>38</sup> A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 1948. É uma organização sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e cultural do Brasil. Reúne diferentes sociedades científicas brasileiras e tem importante papel na valorização da ciência e dos cientistas, exigindo, dos diferentes governos do país, o investimento na ciência e na cultura nacional. (RODRÍGUEZ; AYACHE; SEVERINO, 2019).

<sup>39</sup> O CEDES surgiu em março de 1979, em Campinas (SP), como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/sobre>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>40</sup> A ANFOPE teve como marco de sua origem a 1ª Conferência Brasileira de Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a criação, em 2 de abril de 1980, do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador, posteriormente configurado como Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), em Belo Horizonte, em 25 de novembro de 1983. Durante o 5º Encontro Nacional (Belo Horizonte/MG) realizado em 26 de julho de 1990, foi convocada uma Assembleia Extraordinária, com o objetivo de “[...] examinar a possibilidade de transformar a CONARCFE em uma ASSOCIAÇÃO NACIONAL[...]”, proposta que se materializou no ano de 1992, com a fundação da ANFOPE, que tem como primeiro presidente Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas. (ANFOPE, 1998, p. 5).

<sup>41</sup> A ANPED, fundada em 16 de março de 1978, atuava de forma decisiva e comprometida nas principais lutas pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil. Ao longo de sua trajetória, a Associação construiu e consolidou uma prática acadêmico-científica destacada e, nesse percurso, contribuiu para fomentar a investigação e para fortalecer a formação da pós-graduação em educação, promovendo o debate entre seus pesquisadores, bem como o apoio aos programas de pós-graduação. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>42</sup> A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi fundada em 19 de fevereiro de 1981. Em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

busca da democratização das relações de poder em seu interior e na construção de novos projetos coletivos. (MACIEL; NETO, 2004 apud RODRÍGUEZ; AYACHE; SEVERINO, 2019, p. 57).

Durante a década de 1990, outra instituição que contribuiu com a representação dos interesses dos professores brasileiros e consolidação de um novo marco constitucional para política educacional foi a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), a qual passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), unificando várias Federações setoriais da educação em uma única entidade nacional. Em decorrência da unificação da luta dos Trabalhadores em Educação, a CNTE ganhou força com a filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo o país. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013).

Apesar das inúmeras discussões e questionamentos sobre a formação de professores, a década de 1980 chega ao seu final sem que se tenha elaborado uma proposta concreta sobre o fazer pedagógico por parte das universidades e seus cursos de Pedagogia. Dentre os grandes fatos ocorridos nesse período, pode-se destacar a criação do Comitê Pró-Formação do Educador (1980), constituído por dois grupos de intelectuais: um que incorpora a produção do poder instituído; o outro, a produção do coletivo de educadores. (KULLOK, 2000).

O primeiro grupo<sup>43</sup> era homogêneo, incluía a produção de documentos que conservam uma forma monolítica, sem mudanças, o sistema preconizado pelo CNE, propondo alguns princípios transformadores. O segundo grupo<sup>44</sup>, heterogêneo, revelava tendências de transformação assumidas e divulgadas pela própria *práxis* procurava unir a compreensão teórica à compreensão do real, ou seja, relacionar a atividade teórica à prática. (KULLOK, 2000).

---

<sup>43</sup> A proposta básica que deu sustentação à produção do poder instituído foi o “pacote pedagógico” de Valnir Chagas, que não se tratava de mudanças de estruturas e estava constituído pela faculdade de educação e seus conteúdos específicos. Transferência de estudos pedagógicos para os institutos, o que permitiria a formação do professor e do especialista nos mencionados institutos. Esvaziaram-se, assim, as funções da faculdade de educação. Sugeriu que as unidades acadêmicas que se ocupavam da educação deviam organizar-se em centro de ensino e pesquisa. Também formava parte destas análises o documento “Conclusões gerais da Comissão Ensino da Área de Educação – Ceac/MEC” divulgado por Roberto Moreira em 9/12/1980, que afirmava que a faculdade de educação e as “unidades de conteúdo” deveriam criar os centros interdepartamentais.

<sup>44</sup> Na linha de trabalho heterogêneo, destaca-se o trabalho de Saviani, em 1982, que aborda que o lugar adequado para formar educadores é o centro de educação, porém esse centro não envolve apenas os cursos de Pedagogia, mas os cursos de formação de educadores. Assim, a concepção de escola única de formação de professores materializa-se no centro de educação. Mantém um núcleo básico comum de formação, que requer uma estrutura universitária que viabilize a integração e a totalidade dos estudos pedagógicos num espaço traduzido como escola única de formação de nível superior.

Como se pode observar, havia uma imperiosa necessidade de modificar os cursos de formação de educadores e a urgência de estabelecer articulações entre a universidade com os demais níveis de ensino e também com as diversas entidades de classes e grupos representativos da comunidade. Proclamava-se a premência de uma maior autonomia universitária e participação da comunidade acadêmica nas decisões universitárias, gerando condições para a revalorização do profissional da educação.

Assim, o movimento dos profissionais de educação, com sua concepção emancipadora da educação e da formação, avançou no sentido de superar as dicotomias presentes na formação dos profissionais de educação, ou seja, na formação acadêmica entre professores e especialistas, bacharelados e licenciaturas, especialistas e generalistas, acompanhando a escola na busca da democratização das relações de poder em seu interior e na construção de novos projetos coletivos. (MACIEL; NETO, 2004).

Durante os anos 1990, principalmente no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, surgiram várias ações regulatórias, ou seja, normas legais direcionadas à formação dos professores. Segundo Moon (2008, p. 802), “[...] a impressão geral é de que mais atenção política foi dada à educação dos professores na década de 1990 do que nas centenas de anos de história que a precederam”.

Nesse período, a ANFOPE teve papel fundamental no redirecionamento das discussões travadas no âmbito oficial sobre formação de professores. Tal instituição, de caráter político-acadêmico, originária do movimento dos educadores na década de 1970, teve um papel importante no cenário nacional quando se trata de desenvolver estudos, pesquisas e debates sobre a formação e valorização dos profissionais da educação. (ANFOPE, 1998).

Ressalta-se a importância da mobilização dos educadores por meio dessas entidades, que resolveram unir forças na luta por reformulações das políticas públicas educacionais, sobretudo no proeminente papel que desempenharam na organização das seis Conferências Brasileira de Educação (CBE)<sup>45</sup>, entre os anos de 1980 e início da década de 1990, além dos cinco Congressos Nacionais de Educação (CONEDS)<sup>46</sup>.

Destaca-se o importante papel que as entidades SBPC, ANPED, CEDES, ANDE e a ANFOPE, em parceria com algumas universidades, tiveram como movimento

---

<sup>45</sup> I CBE, 1980 – São Paulo; II CBE, 1982 – Belo Horizonte; III CBE, 1984 – Niterói; IV CBE, 1986 – Goiânia; V CBE, 1988 – Brasília e VI CBE, 1991 – São Paulo.

<sup>46</sup> I Coned, Belo Horizonte, 1996; II Coned, Belo Horizonte, 1997; III Coned, Porto Alegre, 1999; IV Coned, São Paulo, 2003; e V Coned, Recife, 2004.

organizado na mobilização e aglutinação dos educadores na legitimação de posições políticas e ideológicas debatidas nesses momentos históricos que, dentre os relevantes resultados, citam-se as diretrizes e proposições presentes na elaboração da LDBN 9394/1996.

Os movimentos das associações contribuíram para firmar progressivamente a concepção de identificar a Pedagogia com a função docente, na perspectiva de que o ensino deve ser a base da formação de todo educador. (SILVA, 1999). Essas discussões subsidiaram a implementação de legislações sobre a educação no Brasil e, em especial, a formação inicial de professores.

Nos anos 1990, ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, resultado de dois projetos. O primeiro<sup>47</sup>, elaborado pelas entidades da sociedade civil apresentado na Câmara Federal e assinado pelo deputado Octávio Elísio. O segundo<sup>48</sup>, articulado pelo senador Darcy Ribeiro e apresentado no Senado Federal, causando polêmica no Congresso Nacional, pois desencadeou muitas contradições e grandes avanços. (SAVIANI, 2008).

Deveriam estar contidos no anteprojeto da LDB os pontos fundamentais com o objetivo de vencer um duplo desafio de universalizar a educação básica e construir um

---

<sup>47</sup> O estudo da tramitação da LDB no Congresso Nacional foi dividido em dois momentos: o primeiro refere-se à tramitação na Câmara Federal do projeto apresentado pelo deputado Octávio Elísio, iniciada em novembro de 1988, até a aprovação do substitutivo Jorge Hage, com a inclusão das emendas apresentadas pela deputada Sandra Cavalcanti na sessão plenária da Câmara dos Deputados em maio de 1993. Até esse momento ainda estavam presentes no projeto de LDB propostas do projeto democrático de massas, defendido pelos setores organizados do campo do trabalho, que defendiam uma democracia participativa e o estado de direito, mediante o estabelecimento dos instrumentos necessários para a construção de uma educação escolar pública democrática e na definição do dever do Poder Público na oferta e na garantia do direito à educação a todos. Nesse momento, a Câmara tinha uma composição bem mais progressista, pois ainda cumpriam seus mandatos os parlamentares eleitos para elaborar a Constituição Federal de 1988, que, apesar de seus limites, incluiu em seu texto importantes demandas dos trabalhadores. (SILVA, 2004, p. 162).

<sup>48</sup> O segundo momento abrange a entrada do PLC n. 101/1993, de origem no PL n. 1.258/1988, no Senado Federal; a aprovação do substitutivo do senador Cid Sabóia ao PL n. 101/1993 na Comissão de Educação do Senado, no início de 1994, compreendendo a apresentação do projeto elaborado pelo senador Darcy Ribeiro, em fevereiro de 1995, até sua aprovação em dezembro de 1996. Nessa etapa, o curso das discussões foi alterado significativamente e um novo projeto, pautado no projeto liberal-corporativo, defendendo a concepção neoliberal de Estado veiculada, entre outros, pelo Banco Mundial e FMI e por quadros do primeiro e segundo escalões do MEC, passou a constituir-se como prioritário. Nessa perspectiva, caberia ao Executivo definir os rumos da política educacional em relação à instauração do novo patamar mínimo de educação necessário para a inserção subordinada do país no novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, da mundialização do capital e da revolução tecnológica, que exigia novas habilidades do trabalho. É importante lembrar que o ano de 1995 foi marcado pela posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual empenharia todos os esforços para a aprovação do projeto elaborado pelo senador Darcy Ribeiro, que era compatível com o projeto de educação do governo que se iniciava. (SILVA, 2004, p. 163).

sistema nacional de educação unificado, que garantisse a todos os brasileiros uma educação com o mesmo padrão de qualidade. (SAVIANI, 1988).

Nas décadas de 1980 e 1990, no que se relaciona à elaboração da LDB, vivenciava-se a disputa de projetos diferenciados de sociedade que expressava, nessa contradição, o projeto educacional. De um lado, setores organizados elaboravam uma proposta que refletia a defesa de princípios éticos voltados para a busca de igualdade e de justiça social, explicitando concepções de ser humano, de mundo, de Estado, de sociedade, de democracia, de educação, de autonomia, de gestão, de avaliação, de currículo, radicalmente distintas daquelas que os setores sociais hegemônicos vinham utilizando para manter a lógica perversa e excludente, subordinada aos interesses do capital. De outro, a educação transformava-se, na concepção da Organização Mundial do Comércio (OMC), em uma mercadoria, cujo valor agregado dependia, como qualquer outro produto, das oscilações do mercado.

O artigo 62 da LDBEN regulamenta que a formação docente para atuar na educação básica deve ser em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação. Entretanto, para o exercício no magistério na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental a formação mínima exigida é em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Assim, as instituições de ensino superior assumiram a responsabilidade pela formação inicial e continuada dos professores da educação básica conforme o artigo 63, incisos I, II e III, da Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), para realizar e manter os cursos formadores de profissionais para a educação básica.

Para regulamentar os princípios tratados na LDBEN foram elaborados vários documentos que direcionaram a organização curricular dos cursos de formação profissional como o Parecer/CNE/CP n. 04/1997, que trata sobre a proposta de resolução referente ao programa especial de formação de professores para o 1º e 2º graus de ensino e os Referenciais Curriculares para Formação de Professores (1999).

Em decorrência da preocupação com a formação desses profissionais e a qualidade do ensino, houve uma ação dos profissionais em criar estruturas institucionais que pudessem fornecer o grande número de professores exigido pela obrigatoriedade do ensino nas escolas de 1º e 2º graus.

Considerando o recorte sincrônico deste estudo e que, nessa conjuntura, as políticas para a formação dos professores são fragmentadas, incompletas e, via de regra,

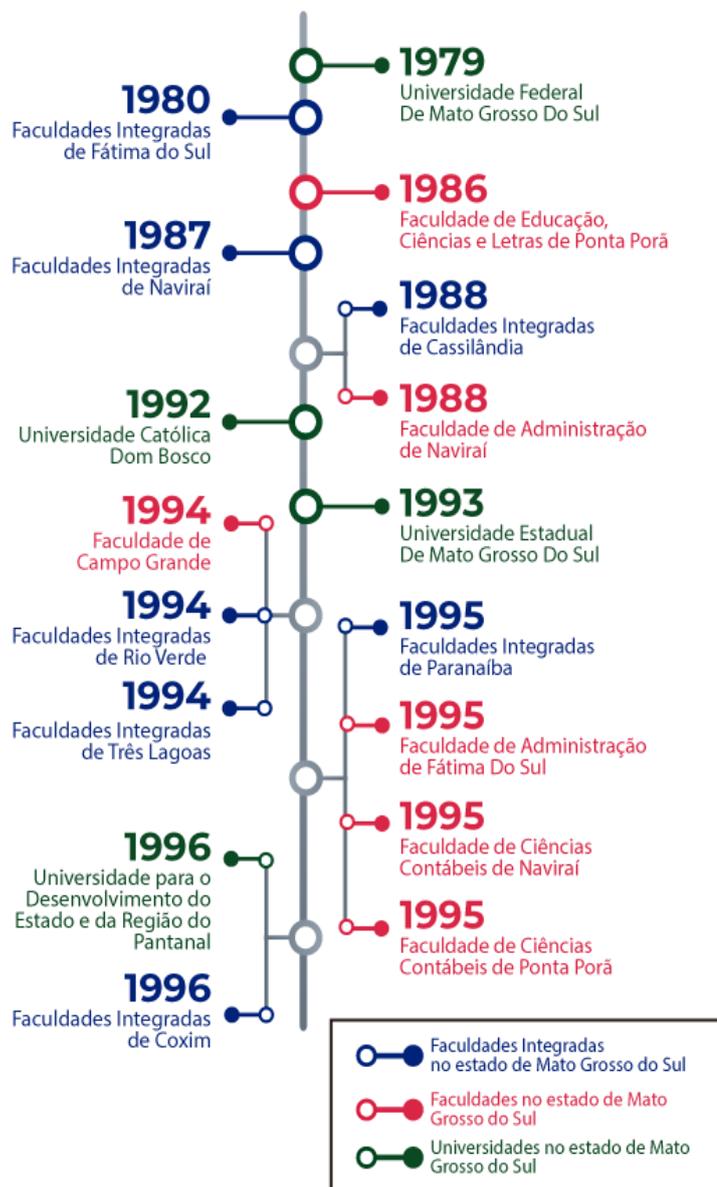
simplesmente subdesenvolvidas. (SCAFF, 2011), afirma-se que os condicionantes políticos e econômicos deram a tônica para as formulações das políticas educacionais em cada período analisado.

Com ênfase na base material do momento histórico, analisou-se o percurso histórico do curso de Pedagogia na formação inicial dos profissionais de educação. Logo, neste momento, cabe analisar os aspectos históricos e regulatórios dessa formação inicial em âmbito nacional a partir das considerações pontuadas neste tópico. Dessa forma, apresenta-se na sequência a caracterização das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul com ênfase no curso de Pedagogia a partir da década de 1980.

### **3.2 A expansão do curso de Pedagogia no estado de Mato Grosso do Sul: aspectos históricos das universidades (1980-1996)**

Este tópico objetiva explicitar a expansão do curso de Pedagogia em Mato Grosso do Sul, identificar para tanto, as instituições públicas e privadas de nível superior possibilitando a ampliação gradativa da formação inicial de professores durante a década de 1980 e início dos anos 1990. Para delimitar o período de análise da pesquisa, foi elaborada uma linha do tempo síntese das instituições de ensino superior presentes em Mato Grosso do Sul que contemplavam a formação dos professores no período de 1980 a 1990, de acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**Figura 2** - Linha do tempo das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1979-1996)



**Fonte:** INEP, 1998.

**Organização:** Severino, 2020.

Conforme a Linha do Tempo, pode-se verificar que, em 1979, federalizou-se a UEMT e foi criada a UFMS. Nos anos de 1980, observa-se o predomínio das faculdades integradas nas cidades de Fátima do Sul (1980), Naviraí (1987) e Cassilândia (1988). Também, houve a abertura da Faculdade de Educação de Ponta Porã, em 1986, e da Faculdade de Administração em Naviraí no ano de 1988.

De acordo com os dados, na década de 1990 continuou o predomínio no setor privado de ensino com a instalação de instituições, a saber, no ano de 1994: Faculdade de Campo Grande, Faculdade integrada de Rio Verde e Faculdade Integrada de Três Lagoas;

em 1995: Faculdades Integradas de Paranaíba, Faculdade de Administração de Fátima do Sul, Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí e Faculdade de Ciências Contábeis de Ponta Porã; e, no ano de 1996, houve a criação da Faculdade Integrada de Coxim e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP), que anteriormente foi denominada Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos (CESUP), a quarta universidade do estado.

Apresenta-se, nos subtópicos que seguem, a análise do curso de Pedagogia no estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, no período de 1980 até 1996. Foram selecionadas para caracterização do ensino superior as universidades públicas e privadas com o intuito de verificar a formação inicial dos profissionais de educação.

#### **A. Aspectos históricos da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB): Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI);**

A formação em nível superior na capital do estado, direcionada à formação inicial dos profissionais de educação, mais especificamente, a implantação dos cursos de Pedagogia iniciou em uma instituição privada denominada inicialmente de Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), no ano de 1961, instituída mediante o Parecer/CFE n. 619 de 24, de outubro de 1961, tornando-se a primeira faculdade da região sul do estado de Mato Grosso. Como detalham as autoras Rodríguez, Andrade e Paiva (2019, p. 5)

[...] no Sul do estado, no ano de 1961, foi criada em Campo Grande, por iniciativa da Igreja Católica, uma instituição comunitária pertencente a Congregação Salesiana, a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), com o propósito de formar professores, por meio da instalação dos cursos de Pedagogia, Letras, Ciência (Biologia e Matemática), História, Geografia, Filosofia e Psicologia [...].

Na cidade de Campo Grande, como descrito, a congregação salesiana da igreja católica construiu a FADAFI, que iniciou suas atividades na região central da capital nas dependências do colégio Dom Bosco, ilustrado na foto da Figura 3, a seguir.

**Figura 3** - Colégio Dom Bosco local da primeira instituição de nível superior de Mato Grosso do Sul, FADAFI (1996)



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O curso de Pedagogia ofertado pela FADAFI com graduação no ensino superior era destinado a formação dos profissionais de educação com habilitação em administração e supervisão escolar para o ensino primário e o ensino ginásial; iniciou suas atividades no ano de 1962, com uma turma de trinta e um alunos. (UCDB, 1993).

O curso foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/1961, desde sua criação até a década de 1970, fundamentado no Parecer/CFE nº 251/1962 que não definia o campo de trabalho do pedagogo como "técnico de educação" ou "especialista em educação". Dessa forma, o curso iniciou seguindo o modelo das demais instituições brasileiras sem uma definição exata sobre o perfil profissional do pedagogo.

Esse período culminou com a promulgação da Lei n. 5540/1968, que, como já foi abordado anteriormente, estabeleceu a reforma universitária instituída pelo regime civil-militar vigente no Brasil e, por meio dela, houve a diminuição do tempo de duração do curso de quatro para três anos, bem como a ampliação de suas habilitações para formar o orientador e o inspetor escolar. Também interferiu no diploma das duas habilitações de licenciado e técnico. (SAVIANI, 2013).

No início da década de 1970, a FADAFI recebeu uma nova denominação, Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMT), mediante o Parecer/CFE de n.

1.901 de 1975. O Curso de Pedagogia da FUCMT foi o primeiro curso de Pedagogia do então recém-criado estado de Mato Grosso do Sul. (VARGAS, 2007).

Nesse momento, a cidade de Campo Grande tinha estrutura econômica e social que favorecia o aumento de alunos e o crescimento dos cursos de graduação, contribuindo para o desenvolvimento regional (SENNÁ, 2000). Ressalta-se que esse parecer não alterou a estrutura do curso de Pedagogia, que continuou com as mesmas habilitações em administração e supervisão.

No ano de 1976, a rede salesiana de ensino mantinha quinze cursos de graduação somente na capital Campo Grande, todos reunidos nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. No período de 1986 a 1989, a administração da instituição – por meio de uma Carta-Consulta ao Ministério da Educação, mais especificamente à Coordenadoria de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Extensão – elaborou um documento que oficialmente buscava a transformação das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso em universidade.

Posteriormente, após a avaliação da instituição, a FUCMAT foi reconhecida oficialmente pela Portaria n. 1.547, de 27 de outubro de 1993, como Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e hoje localiza-se na região noroeste do município de Campo Grande. Trata-se da primeira universidade particular criada no estado, cuja mantenedora é a Missão Salesiana de Mato Grosso, que se constituiu-se em uma entidade católica, beneficente, educativo-social e sem fins lucrativos.

Depois da transformação da FUCMAT em Universidade Católica Dom Bosco, o curso de Pedagogia permaneceu sem alterações. No ano de 1994, o curso foi reestruturado, passando a ter duração de quatro anos e habilitação em magistério da pré-escola e séries iniciais do ensino de 1º grau. (VARGAS, 2007).

No ano de 1999, visando adequar o curso à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), houve uma mudança na nomenclatura e na concepção da habilitação, passando de magistério da pré-escola para magistério da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, tendo uma nova estrutura curricular. (VARGAS, 2007).

**B. Instituição privada: Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos (CESUP) / Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP);**

Na cidade Campo Grande, no ano de 1974, foi criado o Centro de Ensino Superior Prof. Plínio Mendes dos Santos (CESUP), uma instituição que surgiu com objetivo de promover cursos relacionados à área das Ciências Exatas e Tecnologia. Segundo Fernandes (2003, p. 121), o CESUP tinha como objetivo “[...] integrar experiências, ideias e patrimônios, para atender as aspirações e às necessidades da população do estado de Mato Grosso do Sul.” A autora também assinala que o curso de Graduação de Professores foi implantado em 1979. Em 1989, houve a expansão do CESUP com a criação do *campus* de Rio Verde de Mato Grosso, que teve como objetivo atender à demanda de educação superior daquela região. (FERNANDES, 2003).

O CESUP efetuou um pedido ao Conselho Federal de Educação, a fim de obter a autorização para a transformação do Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos em Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP), isto é, o CESUP tornou-se UNIDERP a partir do referido pedido. (UNIDERP, 2007).

Em 1976 foi implantado o curso de graduação denominado de “formação professores” na instituição CESUP. Neste ano, autorizou o vestibular para seleção dos alunos que desejavam cursar formação de professores. Em janeiro de 1979, foi formada a primeira turma com 35 acadêmicos. (UNIDERP, 2007). Infere-se, diante das informações, que o curso tinha a duração de 04 anos, já que foi fundado em 1976 e formou sua primeira turma em 1979.

Em análise aos documentos referentes a instituição, verificou-se no Projeto Político Pedagógico da Uniderp (2007) que o curso de Pedagogia foi criado em 23/07/2001, por meio da Resolução nº 006/CONSU/2001 de 11/04/2001 e foi reconhecido pela Portaria DIREG/MEC, No 286 de 21/12/2012.

Em 20 de dezembro de 1991, por meio do Parecer/CFE n. 43 de 1991, a solicitação para transformar o centro em universidade foi aprovada. O projeto de universidade foi homologado pelo Ministério da Educação, em 2 de julho de 1992, mediante o Parecer/CFE n. 126/92. Recebeu o reconhecimento pelo atual CNE pelo Parecer/CFE n. 153/96, de 2 de dezembro de 1996, homologado em 18 de dezembro de 1996.

### **C. A Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) e sua constituição como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS);**

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia<sup>49</sup>, na cidade de Campo Grande e, primeiramente, recebeu a denominação de Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), inserindo o ensino superior público no sul do então estado de Mato Grosso<sup>50</sup>.

A Lei Estadual n. 2.620, de 26 de julho de 1966, criou o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, instituiu departamentos e o curso de Medicina. Em 1967, o governo do estado de Mato Grosso ampliou a rede pública de ensino superior com a criação em Corumbá do Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Posteriormente à integração dos Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, ocorreu a promulgação da Lei Estadual n. 2.947, de 16.09.1969, que criou a UEMT.

Na década de 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados, ambos incorporados à UEMT. Com a divisão do estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal n. 6.674, de 05.07.1979 e o Centro Pedagógico de Rondonópolis passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A universidade, no período de 1980-1990, estava presente nas cidades de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, com o objetivo de descentralizar o ensino e contribuir para o desenvolvimento do estado. Trataremos especificamente sobre a UFMS e do curso de Pedagogia no próximo tópico de nossa pesquisa, contudo foi importante incluir a UFMS nesse panorama geral de todas as instituições de ensino superior do estado.

---

<sup>49</sup> Posteriormente, houve a expansão da oferta de cursos nas diferentes áreas do conhecimento e a instituição expandiu-se em *campus* nas cidades de Aquidauana, Chapadão do Sul, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Corumbá, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, segundo dados fornecidos no *site* da instituição.

<sup>50</sup> A educação superior no estado de Mato Grosso se fazia presente por meio da Universidade Federal de Mato Grosso, localizada na capital Cuiabá e da Universidade Estadual de Mato Grosso, implantada na cidade de Campo Grande. (FERNANDES, 2003).

#### **D. A criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS);**

Em 1993, o governo estadual organizou uma Comissão de Implantação para formular uma proposta de universidade que visava atender às necessidades regionais, com o objetivo de contribuir por meio do ensino, da pesquisa e da extensão com o desenvolvimento científico, tecnológico e social da região sul-mato-grossense.

A UEMS teve a finalidade de realizar a interiorização da educação superior no estado e, conforme Dourado (2001), essas instituições efetivaram-se no país sob o discurso do desenvolvimento regional. Nesse sentido, “A interiorização aparece, nesse processo, como consequência inevitável da ampliação de oportunidades e serviços, apresentando-se como fator de consolidação e desenvolvimento de cidades interioranas”. (DOURADO, 2001, p. 24).

Em consulta ao Plano Desenvolvimento Institucional (2002), observou-se que o objetivo da criação da UEMS era resolver o problema da falta de qualificação dos profissionais de educação no estado, oferecendo formação em nível superior para o corpo docente do ensino fundamental e médio, como afirma Fernandes (2003):

Sabe-se que a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS, foi concebida na primeira Constituinte do Estado, em 1979, e implantada em 1993, com o objetivo de desenhar um novo cenário educacional no Estado, uma vez que este tinha sérios problemas com relação ao ensino fundamental e médio, principalmente quanto à qualificação de seu corpo docente. Era necessário criar uma universidade que fosse até o aluno, em função das distâncias e dificuldades de deslocamento. Era preciso vencer distâncias, democratizar o acesso ao ensino superior e fortalecer o ensino básico. (PDI, 2002 apud FERNANDES, 2003, p. 15).

Para tanto, a UEMS teve o intuito de formar professores para a educação básica, com o compromisso de atender as necessidades regionais, particularmente aquelas relacionadas com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação. (FERNANDES, 2003)

Nesse período, foram realizados encontros com as comunidades de diversas regiões do estado para mapear as necessidades de expandir o ensino superior nas diversas regiões sul-mato-grossenses com a finalidade de diminuir as desigualdades regionais e contribuir com o desenvolvimento de todas as regiões.

A UEMS foi criada para realizar a interiorização da educação superior e assumiu o compromisso de suprir a necessidade de formação dos profissionais da educação básica,

habilitando regionalmente professores para a atuação nas áreas de conhecimento que tinham necessidade.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (2013), quando foi institucionalizada, a UEMS estava estruturada em quinze unidades de ensino, tendo a cidade de Dourados como sede, e possuía um total de doze cursos, muitos deles ofertados em mais de uma unidade universitária, sendo um deles o curso de Pedagogia, com as habilitações em pré-escola e séries iniciais na unidade universitária de Ivinhema, com oferta inicial de 50 vagas em curso noturno no ano de 1994. (FARIA, 2013).

Em relação às instituições públicas estaduais de educação superior, no ano de 1980, em âmbito nacional, havia nove universidades estaduais no Brasil. O crescimento do número dessas universidades deu-se com a Constituição Federal de 1988, momento em que se estabeleceu o princípio da autonomia universitária. De acordo com Sampaio (1998, p. 11), o crescimento do número de universidades estaduais contribuiu para “[...] uma expansão significativa nas matrículas neste segmento público do ensino superior. No período entre 1980 e 1996, elas mais do que duplicaram o número de alunos, passando de 81.525 para 204.389”.

Em suma, a análise acerca das quatro universidades revela que, no período da pesquisa de 1980 até 1996, havia duas privadas e duas públicas no estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com os dados históricos apresentados, o curso de Pedagogia em Campo Grande estava presente inicialmente em uma universidade privada, que iniciou a formação de professores em 1962, e a outra instituição privada ofertava o curso apenas no interior, não contemplando a capital. Já em relação às duas universidades públicas, o curso teve início em 1980 na universidade federal, e na universidade estadual estava presente apenas em uma cidade do interior do estado, no ano de 1994.

Para compreender o panorama da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul, o tópico a seguir apresentará um levantamento de modo geral da expansão das instituições de ensino superior no período de 1980 até 1996.

### **3.2.1 A expansão das instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul (1980-1996)**

O estado de Mato Grosso do Sul no período selecionado para pesquisa, ou seja, de 1980 até 1996, possuía, no que tange à formação inicial de profissionais em cursos de



Constata-se que no estado de Mato Grosso do Sul há o predomínio de instituições privadas de educação denominadas de faculdades integradas e faculdades. Saviani (2010, p. 11) afirma que “[...] aprofunda-se, assim, a tendência a tratar o ensino superior como mercadoria entregue aos cuidados de empresas de ensino”.

Nessas instituições, durante o período delimitado, havia 59 cursos de graduação, como demonstrado na Tabela 4, sendo alguns de maior oferta, tais como: Administração (32), Pedagogia (22), Letras (20), Ciências Contábeis (19), Direito (18), Normal Superior (17), Turismo (15), Ciências Biológicas (12), Matemática (12) e História (10). O curso de Pedagogia estava presente na capital e nas cidades do interior do estado e ocupava a segunda maior oferta, totalizando 22 cursos.

**Tabela 4 - Cursos de graduação no estado de Mato Grosso do Sul (1990)**

Nº	Curso	Campo Grande			Interior			Total Geral
		Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	
1	Administração	1	6	7	7	18	25	32
2	Agronomia	---	2	2	3	1	4	6
3	Análise de Sistema	1	---	1	1	---	1	2
4	Arq. e Urbanismo	1	1	2	---	1	1	3
5	Artes Plásticas	1	---	1	---	---	---	1
6	Artes Visuais	1	---	1	---	---	---	1
7	Biologia	1	---	1	---	---	---	1
8	Biomedicina	---	---	---	1	1	1	1
9	Biblioteconomia	1	---	---	---	---	---	1
10	Ciências Biologia	---	---	---	4	---	4	4
11	Ciências Matemáticas	---	---	---	4	---	4	4
12	Ciências Biologia	1	1	2	9	1	10	12
13	Ciências da Computação	1	3	4	1	2	3	7
14	Ciências Contábeis	---	4	4	3	12	15	19
15	Ciências Econômicas	1	2	3	1	3	4	7
16	Ciências Sociais	1	---	1	---	---	---	1
17	Comunicação Social	1	5	6	---	3	3	9
18	Design	---	1	1	---	---	---	1
19	Direito	1	5	6	6	6	12	18
20	Educação Artística	---	1	1	---	---	---	1
21	Educação Física	1	3	4	---	3	3	7
22	Enfermagem	1	2	3	2	---	2	5
23	Engenharia da Computação	---	2	---	---	---	---	2
24	Engenharia Civil	1	1	2	---	1	1	3
25	Engenharia Elétrica	1	1	2	---	---	---	2
26	Engenharia Mecatrônica	1	---	---	---	---	---	1
27	Engenharia Ambiental	1	1	2	---	---	---	2
28	Farmácia	1	3	4	---	1	1	5
29	Física	1	---	---	1	---	1	2
30	Filosofia	---	1	1	---	---	---	1

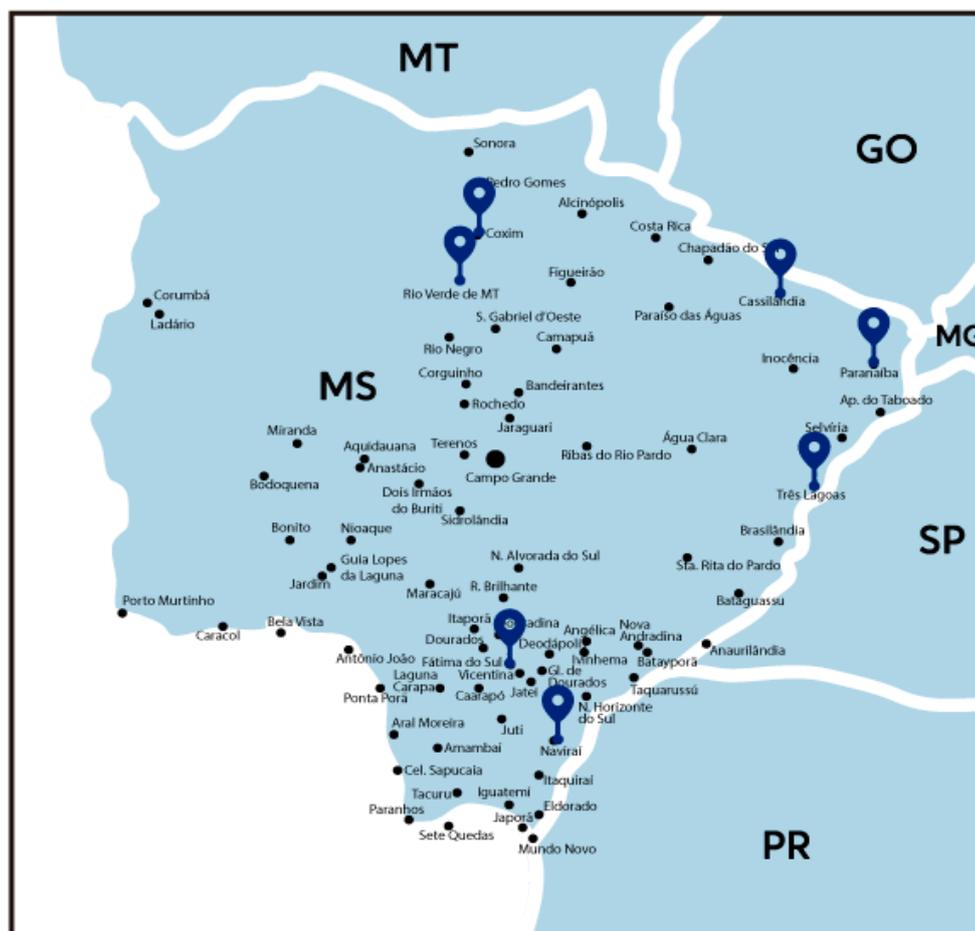
Nº	Curso	Campo Grande			Interior			Total Geral
		Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	
31	Fisioterapia	---	4	4	---	1	1	5
32	Geografia	---	2	2	4	2	6	8
33	Formação Doc p/ Ed. Básica	---	1	1	---	---	---	1
34	Fonoaudiologia	---	1	1	---	---	---	1
35	História	1	1	2	6	2	8	10
36	Letras	1	2	3	9	8	17	20
37	Matemática	1	---	1	10	1	11	12
38	Medicina	1	1	2	1	---	1	3
39	Mat. Enf. C. Comput.	---	2	2	---	---	---	2
40	Medicina Veterinária	1	2	3	---	2	2	5
41	Música	1	---	1	---	---	---	1
42	Normal Superior	1	1	2	11	4	15	17
43	Normal Superior Ind.	---	---	---	2	---	2	2
44	Nutrição	---	2	2	---	1	1	3
45	Odontologia	1	1	2	---	---	---	2
46	Pedagogia	1	5	6	6	10	16	22
47	Pedag. Gestão Social	---	1	1	---	---	---	1
48	Psicologia	1	2	3	2	1	3	6
49	Química	1	---	1	3	---	3	4
50	Química Tecnológica	1	---	1	---	---	---	1
51	Relações Internacionais	---	1	1	---	1	1	2
52	Serviço Social	---	1	1	---	1	1	2
53	Secretariado Executivo	---	1	1	---	2	2	3
54	Sistema Informação	---	1	1	1	2	3	4
55	Téc. Em Processamento de Dados	---	2	2	---	1	1	3
56	Téc. em Rede de Computadores	---	1	1	---	---	---	1
57	Terapia Ocupacional	---	1	1	---	---	---	1
58	Turismo	---	6	6	3	9	9	15
59	Zootecnia	1	1	2	1	1	2	4

**Fonte:** Ministério da Educação, INEP.

**Organização:** Severino, 2020.

Na Figura 5 as faculdades integradas eram sete no período de 1980-1996 e foram implantadas no interior do estado nas cidades de Fátima do Sul (1980), Naviraí (1987), Cassilândia (1988), Rio Verde de Mato Grosso (1994), Três Lagoas (1994), Paranaíba (1995) e Coxim (1996).

**Figura 5** - Faculdades Integradas de Mato Grosso do Sul (1980-1996)



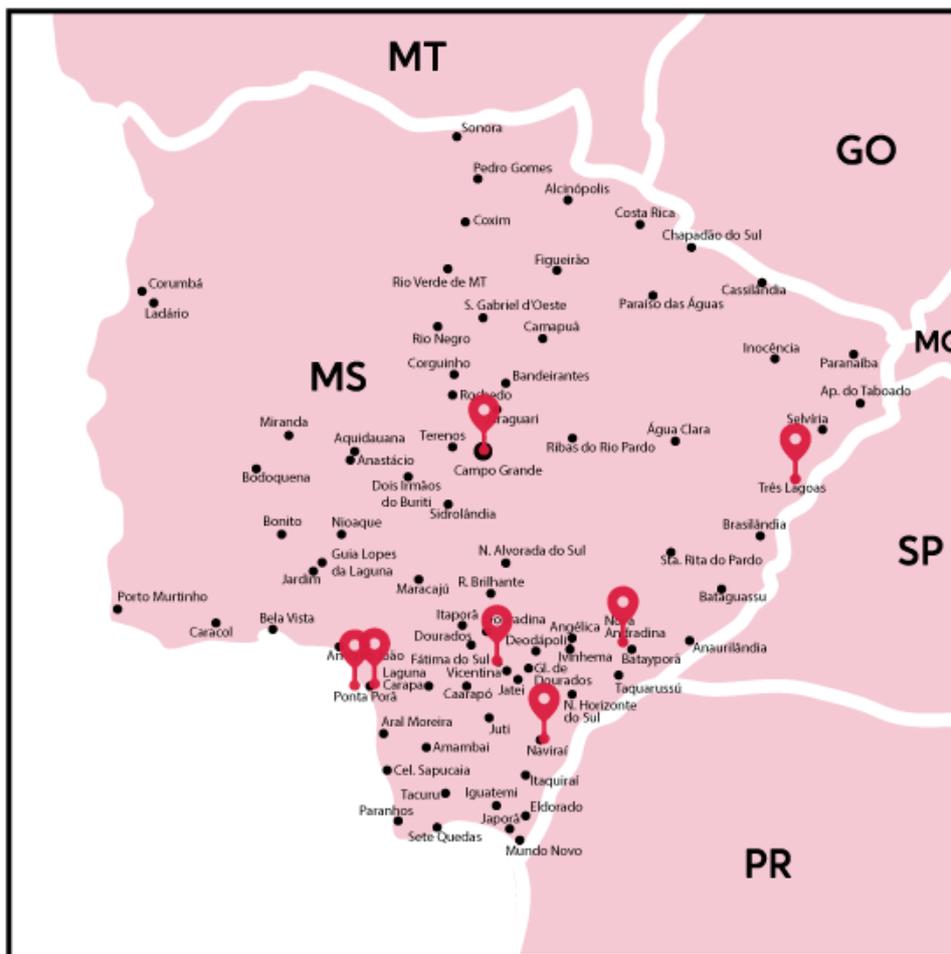
- 📍 (1980) Fátima do sul | Faculdades Integradas de Fátima do Sul
- 📍 (1987) Naviraí | Faculdades Integradas de Naviraí
- 📍 (1988) Cassilândia | Faculdades Integradas de Cassilândia
- 📍 (1994) Rio Verde de Mato Grosso | Faculdades Integradas de Rio Verde
- 📍 (1994) Três Lagoas | Faculdades Integradas de Três Lagoas
- 📍 (1995) Paranaíba | Faculdades Integradas de Paranaíba
- 📍 (1996) Coxim | Faculdades Integradas de Coxim

**Organização:** Severino, 2020.

**Fonte:** INEP (1990)

As faculdades no estado de Mato Grosso do Sul conforme a Figura 6 estavam localizadas nas cidades de Ponta Porã (1986), Nova Andradina (1988), Campo Grande (1994), Fátima do Sul (1995), Naviraí (1995) e Ponta Porã (1995).

**Figura 6** - Faculdades de Mato Grosso do Sul (1980-1996)



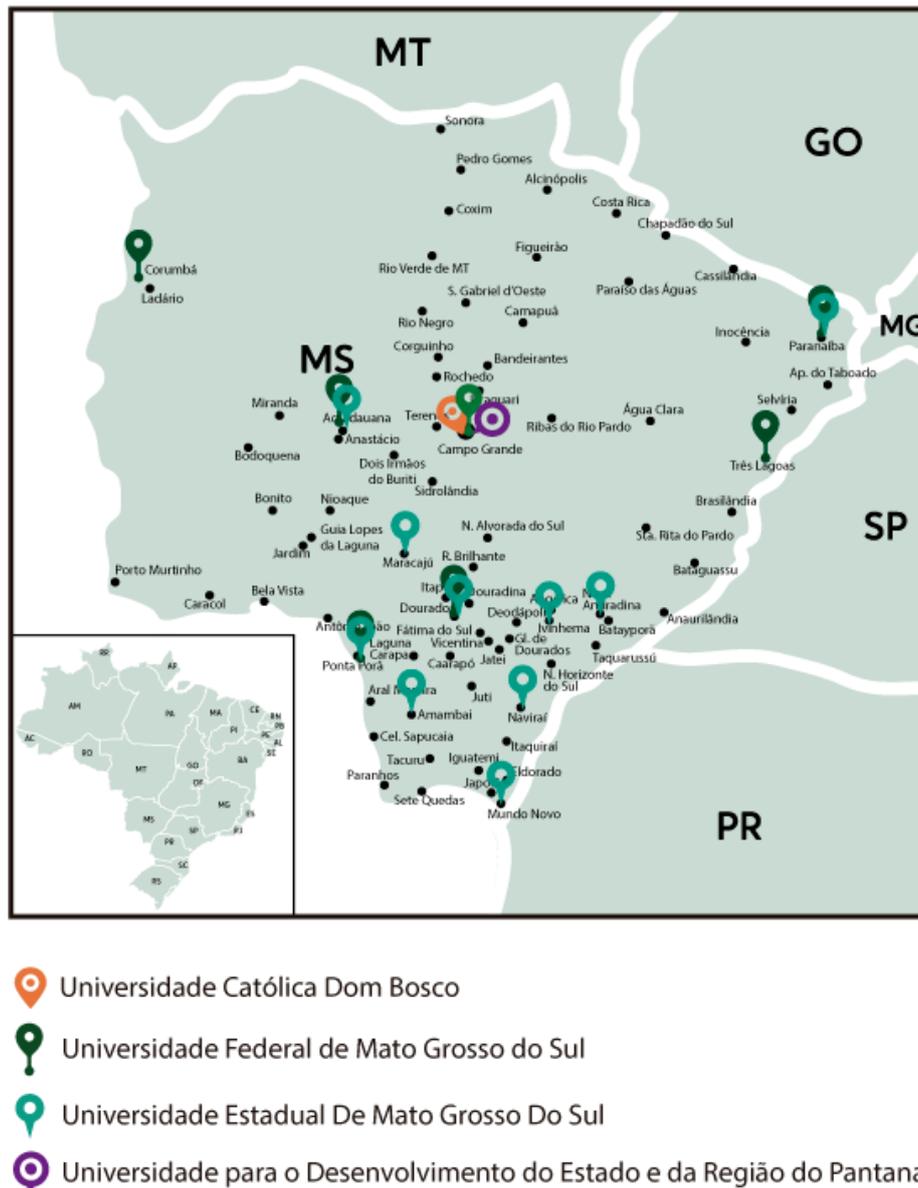
- 📍 (1986) Ponta Porã | Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã
- 📍 (1988) Nova Andradina | Faculdade de Administração de Naviraí
- 📍 (1994) Campo Grande | Faculdade de Campo Grande
- 📍 (1995) Fátima do Sul | Faculdade de Administração de Fátima Do Sul
- 📍 (1995) Naviraí | Faculdade de Ciências Contábeis de Naviraí
- 📍 (1995) Ponta Porã | Faculdade de Ciências Contábeis de Ponta Porã

**Fonte:** INEP (1990).

**Organização:** Severino, 2020.

O estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1980 até 1996, conforme apresentado na Figura 7, contava com quatro universidades, dentre elas duas públicas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; e duas instituições particulares: Universidade Católica Dom Bosco e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.

**Figura 7** - Universidades de Mato Grosso do Sul (1980-1996)



**Fonte:** INEP (1990)

**Organização:** Severino, 2020.

As informações encontradas referentes às instituições de ensino superior revelam que, dentre os 55 municípios do estado, somente em 18 cidades havia tais instituições. Constatou-se que, na capital, as universidades predominavam (UCDB, UFMS e UEMS), havia apenas uma faculdade e não havia faculdade integrada.

A UEMS possuía maior abrangência do interior do estado e não estava presente na capital. Em relação às regiões interioranas do estado, na cidade de Dourados havia duas universidades, Paranaíba e Naviraí possuíam faculdade integrada, faculdade e a UFMS. A cidade de Três Lagoas contava com a UFMS e uma faculdade integrada. Em

Ponta Porã havia duas faculdades e duas universidades. Em Fátima do Sul, uma faculdade integrada e uma faculdade. Constatou-se que há um predomínio das instituições privadas no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente nas cidades do interior.

### **3.3 O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Neste tópico, apresenta-se o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *campus* de Campo Grande e em outros quatros *campus*, em locais estratégicos do estado. A instituição implementou o ensino superior público nas regiões do interior, com a finalidade de diminuir os altos custos dos estudantes com o deslocamento em decorrência das deficiências nos meios de transportes ainda presentes no final da década de 1970.

A área da educação, mais especificamente, a formação de profissionais para atuarem nas redes de ensino de educação básica da rede municipal e estadual, favorecendo, com isso, o aperfeiçoamento e expansão do setor educacional por meio de implantação de estruturas curriculares voltadas para esse fim.

No início da década de 1980, um estudo realizado pela universidade constatou que a evasão escolar no ensino fundamental até a oitava série era de cerca de 87%, percentual agravado pelo fato de apenas um terço da população em idade escolar no estado de Mato Grosso do Sul ter acesso às instituições escolares. (UFMS, 1984). Assim, pode-se inferir a necessidade de cursos de licenciatura, bem como o curso de Pedagogia para a formação de professores para atuarem nesses níveis de ensino.

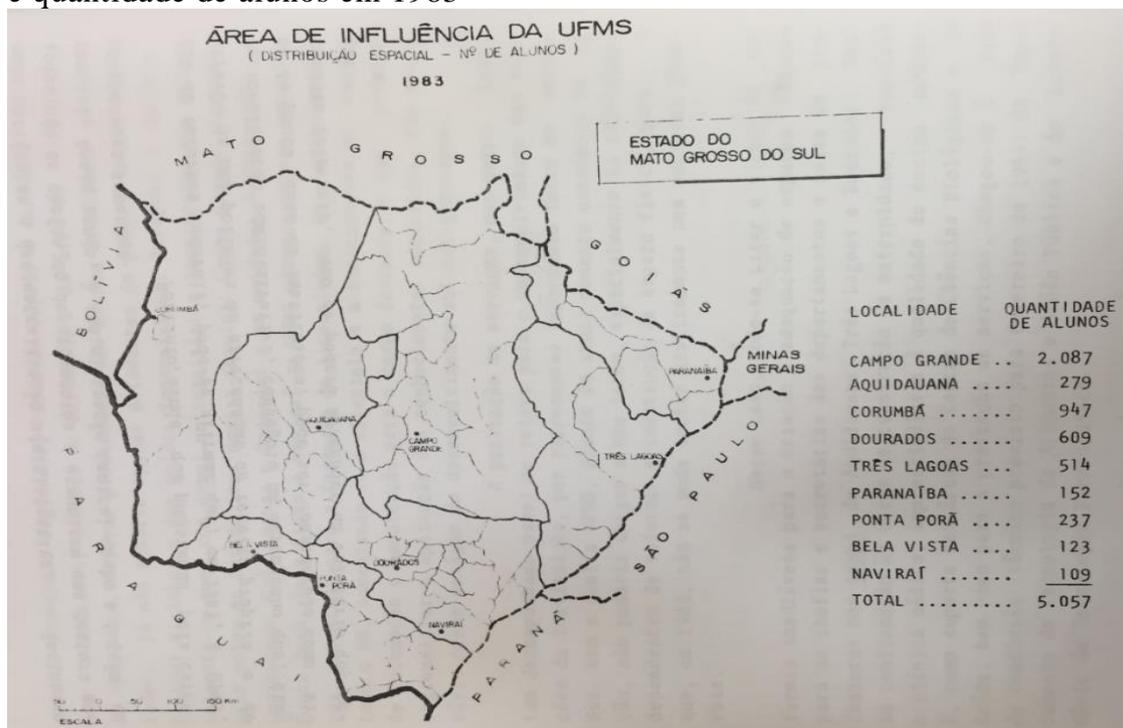
A instituição apresentou ao governo do estado os cursos de licenciatura para capacitar os docentes em exercício e, assim, proporcionar habilitação aos professores leigos da rede escolar do estado, com o objetivo de ampliar os serviços educacionais. Em relação ao ingresso de acadêmicos na universidade, foi instituída a Portaria/UFMS n. 91/80, de 16 de outubro de 1980, que aprovou as normas para o concurso vestibular unificado para todos os cursos de graduação da UFMS. (UFMS, 1980).

Conforme o Relatório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1984-1988), a instituição tinha como objetivo o aperfeiçoamento e expansão do processo educacional por meio da implantação de estruturas curriculares adequadas as necessidades da sociedade, bem como a expansão das formas tradicionais e criação de alternativas para a formação de recursos humanos destinados à educação básica por meio de metodologias adequadas e da oferta de cursos regulares e especiais. (UFMS, 1984).

A estrutura organizacional da universidade foi submetida a paulatinas alterações no início da década de 1980, período em que estava organizada em três pró-reitorias, sete centros universitários e vinte e sete departamentos. Dentro da estrutura da universidade, o curso de Pedagogia dependia do Departamento de Educação, que gerenciavam suas próprias atividades.

A instituição oferecia cursos superiores, em sua maioria para formação de licenciados nos *campus* universitários localizados na capital e em oito cidades do interior do estado, a saber: Campo Grande, Corumbá, Aquidauana, Três Lagoas, Dourados, Paranaíba, Ponta Porã, Bela Vista e Naviraí. Na figura 8, a seguir, representada pelo mapa do estado de Mato Grosso do Sul, apresenta-se a localização dos *campus* da instituição e a quantidade de alunos em cada cidade. No ano de 1983, os *campus* estavam presentes na capital e em oito cidades do interior. Em relação à quantidade total de alunos, o número era de 5.057 e, deste total, a cidade de Campo Grande possuía 41,27%, e a cidade de Corumbá tinha 947 acadêmicos, ou seja, 18,73% do total de alunos.

**Figura 8** - Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com a localização dos *campus* e quantidade de alunos em 1983



**Fonte:** Relatório UFMS de 1983.

Nesse momento histórico, a UFMS oferecia cursos regulares de graduação, constituídos, em grande parte, por licenciaturas, visando formar docentes para atender as instituições escolares da região nos *campus* de Aquidauana, Dourados, Três Lagoas e

Corumbá. Na Tabela 5, a seguir, apresenta-se o número de alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS no intervalo de 1978 até 1983, período que corresponde aos anos que antecederam a sua federalização e, posteriormente, os primeiros anos como universidade federal.

**Tabela 5** - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS, Campo Grande (1978-1983)

<b>CENTROS / CURSOS</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	<b>782</b>	<b>806</b>	<b>870</b>	<b>860</b>	<b>886</b>
Biologia - Licenciatura Plena	-	-	27	65	102
Farmácia - Bioquímica	109	117	123	116	115
Medicina	341	349	354	351	353
Medicina Veterinária	171	173	194	174	166
Odontologia	161	167	172	154	150
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	<b>346</b>	<b>375</b>	<b>554</b>	<b>533</b>	<b>597</b>
Física - Licenciatura Plena	-	-	32	54	64
Matemática - Licenciatura Plena	-	-	27	56	78
Química - Licenciatura Plena	-	-	30	54	84
Engenharia Civil	346	375	465	369	371
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</b>	<b>138</b>	<b>130</b>	<b>344</b>	<b>496</b>	<b>604</b>
Administração	-	-	66	125	164
Educação Artística	-	-	57	105	143
Educação Física	138	130	162	151	164
Pedagogia	-	-	59	115	133

**Fonte:** Relatório da UFMS 1983.

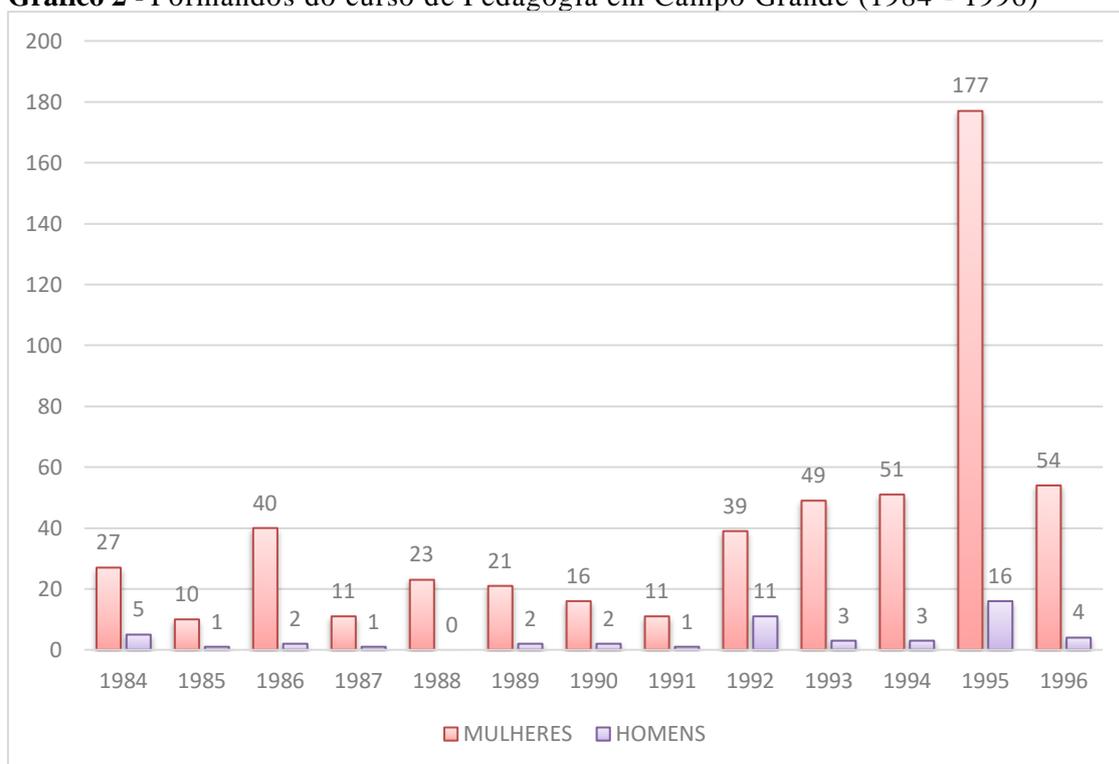
**Organização:** Severino, 2020.

No ano de 1980, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, com os cursos de Biologia, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia, obteve 806 matrículas e 886 em 1983. O Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, com os cursos de Física (Licenciatura plena), Matemática (Licenciatura plena), Química (Licenciatura plena), Engenharia Civil, atingiu 375 matrículas em 1980 e 597 em 1983. O Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), com os cursos de Administração, Educação Artística, Educação Física e Pedagogia teve 344 matrículas em 1981 e 604 em 1983. Vale ressaltar que até 1980, no CCHS só existia o curso de Educação Física. O curso de

Pedagogia teve início no ano de 1981, com 59 matrículas e, no ano de 1983 atingiu 133, aumentando em 91,5% o número de acadêmicos matriculados.

Em relação aos discentes do curso de Pedagogia, foram disponibilizados pela UFMS dados quantitativos referentes aos registros de diplomas. Em Campo Grande o *campus* iniciou os registros do curso de Pedagogia no ano de 1984, com a conclusão da primeira turma. O Gráfico 2, a seguir, informa os números de formados desse curso em Campo Grande, no período de 1984 até 1996.

**Gráfico 2** - Formandos do curso de Pedagogia em Campo Grande (1984 - 1996)



**Fonte:** Divisão de Registro de Diplomas DIRD/UFMS.

**Organização:** Severino, 2020.

O Gráfico 2 mostra que o curso começou a formar pedagogos no ano de 1984, ou seja, quatro anos depois da criação do curso, instituído pela Portaria/UFMS n. 129/1980. No total, foram diplomados, no ano de 1984, 32 pedagogos segundo os dados disponibilizados pela Divisão de Registro de Diplomas (DIRD) da UFMS. Destacou-se, no gráfico, o ano de 1995, com 193 formandos, quando se atingiu o maior índice de registros de diplomas no curso, ou seja, aproximadamente o triplo dos demais anos.

A Tabela 6 apresenta os dados referentes ao número de matrículas dos cursos ofertados nas cidades de Aquidauana e Corumbá no período equivalente aos anos de 1979 a 1983.

**Tabela 6** - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS, ofertados nas cidades de Aquidauana e Corumbá (1979-1983)

<b>CENTROS / CURSOS</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>
<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE AQUIDAUANA</b>	<b>250</b>	<b>247</b>	<b>324</b>	<b>248</b>	<b>279</b>
Ciências	86	85	111	80	86
Estudos Sociais	85	80	103	69	40
Geografia	-	-	-	-	30
História	-	-	-	-	30
Letras	79	82	110	99	93
<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CORUMBÁ</b>	<b>762</b>	<b>801</b>	<b>865</b>	<b>900</b>	<b>947</b>
Administração	140	130	150	146	155
Ciências Contábeis	146	152	152	156	150
Ciências	150	177	153	139	142
Estudos Sociais	72	67	69	59	66
História	30	31	56	93	100
Letras	59	62	79	92	108
Pedagogia	99	117	137	140	145
Psicologia	66	65	69	75	81

**Fonte:** PRAC/SCG – COGEPLAN.

**Organização:** Severino, 2020.

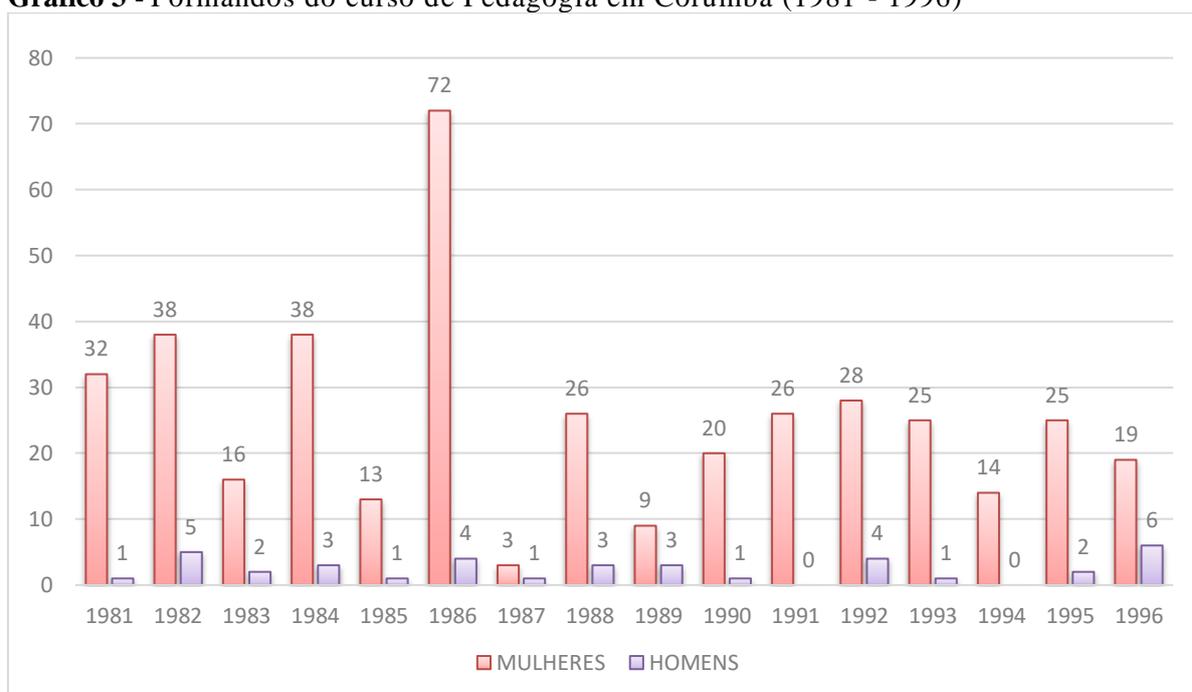
O Centro Universitário de Aquidauana, no ano de 1980, ofertava os cursos de Ciências, Estudos Sociais, Geografia, História e Letras, com um total de 247 matrículas em todo o centro, o qual apresentou, no ano de 1981, o maior quantitativo, com 324 matrículas no período analisado, chegando ao ano de 1983 com 279, conforme apresentado na Tabela 6. Em relação à licenciatura em Pedagogia, o Centro Universitário de Aquidauana não ofertou essa habilitação.

O Centro Universitário de Corumbá ofertava os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências, Estudos Sociais, História, Letras, Pedagogia e Psicologia. Nesse centro universitário, constatou-se que havia a maior quantidade de alunos em comparação aos demais *campus*, com 801 matrículas em 1980, e 947 em 1983. Já o

Centro Universitário de Corumbá, em 1980, no curso de Pedagogia, possuía 117 matrículas, tendo um aumento de 145 no ano de 1983.

O Gráfico 3 apresenta um panorama sobre o perfil dos acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia em Corumbá entre os anos de 1981 a 1996. O curso registrou 33 formandos no ano de 1981, atingindo o maior número de registros em 1986, com 76 pedagogos. É relevante destacar que a maior parte dos pedagogos formados eram representados por mulheres, ou seja, 404 formandas e 38 formandos. Em relação ao quantitativo total de 442 alunos formados, apenas 8,60% eram homens.

**Gráfico 3** - Formandos do curso de Pedagogia em Corumbá (1981 - 1996)



**Fonte:** Divisão de Registro de Diplomas DIRD/UFMS.

**Organização:** Severino, 2020.

A Tabela 7 apresenta os dados de matrículas dos centros localizados nas cidades de Dourados e Três Lagoas. O Centro Universitário de Dourados era composto pelos cursos de Agronomia, Ciências, Estudos Sociais, Geografia, História, Letras e Pedagogia. Obteve 434 matrículas no ano de 1980 e 609 em 1983. Já o Centro Universitário de Três Lagoas, com os cursos de Ciências, Estudos Sociais, Geografia, História, Letras e Pedagogia, em 1980, efetuou 368 matrículas e, em 1983, esse número aumentou para 514 matrículas.

**Tabela 7** - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS, Dourados e Três Lagoas (1979-1983)

<b>CENTROS / CURSOS</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>
<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DOURADOS</b>	<b>336</b>	<b>434</b>	<b>447</b>	<b>554</b>	<b>609</b>
Agronomia	60	94	123	135	150
Ciências	74	89	80	87	85
Estudos Sociais	90	86	90	82	60
Geografia	-	-	-	-	30
História	25	66	60	74	90
Letras	87	99	94	99	94
Pedagogia	-	-	-	77	100
<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE TRÊS LAGOAS</b>	<b>357</b>	<b>368</b>	<b>380</b>	<b>419</b>	<b>514</b>
Ciências	90	92	90	90	111
Estudos Sociais	103	76	57	69	72
Geografia	23	16	18	37	64
História	-	10	22	39	65
Letras	54	67	84	86	88
Pedagogia	87	107	109	98	114

**Fonte:** PRAC/SCG – COGEPLAN.

**Organização:** Severino, 2020.

O curso de Pedagogia iniciou em Dourados no ano de 1982, com 77 matrículas e aumentou, no ano seguinte, para 100 matrículas, obtendo 29,87% de crescimento. Na cidade de Três Lagoas, o curso já funcionava desde 1979, ou seja, sua implantação foi antes da federalização da universidade. Em 1980, houve 107 matrículas e, no ano de 1983, aumentou para 114, atentando um crescimento de 6,54%.

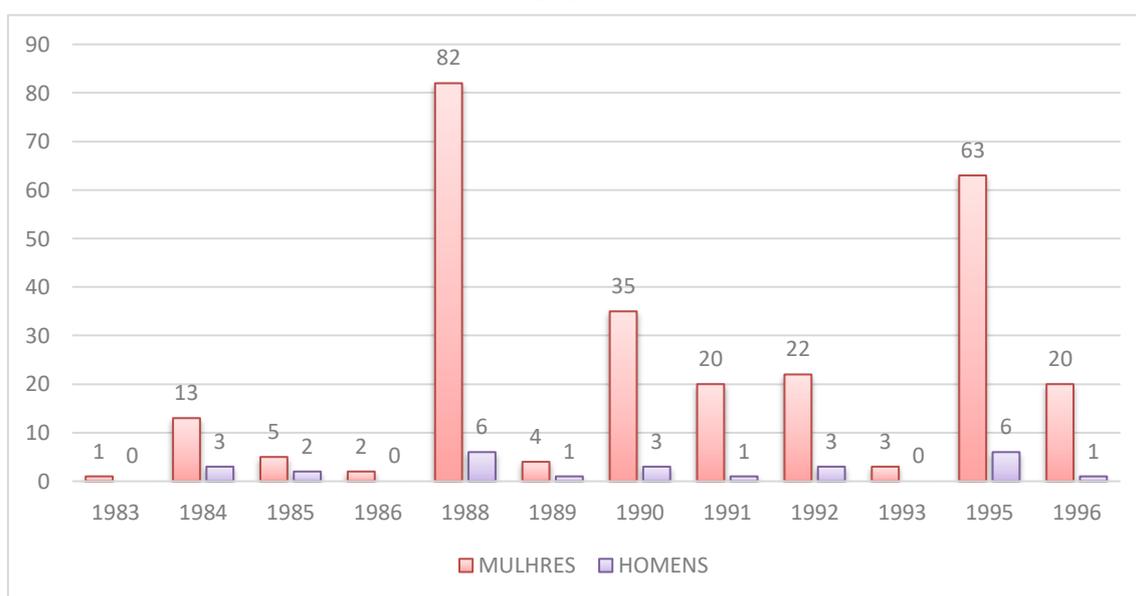
No *campus* Dourados, o curso de Agronomia recebeu o maior número de matrículas nos anos de 1981, 1982 e 1983. Observou-se que o curso de Pedagogia, em relação aos demais cursos de graduação, ficou na 5ª colocação em relação à quantidade de matrículas em 1982 e ocupou a 2ª colocação em relação ao quantitativo de matrículas.

Em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras contribuiu com a formação dos docentes e para a ampliação do ensino superior, devido à oferta do curso de Pedagogia, o qual teve início em 1971, com a habilitação técnica para Orientação Escolar até o ano de 1987, sofrendo alteração para Supervisão Escolar em 1991.

Posteriormente, começou a ofertar apenas as habilitações para o Magistério da pré-escola, bem como para o Magistério das séries iniciais do 1º grau e Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau (UFMS, 2003). Na Tabela 7, os dados sobre o centro universitário de Três Lagoas atestam que o curso de Pedagogia obteve a maior quantidade de matrículas em comparação aos demais cursos de graduação.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta os números de homens e mulheres que concluíram o curso de Pedagogia no centro de Dourados, no período de 1983 a 1996. Destaca-se que a criação do curso ocorreu no ano de 1983, e a primeira turma recebeu o diploma em 1988, com graduandos nas habilitações de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, totalizando 82 mulheres e 6 homens. O segundo maior registro de formandos em Pedagogia foi em 1995, com 69 diplomados, sendo 63 mulheres e 6 homens. Constatou-se que de 296 formandos no total, num percentual de 91,21%, eram mulheres e 8,79% homens.

**Gráfico 4** – Formandos do curso de Pedagogia em Dourados (1983 - 1996)



\* Não consta os anos de 1981-1982-1987-1994

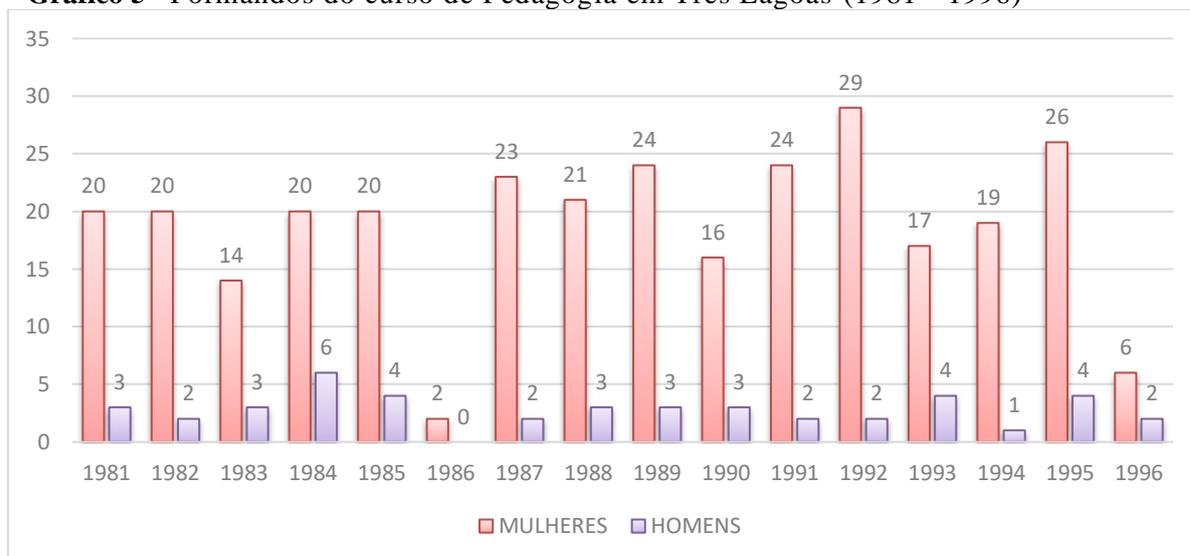
**Fonte:** DIRD/UFMS.

**Organização:** Severino, 2020.

O Gráfico 5 apresenta o número de formandos do curso de Pedagogia em Três Lagoas. Ao comparar os índices de concluintes em relação aos outros *campus* da universidade, Três Lagoas apresentou a maior quantidade de diplomados por ano, com pouca oscilação no decorrer do período de análise, ou seja, de 1981 a 1996, exceto no que diz respeito aos anos de 1986 e 1996, que obtiveram, respectivamente, 2 e 8 formados.

Evidenciou-se que, como nos demais centros, o número de mulheres foi superior ao de homens, isto é, do total de 345 formandos, 12,75 eram homens e 87,25% mulheres.

**Gráfico 5 - Formandos do curso de Pedagogia em Três Lagoas (1981 - 1996)**



**Fonte:** DIRD/UFMS.

**Organização:** Severino, 2020.

O Quadro 5 apresenta os dados das unidades de Ponta Porã, Paranaíba, Naviraí e Bela Vista, no período de 1981 a 1983. A unidade de Ponta Porã, no ano de 1983, contava com os cursos de Ciências, Letras e Pedagogia, com 237 matrículas; Paranaíba com os cursos de Ciências e Letras, com 152 matrículas; Naviraí, com os cursos de Ciências, Letras e Pedagogia, com 109 matrículas e Bela Vista com os cursos de Ciências, Estudos Sociais, Letras e Pedagogia, com 123 matrículas.

**Quadro 5** - Alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMS das unidades de Ponta Porã, Paranaíba, Naviraí e Bela Vista (1981-1983)

UNIDADES / CURSOS	1981	1982	1983
<b>UNIDADE DE PONTA PORÃ</b>	-	<b>135</b>	<b>609</b>
Ciências	-	45	76
Letras	-	45	80
Pedagogia	-	45	81
<b>UNIDADE DE PARANAIBA</b>	-	<b>84</b>	<b>152</b>
Ciências	-	40	67
Letras	-	44	85
<b>UNIDADE DE NAVIRAÍ</b>	<b>130</b>	<b>125</b>	<b>109</b>
Ciências	45	43	35
Letras	45	42	37
Pedagogia	40	40	37
<b>UNIDADE DE BELA VISTA</b>	<b>169</b>	<b>166</b>	<b>125</b>
Ciências	45	43	29
Estudos Sociais	40	40	30
Letras	44	43	33
Pedagogia	40	40	31

**Fonte:** PRAC/SCG – COGEPLAN, 1983.

**Organização:** Severino, 2020.

O curso de Pedagogia estava presente nas unidades de Ponta Porã, que iniciou, em 1982, com 45 matrículas. Naviraí, no ano de 1981, registrou 40 matrículas; porém, em 1983, diminuiu para 37 matrículas. Bela Vista obteve 40 matrículas em 1981 e decresceu para 31, em 1983. A unidade de Paranaíba não ofertou o curso de Pedagogia.

Em Ponta Porã, no ano de 1982, do total de 135 alunos matriculados 33,33% eram no curso de Pedagogia, sendo que em 1983, do total de 609 matrículas, 13,30% pertenciam à Pedagogia. A unidade de Naviraí e Bela Vista apresentaram uma média de 39 e 37 matrículas, respectivamente.

Na década de 1980, a instituição apresentou ao governo do estado uma proposta com o objetivo de ampliar os serviços educacionais, instituindo novos cursos de licenciatura como meio de capacitar o corpo docente e proporcionar habilitação ao percentual de professores sem formação em nível superior da rede escolar do estado. (UFMS, 1984).

Nesse sentido, a UFMS implantou novos semestres no *campus* de Campo Grande nos cursos de Administração Pública, Educação Artística, Pedagogia e licenciaturas plenas em Biologia, Física Química e Matemática e, no *campus* de Aquidauana e Dourados, os cursos de História e Geografia. A justificativa para ampliação dos cursos foi a importância que eles representavam para a formação de docentes qualificados para

atuarem a rede regional de ensino do 1º e 2º grau (UFMS, 1984). Para tanto, a Portaria/UFMS n. 91/80, de 16 de outubro de 1980, aprovou normas para o concurso vestibular unificado da UFMS para o ingresso de acadêmicos na universidade. (UFMS, 1980).

Em julho de 1981, em parceria com o governo do estado, criou-se em Naviraí e Bela Vista as “Licenciaturas de 1º grau em regime parcelado” para os cursos de Ciências, Estudos Sociais, Letras e Pedagogia, já com 153 graduados em 1983. Por outro lado, com início em julho de 1982, os cursos de Ciências, Letras e Pedagogia foram oferecidos em Ponta Porã e os cursos de Ciências e Letras, em Paranaíba, com término previsto para 1987, tendo sido realizado em 1983 novo ingresso de alunos por meio de vestibular. (UFMS, 1980).

O curso de Pedagogia, no ano de 1988, no Centro Universitário de Dourados oferecia habilitação em licenciatura plena e habilitação em administração escolar e o de Ponta Porã, apenas a habilitação em licenciatura plena. Em 1996, o curso de Pedagogia foi estabelecido na cidade de Aquidauana, com habilitação de Magistério da pré-escola, Magistério para as séries iniciais do 1º grau e magistério das matérias pedagógicas do 2º grau. (VARGAS, 2007). A seguir, apresenta-se o corpo docente da universidade e sua organização institucional.

### **3.3.1 Corpo docente e a organização administrativa da UFMS**

A evolução do corpo docente e da carga horária foi analisada mediante uma retrospectiva histórica. Em 1979, a UEMT<sup>51</sup> tinha aproximadamente 473 professores com carga horária entre 12h, 20h e 40h semanais de trabalho. Nos primeiros anos de UFMS, embora limitada por uma política restritiva de contratações, os números tanto de docentes como da carga horária foram crescendo gradativamente. No ano de 1984, os docentes com dedicação exclusiva, ou seja, com 40h semanais, o quantitativo aumentou para 634 professores e os profissionais com 12h diminuíram. A tabela 8 informa o regime de trabalho desses docentes, o quantitativo e a carga horária.

---

<sup>51</sup> Ressalta-se que, depois da divisão do estado de Mato Grosso do Sul, a UEMT realizou o processo de federalização nos *campus* do sul do estado, tornando-se a UFMS.

**Tabela 8 - Regime de trabalho com número de docentes e carga horária**

<b>REGIME DE TRABALHO</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>
Quantidade de Docentes	82	87	75	45	47	-
Carga horária (12h)	984	1.044	900	540	564	-
Quantidade de Docentes	153	168	170	161	162	-
Carga horária (20h)	3.060	3.360	3.400	3.220	3.240	-
Quantidade de Docentes	238	242	312	411	421	-
Carga horária (40h)	9.520	9.680	12.480	16.440	16.840	-
<b>Total de Docentes</b>	473	497	557	617	630	634
<b>Carga horária total</b>	13.564	14.084	16.780	20.200	20.644	-

**Fonte:** GRH (1978-1984).

**Organização:** Severino, 2020.

No tocante aos dados referentes ao aprimoramento do corpo docente, a instituição implementou uma política de formação docente, como se pode constatar na Tabela 8. No ano de 1979, dos 473 professores, 287 eram graduados, 151 possuíam especialização, 28 eram mestres e somente 7, doutores. Comparando-se os dados do ano de 1984, os docentes com especialização aumentaram 82,8%, passando para 276 e, conseqüentemente, os professores com graduação diminuíram para 217. Destaca-se que no ano de 1982 aumentou significativamente o quantitativo de doutores em decorrência da política de gestão da universidade iniciada no final de 1979, que permaneceu no começo da década de 1980.

Em 1980, o total de formandos correspondia a 497 professores e apenas 1,46% eram doutores; a maioria possuía somente graduação, ou seja, 61,56%. No ano de 1984, considerando-se o total de 634 docentes, havia 34,22% com graduação e 2,83 com doutorado.

**Tabela 9** - Nível de formação dos docentes da UEMT (1979) e UFMS (1980-1984)

TITULAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Graduação	287	306	315	211	229	217
Especialização	151	156	184	269	265	276
Mestrado	28	28	49	121	119	123
Doutorado	7	7	9	16	17	18
<b>TOTAL</b>	<b>473</b>	<b>497</b>	<b>557</b>	<b>617</b>	<b>630</b>	<b>634</b>

**Fonte:** GRH (1978- 1984).

**Organização:** Severino, 2020.

Nesse momento de instalação da Universidade Federal no estado, fizeram parte do Conselho Diretor (CD) três entidades representativas: o Diretório Central de Estudantes, a Associação dos Servidores e a Associação de Docentes. O Regimento Interno foi elaborado pela Comissão de Extensão e efetivaram-se Seminários Institucionais e a Revitalização da UFMS com o respaldo da comunidade universitária, que passou a conviver com as decisões pelo voto, fosse em assembleias gerais da instituição, fosse em pleitos oficiais organizados sucessivamente.

A Universidade, no período de 1984 a 1988, realizou eleições de diretores, chefes de departamento e colegiado de curso, vice-reitor, pró-reitor de assuntos estudantis, comissão permanente de pessoal docente e de pessoal técnico-administrativo, vice-reitor de centro, reitor e para os cargos de chefia. Também foram escolhidos, por meio de eleição, os representantes das Associações dos Docentes e dos Servidores e do Diretório Central dos Estudantes, que começaram a fazer parte do Conselho Diretor, como apresenta o Quadro 6.

**Quadro 6** - Eleições da reitoria na UFMS no período de 1984 – 1988

ELEIÇÕES	ANO
Diretores	1984
Chefe de Departamento e Colegiado de Curso	1984-1986
Vice-Reitor	1985
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	1986
Comissão Permanente de Pessoal Docente	1986-1988
Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo	1986-1988
Vice-Diretor de Centro	1988
Reitor	1988

**Fonte:** GRH 1(978- 1984).

**Organização:** Severino, 2020.

No ano de 1986, a Universidade encaminhou para o Conselho Federal de Educação/MEC a proposta de estatuto elaborada por meio da participação geral. No decorrer do período de 1984 a 1988, cresceu progressivamente a participação da comunidade por meio dos conselhos nas decisões da instituição. Tais conselhos eram divididos em: Conselho Diretor (CD), Conselho Universitário (COUN) e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE). O Relatório da UFMS de 1979 a 1984 apresenta dados referentes às reuniões dos conselhos, Tabela 10.

**Tabela 10** - Atuação dos conselhos na UFMS 1980 – 1988

Período/ Conselho	Conselho diretor	Conselho Universitário	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
Números de reuniões	83	49	60
Números de Resoluções	1.423	185	658

**Fonte:** GRH (1980- 1988)

**Organização:** Severino, 2020.

Portanto, o capítulo objetivou entender o modo como foi constituído o curso de Pedagogia no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e na UFMS, mais especificamente no *campus* de Campo Grande, compreendendo o contexto histórico de criação e as contribuições para a formação inicial dos professores, visto que, durante o período de análise, os cursos foram gradativamente abrangendo as diversas regiões do estado, bem como a capital.

Nesse contexto, objetiva-se identificar e analisar, no próximo capítulo, os aspectos históricos do curso de Pedagogia do *campus* de Campo Grande, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

## **4 O CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (1980-1990): *CAMPUS* DE CAMPO GRANDE**

Este capítulo tem como objetivo analisar o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande, especificamente a sua implantação na década de 1980 e sua trajetória histórica até o ano de 1996.

Inicia-se este capítulo com a análise histórica da criação do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais, no *campus* de Campo Grande, elencando os marcos legais e históricos que o constituíram. Em seguida, buscou-se, por meio das normas regimentais da UFMS, a organização do curso na instituição. Na perspectiva da gestão administrativa, identificaram-se os coordenadores no período e suas funções institucionais.

Posteriormente, direcionamos as discussões a respeito das estruturas curriculares das habilitações em Magistério nas séries iniciais do 1º grau e no Magistério da pré-escola no período de 1980 até 1996, dando ênfase aos aspectos estruturais como mudanças na carga horária, disciplinas e turno. Também evidenciou-se a trajetória do curso no que tange à constituição do corpo docente e seu processo de organização, o que possibilitou compreender, por meio de fontes documentais, o movimento da materialidade do curso de Pedagogia da UFMS no período da pesquisa.

### **4.1 A criação do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais**

A história do curso de Pedagogia na UFMS, *campus* Campo Grande, iniciou na década de 1980, com a criação do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), em 11 de março do mesmo ano, uma unidade administrativa, composta de departamentos que coordenavam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Centro possuía um conselho e uma direção que conduziam as demandas referentes à área das ciências humanas na universidade no *campus* da capital. (ANAIS..., 1989).

Ressalta-se que a criação do CCHS ocorreu em paralelo com o processo de federalização da UEMT este novo cenário apresentou a criação de novos cursos na universidade no *campus* de Campo Grande, segundo Morais (1997, p. 28)

[...] essa nova estrutura (federalização e novo centro) gerou possibilidades concretas de ser uma nova “instituição” e por conta disto, salários e autonomia de trabalho em sala de aula, levaram vários técnicos em assuntos educacionais, anteriormente lotados em setores burocráticos da universidade e da própria Secretaria Estadual de

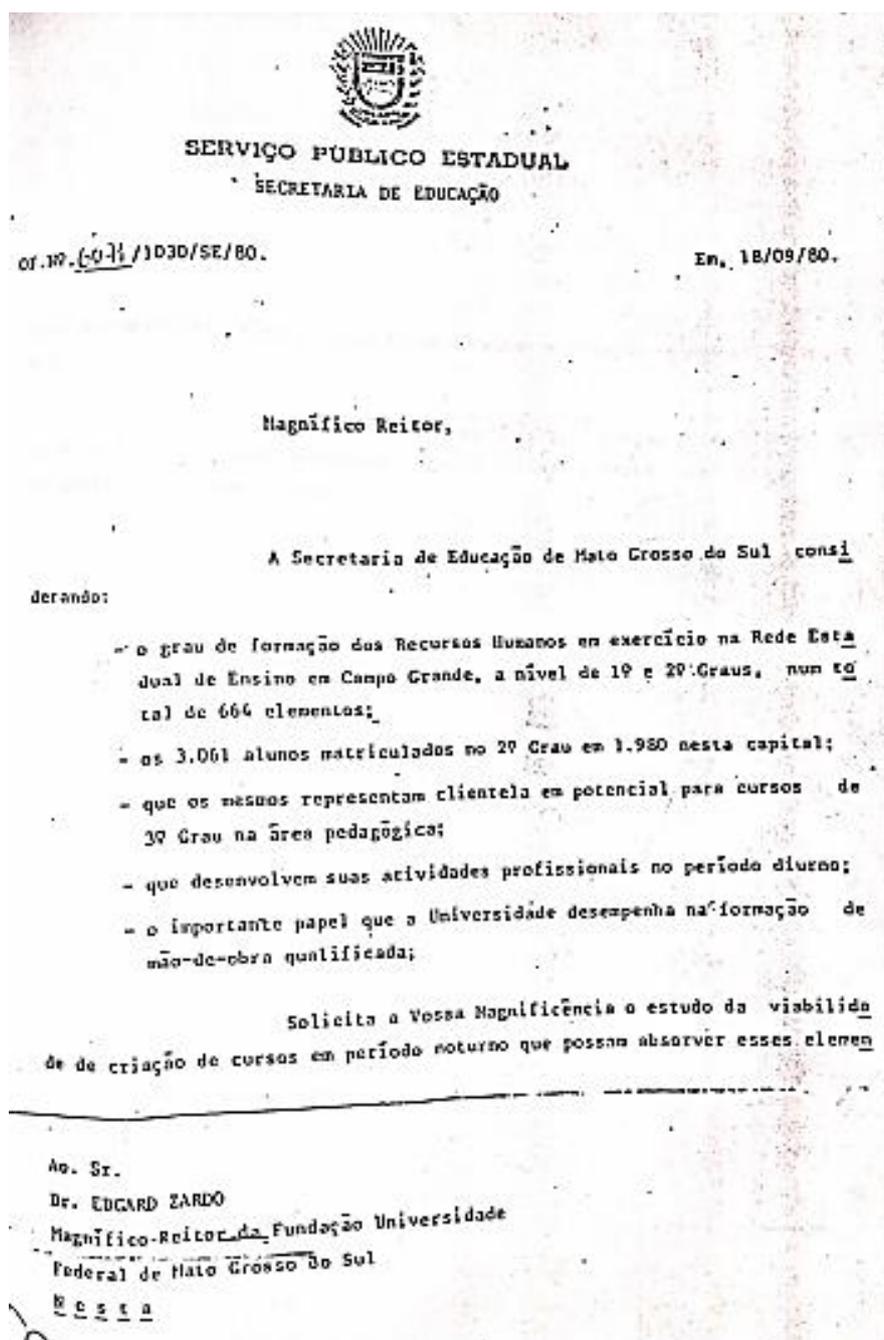
Educação, passaram para a carreira do magistério, através dos “concursos internos” e “reservados”. Docentes dos centros do interior, [...], transferiram-se para o novo centro de Campo Grande, o CCHS. Desta forma, as disciplinas das áreas humanas e sociais passaram a contar com um quantitativo significativo de professores, que independente da área de formação, começaram a atuar junto aos cursos de graduação como professores de Introdução a Metodologia Científica e Estudos de Problemas Brasileiros, além de ceder espaço aos professores de Comunicação e Expressão.

Assim, a instalação do CCHS explicitou o interesse em expandir os cursos na área da educação “marcado pela ausência de um projeto maior, o CCHS e seus departamentos começaram a se estruturar, tendo latente, potencialidades de desenvolvimento e ao mesmo tempo, como lugar de recolhimento de professores do interior.” (MORAIS, 1997, p. 29)

Foram protagonistas na criação do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande, a Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, que juntamente com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atendeu aos profissionais em exercício da Rede Estadual de Ensino de Campo Grande que atuavam na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Na década de 1980, o secretário estadual de educação do estado de Mato Grosso do Sul, Juvêncio César da Fonseca encaminhou ao reitor da UFMS doutor Edgard Zardo, o Ofício nº 6071/1030/SE-MS/1980, solicitando o estudo de criação de cursos de nível superior na área pedagógica no período noturno que contemplasse a formação inicial dos profissionais da educação (UFMS, 1980). A seguir a Figura 09 apresenta a solicitação encaminhada pela secretaria de educação para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul mediante o ofício supracitado.

Figura 9 - Ofício nº 6071/1030/SE-MS/1980



Fonte: Ofício nº 6071/1030/SE-MS/1980.

O Ofício n. 6071/1980 da Secretaria de Educação apresentou algumas demandas que justificaram a solicitação para a implantação do curso de Pedagogia, *campus* de Campo Grande, tais como: atender a formação dos recursos humanos em exercício na Rede Estadual de Ensino em Campo Grande, em nível de 1º e 2º graus, num total de 604 profissionais de educação que estavam em exercício e que necessitavam de qualificação

em nível superior. Outra consideração expressa pela secretaria era de que havia 3.061 alunos matriculados no 2º grau, no ano de 1980, em Campo Grande, os quais tinham potencial para ingressar no 3º grau na área pedagógica. Além disso, o documento também salientava que o curso de Pedagogia deveria ser ofertado no período noturno e, por fim, que a universidade, nesse momento histórico, contribuiria com a oferta de novos cursos para o desenvolvimento do estado, que estava sendo consolidado após a divisão. (MATO GROSSO DO SUL, 1980).

Nesse sentido, a Secretaria Estadual de Educação demonstrava preocupação com a qualidade do ensino público no estado e buscava espaço acadêmico para seus alunos continuarem os estudos direcionando-os para os cursos de licenciaturas.

A UFMS iniciou o processo de implantação dos cursos do Centro de Ciências Humanas e Sociais no *campus* de Campo Grande, no período noturno, com o objetivo de preparar e titular profissionais no curso de Administração com ênfase no setor público, Pedagogia e Educação Artística (licenciatura curta) para atuarem nas escolas da rede estadual e demais instituições escolares.

A criação do curso, na década de 1980, correspondeu a um período de debate pela formação de professores. Desse modo, a oferta de ensino superior noturna atendeu as demandas da estrutura social cuja força de trabalho precisava de qualificação e esses trabalhadores pressionavam por acesso à educação de 1º e 2º graus e as camadas médias lutavam por acesso ao ensino superior. Desse modo,

[...] a política educacional criou tais cursos para atender as pressões da demanda. A abertura desses cursos liga-se as pressões por democratização na educação, embora se saiba que democratização deve ser em todos os níveis (desde a base do sistema até seu vértice) e está determinada pelo grau de democratização de toda a sociedade nas suas várias dimensões. (CASTANHO, 1989, p.113).

Os trabalhadores, para melhorar a sua condição social, somente poderiam ascender por meio da educação na condição de trabalhador estudante. Assim sendo, para ter a possibilidade de cursar o ensino superior e conciliá-lo com as atividades laborais, a oferta deveria acontecer no contraturno, após a jornada de trabalho.

Desse modo, o Comitê de Integração e Coordenação Executiva da UFMS em outubro de 1980 indicou a criação do curso de Pedagogia no CCHS, segundo Dias (1989, p. 84) foi apresentado um

[...] anteprojeto para implantação de cursos no período noturno [...] atendeu a necessidade de formação de professores para as séries iniciais de Campo Grande, na justificativa do Curso de Pedagogia, enfatizou o ensino de 1º grau que não atendeu até o momento, o que preceitua a Lei nº 5692/71 e o documento do XIII Seminário de Assuntos Universitários<sup>52</sup>.

A solicitação para a implantação do curso de Pedagogia foi justificada pela secretaria a partir de dados estatísticos referentes a rede estadual de ensino que “[...] era composta de 3.961<sup>53</sup> alunos, só em Campo Grande, o que permitia considerar uma significativa procura às vagas oferecidas nos cursos universitários noturnos” (UFMS, 2003, p. 08). O Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia (2003) apontou que esse número de estudantes justificava a demanda por vagas oferecidas nos cursos universitários, pois os estudantes desenvolviam suas atividades no período diurno e esperavam a oferta de cursos em nível de 3º grau no período noturno. (UFMS, 2003).

A seguir, foram selecionados dados estatísticos do estado de Mato Grosso do Sul para caracterizar o ensino de 1º e 2º graus dos estabelecimentos públicos e privados, com o intuito de identificar a necessidade que havia em relação à ampliação dos cursos de graduação para atender aos formandos do 2º grau. Salienta-se que havia, no período da pesquisa, um crescimento no número de escolas, visto que, em 1980, o estado estava se constituindo e as escolas tinham papel fundamental no desenvolvimento econômico e social da região.

Desse modo, a Tabela 11 apresenta o quantitativo de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus públicos e privados no estado de Mato Grosso do Sul, no período 1981 a 1996. No ano de 1981, as escolas públicas de 1º e 2º graus totalizavam 1.945 estabelecimentos e 119 estabelecimentos privados.

Em 1996, as escolas públicas de 1º e 2º graus diminuíram para 1.201 estabelecimentos, uma redução de 38,25% quando comparado ao ano de 1981. Em contrapartida, as escolas privadas de ensino de 1º e 2º graus totalizavam 332

---

<sup>52</sup> Durante o XIII Seminário de Assuntos Universitários realizado em Brasília nos dias 1 e 2 de setembro de 1980 ficou definido que competia a Universidade colaborar com o sistema de ensino, objetivando minimizar o problema de evasão que caracterizava a baixa produtividade do sistema, e que tinha, como um de seus fatores endógenos, a inadequada formação de professores, originando conseqüentemente, a decadência do ensino.

<sup>53</sup> O quantitativo de alunos apresentado no ofício n. 6071/SE-MS/1980 foi de 3.061, entretanto o dado apresentado no Projeto Pedagógico de Pedagogia, no item Histórico do curso, consta 3.961 alunos. (UFMS, 2003).

estabelecimentos, obtendo um crescimento de 279%, comparando o ano de 1981 com 1996<sup>54</sup>.

**Tabela 11** - Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus do estado de Mato Grosso do Sul de 1981 a 1996

Ano	1º grau		2º grau		Total
	Público	Particular	Público	Particular	
1981	1843	82	102	37	2.064
1982	1783	82	106	35	2.006
1983	1643	92	108	34	1.877
1984	1660	100	127	36	1.923
1985	1511	117	138	36	1.802
1986	1434	133	151	36	1.754
1987	1225	128	163	41	1.557
1988	1645	126	157	41	1.969
1989	1219	131	173	37	1.560
1991	1215	167	197	49	1.628
1992	1446	195	221	57	1.919
1993	1492	210	231	61	1.994
1994	1386	224	241	76	1.927
1995	1170	240	241	76	1.727
1996	951	242	250	90	1.533

**Fonte:** IBGE, Anuário Estatístico (1983; 1987/1988; 1991; 1994; 1999).

**Organização:** Severino, 2020

Os dados da Tabela 11 demonstram que os estabelecimentos públicos de ensino de 1º grau, no ano de 1981, somavam 1.843 escolas e, no ano de 1996, esse quantitativo era de 951. Ao se compararem os anos de 1981 e 1996, há uma redução de 51,61% no número total de estabelecimentos. Em relação aos estabelecimentos públicos de ensino de 2º grau no ano de 1981, totalizavam 102 escolas e aumentaram para 250 escolas no ano de 1996, verificando-se um crescimento de 245%.

No ano de 1981, havia 82 estabelecimentos particulares de ensino de 1º grau e, quando comparado ao ano de 1996, verifica-se um crescimento de 295,12%, chegando a um marco de 242 estabelecimentos. Da mesma maneira verifica-se um crescimento no número de estabelecimento de 2º grau, os quais, em 1981, eram 37 estabelecimentos e, em 1996, chegaram a 90, obtendo um crescimento de 243,24%

Infere-se que as transformações nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus aconteceram em decorrência da modificação na legislação educacional que regulamentou os estabelecimentos de ensino de 2º grau, os quais eram normatizados pela

<sup>54</sup> Os dados quantitativos apresentam os impactos do processo de municipalização das instituições e do FUNDEF coma diminuição do papel do estado.

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que ficou em vigência até 1982. A obrigatoriedade da profissionalização disposta nessa lei estava centrada na qualificação da massa trabalhadora alinhada ao ideal de modernização da economia no país.

Tal projeto político foi revogado com a promulgação da Lei n. 7.044/1982, que substituiu a obrigação de habilitação e qualificação para o trabalho por preparação para o trabalho<sup>55</sup> (BRASIL, 1982). Do mesmo modo, a lei alterou a legislação que normatizava a formação de professores, pois considerava que a educação de 2º grau enfatizava um ensino generalista e propedêutico, com enfoque economicista da educação.

De acordo com Kuenzer (2005, p. 18), a educação era compreendida como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento por meio da qualificação da força de trabalho, que era um elemento fundamental para o desenvolvimento nacional. A Lei n. 5.692/1971 objetivava a “[...] articulação entre educação e trabalho nos moldes da Teoria do Capital Humano, expressa na proposta de unificação através da obrigatoriedade da qualificação profissional” em nível de 2º grau.

A corrente explicitada em referência a “Teoria do Capital Humano” caracterizou a formação da força de trabalho realizada por meio do processo de escolarização do trabalhador via escola, atendendo o interesse do capital, que tinha a educação como um instrumento da produção da mais valia<sup>56</sup>, ou seja, a alternância dos termos habilitação para qualificação do trabalho conforme o texto da Lei n. 7.044/1982, que implicitamente reforçava as relações de exploração do trabalhador.

Em relação, a formação dos docentes de ensino de 1º e 2º graus, que atuavam nas instituições públicas do estado de Mato Grosso do Sul, foi possível identificar nas bases de dados disponíveis (Informes Estatísticos, 1996), a formação dos professores apenas da

---

<sup>55</sup> Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1972)

<sup>56</sup> Para Marx (2006) a produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. [...] [A mais-valia relativa] pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 2006). No caso, a relação entre a mais-valia e o processo educativo intrínseco entre a educação e o desenvolvimento econômico, conforme destacado por Saviani (2014), perpassava pela qualificação da formação do trabalhador, que garantiria ganhos na produtividade dos diferentes setores.

década de 1990<sup>57</sup>. Na Tabela 12 apresenta-se dados referentes a formação dos docentes no estado de Mato Grosso do Sul para o exercício na pré-escola e no 1º grau.

**Tabela 12** - Grau de formação de professores no estado de Mato Grosso do Sul (1991)

<b>GRAU DE FORMAÇÃO</b>	<b>PRÉ-ESCOLA (1991)</b>	<b>PRÉ-ESCOLA (1996)</b>	<b>EDUCAÇÃO 1º GRAU (1991)</b>	<b>EDUCAÇÃO 1º GRAU (1996)</b>
1º grau incompleto	10	58	365	176
1º grau completo	75	92	425	417
2º grau completo	983	1.429	5502	5.675
3º grau completo	556	1.000	9.556	11.893
<b>TOTAL</b>	<b>1.624</b>	<b>2.579</b>	<b>15.848</b>	<b>18.161</b>

**Fonte:** Ministério da Educação e do Desporto Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Informes Estatísticos, 1996).

Observa-se que, no ano de 1991, a pré-escola tinha o total de 1.624 professores e somente 556 docentes possuíam o 3º grau completo, ou seja, 34,23%. Os profissionais com formação em nível de 1º grau eram de 10 docentes com formação incompleta e 75 completa, correspondendo a 5,23% do total de docentes com formação em 1º grau.

Em 1991, os professores em exercício na pré-escola com formação em nível de 1º grau correspondiam a um quantitativo de 10 com 1º grau incompleto e 75 com 1º grau completo. No ano de 1996, o número aumentou para 58 docentes com 1º grau incompleto e 92 docentes com 1º grau completo, um crescimento de 76,47% da formação total em nível de 1º grau completo e incompleto.

Em relação ao 1º grau, em 1991, havia 365 docentes com formação em 1º grau incompleto e 425 com o 1º grau completo, quantitativo que diminuiu para 176 docentes com formação em 1º grau incompleto e 417 com 1º grau completo, totalizando 24,94 % a menos de docentes com formação em 1º grau incompleto e completo.

No ano de 1991, os docentes com formação em 2º grau na pré-escola eram de 983 professores, aumentando para 1.429 docentes em 1996, um crescimento de 45,37%. No

<sup>57</sup> Foram solicitadas ao Ministério da Educação via lei de acesso à informação dados estatísticos referentes a década de 1980 o órgão respondeu a solicitação informando que os dados disponíveis são a partir de 1990, não sendo possível a análise da década de 1980.

ano de 1991, os docentes com formação em 2º grau em exercício no 1º grau eram de 5.502 docentes, apresentando no ano de 1996 o quantitativo de 5.675 docentes, ou seja, um crescimento de 3,14%.

Em 1991, na educação de 1º grau os docentes com 3º grau completo correspondiam a 9.556, ou seja, 60,29% do total. E no ano de 1996, a educação de 1º grau tinha o total de 18.161 docentes, apresentou o percentual de 65,48% dos docentes com formação em 3º grau. E no ano de 1996, os docentes da pré-escola eram 2.579, no total e 38,77% tinham formação no 3º grau completo.

Com vista aos dados estatísticos apresentados foi possível identificar a materialização da Lei 5.692/1971 e as alterações presentes na Lei 7.044/1982 que regulamentavam a formação do professor apto a atuar na pré-escola e nas séries iniciais do 1º grau não exigindo, portanto, uma formação de 3º grau, justifica-se a preponderância de professores atuantes no estado de Mato Grosso do Sul da mesma forma que no Brasil com formação técnica de 2º grau<sup>58</sup>, conforme os estudos de Saviani (1997).

Ressalta-se que a identificação desse levantamento a respeito do grau de formação dos professores em atuação na rede pública de ensino colaborou para estabelecer como critério a oferta do curso no período noturno para permitir que os acadêmicos continuassem desenvolvendo suas atividades docentes nos períodos matutino e vespertino na rede de ensino. (FERNANDEZ, 1989).

No processo de mobilização para a implantação do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande na UFMS, foi relevante a participação da Secretaria Estadual de Educação, pois apresentou por meio de estudos estatísticos, o nível de formação dos docentes em exercício, justificando a necessidade de instituição de um curso de formação de professores em nível superior, visto que 644 docentes em exercício na Rede Estadual de Ensino em Campo Grande possuíam apenas formação a nível de 2º grau. (FERNANDEZ, 1989).

A Tabela 13 apresenta o quantitativo de docentes das instituições de 1º e 2º graus do estado de Mato Grosso do Sul do ano de 1980 a 1996. Em 1980, a quantidade de docentes nas escolas públicas era de 9.955 professores e nas privadas 1.367 professores.

---

<sup>58</sup> Romanelli (2014, p. 250) afirma que “Resumindo, o currículo pleno do ensino de 1º e 2º graus passa a ser composto de uma parte de educação geral e outra de formação especial. A educação geral deve fornecer uma base comum de conhecimentos e será dominante no ensino de 1º grau. A formação especial visa, no ensino de primeiro grau, a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, sendo incluída nas séries finais desse nível, em caráter não dominante, e, no segundo grau, visa à habilitação profissional, sendo até dominante nesse nível. Desta forma, a educação geral definirá a continuidade, e a formação especial, a terminalidade.”

Ao final do período de análise, em 1996, o número era de 18.795 docentes nas instituições públicas, um crescimento de 8.840 docentes em exercício na rede pública de ensino.

**Tabela 13** - Número de vagas de funções docentes do 1º e 2º graus do estado de Mato Grosso do Sul de 1980 a 1996

Ano	1º grau		2º grau		Total
	Público	Privado	Público	Privado	
1980	9.025	832	930	535	11.538
1981	9.188	1.048	1.529	722	12.344
1982	9.700	905	1.552	665	12.953
1983	9.695	1.036	1.458	643	12.984
1984	9.991	1.188	1.660	667	13.545
1985	10.846	1.227	1.838	590	14.735
1986	11.326	1.461	1.904	621	15.379
1987	11.638	1.528	2.022	668	15.716
1988	12.275	1.388	2.057	660	16.842
1989	12.551	1.850	2.383	717	17.700
1991	13.799	2.049	2.595	714	19.436
1992	14.627	2.328	2.888	811	20.777
1993	15.265	2.451	3.220	854	22.027
1994	15.152	2.688	3.360	1.000	22.468
1995	15.171	2.956	3.360	1.000	22.550
1996	15.142	3.019	3.653	1.235	20.030

\* Alguns docentes podem desempenhar mais de uma função no cargo.

**Fonte:** IBGE, Anuário Estatístico (1983; 1987/1988; 1991; 1994; 1999).

**Organização:** Severino, 2020.

A solicitação realizada pela Secretaria Estadual de Educação foi atendida e iniciaram-se as discussões sobre a criação e aprovação do curso de Pedagogia, com habilitação em magistério da pré-escola e magistério das séries iniciais de 1º grau, a ser instalado no *campus* universitário de Campo Grande. Para tanto, uma comissão foi instituída e designada pela diretoria do CCHS. (UFMS, 2003). Nesse sentido, a universidade, por um lado, atendia a formação e qualificação dos professores e, por outro,

a demanda da secretaria como agente de formação. Kullokk (2000) explicita que a UFMS se empenhou em relação ao

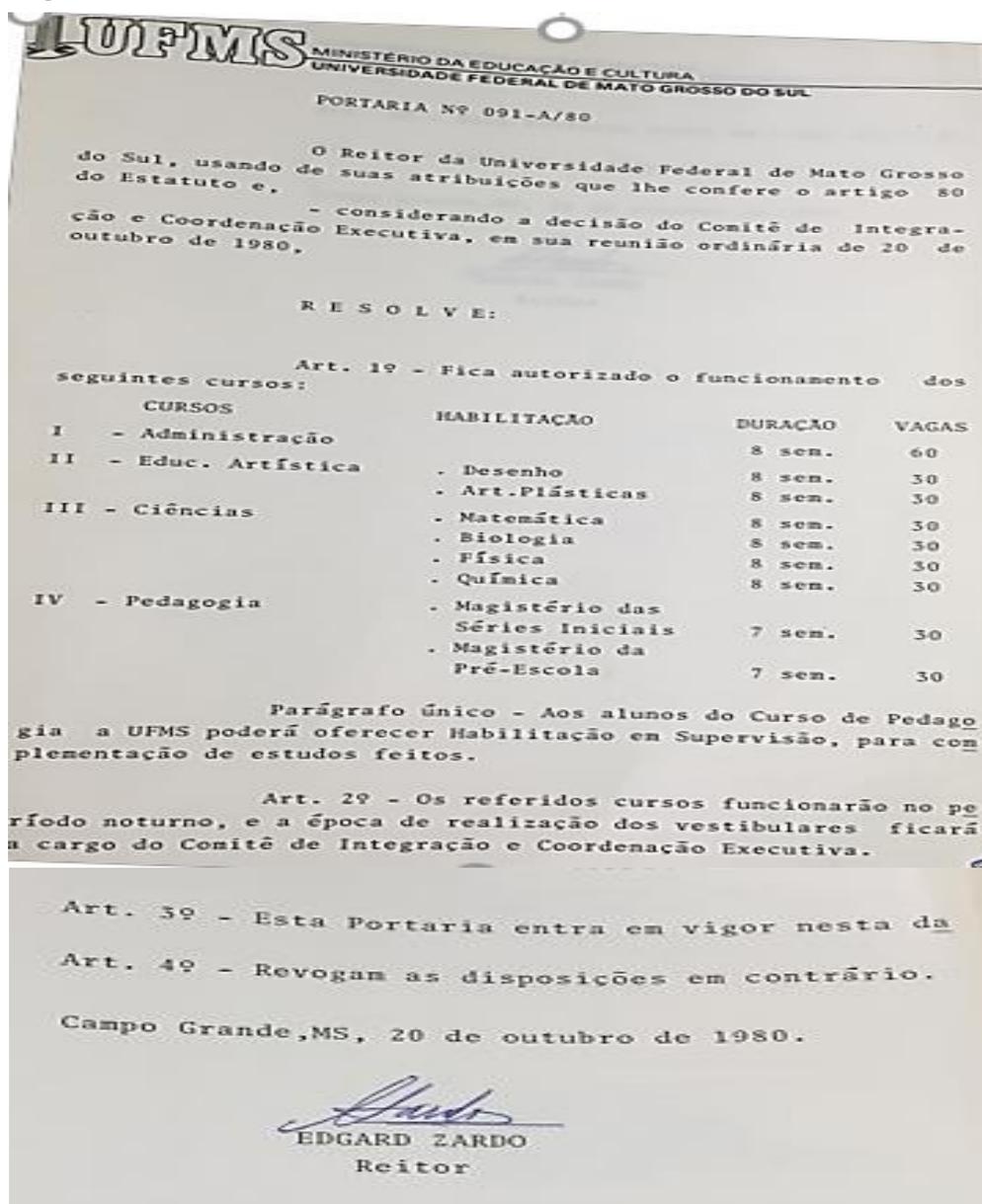
[...] compromisso de qualificação adequada dos recursos humanos para dar conta das mudanças na sociedade e na economia, incluídos os professores de Educação Básica. Ao mesmo tempo, a universidade deverá acoplar-se melhor ao mundo produtivo econômico, não só para demonstrar utilidade, mas sobretudo para aprofundar o compromisso de comandar e humanizar a modernidade. (KULLOK, 2000, p.118).

A secretaria de educação do estado buscou o apoio da UFMS para auxiliar no desenvolvimento econômico e social do estado, visto que a instituição poderia formar os profissionais de educação para atuarem nas redes de ensino pública e ampliar a oferta na educação básica.

Como já foi explicitado, o percurso histórico que antecedeu o momento de criação do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande iniciou com a instituição do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) da UFMS e, concomitantemente, o Departamento de Educação que institucionalmente abrigaria o curso.

Em 21 de outubro de 1980, membros do Comitê de Integração e Coordenação Executiva do Ministério da Educação, aprovaram a criação do Curso de Pedagogia. Mediante a Portaria/UFMS nº 091-A/1980 foi autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, conforme apontam os artigos da portaria citada na figura10:

**Figura 10** - Portaria/UFMS n. 091-A/1980



Fonte: Portaria/UFMS n. 091-A/1980, UFMS.

Deste modo, para a criação do curso, a UFMS baseou-se em algumas finalidades como a promoção do conhecimento, da tecnologia e da capacitação de pessoal indispensável ao desenvolvimento socioeconômico do estado. Essas finalidades podem ser observadas no documento do processo de criação do curso que se comprometia com

- a) O desenvolvimento, buscando impulso ascendente a estrutura social do país;
- b) O crescimento da economia do Mato Grosso do Sul habilitando profissionais para maximizar esforços com otimização e resultados;
- c) A melhoria na qualidade do ensino;
- d) A oportunidade aos que desejam uma profissão ao nível superior;

- e) A habilitação de professores que atuam no ensino de 1º e 2º graus, nas escolas da Rede Oficial da Capital do Mato Grosso do Sul;
- f) A prioridade de uma iniciativa concreta da UFMS no auxílio ao Sistema Estadual de Ensino;
- g) A amenização das situações problemáticas no processo ensino-aprendizagem através da ação da UFMS, na formação de Recursos Humanos. (MORAIS, 1997, p. 30).

Seguindo o processo de implantação, a Portaria/UFMS n. 129 - A/1980<sup>59</sup> aprovou a estrutura curricular para as duas habilitações em magistério da pré-escola e magistério das séries iniciais de 1º Grau<sup>60</sup>. A seguir, os artigos de aprovação:

Art. 1º - Aprovar a estrutura curricular (em anexo) para o curso de pedagogia, habilitações: magistério das séries iniciais do 1º grau, magistério da pré escola e supervisão escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a qual entrará em vigor a partir do primeiro período letivo de 1981.

Art. 2º - Enquadrar-se-ão na estrutura curricular, somente os alunos que ingressarem na universidade a partir de 1981.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 129/80 de 12 de dezembro de 1980.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (UFMS, 1980, p. 5).

Com vistas a atender a referida demanda do poder público estadual, a instituição organizou uma série de ações para instalar o curso de Pedagogia. Percebeu-se, com isso, que a instalação do curso na UFMS coincidiu com a discussão em âmbito nacional dos movimentos das associações nacionais docentes e profissionais da educação que priorizavam a formação para o magistério e não a formação de especialista.

Nesse sentido, a estrutura curricular da universidade de acordo com a Portaria/UFMS n. 129 – A/1980 e o Ofício da Secretaria Estadual de Educação n. 6071/1980 contemplou a formação inicial dos professores da educação básica e ampliou o acesso dos estudantes que concluíram o 2º grau.

A universidade apoiou a iniciativa da Secretaria Estadual de Educação, com relação a oferta de um curso noturno, mediante a disponibilização de recursos humanos e espaço físico disponível. As aulas das turmas que cursaram habilitações Magistério para as séries iniciais de 1º grau iniciaram em 15 de março de 1981. Em 01 de agosto de 1981

---

<sup>59</sup> A normativa inicialmente instituiu as habilitações em magistério da pré-escola e magistério das séries iniciais de 1º grau. No entanto, no período investigado pela pesquisa ocorreram diversas mudanças significativas na estrutura curricular das habilitações propostas nesta Portaria. Tais mudanças estão analisadas no tópico referente as estruturas curriculares.

<sup>60</sup> Destaca-se a exclusão da formação do especialista que não foi efetivada no *campus* de Campo Grande.

iniciaram as aulas das turmas que optaram pela habilitação magistério da pré-escola. (ANAIS..., 1989).

Em março de 1981, a professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves, foi designada pelo Ato da Reitoria nº 117/1981 como coordenadora do curso de Pedagogia do CCHS/UFMS, *campus* Campo Grande. Após assumir o cargo de coordenadora, iniciou a estruturação do corpo docente, a seguir o Ato da Reitoria nº 117/1981.

**Quadro 7 - Transcrição do Ato da Reitoria (1981)**

ATO DA REITORIA Nº 117/81
<p>O reitor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,</p>
<p>Resolve:</p>
<p>Designar a professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves para exercer a função de coordenadora do curso de pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.</p>
<p>Publicado, registrado, cumprisse.</p>
<p>Campo Grande, MS, 06 de março de 1981.</p>
<p>Edgar Zardo</p>
<p>Reitor</p>

**Fonte:** ATO DA REITORIA Nº 117/81.

Em 04 de dezembro de 1981, a coordenadora convocou pela Comunicação Interna (CI)/UFMS n. 27/1981, os professores do curso de Pedagogia para uma reunião no dia 10 de dezembro de 1981, cuja pauta tratou sobre as finalidades da coordenadoria do curso de Pedagogia. Participaram da reunião os docentes Dorothy Rocha, João Lopes da Silva, Anésia Lopes Diniz, José Afonso Chaves, Doralice Russi, Ceila Maria Puia Ferreira, Octaviano da Silveira Junior, Claudis Mancini e Flávio Batalha. (MATO GROSSO DO SUL, 1981, CI 27/1981).

A primeira turma do curso ingressou por meio de concurso vestibular aprovado pela Portaria/UFMS n. 91 de 16 de outubro de 1980 para todos os candidatos que

concluíram o 2º grau. O documento explicitou que a seleção seria mediante uma prova unificada de rendimento escolar destinado a alunos com o nível de ensino de 2º grau completo. As aulas tiveram início no primeiro semestre, em março do ano de 1981.

Gatti (1992, p. 88) confirma que, nesse momento histórico, cada instituição estava livre para planejar suas formas de exame: “Volta-se ao esquema de cada universidade organizar o seu vestibular próprio, e o Ministério da Educação passa a normatizar com características cada vez mais genéricas esses exames, deixando boa margem para cada instituição definir seu modelo”.

Salienta-se que, no momento histórico da implantação do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande/UFMS, ocorreu no país uma mobilização por parte da sociedade que lutava por um maior acesso ao ensino superior público. Existia uma “[...] pressão das camadas médias por vagas nas universidades, a discussão do exame unificado, a continuidade da busca pelo educação superior público de melhor qualidade criou um clima de batalha”. (GATTI, 1992, p. 88), evidenciando a importância da instituição pública na formação da força de trabalho qualificada e no melhor desempenho do profissional da educação.

Para implementação do curso foram solicitados via CI/UFMS n. 21/1981 a aquisição de livros selecionados pelos professores do curso para a biblioteca. O documento institucional ressalta a importância da aquisição dos materiais que eram necessários para o funcionamento do curso. Logo obteve resposta do Pró-reitor de Assuntos Estudantis, professor Almir Nadim Raslan, informando que os volumes foram licitados e que estaria acompanhando o processo de compra (CI/UFMS 21/1981).

**Figura 11** - Solicitação de aquisição de livros

<p><b>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b></p> <p>CI <u>1.21.81</u></p> <p>DO: <i>Coordenadora do curso de Pedagogia.</i></p> <p>AO: <i>Pro-Reitor de Assuntos Acadêmicos.</i></p> <p>VIA: <i>Diretor do ECHS - MS</i></p> <p>ASSUNTO: <i>Solicitação - fiz.</i></p>	<p>PROTOCOLO</p>
<p>Campo Grande - MS, 23 de setembro de 1.981.</p>	
<p>REFERÊNCIA:</p> <p>ANEXO(S): <i>CI - 19/81</i></p>	
<p><i>Sr. Pro-Reitor,</i></p> <p>Conforme contatos verbais mantidos com Vossa Senhoria, estamos encaminhando fotocópia da CI 19/81, da Coordenação do curso de Pedagogia, datada de 26/06/81 onde solicitamos a aquisição urgente para a Biblioteca dos volumes enumerados nos anexos.</p> <p>Gostaríamos de frisar que os cursos necessitam com urgência das obras solicitadas e que as quantidades enumeradas são extremamente necessárias ao bom funcionamento do curso.</p>	
<p><i>Atenciosamente</i></p> <p><i>Jane Mary Abuhassan Gonçalves</i></p> <p><small>Prof.ª Jane Mary Abuhassan Gonçalves Coordenadora do Curso de Pedagogia</small></p>	

**Fonte:** Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves

A listagem dos livros solicitados pelos professores do curso de Pedagogia foi encaminhada para biblioteca no ano de 1981, especificando autor, título, editora e a quantidade<sup>61</sup>. Os exemplares abordavam temas que seriam trabalhados nas disciplinas de psicologia da educação; língua portuguesa; métodos e técnicas da pesquisa; história da educação e nesta disciplina específica, foi solicitado a assinatura nas revistas Caderno de Pesquisa Carlos Chagas, Educação em Mato Grosso SEC/MT e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e filosofia da educação de acordo com a (CI/UFMS 21/1981).

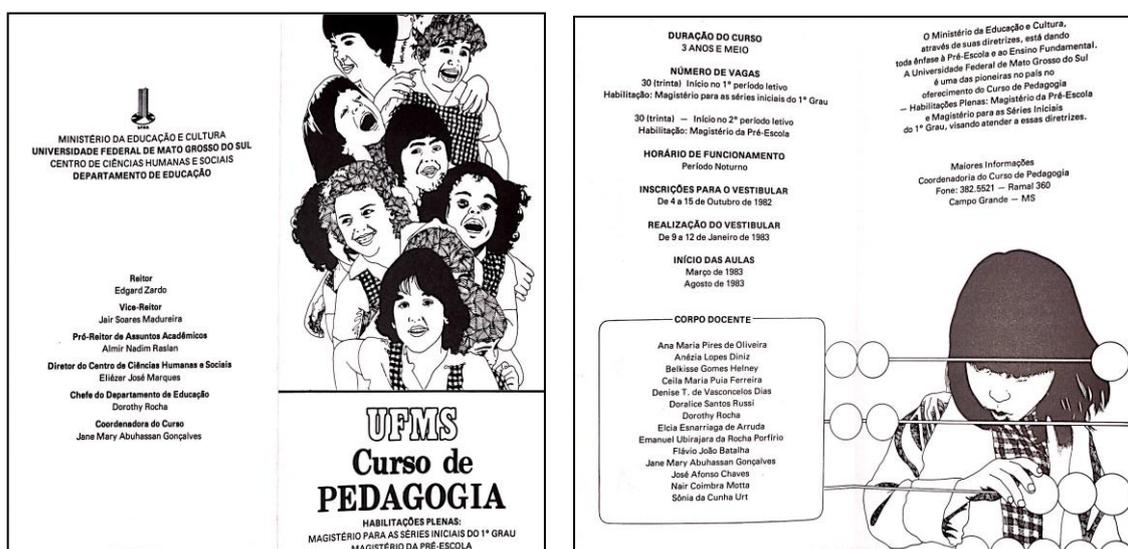
<sup>61</sup> A lista dos livros encontra-se em anexo.

O Departamento de Educação, sob o comando da professora Dorothy Rocha, em parceria com o curso de Pedagogia, divulgou por meio de um folder informações sobre a organização institucional do curso na universidade, as denominações das habilitações de licenciatura plena em magistério da pré-escola e magistério das séries iniciais de 1º Grau. Também, os nomes dos docentes que atuavam no curso, tendo a duração de 3 anos e meio<sup>62</sup> e os cursos ministrados em período noturno.

O folder da Figura 12 apresentou uma mensagem do Ministério da Educação e Cultura destacando o pioneirismo da UFMS no oferecimento do curso nas instituições de educação superior no Brasil. A mensagem do ministério diz:

O Ministério da Educação e Cultura através de suas diretrizes, está dando toda a ênfase à pré-escola e ao ensino fundamental. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é uma das pioneiras no país no oferecimento de Curso de Pedagogia – Habilitação Plena: Magistério da Pré-Escola e Magistério das séries iniciais do 1º Grau, visando atender a essas exigências. (UFMS, 1982, p. 1-2).

**Figura 12** - Folder de divulgação do curso de Pedagogia (1982)



**Fonte:** Arquivo Central da UFMS.

A proposta divulgada no folder apresentou informações sobre o curso de Pedagogia que tinha duração de 3 anos e meio, horário de funcionamento noturno, para as habilitações em Magistério da Pré-Escola e Magistério das séries iniciais do 1º Grau.

<sup>62</sup> De acordo com a Resolução CFE 002/1969, o Curso de Pedagogia terá duração mínima de 3 anos e máxima de 7, com Duas Mil e Duzentas (2.200) horas de atividades. (Arts. 3º e 4º). O currículo mínimo contemplava uma parte comum, que compreende as disciplinas de Sociologia (Geral e da Educação), Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. E uma parte diversificada, que comporta a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus.

A oferta do curso era de 30 vagas no primeiro período para as séries iniciais do 1º Grau com início em março de 1983 e no segundo período o curso ofertou mais 30 vagas para a Pré-Escola que iniciou em agosto de 1983.

Uma situação contraditória identificada por meio das fontes documentais levantadas nesta pesquisa foi que no mesmo ano da divulgação do curso, com a chamada pública para a inscrição no vestibular, a coordenação constatou que a UFMS não possuía autorização do Conselho Federal de Educação (CFE) para o funcionamento das duas habilitações e, dessa forma, acionou a pró-reitora de Assuntos Acadêmicos para regulamentação do curso que foi efetivada somente no ano de 1983, por meio do Parecer/CFE 375/1983. (ANAIS..., 1989).

A partir de 1983, o curso de Pedagogia realizou seminários com o intuito de avaliar as ações de formação do pedagogo e o evento era denominado “Seminário do curso de Pedagogia”. Foram encontradas algumas informações referentes ao primeiro e quinto seminário. O I Seminário Interno do Curso de Pedagogia aconteceu no período de 5 a 9 de dezembro de 1983, e teve como objetivo discutir e analisar o perfil do pedagogo. Os participantes foram professores, alunos, autoridades educacionais, entidades envolvidas no processo educacional, estudiosos da pré-escola e ensino básico. (GONÇALVES, 1989).

A UFMS também participava do movimento de discussão em âmbito nacional sobre formação de professores. No mesmo ano em 1983, em Belo Horizonte o CONARCFE realizou o encontro nacional que tornou-se um marco no movimento das discussões em torno das políticas de formação de professores. (ANFOPE, 2010).

No ano de 1984, a primeira turma do curso de Pedagogia colou grau, no entanto, surgiram novos impasses, os egressos do curso que foram aprovados no concurso para docente do estado não estavam conseguindo assumir por causa da legislação estadual em vigência no período, que não admitiam formação em nível superior, como descrito nos Anais do Seminário do Curso de Pedagogia

[...] surge um novo impasse: os alunos concursados, para serem admitidos pelo Estado, esbarram numa legislação que não os favorece. Não havia espaço para os egressos do curso de pedagogia da UFMS no Edital do Concurso para docentes, impedindo-os de serem classificados ao nível de suas habilitações de 3º grau (Ofício 226/85-RTR). (ANAIS..., 1989, p. 29).

Observa-se um movimento contraditório da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul entre o discurso político presente no Ofício nº 6071/1030/SE-

MS/1980 que solicitou a abertura do curso de formação de professores em nível de 3º grau e não contemplou no edital do concurso e no plano de cargos e carreiras a admissão do professor com formação no 3º grau para atuar no magistério da pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental. Desta forma, os candidatos aprovados buscaram recursos no poder judiciário

[..] envolvendo a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Administração e a Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, as candidatas tiveram então sua nomeação em Nível V a que tinham direito. (ANAIS..., 1989, p. 29).

A Resolução/UFMS nº 049/1984 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMS, em reunião realizada nos dias 03 e 04 de setembro de 1984, transferiu o curso de Pedagogia - Habilitação magistério para as series iniciais do I grau para o período diurno, nos documentos analisados não foi possível constatar a justificativa para a alteração do horário de funcionamento do curso.

Na Ata da 14º reunião ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEP) da UFMS, no item 12 consta o pedido de solicitação de mudança de turno do curso de Pedagogia, a seguir o trecho do documento:

12. Solicitação de mudança de turno do curso de Pedagogia. O presidente da Comissão, conselheiro SÉRGIO ROBERTO DE FREITAS, fez a leitura do parecer nos seguintes termos: “Interessado: Centro de Ciências Humanas e Sociais. Assunto: Solicitação de mudança de turno referente ao curso de Pedagogia. Relator: HERMANO JOSÉ HONÓRIO DE MELLO. Relatório: Considerando o parecer da Comissão designada pela instrução de serviço nº 39/84 PRAC que se pronunciou favoravelmente à mudança de turno; acompanhamos o parecer da referida Comissão. Voto do Relator: favorável. Parecer: A Comissão acompanha o voto do Relator”. Após breve explanação do presidente da Comissão, o conselho decidiu aprovar o parecer da Comissão.” (UFMS, 1984, p. 220, grifo do autor).

No documento de registro das Atas do COEP/ UFMS, foi possível verificar que não foi documentado as discussões para a mudança do turno do curso, somente uma descrição da votação em reunião do conselho. Assim, Moraes (1997, p. 31) analisa esse movimento de mudança de turno no curso de Pedagogia da UFMS “[...] numa justificativa ampla, meticulosa e sensibilizadora que, provavelmente, será uma das causas da descaracterização futura desses cursos, quanto aos seus objetivos e operacionalização de suas estruturas curriculares.”

Salienta-se que a oferta diurna do curso de Pedagogia instituído no ano de 1984 não atendeu aos professores que estavam em exercício nas redes de ensino, descaracterizando-se do seu objetivo inicial, que era contemplar a qualificação dos profissionais de educação da rede estadual de educação em exercício.

Ressalta-se que ocorreu um erro na publicação do edital do concurso de vestibular do ano de 1984, que alterou a organização da estrutura curricular do curso, invertendo a ordem da proposta inicial que estabelecia a oferta no primeiro semestre da habilitação para séries iniciais e no segundo semestre a habilitação para a pré-escola. Porém, na publicação do edital ficou ao contrário e, para evitar que outros problemas viessem a ocorrer, permaneceram as definições previstas em edital, propondo a utilização do curso de verão quando futuramente aparecessem as defasagens. (GONÇALVES, 1989).

Em 1984 surgiu a necessidade de contratar professores para ministrar as disciplinas Prática de Ensino nas Séries Iniciais I e II, e Estágio Supervisionado, pois a primeira turma estava para concluir o curso e não havia professores para essas disciplinas. Para resolver esse problema foi criada a Comissão de Estágio Supervisionado (COES). (GONÇALVES, 1989).

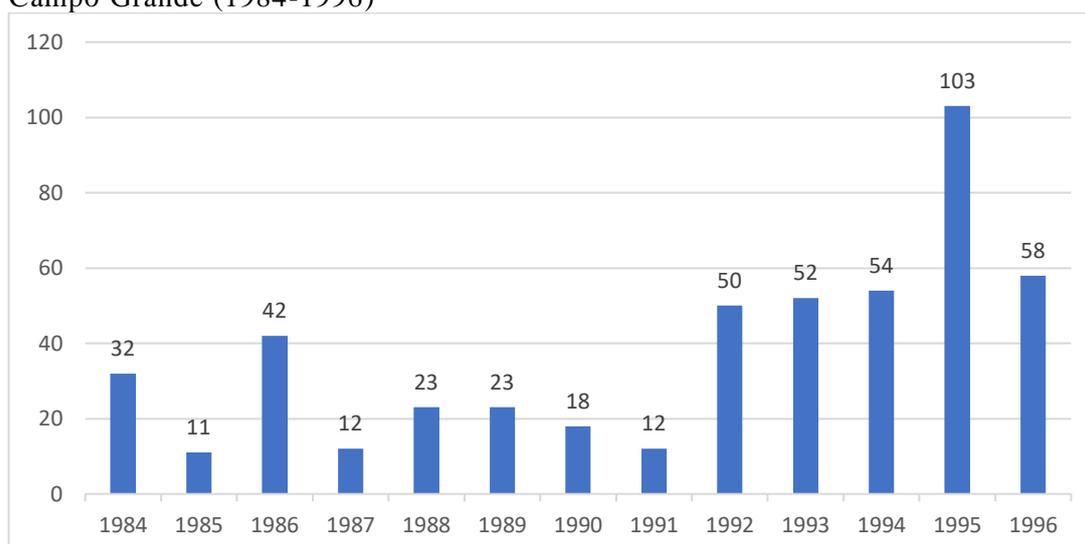
Fernandez (1989) ressalta que no momento em que a primeira turma do curso estava prestes a concluir sua formação, a coordenação iniciou um Projeto de Acompanhamento do Aluno Egresso do Curso de Pedagogia no intuito de verificar as oportunidades de emprego e aceitação no mercado de trabalho<sup>63</sup>.

Conforme dados ilustrados no Gráfico 6, o quantitativo total foi de 532 pedagogos formados entre os anos de 1984 a 1996, contudo durante a pesquisa não foi possível identificar quantos egressos foram absorvidos pelo mercado de trabalho no período analisado.

---

<sup>63</sup> As fontes encontradas não possibilitam identificar a materialidade desse projeto.

**Gráfico 6** - Registro quantitativo de diplomados no curso de Pedagogia, *campus* de Campo Grande (1984-1996)



**Fonte:** DIORC/UFMS.

**Organização:** Severino, 2020.

Em 29 de maio de 1984, a UFMS recebeu uma Comissão Verificadora formada pelas professoras Clélia de Feitas Capanema, da Universidade de Brasília, e a professora Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baunsel, da Universidade Federal do Pará, para o reconhecimento do curso de Pedagogia cuja avaliação foi positiva e as docentes constataram condições favoráveis de funcionamento. (GONÇALVES, 1989).

Assim, o reconhecimento do curso de Pedagogia, com as habilitações em Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau e da Pré-Escola foi aprovado pelo Parecer 691/1984, em 05 de outubro de 1984, e publicado no dia 14 de novembro de 1984 no Diário Oficial da União. (UFMS, 2013).

Nesse momento histórico, com o objetivo de tornar coerente o perfil desejado de profissionais, relativamente ao processo de formação, foram discutidos no V Seminário do Curso de Pedagogia (ANAIS...,1989, p.27) os objetivos das disciplinas e ementários visando à "integração interdisciplinar".

Em 1985, instalou-se o Colegiado do Curso de Pedagogia, de acordo com o Estatuto da UFMS (1985), formado pela então coordenadora do curso, professora Eurize Caldas Pessanha, e os professores José Luiz Magalhães, Alzira Mongelli, Therezinha de Alencar Selem e a representante discente Mirian Morello<sup>64</sup>.

Visando a avaliação do curso de Pedagogia no ano de 1985, foi realizado o evento III Seminário do Curso de Pedagogia no primeiro semestre, que cujo tema foi “A prática

<sup>64</sup> Os documentos referentes ao curso de Pedagogia não explicitam como ocorreu o processo de mudança de coordenação, bem como as normas de composição dos membros do colegiado.

do ensino em questão”, mas com a paralização dos professores das universidades brasileiras, o evento ocorreu somente no período de 2 a 6 de dezembro de 1985<sup>65</sup>. (FERNANDEZ, 1989). Não há registros identificados que apresentem os resultados obtidos referentes ao evento.

No ano de 1985, a conjuntura do estado de Mato Grosso do Sul era favorável a absorção dos egressos do curso de Pedagogia, pois a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul abriu, nesse mesmo ano, concurso para professores da 1ª a 4ª série e os formandos tiveram a oportunidade de concorrer às vagas de professores.

No ano de 1986, o curso de Pedagogia, visando atender a demanda, necessitou contratar temporariamente<sup>66</sup> professores para conseguir finalizar o semestre no dia 10 de janeiro de 1986. Nesse ano, outros problemas foram evidenciados no curso de Pedagogia, como a evasão de alunos que estavam insatisfeitos.

Os acadêmicos do curso afirmavam que faltavam informações no edital do vestibular como, por exemplo, a exigência de experiência previa no Magistério de 2º Grau<sup>67</sup>, que posteriormente entraria em discussão. (ANAIS..., 1989). Nesse sentido, o curso era direcionado aos profissionais de educação que estavam em exercício nas redes públicas e privadas do estado.

Nesse período, os acadêmicos do curso realizaram uma mobilização no 2º semestre do ano de 1986 com o objetivo de reivindicar, por meio de uma lista de propostas, a retirada da exigência de experiência no Magistério de 2º Grau como prerrogativa<sup>68</sup> ao curso de Pedagogia na UFMS para atender todos os concluintes do 2º grau e não apenas profissionais da educação em exercício. Assim, os acadêmicos por

---

<sup>65</sup> A greve das universidades brasileiras teve a duração de 45 dias. Iniciou no dia 10 de agosto e terminou no dia 23 de setembro de 1985. Totalizaram 16 universidades fundações que reivindicavam a reposição salarial de 38,5%, reajuste salarial igual ao INPC do semestre, implantação de reajuste trimestral, adicional de 5% a cada quinquênio, adicional de dedicação exclusiva não inferior a 50%, 5% de produtividade, aposentadoria integral, verbas para custeio e capital das instituições de ensino superior fundacionais no montante de 954 bilhões de cruzeiros. Alcançaram resultados como a elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários para as instituições de ensino superior fundacionais, com isonomia salarial que entrou em vigor em janeiro de 1986. Este novo plano de cargos e salários, algumas categorias de docentes em algumas fundações tiveram, em 1986, ganho superior a 50%. Disponível em <http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=greve#1985>. Acesso em 16 de julho de 2020.

<sup>66</sup> Em tempo, informa-se que a UFMS no envio de informações referentes aos docentes da década de 1980 apresentou somente os efetivos não tendo os dados de professores contratados temporariamente.

<sup>67</sup> Os profissionais de educação atuavam no magistério do 2 grau como coordenadores, diretores ou supervisores escolares.

<sup>68</sup> Pode-se inferir que a prerrogativa direcionava as vagas dos cursos de Pedagogia aos profissionais em exercício nas redes de ensino do estado de Mato Grosso do Sul.

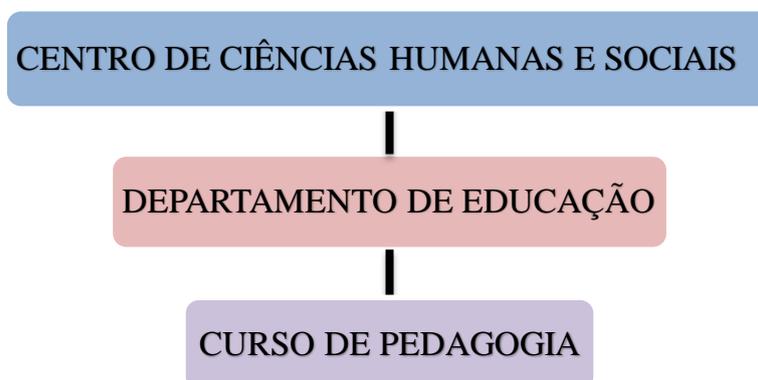
meio da reivindicação conseguiram retirar a prerrogativa referente a exigência do magistério para realização do curso de Pedagogia.

No tópico a seguir será analisada a organização institucional do curso de Pedagogia dentro da universidade com o objetivo de compreender a dinâmica da instituição que interfere diretamente na tomada de decisões.

#### 4.1.1 Curso de Pedagogia *campus* Campo Grande e sua organização institucional

As normas regimentais temporárias da UFMS previam que a administração acadêmica do curso de Pedagogia era de responsabilidade do CCHS, do Departamento de Educação (DED) e da coordenação do curso como representado no esquema da Figura 13.

**Figura 13** - Esquema de administração acadêmica



**Organização:** Severino, 2020.

O Departamento de Educação era um o órgão de ensino, pesquisa e extensão e tinha como responsabilidade básica oferecer formação didática-pedagógica para todos os cursos do *campus* de Campo Grande. Também, administrava as disciplinas a serem oferecidas aos cursos, os projetos de pesquisa, projetos de extensão e a lotação dos docentes. (FUFMS, s/d).

A administração do departamento era realizada em nível deliberativo, pelo Conselho em articulação com o regimento interno, que fixava suas competências e funções em nível executivo, pelo chefe de departamento. O Conselho do Departamento

era composto pelo chefe de departamento, todos os professores independentes de categorias e três representantes discentes<sup>69</sup>. (FUFMS, s/d).

A estrutura organizacional do curso estava constituída por uma coordenação e um colegiado de Curso de Graduação, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de ensino. A coordenação era exercida, em nível deliberativo, pelo colegiado e, em nível executivo, pelo Coordenador de Curso de Graduação, que tinha a função de presidente no órgão colegiado (FUFMS, S/D). De acordo com o Artigo 99, do Estatuto da FUFMS, são atribuições do coordenador de Curso. (FUFMS, s/d):

- I - Presidir o Colegiado de Curso;
- II - Elaborar os estudos necessários da compatibilização dos programas, cargas horárias e planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular, com perfil do profissional objetivado, de acordo com o projeto pedagógico do Curso;
- III - Encaminhar aos Chefes de Departamentos, que oferecem disciplinas ao Curso, as normas e diretrizes do Colegiado de Curso a serem obedecidas com respeito a coordenação didática do curso;
- IV - Acompanhar o exercício do currículo quanto as diretrizes do colegiado e objetivos do Curso, avaliando, controlando e verificando as relações entre as diversas disciplinas, orientando e propondo aos Chefes dos Departamentos e outros cargos de coordenação de ensino, as medidas cabíveis; diversas disciplinas, orientando e propondo aos Chefes dos Departamentos e outros cargos de coordenação de ensino, as medidas cabíveis.
- V – Estudar e avaliar os resultados obtidos pela estrutura definindo o perfil profissional e obtidos pelas normas e diretrizes estabelecidas pelo colegiado, registrando as necessárias modificações e propondo-as para posterior apreciação pelo colegiado e pela pró-reitoria competente.
- VI - Acompanhar o exercício do currículo quanto as diretrizes do colegiado e objetivos do Curso, avaliando, controlando e verificando as relações.
- VII - Participar, junto da Pró-Reitoria competente, da elaboração da programação acadêmica, do calendário escolar e do horário das aulas, compatibilizando-os com a lista de oferta de disciplinas;
- VIII - Acompanhar a execução das normas e procedimentos referentes ao aproveitamento escolar, emitindo parecer ao colegiado quanto aos respectivos resultados;
- IX - Assessorar os órgãos competentes em assuntos de administração escolar, referentes ao curso;
- X - Exercer a coordenação da matrícula dos alunos de seu curso, no âmbito do *Campus* e do Centro, em colaboração com o responsável pela matrícula;
- XI - Assessorar os Chefes dos Departamentos que ofereçam disciplinas ao Curso, bem como os respectivos professores, na execução das diretrizes e normas emitidas pelo Colegiado do Curso;
- XII - Executar mecanismos de aferir o rendimento escolar, estabelecidos pelo Colegiado de Curso, em conformidade com normas da Pró-reitora competente e do Colegiado Superior competente; Coordenar a elaboração do projeto pedagógico do Curso, bem como a sua atualização, garantindo o envolvimento dos docentes, discentes, egressos do curso e, ainda, das entidades ligadas as atividades profissionais;
- XIII - Apresentar sugestões das Pró-Reitorias pertinentes da área acadêmica sobre assuntos de sua natureza que tenham por finalidade a melhoria da

---

<sup>69</sup> As fontes não permitiram identificar os nomes dos membros do Departamento de Educação.

qualidade do ensino, das relações entre as comunidades envolvidas, do aprimoramento das normas pertinentes e outras de interesse comum;

O coordenador, com a colaboração do colegiado, entendido como unidade didático-científica, era responsável pela supervisão das atividades didáticas, orientação aos acadêmicos e, ainda, pelo acompanhamento do desempenho docente. No Artigo 99 do estatuto regulamentou a atuação do coordenador estabelecendo oito parágrafos que direcionam suas funções como a presidência do colegiado do curso, acompanhamento do currículo, estudos e avaliação do perfil profissional, auxiliar os Chefes dos Departamentos, acompanhar o rendimento escolar. Posteriormente, adentraremos especificamente nas coordenações do curso.

#### **4.2 Gestão administrativa do Curso de Pedagogia *campus* Campo Grande: os desafios das coordenações (1980-1996)**

A gestão administrativa do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande, no período da pesquisa, foi exercida pelos coordenadores: Jane Mary Abuhassan Gonçalves, Eurize Caldas Pessanha, Denise Tibau de Vasconcelos Dias, Alda Maria do Nascimento Osório, Antônio Lino Rodrigues de Sá, Alexandra Ayache Anache e Regina Célia Artioli Magalhães, conforme o Quadro 8. Optou-se como critério pontuar alguns fatos concernentes à organização do curso, na intencionalidade de caracterizar as gestões das primeiras coordenadoras do curso de Pedagogia, com informações presentes nos documentos de implementação.

**Quadro 8** - Coordenadores do curso de Pedagogia – *campus* Campo Grande - 1981-1996.

DOCUMENTO	COORDENADORES	PERÍODO DA GESTÃO
Anais (1989)	Jane Mary Abuhassan Gonçalves	1981 – 1984
Anais (1989)	Eurize Caldas Pessanha	1984 – 1986
Anais (1989)	Denise Tibau de Vasconcelos Dias	1986 – 1988
Portaria nº 1544, de 28 de novembro de 1988.	Designar a professora Denise Tibau de Vasconcelos Dias	01 de dezembro de 1988 a 16 de agosto de 1989.
Portaria nº 457, de 16 de agosto de 1989	Designar a professora Ângela Maria Costa	16 de agosto de 1989 a 30 de novembro de 1990
Portaria nº 208 de 20 março de 1992	Designar o professor Antônio Lino Rodrigues de Sá	26 de março de 1991 a 20 de março de 1992.
Portaria nº 209, de 20 de março de 1992.	Designar a professora Alda Maria do Nascimento Osório	20 de março de 1992 a 24 de fevereiro de 1993.
Portaria nº 098, de 25 de fevereiro de 1993.	Designar a professora Alexandra Ayach Anache	25 de fevereiro de 1993 a 01 de março de 1994.
Portaria nº 270, de 06 de abril de 1994.	Designar a professora Regina Célia Artioli Magalhães	01 de março de 1994 a 09 de março de 1995.
Portaria nº 207, de 15 de março de 1995	Designar a professora Maria das Dores Resende Silveira para complemento do mandato da professora Regina Célia Artioli Magalhães	09 de março de 1995 a 20 de maio de 1996.
Portaria nº 396, de 29 de maio de 1996.	Designar a professora Ângela Maria Costa	A partir de 20 de maio de 1996.

**Fonte:** Anais... (1989)

**Organização:** Severino, 2020.

A atuação professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves, no decorrer de sua coordenação (1981 – 1984), foi direcionada para a criação do curso que compreendeu diversas ações entre as que se destacam a seleção e composição do corpo docente e a elaboração da primeira estrutura curricular que definiu o perfil dos profissionais formados na UFMS. Outrossim, nessa gestão iniciaram os seminários com o objetivo de avaliar o curso.

A coordenadora professora Eurize Caldas Pessanha ficou por dois anos na gestão do curso de 1984 até 1986. Ao assumir, suas ações foram voltadas para as questões pedagógicas. A primeira decisão tomada foi a discussão sobre a dicotomia existente entre a teoria e a prática. Alterou as estruturas curriculares com a antecipação das disciplinas práticas de estágio para os primeiros semestres, uma vez que pela grade curricular aprovada para a formação da primeira turma, as práticas de estágio aconteciam no último semestre do curso. Além disso, realizou uma proposta de atuação de dois ou mais

docentes na mesma disciplina, estabeleceu articulação com a escola pública para realização dos estágios. (ANAIS..., 1989).

Pressupõe-se que as mudanças realizadas durante a coordenação da professora Eurize Pessanha foram decorrentes dos resultados em âmbito nacional do movimento em torno da reformulação dos cursos de formação de professores, fato que ocorreu durante a Conferência Brasileira de Educação (CBE), momento em que foi criado o Comitê Pró-Formação do Educador, posteriormente configurado como Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), em Belo Horizonte, em 25 de novembro de 1983. (ANFOPE, 2010).

Compreende-se que a necessidade de reformulação da estrutura curricular do curso de Pedagogia da UFMS no *campus* de Campo Grande integrou o movimento em âmbito nacional discutido nas associações e entidades representativas dos profissionais de educação sobre as mudanças relacionadas à questão dos conteúdos e aos processos didáticos-pedagógicos. Saviani (2011) considera que a reorganização dos currículos dos cursos de Pedagogia e Licenciatura deveria focar no âmbito da pesquisa para superar as compartimentalizações departamentais burocráticas e enfatizar o âmbito do ensino.

A professora Denise Tibau de Vasconcelos Dias (1986 – 1988), quando assumiu a coordenação do curso, deparou-se com uma greve por parte dos acadêmicos de Pedagogia, em que reivindicavam uma comissão de avaliação do curso. Como resultado dessa demanda estudantil, foi realizada uma pesquisa pelas professoras Nair Motta, Denise Tibau e Therezinha Selem, na qual analisaram os aspectos estruturais e operacionais do curso e também verificaram os pontos de estrangulamento do processo operacional do curso e suas consequências.

Em relação as coordenações dos anos de 1989 até 1996, foram localizados os Pareceres da UFMS designando a posse dos coordenadores e a destituição do cargo. Se constata que assumiram a coordenação do curso os docentes Denise Tibau de Vasconcelos Dias (1986-1989), Ângela Maria Costa (1989-1990), Antônio Lino Rodrigues de Sá (1991-1992), Alda Maria do Nascimento Osório (1992-1993), Alexandra Ayach Anache (1993-1994), Maria das Dores Resende Silveira (1995-1996) e Ângela Maria Costa (1996).

Constatou-se nos resultados dessa pesquisa que o curso de Pedagogia não tinha objetivos bem delineados que direcionassem as ações desenvolvidas na formação de profissionais de educação. Além disso, também identificaram que a estrutura curricular

em desenvolvimento expressava a falta de consistência em torno de objetivos delineados em relação a prática pedagógica. Portanto, era necessário realizar um direcionamento dos elementos constitutivos do currículo e definir claramente o perfil do curso. A partir da organização funcional do curso de Pedagogia da UFMS será apresentado as considerações sobre as estruturas curriculares do curso de Pedagogia.

### **4.3 As estruturas curriculares do Curso de Pedagogia (1980 a 1996)**

No Brasil, a ideia de reformular a estrutura curricular do curso de Pedagogia iniciou em 1975, quando o Conselho Federal de Educação propôs, mediante os Pareceres n. 67 e 68, de 1975, e pelos Pareceres n. 70 e 71, de 1976, de autoria do professor Valnir Chagas, a indicação de reestruturação do curso com o objetivo de adequá-lo para formar o especialista. O Ministério da Educação, em detrimento dos pareceres apresentados, iniciou, depois de dois anos, um debate sobre a reformulação dos cursos de Pedagogia em âmbito nacional. Nesse contexto, durante a década de 1980, no curso de Pedagogia da UFMS no *campus* de Campo Grande, iniciou a construção da sua primeira estrutura curricular.

Para a elaboração da estrutura curricular, foi considerado que o curso de 1º e 2º graus do estado de Mato Grosso do Sul apresentava índices elevados de evasão e reprovação escolar, cujas causas direcionavam para a falta de infraestrutura das escolas, sobretudo da qualificação dos docentes. (UFMS, 1984).

Dessa forma, o currículo do curso, ao ser elaborado, visava atender as necessidades que o estado tinha em relação à qualificação dos docentes que atuavam na rede pública de ensino. Assim sendo, o perfil do curso foi constituído desde o início para a formação do professor para pré-escola e para as séries iniciais do 1º grau.

O curso de Pedagogia do CCHS teve alterações na estrutura curricular como consta nas grades curriculares. As modificações que ocorreram no decorrer do período de análise contribuíram para a sua evolução histórica. Destacam-se algumas das principais reformulações das estruturas curriculares do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande.

A primeira estrutura curricular do curso de Pedagogia estava organizada em duas habilitações nas quais o professor poderia atuar no Magistério nas séries iniciais do 1º grau ou no Magistério da pré-escola. Outra habilitação contemplada era de Supervisão

Escolar<sup>70</sup>, ressalta-se que ela foi ofertada exclusivamente aos portadores de diploma com licenciatura plena em Pedagogia. Esses profissionais sairiam habilitados como especialistas em educação na área de supervisão. Conforme os dados obtidos nos Anais (1989), foram definidas as três habilitações do curso. A seguir a primeira estrutura curricular do curso de Pedagogia na figura 14:

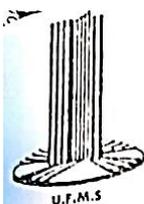
**Figura 14** - Estrutura curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de 1981.



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VP	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO
<u>PARTE COMUM</u>			
1	<i>Sociologia Geral</i>	90	6
2	<i>Sociologia da Educação</i>	180	12
3	<i>História da Educação</i>	240	16
4	<i>Filosofia da Educação</i>	255	17
5	<i>Psicologia da Educação</i>	300	20
	<i>Didática</i>	300	20
<u>COMPLEMENTARES</u>			
1	<i>Língua Portuguesa</i>	60	4
2	<i>Métodos e Técnicas de Pesquisa</i>	90	6
3	<i>Fundamentos de Matemática</i>	60	4
<u>OBRIGATÓRIAS</u>			
1	<i>Estudo de Problemas Brasileiros</i>	60	4
2	<i>Educação Física</i>	240	16
<u>HABILITAÇÃO: 'MAGISTÉRIO DAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU'.</u>			
1	<i>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau</i>	90	6
2	<i>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau</i>	90	6
3	<i>Metodologia da Alfabetização</i>	90	6
4	<i>Metodologia do Ensino por Atividades</i>	90	6
5	<i>Metodologia do Ensino por Áreas de Estudo</i>	90	6
6	<i>Currículos e Programas de 1º grau</i>	60	4
7	<i>Linguagem e Literatura Infantil</i>	90	6
8	<i>Jogos e Recreação Infantil</i>	60	4
9	<i>Nutrição, Higiene e Saúde do Escolar</i>	60	4
10	<i>Prática de Ensino na Escola de 1º grau (Est.Supervisionado)</i>	120	8
		840	56

<sup>70</sup> As fontes documentais comprovam que, apesar de constar a habilitação em supervisão escolar na grade curricular, ela não foi efetivada no período de análise. Obteve-se essa confirmação mediante registro dos diplomas disponibilizados entre os anos de 1980 a 1996.



Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Nº	D I S C I P L I N A	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO
<u>HABILITAÇÃO: MAGISTÉRIO DA PRÉ-ESCOLA</u>			
1	<i>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1ª Grau</i>	90	6
2	<i>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2ª grau</i>	90	6
3	<i>Fundamentos de Educação Pré-Escolar</i>	30	2
4	<i>Psicologia do Pré-Escolar</i>	60	4
5	<i>Metodologia e Técnicas de Educação Pré-Escolar</i>	150	10
6	<i>Nutrição, Higiene e Saúde do Pré-Escolar</i>	60	4
7	<i>Fundamentos de Expressão Artística</i>	60	4
8	<i>Recreação e Jogos na Pré-Escola</i>	60	4
9	<i>Planejamento Curricular na Pré-Escola</i>	60	4
10	<i>Iniciação à Ciência na Pré-Escola</i>	60	4
11	<i>Estágio Supervisionado de Educação Pré-Escolar</i>	120	8
TOTAL GERAL		2.715	181

INTEGRALIZAÇÃO ANUAL

*Limite mínimo - 3 anos*

*Limite máximo - 7 anos*

**Fonte:** Resolução nº 057 de 29 de novembro de 1983.

O processo de elaboração da estrutura curricular do curso de Pedagogia da UFMS foi regulamentado pela Portaria/UFMS da Reitoria n. 129-A, em 15 de novembro de 1980. Foi precedido de ampla discussão entre os docentes, a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos e a Coordenadoria Geral de Planejamento da UFMS. Também foram consultados profissionais de outras instituições, tais como Universidade Metodista de Piracicaba, em São Paulo, a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade de Passo Fundo e a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, já que essas instituições ministravam o curso de Pedagogia. Essas habilitações ainda eram pouco usadas nos

cursos de Pedagogia em nível nacional e ofertadas em nível de especialização. (UFMS, 1980).

O curso de Pedagogia, com as habilitações apontadas, funcionou até 1982, dentro dos moldes previstos. A partir daí, ocorreu uma unificação nas estruturas curriculares dos cursos de licenciatura regulamentada pelas Resoluções/UFMS n. 60/1982 e n. 72/1982 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMS. (FERNANDEZ, 1989). Em análise as estruturas curriculares, Morais (1997, p. 40) afirma que:

As propostas curriculares estavam fora da realidade, elas não valorizavam a experiência do discente e se fragmentavam em múltiplas especificidades técnicas que mais servem de controle do “ser” do que para a sua libertação. Basicamente de caráter técnico linear, a estrutura curricular sofreu alterações limitadas e pouco significativas, sob o ponto de vista satisfatório, em menos de um ano do início do curso.

Também Gonçalves (1989) assinala que as estruturas curriculares elaboradas para iniciar o curso foram realizadas de maneira apressada e necessitavam ser revistas. Ainda em 1982, depois da aprovação dessas resoluções, a estrutura curricular do curso de Pedagogia foi modificada com o objetivo de atender as ponderações dos docentes e discentes da região sul-mato-grossense.

Nesse sentido, optou-se por analisar a matriz curricular aprovada pela Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, por ser construída no decorrer dos primeiros anos de formação do curso e implementada em 1984. Esse documento curricular foi referência para a história do curso, pois as demais resoluções que trataram da matriz curricular tiveram adaptações.

A matriz curricular do curso estava organizada em duas habilitações, sendo algumas disciplinas comuns divididas em dois grupos: o primeiro denominado de Formação Geral e o segundo grupo de Currículo Mínimo<sup>71</sup>, com as matérias determinadas pelo CFE, todas eram obrigatórias nas duas turmas. Desse modo, a estrutura curricular do curso de Pedagogia foi aprovada para habilitação do Magistério ensino de 1º grau e pré-escola, também atendia as normas do CFE, da Resolução n. 002/1969 para formação de pedagogo especialista.

---

<sup>71</sup> Segundo a Resolução CFE 002/1969, o currículo mínimo contemplava uma parte comum, que compreende as disciplinas de Sociologia (Geral e da Educação), Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática e uma parte diversificada, que comportava a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus.

Dessa forma, no 1º semestre do ano de 1984, entrou em vigor a nova estrutura curricular aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa por meio da Resolução/UFMS n. 57/1983 (UFMS, 2013).

**Figura 15** - Estrutura curricular do curso de Pedagogia do ano de 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 019 /84 DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

\* REVOGADA  
 Resol. 60, 88 - COECE  
 de 19, 09, 88

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em sua reunião realizada nos dias 28 e 29/06/84, no uso de suas atribuições e,

- considerando, a necessidade de unificar as nomenclaturas, cargas horárias, créditos e pré-requisitos das disciplinas pertinentes à formação pedagógica dos diferentes cursos de licenciatura da UFMS e atendendo dispositivos da legislação superior;

- considerando parecer da Comissão de Ensino,

REVOGADA  
 Resol. 016, 90 - COECE  
 de 19, 01, 90

R E S O L V E:

Art. 1º - A formação pedagógica necessária aos alunos dos cursos de licenciaturas plenas da UFMS far-se-á através do cumprimento das seguintes disciplinas, cargas horárias, créditos e pré-requisitos:

DISCIPLINAS	CH / CR	PRE-REQUISITOS
A. Psicologia da Educação I	60 - 04	Sem pré-requisito
Psicologia da Educação II	45 - 03	Psicologia da Educação I
B. Didática I	45 - 03	Psicologia da Educação I
Didática II	45 - 03	Didática I
C. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau I	45 - 03	Sem pré-requisito
D. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau I	45 - 03	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau I
E. Prática de Ensino I (sob a forma de Estágio Supervisionado)	- -	Didática I
Prática de Ensino II (sob a forma de Estág. Supervisionado)	- -	Prática de Ensino I

Parágrafo Único. As cargas horárias de Prática de Ensino I e II, serão determinadas de acordo com a duração dos cursos não podendo exceder a um décimo do número de horas fixado para os mesmos.

\* As Resoluções nºs 40/88 e 63/88 foram revogadas pela Resolução n.º 016/89 que mantém esta (019/84) em vigor.



CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

1984

CS Digitalizado com CamScanner

Art. 2º - As licenciaturas de 1º Grau obedecerão o cumprimento das seguintes disciplinas de formação pedagógica, cargas horárias, créditos e pré-requisitos:

DISCIPLINAS	CH / CR	PRÉ-REQUISITOS
A. Psicologia da Educação I	60 - 04	Sem pré-requisito
Psicologia da Educação II	45 - 03	Psicologia da Educação I
B. Didática I	45 - 03	Psicologia da Educação I
C. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau I	45 - 03	Sem pré-requisito
D. Prática de Ensino I (sob a forma de Estágio Supervisionado)	- -	Didática I

Parágrafo Único - A carga horária de Prática de Ensino I será determinada de acordo com a duração dos cursos não podendo exceder a um décimo do número de horas fixado para os mesmos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande-MS, 02 de julho de 1.984..

EDGARD ZARDO  
Presidente

**Fonte:** Resolução nº 057 de 29 de novembro de 1983.

Na formação geral, na matéria de Língua Portuguesa, eram ministradas duas disciplinas: Comunicação e Expressão I e Comunicação e Expressão II. A primeira disciplina tratava dos conteúdos de comunicação, noção de fonologia, exercícios gramaticais, correspondência oficial, estudo e análise de textos e desenvolvimento da expressão oral. A segunda, era destinada aos estudos dos conteúdos de língua e linguagem, comunicação, funções da linguagem, níveis da linguagem, formas de relatar enunciados, estrutura sintática da frase, feição estática da frase, interpretação de textos e debates para o desenvolvimento da expressão oral.

Em Metodologia Científica era ministrada uma disciplina denominada de Introdução à Metodologia Científica em que se contemplavam os conteúdos de metodologia científica, o conhecimento científico, o método científico, a pesquisa científica e a elaboração de trabalhos científicos.

A Educação Física era uma disciplina fixada no currículo das duas habilitações e abordava perspectivas diferentes, sendo os conteúdos direcionados para recreação e desenvolvimento psicomotor das crianças na habilitação para o Magistério da pré-escola e, na habilitação para o Magistério nas séries iniciais do 1º grau, os conteúdos eram sobre as modalidades de esportes.

Os Estudos de Problemas Brasileiros<sup>72</sup> 1, tratavam de conteúdos sobre os aspectos da realidade política, militar e social do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros 2 de estudos referentes à realidade social, tais como: política de educação, de saúde e de habitação; análise da população brasileira; Censo 1980; realidade econômica, com análise dos principais problemas econômicos brasileiros e ciência e tecnologia, que tratava da pesquisa científica no Brasil.

Em âmbito nacional, como já foi explicitado o Conselho Federal de Educação fixou um Currículo Mínimo do curso de Pedagogia mediante o Parecer/CFE n. 251/62. No artigo 2º, estipulou que a parte comum seria composta pelas seguintes matérias: Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática.

No curso de Pedagogia da UFMS, no *campus* de Campo Grande, o currículo mínimo definido pelo CFE descrito anteriormente estava organizado da seguinte maneira: na disciplina Sociologia Geral<sup>73</sup> 1 eram estudados os conteúdos de sociologia como ciência, noções básicas de antropologia, interação social, os agrupamentos sociais, estratificação social e controle social. A segunda etapa de estudos era na disciplina de Sociologia Geral 2, em que se discutiam temas como socialismo, capitalismo, a sociedade urbano-industrial, o desenvolvimento e Brasil: modelo político e modelo econômico.

---

<sup>72</sup> A disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) fazia parte da estratégia dos governos militares atuarem frente ao esfacelamento da moral cristã, do avanço das ideias comunistas e da luta ideológica na sociedade brasileira. Para isso a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros precisava estar conectada com os anseios do jogo do poder, ela precisou ser pensada a partir de dois instrumentos de controle criados pelos governos militares, a saber: a tríade Deus-Pátria-Família e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). (ALVES, 2020).

<sup>73</sup> A disciplina de Sociologia no curso de Pedagogia deveria ampliar a compreensão do acadêmico sobre os fenômenos educacionais. Como afirma Ferreira (1993, p. 26), “[...] a sociologia da educação é um ramo do conhecimento que consiste na aplicação das teorias e dos conceitos próprios da sociologia para ampliar o entendimento dos fenômenos educacionais” A disciplina foi historicamente discutida na história da educação. Nascimento (2012) apud Britto; Silva (2014, p. 412) afirma que ao instituir “[...] a educação enquanto uma prioridade para a organização da nação –passaram a valorizar a Sociologia como seu alicerce científico. Nessa perspectiva, suas reformas –ao introduzirem a Sociologia como matéria complementar, nas escolas normais e no ensino secundário – colaboraram para a inserção dessa disciplina, e, posteriormente, para seu desenvolvimento no ensino universitário como um campo especializado”

As matérias estipuladas pelo CFE foram seguidas pela estrutura curricular das duas habilitações e foram a base das quatro disciplinas comuns. A disciplina Sociologia da Educação 1 abordava conteúdos como capitalismo, socialismo, desenvolvimento teorias educacionais e educação e mudança social. Na segunda etapa, a disciplina Sociologia da Educação 2 tratava de discussões sobre educação e capitalismo, a atitude conservadora e a liberal, as bases do pensamento liberal, educação e desenvolvimento, educação e distribuição de renda e política educacional de contenção e liberação. Por fim, Sociologia da Educação 3 era responsável pelos conteúdos relacionados com o modelo brasileiro de desenvolvimento e revisão do papel do Estado: acumulação, empresa, segurança e a educação nesse modelo.

O conteúdo da disciplina de Psicologia da Educação 1 tratava de noções de psicologia geral, desenvolvimento pré-natal, nascimento e recém-nascido, desenvolvimento físico emocional do 1º ao 5º ano de vida. A segunda etapa, na disciplina Psicologia da Educação 2, abordava-se o desenvolvimento mental da criança do 1º ao 5º ano de vida, características gerais do desenvolvimento do escolar nos aspectos físico, mental, emocional e social do 6º ao 10º ano de vida e distúrbios de aprendizagem (06 a 10 anos). Na terceira etapa, na disciplina de Psicologia da Educação 3, estudavam-se os subsídios fornecidos pela psicologia para o exercício da profissão docente, para que o aluno fosse capaz de entender os procedimentos referentes às características do desenvolvimento físico, psicológico e social na adolescência. Além disso, tratavam-se os tópicos principais sobre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais da adolescência. E, na última etapa, com a disciplina Psicologia da Educação 4, os estudantes tinham acesso aos fundamentos teóricos do processo ensino-aprendizagem segundo os comportamentistas e cognitistas.

A disciplina Filosofia da Educação 1 abordava os conteúdos sobre ciência e filosofia, características da ciência, objeto da ciência, ciência formal e material, filosofia e educação, introdução geral ao pensamento crítico, o homem e a educação e o homem e o mundo. Filosofia da Educação 2 estava voltada ao conteúdo sobre as correntes principais da filosofia pedagógica: idealismo, realismo, humanismo, supernaturalismo, pragmatismo, existencialismo e visão geral sobre a educação no Brasil.

A disciplina de História e Educação<sup>74</sup> se destinava aos seguintes conteúdos: antecedentes do ensino no Brasil: fases jesuítica, pombalina e joanina; a educação brasileira após a introdução da fábrica moderna no país; a democratização da educação e a discussão quantidade x qualidade do ensino; o conteúdo do ensino e sua objetivação; a escola e a transformação da sociedade brasileira.

As disciplinas do curso como por exemplo Sociologia e Filosofia apresentaram aspectos da Pedagogia histórico-crítica considera que todos os sujeitos envolvidos tem uma carga sócio-histórica. Desta forma, cabe ao docente entender o contexto social no qual leciona, compreendendo que o ato educativo deve ocorrer em sua totalidade, gerando uma visão ampla e complexa, relacionando os conteúdos com o processo de formação do sujeito com o cotidiano no qual ele está inserido, tornando o ato de ensinar um processo de desenvolvimento histórico-social, superando uma educação compartimentada e simplista. (SAVIANI, 2012).

A disciplina Didática 1 contemplava os conteúdos de introdução à didática, o processo ensino-aprendizagem, planejamento de ensino, objetivos educacionais e instrucionais e o professor como educador. Em Didática 2 discutiam-se os conteúdos e situações de experiências, procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação do processo ensino-aprendizagem. E, por fim, em Didática 3 realizavam-se estudos sobre o currículo por atividades e metodologia para operacionalização do currículo por atividades.

Ressalta-se que outras duas matérias denominadas de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau I e II e a Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau I e II eram comuns para as duas habilitações do curso de Pedagogia e cursadas em duas etapas cada uma delas.

A matriz curricular do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande iniciou com a habilitação Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau, que compreendia as matérias Metodologia de Ensino de 1º grau I e II e a Prática de Ensino, sob a forma de estágio supervisionado, as quais eram materializadas nas disciplinas Práticas de Ensino

---

<sup>74</sup> A disciplina História da Educação no Brasil surge precisamente na década de 1930 com a configuração dos movimentos dos pioneiros escolanovistas, que propunham reformas educacionais para o ensino, valorizando a formação do professor e as metodologias, que fortaleceram a presença da História da Educação. Tanuri (1998, p. 151) explicou que “[...] é bastante recente o interesse pela história da educação brasileira, seja como objeto de pesquisa, seja como disciplina acadêmica. A própria história da educação só aparece no currículo da escola normal segundo tenho conhecimento com a reforma empreendida por Anísio Teixeira, em 1932”. Esse fenômeno pode justificar sua configuração inicial nos cursos de formação de professores como o curso de Pedagogia.

na Escola de 1º grau e na Escola de 2º grau. Em sequência, apresentam-se as especificidades da matriz curricular referente às disciplinas diversificadas da habilitação em Magistério da pré-escola e habilitação em Magistério para as séries iniciais do 1º grau.

#### **A) Habilitação em magistério para as séries iniciais do 1º grau:**

A habilitação em Magistério para as séries iniciais do 1º grau foi a primeira a ser instituída no curso de Pedagogia da UFMS, *campus* de Campo Grande. As matérias foram Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais e Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado.

A matéria denominada de Comunicação e Expressão era contemplada em duas etapas, sendo a primeira Linguagem e Literatura Infantil 1, que tinha como conteúdo visão panorâmica da literatura infanto-juvenil nos seus aspectos históricos e pedagógicos. A segunda etapa era Linguagem e Literatura Infantil 2, que estudava e analisava as obras infanto-juvenis adequadas ao desenvolvimento da criança das séries iniciais do 1º grau.

Outra abordagem dentro da matéria de Comunicação e Expressão era por meio da disciplina Fundamentos da Educação Artística nas Séries Iniciais e Fundamentos de Educação Física e Recreação nas Séries Iniciais.

Em relação à matéria de ciências, havia as disciplinas de Fundamentos de Ciências Naturais divididas em Ciências Naturais, que estudava reino vegetal e a ecologia, e Ciências naturais 2, que contemplava os conteúdos sobre reino animal, classificação dos animais, desde protozoários até o homem; corpo humano: morfologia e fisiologia; conservação de fauna; reino mineral; minerais: classificação, propriedades e importância econômica; rochas: classificação, propriedades e importância econômica.

A disciplina de Estudos Sociais era dividida em duas etapas: a primeira abordava os conteúdos de fundamentação sobre estudos sociais no 1º Grau, família, estudo da escola e da comunidade e município. A segunda etapa era direcionada ao estudo sobre o estado de Mato Grosso do Sul nos aspectos físicos, históricos, socioculturais, econômicos e políticos.

A matéria denominada prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado, contemplava as disciplinas de Prática de Ensino de 1º grau nas séries iniciais I e II, ambas realizadas por meio do estágio supervisionado. O quadro 9, a seguir, traz a Resolução/UFMS do COEPE n. 72/1984, referente à Comissão de Estágio Supervisionado (COES):

**Quadro 9 - Transcrição da Resolução/UFMS n. 72/1984 – CCHS****RESOLUÇÃO Nº 72/84 – CCHS**

O Conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais usando de suas atribuições legais e considerando o disposto na Resolução nº 061/83-qual app,

Resolve:

Art. primeiro-formar a Comissão de Estágio Supervisionado (COES) para o curso de Pedagogia habilitações: magistério para as séries iniciais do primeiro grau, magistério da pré escola e magistério das matérias pedagógicas do segundo grau-CCHS/UFMG, para os dois semestres letivos de 1984.

.....Art. segundo-designar, para compor a referida comissão, as professoras Terezinha de Alencar Salém, Sônia da Cunha Urt, Eurize Caldas Peçanha, Maria Elisabeth de Oliveira Gonçalves, Doralice dos Santos Rússia, Léa de Lourdes Galvão da Silva e Jane Mary Abuassan Gonçalves, e a acadêmica Ordália Alves de Almeida.

.....Art. terceiro-designar, para a coordenadora da comissão, a professora Léa de Lourdes Galvão da Silva.

Art. quarto-esta resolução entra em vigor nesta data e ficam revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 16 de abril de 1984.

Prof. João Baptista de Mesquita. Presidente do Conselho de Centro do Centro de Ciências Humanas e Sociais/UFMS.

**Fonte:** Boletim de serviço, 1984.

Kullok (2000) apresentou uma possibilidade para a melhoria do curso de Pedagogia no que se refere ao estágio supervisionado, que deveria integrar a grade curricular do curso.

Superação da dicotomia teoria-prática por meio da criação da disciplina (além da prática de ensino atual e do estágio realizado atualmente) integrante da grade curricular de todas as séries do curso, isto é, uma visão interdisciplinar no sentido da construção do conhecimento, com aula semanal, objetivando o preparo, acompanhamento e avaliação de projetos desenvolvidos pelos alunos durante o estágio, elaborados a partir dos conteúdos das demais disciplinas. (KULLOK, 2000, p. 102).

Nesse momento histórico, o curso de Pedagogia da UFMS, *campus* de Campo Grande, já contemplava uma disciplina denominada de Prática de Ensino de 1º grau nas séries iniciais I e II e uma Comissão de Estágio Supervisionado para acompanhar o estágio realizado pelos acadêmicos. Essa disciplina demonstrou que o curso estava inserido no debate nacional, que apresentava propostas para superar o tecnicismo.

A disciplina denominada de Diagnóstico para o Desenvolvimento de Planos de Ensino nas quatro primeiras séries da Escola de 1º Grau abordava a construção e aplicação de instrumentos para a coleta de dados acerca da comunidade e população-alvo; análise dos dados levantados; observação de estratégias de ensino nas quatro primeiras séries do 1º grau; regência: elaboração e execução de planos de aula, construção de recursos didáticos, relatório das atividades de prática de ensino e avaliação da prática de ensino.

### **B) Habilitação em magistério da pré-escola:**

A turma do curso de Pedagogia com habilitação em Magistério da pré-escola iniciou no segundo semestre do ano de 1981, com as matérias de Ciências, Comunicação e Expressão, Métodos e Técnicas de Educação pré-escolar e prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado. (UFMS, 1983).

A matéria de Ciências era contemplada na disciplina denominada Iniciação à Ciência na pré-escola, que trabalhava os seguintes conteúdos: fundamentos e objetivos da iniciação científica na escola (atitude da docente frente às experiências científicas); observação dos animais - comportamento (elaboração de pequenas experiências); observação dos vegetais (elaboração de pequenas experiências); corpo humano, origem e fim da vida; observação da natureza em suas diversas formas de manifestação (fenômenos físicos e químicos) e noções de ecologia e poluição. (UFMS, 1983).

Comunicação e expressão foi uma matéria organizada em três disciplinas, sendo a primeira Linguagem e Literatura Infantil, com os conteúdos linguagem infantil, literatura infantil e acervos literário-infantil. As outras disciplinas foram Fundamentos da Educação Artística, Fundamentos de Educação Física e Recreação. (UFMS, 1983).

A matéria Métodos e Técnicas de Educação Pré-Escolar era organizada em duas disciplinas: a primeira denominada de Fundamentos de Educação Pré-Escolar, com os conteúdos de revisão histórica e tendências no atendimento ao pré-escolar, aspectos legais e filosóficos, sociológicos e psicológicos, situação do pré-escolar no Brasil, Programa Nacional de Educação pré-escolar e a relevância e dificuldades para o atendimento do pré-escolar no Brasil e em Mato Grosso do Sul. A matéria de Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado abrangia as disciplinas de prática de ensino na pré-escola I e II mediante o estágio. (UFMS, 1983).

Kullok (2000) afirma que o curso de Pedagogia deveria superar a fragmentação decorrentes das habilitações técnicas e formar um docente com conteúdos polivalentes

[...] por meio da distribuição dos conteúdos específicos ao longo das séries do curso, possibilitando a formação do profissional polivalente, com preparo técnico suficiente para a pesquisa e a elaboração de propostas alternativas metodológicas e técnicas para o encaminhamento dos problemas da educação, a partir de uma visão de totalidade. (KULLOK, 2000, p. 102).

Apesar dos avanços em torno da incorporação de conteúdos históricos e sociológicos, observou-se que há vestígios nas disciplinas do curso de Pedagogia de Campo Grande com abordagens técnicas que remetem às bases curriculares da Pedagogia tecnicista, que tornava o processo educativo objetivo e operacional, porque mantinha conteúdos dessa natureza. (SAVIANI, 2012).

Posteriormente, a apresentação é análise da grade curricular da Resolução/UFMS nº 57/1983 do COEPE. No tópico que segue será direcionada as análises de acordo com as alterações na estrutura curricular do curso de Pedagogia no período de 1984 até 1996.

#### **4.3.1 Alterações na matriz curricular do curso de Pedagogia (1984 - 1996)**

As matrizes curriculares do curso de Pedagogia, como já foram explicitadas, de acordo com a Resolução do MEC/CFE n. 002/1969<sup>75</sup>, que fixava uma parte comum de disciplina e outra parte diversificada que sofreram modificações no decorrer do período de análise da pesquisa. No início oferecia as habilitações em Magistério das Séries Iniciais e Magistério da Pré-escola, ambos com duração de sete semestres, ou seja, três anos e meio para sua integralização. O curso era disponibilizado por meio de vestibular, sessenta vagas anuais, trinta para cada habilitação.

Segundo a Portaria/UFMS n. 091- A/1980, no diploma para o aluno que concluisse o 7º semestre constaria o seguinte: “Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau”. Para os alunos que concluíssem o 8º semestre, o diploma seria apostilado com a habilitação de Supervisão Escolar para a Escola de 1º e 2º Graus.

Essas alterações foram normatizadas mediante Resoluções citadas no Quadro 10, que apresenta as resoluções que regulamentaram a estrutura curricular do curso de

---

<sup>75</sup> Com a aprovação da lei da reforma universitária (Lei n. 5.540/68) aprovada em 28 de novembro de 1968 ensejou uma nova regulamentação do curso de Pedagogia, levada a efeito pelo Parecer n. 252/69 do CFE, de autoria de Valnir Chagas que resultou na Resolução CFE n. 2/69 que fixou por meio de uma ementa os currículos mínimos de conteúdos e a duração que deveriam ser observados na organização do curso de Pedagogia (SAVIANI, 2008).

Pedagogia da UFMS, no *campus* de Campo Grande. Tais normativas tratam sobre a organização do curso e explicitam as disciplinas teóricas e práticas.

**Quadro 10** - Normativas referentes as alterações nas estruturas curriculares do curso de Pedagogia em Campo Grande, MS (1988-1996)

ANO	RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
1980	Portaria/UFMS nº 129/1980 de 12 de dezembro de 1980.	Aprova a estrutura curricular para o curso de Pedagogia, habilitação: magistério da pré-escola e magistério das séries iniciais do 1º grau da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que entrará em vigor no primeiro período letivo de 1981.
1983	Resolução/UFMS nº 057 de 29 de novembro de 1983.	Favorável pela revogação da portaria nº 129/A/80 R. Aprovação da estrutura curricular e equivalências.
1988	Resolução/UFMS nº 044 de 29 de março de 1988.	Resolve pronunciar-se favoravelmente pela aprovação do estatuto curricular para o curso de licenciatura plena em Pedagogia.
1990	Resolução/UFMS nº 026 de 19 de janeiro de 1990.	Aprova a estrutura curricular do curso de Pedagogia
	Resolução/UFMS nº 045 de 29 de janeiro de 1990.	Aprova a estrutura curricular do curso de Pedagogia.
	Resolução/UFMS nº 58, de 11 de abril de 1990.	Homologa a Resolução nº 045/90 com alteração no tempo útil e na duração da integralização semestral. Altera a denominação da habilitação “magistério da pré-escola à 4ª série, no 1º grau” passou a ser chamada de “magistério da pré-escola e magistério das séries iniciais.
	Resolução/UFMS nº 145 de 26 de outubro de 1990.	Aprova a estrutura curricular do curso.
1992	Resolução/UFMS nº 086 de 18 de dezembro de 1992.	Aprova o currículo Pleno do curso de Pedagogia Licenciatura Plena.
1993	Resolução/UFMS nº 075 de 06 de dezembro de 1993.	Aprova o quadro de equivalência do curso de Pedagogia licenciatura.
1994	Resolução/UFMS nº 099 de 12 de dezembro de 1994.	Aprova o currículo pleno do curso de Pedagogia.
1995	Resolução/UFMS nº 52 de 18 de agosto de 1995.	Favorável ao desmembramento do curso em duas habilitações sendo magistério da pré-escola e magistério para as séries iniciais.
	Resolução/UFMS nº 053 de 18 de agosto de 1995.	Pronuncia-se favorável ao estabelecimento de vagas para cada uma das habilitações do curso de Pedagogia.
	Resolução/UFMS nº 122 de 13 de dezembro de 1995.	Aprova o currículo do curso de Pedagogia, habilitação nos anos iniciais do ensino fundamental.
	Resolução/UFMS nº 121 de 13 de dezembro de 1995.	Aprova o currículo pleno do curso de Pedagogia habilitação magistério da pré-escola/CCHS. O currículo pleno é constituído pela estrutura curricular, seriação e ementário do curso.

**Fonte:** Arquivo Central da UFMS.

**Organização:** Severino 2020.

O primeiro ponto identificado no processo de análise das Resoluções foi que as mudanças na matriz curricular ocorreram de quatro em quatro anos, foram discutidas ao final do ano letivo e implementadas no primeiro semestre do ano subsequente.

A) Alterações introduzidas pela Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, e Resolução/UFMS n. 044, de 29 de março de 1988, na matriz curricular do curso de Pedagogia.

Inicia-se o processo de análise tendo como referência a matriz curricular aprovada pela a Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, que foi implementada em 1984. Comparando-a com a Resolução/UFMS n. 044, de 29 de março de 1988, observou-se que a carga horária total das matrizes curriculares de ambas as resoluções não tiveram alteração. Para compreensão das alterações nos componentes curriculares, optou-se em organizá-las em tópicos.

**I – Parte comum:** corresponde ao currículo mínimo das habilitações Magistério para as séries iniciais do 1º grau e Magistério da pré-escola. Identificou-se alteração nas disciplinas de Sociologia da Educação II, Psicologia da Educação II e Didática I, II e III.

Na Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, a disciplina de Sociologia da Educação II tinha uma carga horária de 45 horas-aula distribuídas em três aulas semanais e, com a aprovação da Resolução/UFMS n. 044 de 29, de março de 1988, passou a ter 60 horas distribuídas em quatro aulas semanais, um aumento de 15 horas-aula. A maior alteração foi na disciplina de Didática, que era dividida em I, II e III. Na Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, Didática I e II continha uma carga horária de 45 horas-aula distribuídas em três aulas semanais. Em Didática III havia uma carga horária de 75 horas-aula distribuídas em 5 aulas semanais. Com a Resolução/UFMS n. 044, de 29 de março de 1988, as disciplinas de Didática I, II e III passaram a ter uma carga horária de 60 horas distribuídas em quatro aulas semanais. Observa-se que houve uma preocupação em aumentar a carga horária das disciplinas de fundamentos.

**II – Parte diversificada:** comum a todas as habilitações.

Houve alteração na matéria de Estrutura e Funcionamento de Ensino que, mediante a Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, era dividida em Estrutura e Funcionamento de Ensino do 1º grau organizada em quatro disciplinas, sendo duas direcionadas ao 1º grau e duas direcionadas ao 2º, com uma carga horária de 45 horas-aula cada uma, que ocorria por meio de três aulas semanais. Com a aprovação da Resolução/UFMS n. 044, de 29 de março de 1988, houve a junção da matéria, que ficou

denominada como Estrutura e Funcionamento de Ensino do 1º e 2º graus. Também ficaram organizadas em três disciplinas nomeadas Estrutura e Funcionamento de Ensino do 1º grau I, II e III. Com uma carga horária de 60 horas-aula cada uma, contemplando quatro aulas semanais.

**III – Componente de formação geral:** corresponde às disciplinas pedagógicas obrigatória às duas habilitações. Não houve alteração entre ambas as Resoluções.

**IV – Habilitação de Magistério:** corresponde às especificidades das habilitações de Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau, Magistério para as séries iniciais do 1º grau e Magistério da pré-escola.

Em relação a habilitação em Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau, ocorreu alteração na matéria de Metodologia do ensino de 1º grau na disciplina que corresponde à parte I, diminuindo a carga horária de 90 horas-aula para 75 horas-aula. Vale ressaltar que, para cursar a disciplina de estágio, previa-se como pré-requisito ter cursado as disciplinas de Metodologia de Ensino I e II. Enfatiza-se que não houve alterações nas demais habilitações.

**V – Habilitação Técnica:** corresponde à supervisão escolar de 1º e 2º graus, Administração Escolar para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Orientação Educacional. Saviani (2007, p. 121) afirma que, em relação às habilitações técnicas:

[...] a questão educativa é reduzida predominantemente à sua dimensão técnica, afastando-se o seu caráter de arte e secundarizando, também, as exigências de embasamento científico. Daí a pretensão de formar os especialistas em educação por meio de algumas poucas regras compreendidas externamente e transmitidas mecanicamente, articuladas com o treinamento para a sua aplicação no âmbito de funcionamento das escolas.

Na organização da supervisão escolar de 1º e 2º graus, houve alterações, por meio da Resolução/UFMS n. 057, de 29 de novembro de 1983, na matéria Princípios e Métodos de Supervisão, que era dividida em quatro disciplinas com 60 horas-aulas cada uma e, com a aprovação da Resolução/UFMS n. 044, de 29 de março de 1988, organizou-se em três disciplinas, mas com uma carga horária de 75 horas aulas.

Na Administração Escolar para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus, houve mudança na matéria Princípios e Métodos de Administração Escolar, que passou de quatro disciplinas de 60 horas para três disciplinas de 75 horas aula.

Também na Orientação Educacional ocorreu a mesma mudança, já que a matéria Princípios e Métodos da Orientação Educacional, que era dividida em quatro disciplinas de 60 horas, passou a ser ofertada em três disciplinas de 75 horas-aula.

Durante a sistematização das alterações ocorridas entre as resoluções n. 057, de 29 de novembro de 1983 e n. 044, de 29 de março de 1988, foi identificado que não houve mudanças em relação à carga horária total do curso de Pedagogia, pois as duas contemplavam 2.595 horas, com a duração do curso de 3 anos. Contudo, evidenciou-se que as alterações ocorreram na distribuição de cargas horárias das disciplinas, uma vez que houve um crescimento de carga horária das disciplinas de fundamentos, que compreendiam o currículo de base comum, e a diminuição das disciplinas denominadas de Matérias Pedagógicas para o 2º grau.

**B)** Alterações inseridas na matriz curricular do curso de Pedagogia pela Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990 e Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994.

A análise das estruturas curriculares do início da década de 1990 será feita por meio da comparação entre as duas primeiras Resoluções que aprovam a estrutura curricular do curso de Pedagogia.

Na Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, em relação à carga horária do curso, foi especificado o tempo útil do curso na UFMS. As habilitações técnicas teriam 2.445 horas nos cursos diurnos e 2.325 horas nos cursos noturnos. A integralização anual era de 3 anos para as duas habilitações nos dois períodos.

Na Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, em relação à carga horária do tempo útil do curso na UFMS, modificou para 2.618 horas, ou seja, um aumento de 293 horas e o número de anos elevou para 4 anos.

Mediante a Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, foi fixada a carga horária do curso de Pedagogia, que começou a ter 2.445 horas para as habilitações técnicas e de 2.415 horas para as habilitações referentes ao Magistério com duração de três anos. (UFMS, 1990).

Em 1992, a carga horária do curso foi alterada por meio da Resolução/UFMS n. 086, de 18 de dezembro, estabelecendo quatro anos de duração com 2.500 horas nas habilitações técnicas e 2.480 horas para as habilitações de Magistério. Contudo, os cursos ficaram com 2.618 horas, com duração de quatro anos. (UFMS, 1992).

**I – Parte comum:**

O currículo mínimo fixado mediante a Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, foi alterado mediante a Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, com a realização da unificação de todas as disciplinas, ou seja, as matérias que tinham várias disciplinas ficaram organizadas em apenas uma disciplina. Também houve um aumento da carga horária.

As matérias de Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação e Didática, na Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, eram subdivididas em três disciplinas de 60 horas, totalizando 180 horas. Com Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, passaram a fazer parte de uma disciplina com 136 horas e outra com 68 horas, totalizando 204 horas, ou seja, um aumento de 24 horas.

Ainda na parte comum, na matéria Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, a alteração entre as duas grades curriculares foi a carga horária que, na Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, era organizada em três disciplinas de 60 horas e com a Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, passou a ser organizada em duas disciplinas: a primeira com 136 horas e a segunda com 68 horas.

**III – Componente de formação geral:**

O item Formação geral na matriz curricular da Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, recebeu nova denominação: Formação Básica. As alterações ocorreram em todas as disciplinas, sendo que a Matéria de Língua Portuguesa tinha, na Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, duas disciplinas cada uma, respectivamente com 60 e 45 horas. Em Metodologia Científica, houve modificações na carga horária que era de 60 horas e, com a aprovação da Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, ficou com 136 horas.

**IV – Habilitação de Magistério:**

Foram alteradas as matérias específicas da habilitação Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau em sua organização e carga horária. A disciplina de Metodologia do Ensino de 1º grau teve mudança na carga horária, sendo organizada na Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, em três disciplinas denominadas de Metodologia do Ensino de 1º grau I, II, III, que possuía 60 horas cada uma, totalizando 180 horas. Mediante a Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, a disciplina de Metodologia do Ensino de 1º Grau I foi reestabelecida com 68 horas e Metodologia

do Ensino de 1º grau II com 136 horas, com total de 207 horas, ambas sem carga horária prática.

Na matéria Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado, em ambas as resoluções analisadas apresentam a mesma quantidade e organização de disciplinas. Em relação à carga horária, na Resolução/UFMS n. 145, de 26 de outubro de 1990, as disciplinas eram oito, sendo elas Prática de Ensino na Escola de 1º grau, Prática de Ensino na Escola de 1º e 2º graus, Prática de Ensino de Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, História da Educação, Didática e Metodologia de 1º grau, totalizando juntas 300 horas. Com a aprovação da Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, a carga horária foi reduzida para 133, ou seja, 167 horas foram diminuídas.

Na habilitação do Magistério da pré-escola e Magistério para as séries iniciais do primeiro grau, havia as matérias de Linguagem e Literatura Infantil, Metodologia de Ensino, Métodos e Técnicas de Educação Pré-escolar e Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado. Todas essas matérias juntas eram organizadas em 06 disciplinas, que totalizavam 540 horas. Na Resolução/UFMS n. 099, de 12 de dezembro de 1994, permanecem as mesmas matérias citadas na resolução de 1990; o que modificou foi a quantidade de disciplinas que foram organizadas em quatro, com uma carga horária total de 408 horas, ou seja, houve uma redução de 132 horas.

As estruturas curriculares do curso de Pedagogia apresentadas, conforme Kullo (2000) deveriam estabelecer uma relação com o corpo docente do curso e apontou que o trabalho precisaria ser interdisciplinar “[...] a ser desenvolvido em todas as séries do curso, em torno do eixo teoria-prática, integrando o conteúdo das diferentes disciplinas das séries com atividades a serem desenvolvidas durante o estágio”. (KULLOK, 2000, p. 102).

Entende-se que uma sólida formação teórica e interdisciplinar exige novas formas de organização do saber, superando visões simplistas, reducionistas e limitadas do processo de aquisição de novos conhecimentos. A concepção de interdisciplinaridade, “[...] de modo geral, vem sendo considerada mero exercício de integrado de conteúdos e disciplinas do currículo escolar, sem grande alcance e sem resultados convincentes” (BOCHNIAK, 1998, p. 21) Essa mesma autora, ao apresentar sua concepção radical, considera:

[...] a interdisciplinaridade como atitude de superação de todas e quaisquer visões fragmentadas e/ou dicotômicas - sedimentadas pelo modelo da racionalidade científica da Modernidade - que ainda mantemos de nós mesmos, do mundo e da realidade, sem que se desconsidere qualquer dos segmentos ou pólos indicados (corpo e mente: pensamento, sentimento e movimento: trabalho manual e intelectual; objetividade e subjetividade; teoria e prática; idealismo e realismo; obrigação e satisfação; quantidade e qualidade) e sem que se anule a identidade das disciplinas e/ou áreas da produção e expressivo do conhecimento contempladas (física, matemática, história, sociologia, anatomia...; ciências físico-naturais e ciências humanas e sociais..., ciência, filosofia, arte e religião. Ou simplesmente, interdisciplinaridade: atitude de superação de toda e qualquer visão fragmentada e/ou dicotômica que ainda mantemos de nós mesmos, do mundo e da realidade. (BOCHNIAK - 1998, p. 28)

Tal concepção aponta para uma nova postura profissional, em que o professor deve ter domínio do conhecimento de sua área de atuação com articulação ao conhecimento pedagógico, bem como com a totalidade do saber produzido socialmente nos aspectos políticos, econômicos e sociais, na intenção de atuar na transformação da sociedade, como afirma o documento da ANFOPE (2002):

Domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere. (Documento final - XI Encontro Nacional da ANFOPE, 2002, p. 13)

Em suma, as estruturas curriculares analisadas buscam formar o acadêmico do curso de Pedagogia com princípios básicos, que fundamentam o desenvolvimento de sua prática educativa nas habilitações de magistério na pré-escola e nas séries iniciais do 1º grau com base nos marcos legais, políticos, sociais e históricos que as instituições educativas estão inseridas. Tendo em vista a organização da estrutura curricular do curso de Pedagogia, apresenta-se, na sequência, a caracterização do corpo docente.

#### 4.4 Corpo docente do curso de Pedagogia: perfis profissionais

No ano de 1981, período da implantação do curso de Pedagogia, foi solicitada a contratação de professores para o curso, por meio da CI/UFMS 18/81, de 26 de junho de 1981, para as habilitações Magistério para as séries iniciais do 1º grau e Magistério da pré-escola. Foram indicados os nomes dos professores Dorothy Rocha, Juracy Galvão Oliveira e Adilson Domingues Amiceto.

Nesse momento, o curso enfrentou dificuldades para a contratação de professores para as matérias específicas da pré-escola e, por causa da exigência no edital de convocação, não houve inscritos no concurso. Assim, houve alteração no edital, diminuindo o nível de exigências para realização do concurso.

O corpo docente do curso de Pedagogia, no início da implementação dessa graduação no ano de 1983, era composto por quarenta e cinco (45) docentes, sendo que sete atuavam somente nas disciplinas relacionadas com a pré-escola, oito apenas nos anos iniciais e vinte cinco professores nas duas habilitações, totalizando 45 professores.

**Quadro 11** - Lista dos professores do curso de Pedagogia e atuação nas habilitações de magistério pré-escolar e anos iniciais presente na grade curricular de 1983

PROFESSORES	FORMAÇÃO ANO	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS
Anezia Lopes Diniz	Graduação	X	X
Arlete Saddi Chaves	Mestrado/1987	X	
Belkisse Gomes Helney	Graduação	X	X
Benedito Dutra Pimenta	Especialização	X	X
Ceila Maria Puia Ferreira	Especialização	X	X
Celso Vitorio Pierezan	Graduação		X
Claudio Marcos Mancini	Mestrado em Agronomia/1984		X
Darwin Antonio Longo de Oliveira	Mestrado em Educação/2002	X	
Denise Tibau de Vasconcelos Dias	Mestrado em Educação/Sem data.	X	X
Doralice dos Santos Russi	Mestrado	X	X
Dorothy Rocha	Doutorado em Educação/1992	X	X
Edson Norberto Cáceres	Doutorado em Engenharia de sistemas e computação/ 1992.	X	X
Elcia Esnarriaga de Arruda	Doutorado em Educação/ 1995.	X	X
Eliezer Jose Marques	Doutorado em ciências biológicas/ 1979		X
Elizabeth Regina Boarin Alcalde	-	X	
Emanuel Ubirajara da Roeha Porfírio	Mestrado na área de filosofia/Sem data.	X	X

Eurize Caldas Pessanha	Doutorado em educação/1992.		X
Flavio Joao Batalha	Graduação	X	X
Gilberto Luiz Alves	Doutorado em Educação/ 1991	X	X
Herta Betty Krawiec	Especialização/Sem data	X	
Inês Marinho Américo dos Reis Simão	-	X	
Isabela Maria P. Rinaldi	Doutorado em ciências biológicas/ 1994		X
Jair Biscola	Mestrado em Estatística/ 1985	X	
Jane Mary Abuhassan Gongalves	Mestrado em Educação/ 1993	X	X
Joao Jair Satorello	Especialização/ 1980	X	X
Joao Lopes da Silva	-	X	X
Jose Afonso Chaves	Doutorado	X	X
Jose Luiz Magalhaes de Freitas	Doutorado em didática da matemática/ 1993		X
Juracy Galvão de Oliveira	Mestrado em psicologia da educação/sem ano	X	
Kati Eliana Gaetano Uetanabaro	Doutorado em linguística/ 1991	X	X
Luiz Eduardo Ramos Borges	Doutorado em Letras/1998	X	
Maria Alice Rossi Otto	Especialização em metodologia do ensino superior/1986	X	
Maria Antonieta Medeiros de Mesquita	Graduação em Educação Física	X	X
Maria Helena de C. Guadanhin	Mestrado em agronomia/ 1991	X	X
Mario Baldo	Mestrado em História/1980		X
Nair Coimbra Motta	Especialização	X	X
Octaviano Gonçalves da Silveira Junior	Graduação	X	X
Raquel Quadros Seiffert	Mestrado em Sociologia Política/ 1990	X	X
Regina Maria de Almeida Morel	-	X	X
Rosa Maria Fernandes de Barros	Mestrado em Biologia Funcional e Molecular/1992	X	X
Sandra Maria das Graças Maruch Tonelli	Doutorado em morfologia/ 2002		X
Sonia da Cunha Urt	Doutorado em Educação/ 1992	X	
Vera Maria Americo Lacerda	-	X	X

**Fonte:** Elaboração a partir de dados extraídos da grade curricular de 1983.

**Organização:** Severino, 2020.

No que tange à formação dos docentes do curso de Pedagogia, foram encontradas informações sobre os professores que atuavam no início do curso, nos primeiros anos década de 1980. As informações a respeito dos docentes foram coletadas por meio de busca na internet. Verificamos que no total, havia 6 docentes com graduação, 6 docentes especialistas, 13 professores com mestrado e 12 com doutorado.

Observou-se que o percentual maior era de professores com mestrado e a maioria das formações foram realizadas na década de 1990. Os docentes do curso que atuavam nas duas habilitações correspondiam a 58% do total de professores e 42% atuavam somente em uma das habilitações.

O curso de Pedagogia foi implantado no *campus* Campo Grande da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em um momento histórico, caracterizado pelo modelo tecnicista, que privilegiava a formação de especialistas. Nesse contexto, criou-se o curso com o objetivo de atender à demanda da rede estadual de ensino, que precisava de profissionais capacitados para atuarem nas séries iniciais do ensino fundamental e da pré-escola.

Retoma-se a importância da Universidade perante a solicitação da Secretária de Educação, que compôs uma comissão para estudo e viabilidade do curso na capital do estado. Para tanto, ficou decidido, por ambas as partes, que a formação seria no período noturno, em função da disponibilidade dos docentes em exercício e da disponibilidade de espaço físico disponível no período noturno. Entretanto, observou-se a alteração do curso posteriormente para o período diurno.

Como pode depreender do exposto, o curso de Pedagogia teve momentos distintos em sua trajetória. Primeiramente, a preocupação legal e burocrática para consolidação e funcionamento na UFMS, *campus* Campo Grande, o segundo momento foi marcado pela busca de equilíbrio entre as habilitações ofertadas, sua articulação com o mercado de trabalho e a busca pela sua consolidação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a trajetória histórica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Campo Grande, no período de 1980 até 1996. A tese defendida no presente trabalho é de que o curso de Pedagogia se instalou no *campus* de Campo Grande para atender as demandas da rede estadual pública de ensino do estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência da expansão do ensino de 1º e 2º grau e da falta de formação em nível superior dos docentes em exercício.

Para tanto, foi necessário realizar um recorte da história de criação do curso de Pedagogia no Brasil, que no início visava à dupla formação de licenciados e bacharéis. Essa estrutura foi criticada no final dos anos de 1970, por ser fragmentada e fundamentada no tecnicismo.

Nos primeiros anos da década de 1980, iniciaram-se as discussões para a construção de uma proposta de base comum nacional de formação inicial de professores no Brasil, defendida pelas associações e entidades dos profissionais de educação como por exemplo, a CONARCFE, que posteriormente seria denominada ANFOPE. Entretanto, os cursos de Pedagogia permaneceram com a oferta de habilitações de licenciatura e de técnico em educação.

Nos anos de 1990, a formação inicial de professores em nível superior ofertada no curso de Pedagogia foi influenciada pela perspectiva das políticas neoliberais, que impulsionaram as reformas na educação. Esse momento histórico foi marcado pelas discussões sobre a formação de professores, as quais culminaram na promulgação da LDB n. 9.394/1996.

Também foram abordadas na pesquisa as primeiras instituições de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul, iniciando pela Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI), no ano de 1961, a qual se tornou a primeira faculdade da região sul do estado de Mato Grosso, tornando-se, logo em seguida, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Outra instituição referida foi o Centro de Ensino Superior Professor Plínio Mendes dos Santos (CESUP) criado em 1974, antes da criação do estado de Mato Grosso do Sul, e, posteriormente, em 1991, denominada de Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP). A instituição privilegiava a formação nas áreas exatas e de tecnologia, pois tinha como foco o desenvolvimento do setor agropecuário, base da economia sul-mato-grossense.

A UFMS iniciou suas atividades no sul do estado de Mato Grosso em 1962, com a denominação de Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Depois da criação do estado de Mato Grosso do Sul, ocorreu a federalização da instituição, a qual passou a ser denominada de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Já a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) iniciou, em 1993, com cursos de graduação, contemplando as regiões do interior do estado.

O curso de Pedagogia em Mato Grosso do Sul, como descrito, estava presente nas instituições públicas e privadas de nível s, possibilitando a ampliação gradativa da formação inicial de professores durante a década de 1980 e início dos anos 1990. O curso de Pedagogia na cidade de Campo Grande foi implantado primeiramente na FADAFI no ano de 1962 e a segunda instituição a ofertar graduação foi o CESUP, no ano de 1976, com cursos de “formação de professores”. Na UFMS, *campus* Campo Grande, o curso se instalou na década de 1980, entretanto a UEMS não implementou o curso de Pedagogia em Campo Grande, pois atendeu a demanda de formação de professores somente no interior do estado.

A implantação do curso de Pedagogia na UFMS, no *campus* de Campo Grande, ocorreu pouco depois da criação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar n. 31, em 11 de outubro de 1977. Coincidiu com o momento histórico em que o novo estado buscava organizar sua administração pública, bem como desenvolver seus aspectos econômicos e sociais para atender as necessidades regionais. Nesse sentido, o curso de Pedagogia foi criado com o intuito de atender a demanda de formação dos professores que atuavam nas escolas públicas da cidade de Campo Grande, em vista de que o município havia se tornado capital do estado e experimentava um aumento considerável da população urbana.

A retrospectiva histórica realizada neste trabalho permitiu perceber a importância conferida ao processo de formação inicial de professores no Brasil, no decorrer da década de 1980 e início da década de 1990, com a criação do curso de Pedagogia direcionado para as habilitações em magistério. Essa reformulação enfatizou o papel prioritário da formação docente no ensino superior para os pedagogos que iriam atuar na pré-escola e nas séries iniciais do 1º grau. Configuração essa considerada fundamental para a construção de um sistema educativo de qualidade.

Em vista disso, a fundamentação teórica da pesquisa baseou-se na discussão sobre as condições econômicas, sociais e políticas do Brasil nas décadas de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990.

Iniciou-se com a análise do período de 1980 a 1985, quando ocorreu o processo de transição da Ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização do país. Observou-se que essa conjuntura esteve marcada por momentos de crises nos planos econômico, político e social. Porém, com a abertura política, houve a mobilização social e a participação significativa da população em movimentos sociais.

Diante disso, analisou-se o cenário político, econômico e social dos governos dos presidentes João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1989), momento marcado pela transição democrática no Brasil e pela mobilização social, que resultou na nova Constituição de 1988, a qual impulsionou indiscutivelmente os direitos sociais e as políticas sociais que adentraram na legislação nacional.

Portanto, a década de 1980 caracterizou-se pelo crescimento da organização e participação da sociedade na luta pelos seus direitos por meio dos movimentos sociais, os quais buscavam a redemocratização do país, incluindo também o âmbito educacional.

Na educação, as entidades e associações dos profissionais tiveram um importante papel na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, que foram representadas pela ANPED, CEDES e ANFOPE em parceria com as instituições públicas de educação superior. Essas mobilizações resultaram na elaboração das diretrizes e preposições presentes na Constituição Federal de 1988 e na LDB n. 9.394/1996.

Por conseguinte, na década de 1990, amparada nos acontecimentos históricos da configuração do Estado brasileiro, foram instituídas as políticas neoliberais. Assim, os governos Collor (1990-1992), Itamar (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1997) estiveram em sintonia com o neoliberalismo e desenvolveram-se no país políticas para estabilização da economia e produziram-se alterações na Constituição, dando início a uma reforma estatal com o PDRAE.

Dessa forma, nessa conjuntura de crise do sistema capitalista, a consolidação das diretrizes do neoliberalismo foram um instrumento norteador das políticas educacionais, em especial da formação inicial de professores. Assim, foram instituídas reformas na década de 1990, que interferiram nos investimentos por parte do Estado nas áreas sociais, incluindo a educação.

Observou-se que a proposta neoliberal impulsionou, na educação, políticas com contornos complexos por meio de um conjunto de reformas do ensino que objetivaram o aumento da “equidade” no acesso à educação, a melhoria da qualidade, a reformulação de currículos e a avaliação dos resultados dos serviços educacionais. Nesse panorama, a perspectiva neoliberal teve a formação inicial dos profissionais de educação como uma estratégia, com o intuito de concretizar as reformas educativas. Diante disso, foi constatado que as políticas educacionais sofreram alterações principalmente no que tange ao investimento na área em seus diversos níveis de ensino, que se efetivaram na década de 1990.

Com isso, a política educacional direcionada à formação inicial dos profissionais de educação precisou ser pensada como uma das dimensões necessárias para a concretização de uma política global para os docentes, articulando formação inicial, formação continuada, carreira e salário, isto é, condições de trabalho adequadas para o desenvolvimento da carreira na educação.

Nesse cenário, constatou-se, por meio dos dados estatísticos do estado de Mato Grosso do Sul, o crescimento no número de habitantes da zona urbana, que era de 912.123 habitantes na década de 1980, aumentando para 1.414.447 na década de 1990. Assim, houve a necessidade de criação de cursos de licenciatura para a formação inicial de professores a fim de atender a demanda do novo estado.

Nesse contexto, ocorreu a constituição do curso de Pedagogia, que iniciou nos primeiros anos do estado de Mato Grosso do Sul, no momento de transição da cidade de Campo Grande para capital do novo estado, contribuindo para o desenvolvimento regional com a formação dos profissionais de educação em nível superior que adentrariam as instituições de ensino de pré-escola e 1º grau na referida cidade.

O estudo demonstrou que as instituições de ensino superior no estado, no período analisado, apresentavam diversas organizações, tais como: centros universitários, faculdades e universidades. A oferta de vagas nos cursos de graduação prevaleceu em instituições privadas de ensino superior. Outra constatação é que havia quatro universidades no estado, sendo que na capital estavam presentes três instituições e, dessas, apenas a UFMS ofertava o curso de Pedagogia com habilitações para o magistério, ressaltando a importância da formação em nível de 3º grau do docente para atuar na pré-escola e nos anos iniciais do 1º grau.

Sob essa perspectiva, o curso de Pedagogia foi implantado no *campus* Campo Grande da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em um momento histórico caracterizado pela tendência tecnicista, que privilegiava a formação de especialistas. A pesquisa apontou que a criação do curso objetivou atender a demanda da rede estadual de ensino, a qual precisava de profissionais capacitados para atuarem na pré-escola e nas séries iniciais do 1º grau.

A implantação do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul não foi somente uma opção de curso em nível de 3º grau, mas significou uma possibilidade de transformação do sistema de ensino público por contribuir com o crescimento intelectual e econômico do estado.

A proposta de iniciar o curso de Pedagogia com as habilitações direcionadas para a formação de professores para atuar na pré-escola e no Magistério das séries iniciais de 1º Grau foi inédito no estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se que poucas instituições no Brasil formavam os docentes para essa área, como a Universidade Metodista de Piracicaba, em São Paulo, a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade de Passo Fundo e a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Assim, prevalecia no Brasil os cursos de Pedagogia que formavam profissionais que atuavam fora da sala de aula nas áreas de orientação pedagógica, supervisão escolar e gestão escolar. Ressalta-se que apesar de constar na Portaria UFMS de n. 091/1980 a habilitação técnica de supervisão escolar, essa não foi efetivada como consta nos documentos disponibilizados pela instituição e analisados nesta pesquisa.

Nesse sentido, a exigência de experiência no magistério de 2º grau foi uma estratégia direcionada pela Secretaria Estadual de Educação a fim de que a UFMS atendesse os profissionais de educação em exercício da rede estadual, haja vista a necessidade de capacitação desses profissionais comprovada com dados estatísticos descritos na solicitação da secretaria enviada para a Universidade em busca de qualidade para a educação pública.

Constatou-se que houve alteração no período do curso em 1984, uma vez que a oferta inicial era no período noturno, com o objetivo de atender a demanda dos profissionais de educação em exercício, porém foi alterada para o período diurno. Diante disso, observou-se a descaracterização inicial do curso, que era formar os professores da rede para atender, de modo geral, a população estudantil.

Outro aspecto identificado no decorrer da pesquisa foi que houve uma mobilização realizada pelos acadêmicos do curso de Pedagogia em 1986 para retirar a exigência de experiência no magistério de 2º grau, alterando a proposta inicial do curso de Pedagogia da UFMS, *campus* de Campo Grande. Assim, pode-se inferir que o curso, com ingresso pelo vestibular de ampla concorrência, começou a receber alunos diferentes do previsto no ofício.

No período analisado de 1980 a 1990, verifica-se que o movimento dos profissionais de educação engajados nas associações como a ANFOPE e nos sindicatos serviu para reivindicar que se incluísse a formação de professores como uma política educacional sistemática, contribuindo para consolidação do curso de Pedagogia em âmbitos nacional e estadual.

As estruturas curriculares do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande tinham disciplinas como sociologia e história da educação que apresentavam indícios da influência da Pedagogia histórico crítica fundamentada no materialismo histórico dialético que apresentava conteúdos que questionavam a sociedade capitalista, sobre as demandas educacionais, em especial com os problemas que emergem na sociedade brasileira. No momento de implantação do curso de Pedagogia na UFMS Campo Grande essas influências da Pedagogia histórico crítica iniciavam um movimento em âmbito nacional para romper com os conteúdos que tinham características do tecnicismo.

Em relação ao ingresso no curso, este se dava por meio de vestibular de ampla concorrência, fato que aconteceu no primeiro semestre do ano de 1981 para a habilitação no magistério das séries iniciais do 1º grau e, no segundo semestre, para habilitação no magistério da pré-escola.

Observou-se que os professores do curso de Pedagogia do *campus* de Campo Grande tinham a formação em nível de graduação, especialização, mestrado e doutorado, sendo que 06 docentes tinham graduação, 06 docentes eram especialistas, 13 docentes com mestrado e 12 com doutorado e a maioria das formações foram realizadas a partir da década de 1990.

No período de 1981 até 1984, o curso teve uma coordenadora que permaneceu no cargo do início da primeira turma até o ano do reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação. Posteriormente, os coordenadores do curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande ficaram na gestão do curso, em média, por dois anos.

No período analisado o número de diplomados no curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande foi de 532 pedagogos, visto que eram ofertadas 60 vagas anuais.

Enfim, conclui-se que o curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande contribuiu para a formação dos profissionais de educação do estado de Mato Grosso do Sul, que adentraram as instituições de 1º grau como professores, fato que coincide também com a expansão dos estabelecimentos de ensino de 1º grau. A capital do novo estado necessitava de mais docentes para atender a expansão das matrículas no ensino de 1º grau, bem como para ampliação de escolas com o intuito de ampliar o atendimento.

Em síntese, compreendemos que o curso de Pedagogia no *campus* de Campo Grande supriu as demandas do momento histórico e atuou na formação de professores para a rede estadual de ensino, porém, em sua trajetória, foram sendo delineados outros percursos como a mudança de turno e a alteração no vestibular, retirando a exigência de experiência no magistério e seguindo a legislação de âmbito nacional.

Por último, sem a pretensão de fechar a questão, consideramos que a tese abre caminhos para novas pesquisas que podem ser desenvolvidas a fim de analisar os egressos do curso de Pedagogia, o campo de atuação desses profissionais, bem como aprofundar as análises no âmbito das estruturas curriculares.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Letícia Carneiro. **O curso de Pedagogia em Santa Catarina**. 2006. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.
- AGUIAR, Letícia Carneiro. Projeto desenvolvimentista e a gênese do curso de Pedagogia em Santa Catarina na década de 1960. **Roteiro**, 01 May 2014, Vol.39(1), p.87-102.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino. **História de uma década quase perdida — PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. Disponível em:  
[http://www.garamond.com.br/produto/Hist%C3%B3ria\\_de\\_uma\\_d%C3%A9cada\\_quase\\_perdida\\_intro.pdf](http://www.garamond.com.br/produto/Hist%C3%B3ria_de_uma_d%C3%A9cada_quase_perdida_intro.pdf) > Acesso em: 13 jan. 2020.
- ALMEIDA, Luana Costa. **Curso de Pedagogia da UNICAMP: marcas de formação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.
- ALVES, G. L. Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados mato-grossenses. In: \_\_\_\_\_. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Uniderp. 2003. p. 31-53.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTONIACOMI, Adriana Aparecida. **O curso de pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores de curso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: Fontes históricas [S.l.: s.n.], 2006.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multítemas**, Campo Grande, (15): 93- 124, out. 1999.
- BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola**. 2. Edição. Editora Loyola. São Paulo, 1998. Disponível em:  
 <[http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=jo\\_xiMXXYcIC&oi=fnd&pg=PA66&dq=interdisciplinaridade+na+escola&ots=H2y-pXw0Uj&sig=zKgfCAW-\\_0IpO5PA3eY3EegcTo#v=onepage&q=interdisciplinaridade%20na%20escola&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=jo_xiMXXYcIC&oi=fnd&pg=PA66&dq=interdisciplinaridade+na+escola&ots=H2y-pXw0Uj&sig=zKgfCAW-_0IpO5PA3eY3EegcTo#v=onepage&q=interdisciplinaridade%20na%20escola&f=false)>. Acesso em 23 set. 2020.
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.
- CAMPESTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico MS, 2002.

- CASTANHO, Maria Eugênia. **Universidade a Noite: fim ou começo de jornada.** Campinas: Papirus, 1989. 129p.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. P. **A economia brasileira em marcha forçada.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1988.
- COELHO, Ildeu Moreira. Curso de Pedagogia: a busca da identidade. In: INEP, - **Formação do educador: a busca da identidade do curso de Pedagogia.** Encontros e Debates, Brasília: MEC/INEP, 1987, p. 9-16. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002342.pdf> Acesso em: 30 jun. 2019.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991.
- DIAS, Denise Vasconcelos. **Pedagogia: a realidade.** PUC – São Paulo. (Tese de Doutorado), 1985.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EdUSP, 1996.
- FERNANDES, Maria Dilnéia. **Políticas Públicas de Educação: A gestão democrática na Rede estadual de ensino em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: MS, Ed. UFMS, 2000.
- FERREIRA JR, Amarílio. **Professores e sindicalismo em Mato Grosso do Sul: (1979/1985).** Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2003.
- FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1993
- FERREIRA, Viviane Lovatti. Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v.42, n. 145, p.311-316, Abr, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742012000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000100019&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.
- FREITAS, Helena Costa Lopes. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set. 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 15 out. 2019.
- FURLAN, C. M. A. História do curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Educere, 8., 2008, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: PUC-PR, 2008.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Vestibular e ensino superior nos anos de 1970 e 1980.** Caderno de Pesquisa, São Paulo: n. 80, p. 87-90, fev 1992. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/323.pdf> Acesso em 07 de jun. 2020.
- GONZALES, K. G.; GARNICA, A. V. M. **Licenciaturas Parceladas: um estudo sobre a formação de professores que ensinavam Matemática.** Perspectivas da Educação Matemática, v. 11, n. 27, 26 fev. 2019.
- GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. S. Sindicalismo docente e política educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

- IBGE. **Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/historico>>. 2017. Acesso em 07 de jun. 2020.
- KUENZER, Acácia Z. Política educacional e planejamento no Brasil: os descaminhos da transição. In: KUENZER, Acácia Z. et al. **Planejamento e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1990, p. 55-58.
- KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.
- KULLOK, Maisa Gomes Brandão. **As exigências da formação do professor na atualidade**. Maceió: EdUFAL, 2000.
- MACIEL, Lizete; NETO, Alexandre. (Org.). **Formação de professores: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, n. 39, 1998, p. 58-82.
- MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, mar. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MARTINS, CARLOS BENEDITO. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, Mar. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. (O Processo de Produção do Capital), v. 2. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 21ª ed.– Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MASSIAS, Simone Carvalho. **As propostas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) para a definição do curso de pedagogia no Brasil (1990-2006)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil Recente – 1964-1992**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOON, Bob. O papel das novas tecnologias da comunicação e da educação à distância para responder à crise global na oferta e formação de professores: uma análise da experiência de pesquisa e desenvolvimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 791-814, out. 2008.
- MORAIS, Dinalva Domingos de. **O (Des) currículo construindo e reconstruindo (uma caminhada)**. Campo Grande, 1997. Monografia (Curso de Pedagogia), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova Pedagogia da hegemonia estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 83-206.

- NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez editora, 1994.
- OLIVEIRA, Lídia Alves da Silva. **A constituição da história de um curso de formação de educadores no Amazonas: o Curso de Pedagogia**. 2004. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2004.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. **Rio Claro. Impresso**, v. 19, p. 57-72, 2009.
- PASSOS, Vania Maria de Araújo. **O curso de Pedagogia na Universidade Federal de Tocantins**. 2011. 131 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- PUCCINELLI, Rosana Kataoka. **Análise do projeto político pedagógico do curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília: 1994-2006**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- RAVIZZA, Marília. **História das Ideias: Gênese e identidade do Curso de Pedagogia da Associação Catarinense de Ensino (1973-2006)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Blumenau. Blumenau, 2007.
- ROCHA, Doroty. **A gestão da educação pública em Mato Grosso do Sul - práticas racionalizadas e clientelismo**, 1992; 151 f; Tese (Doutorado em Educação: Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- RODRIGUEZ, M. V.; AYACHE, C. B. R.; SEVERINO, J. L. **POLÍTICAS PDE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EDUCADORES (1970-1990)** In: **Docência, formação e práticas pedagógicas: experiências e pesquisas**. 1 Ed. Jundiaí: Paco e Littera Editorial Ltda ME, 2020, v.1.
- RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardados de Inutensílios**, UCDB: Campo Grande, v. 7 p. 17-30, 2004.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROMANOWSKI, J. P & ENS, Romilda Teodora. (2006). As pesquisas denominadas do “tipo” Estado da Arte. *Revista Diálogo Educacional*.
- SANTOS, José Barreto dos. **A criação do Curso de Pedagogia no Contexto da Formação do Capitalismo Monopolista Brasileiro: um estudo da década de 1930**. 2009. Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- SAVIANI, D. **Formação de Professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. *Póesis Pedagógica*, 07–19. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rpp.v9i1.15667>> Acesso em 07 de jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. RBPAAE - v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação**: trajetória, limites e perspectivas. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. Formação de Professores Versus Formação de Pedagogos. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: n. 37 set, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100006> Acesso em: 08 maio 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 08 maio 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 3. ed., 2011.

SAVIANI. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Formação de professores da educação básica: avanços e desafios das políticas recentes. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 461-481, set./dez. 2011.

SENNA, Ester. Estado, Economia e Política Pública em Mato Grosso do Sul: Balanço da década de 80. In: SENNA, Ester (org). **Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais**: Análise e diagnóstico (1980-1990). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

SENNA, R. J. **Estrutura e dinâmica de mercado do ramo de esmagamento de soja em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. (Relatório de pesquisa, UFMS/ CNPq), 1995.

SILVA, André Luiz da Motta; BRITO, Silvia Helena Andrade de. **As muitas facetas do sociólogo e educador Fernando de Azevedo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 60, p.411-415, dez2014 –ISSN: 1676-2584. Disponível: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640569/8128>> Acesso em 13 Jul de 2020.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Carmen Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: uma questão em aberto. In: PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2004, p. 129-152.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. **Neoliberalismo**: conceito e influências no Brasil — de Sarney a FHC. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciência Humana. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

- SOARES, Anna Maria Saldanha de Castro. **O curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1983.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.
- TANURI, Leonor Maria. Historiografia da educação brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-Graduação. **Revista História da Educação** v. 2, n. 3, jan./jun. 1998. Disponível: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30724>> Acesso em 13 Jul de 2020.
- VARGAS, Marilda Bonini. **Políticas de formação inicial de profissionais da educação básica: a experiência dos cursos de Pedagogia da UCDB e UFMS 1995-2004/ 2007** 248 f, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo. Grande, 2007.
- VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira 1951-2010: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015.
- VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição 1985-1995**. Brasília: Plano 2000/ Liber Livro. 2 ed, 2008.
- VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- XAVIER, Caroline. **As políticas de formação de professor nos anos 90: o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas**. Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- ZARATIM, Joel Ribeiro, **A reestruturação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2006.

## **FONTES DE PESQUISA**

- ANAIS. V Seminário do curso de Pedagogia “Repensando o curso de Pedagogia”. Campo Grande, MS: UFMS/Imprensa Universitária. 1989.
- Anuário estatístico do Brasil, 1983. Indicadores demográficos. Diretoria de pesquisa. Departamento de população. Fonte IBGE.
- Anuário estatístico do Brasil, 1987. Indicadores demográficos. Diretoria de pesquisa. Departamento de população. Fonte IBGE.
- Anuário estatístico do Brasil, 1988. Indicadores demográficos. Diretoria de pesquisa. Departamento de população. Fonte IBGE.
- Anuário estatístico do Brasil, 1994. Indicadores demográficos. Diretoria de pesquisa. Departamento de população. Fonte IBGE.
- Anuário estatístico do Brasil, 1999. Indicadores demográficos. Diretoria de pesquisa. Departamento de população. Fonte IBGE.
- ANFOPE. **Documento Final do IX Encontro Nacional**. Brasília, 1998. Disponível em: < <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/9%C2%BA-Encontro->

Documento-Final-1998.pdf> Acesso em: 30 mar. 2019.

ANFOPE. **Documento Final do XI Encontro Nacional. Brasília**, 2002. Disponível em: <<https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/11%C2%BA-Encontro-Documento-Final-2002.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2021.

FERNANDEZ, Alice Beatriz Bitencourt. Histórico do curso de Pedagogia DED/CCHS/UFMS. In: V SEMINÁRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 1989, Campo Grande. **Anais [...]** V SCP: Repensando o curso de Pedagogia. Campo Grande: Imprensa Universitária, 1989, p. 21-32.

GONÇALVES, Jane Mary Abuhassan. O curso de Pedagogia DED/CCHS na ótica de seus coordenadores. In: V SEMINÁRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA, 1989, Campo Grande. **Anais [...]** V SCP: Repensando o curso de Pedagogia. Campo Grande: Imprensa Universitária, 1989, p. 33-38.

IPEA, 1996 (Texto para Discussão 424). **Relatório do Desenvolvimento Humano**, Brasil. 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996. Disponível em: <[repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2781/1/td\\_0677.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2781/1/td_0677.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, **I Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**. 1981/1983, Campo Grande, 1980.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Ofício nº 6071/1030/SE/80**. Solicita estudo para implantação do curso de pedagogia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria UFMS Nº 129-A de 1980**. Dispõe sobre o currículo pleno, matriz curricular, ementário e tempo útil do Curso de Pedagogia da UFMS. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS. 1980.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria 129-A, de 15 de novembro de 1980**. Regulamenta a estrutura curricular do curso de Pedagogia. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS, 15 nov. 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria UFMS Nº 091- A de 1980**. Dispõe sobre a criação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: MS, 1980.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Ato da Reitoria nº 117/1981**, de 06 de março de 1981. Designa sobre a nomeação de Jane Mary Abuhassan Gonçalves para coordenação do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande: Reitoria, 1981.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Comunicação Interna nº 27**. Dispõe sobre a convocação de professores para reunião referente as finalidades da coordenação do curso de Pedagogia. do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande: Departamento de Educação, 1981.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria nº 077/1981**. Regulamenta as atividades da coordenação do curso. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS, 6 abr. 1981.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução UFMS nº 72/84 de 16 de abril de 1984**. Dispõe sobre a formação da Comissão de Estágio supervisionado. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS. 1984.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de Gestão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** (1979 – 1984): Campo Grande, MS. Imprensa Universitária, 1984.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução UFMS nº 145/1990**. Aprova a estrutura curricular do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS, 26 out. 1990.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Folder de divulgação do curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais**. Campo Grande: Departamento de Educação, 1992.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2003.

UFMS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de autoavaliação setorial**: centro de ciências humanas e sociais. Campo Grande: UFMS, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução n. 086 de 18 de dezembro de 1992**. Aprova o currículo Pleno do curso de Pedagogia Licenciatura Plena. Campo Grande: Boletim de serviço da UFMS.

MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso Do Sul**. SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Campo Grande: MS, 2015. Disponível em: < [http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Diagnostico\\_Socioeconomico\\_de\\_MS\\_20151.pdf](http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Diagnostico_Socioeconomico_de_MS_20151.pdf)> Acesso em 07 de Jun. 2020.

UNIDERP. **Uniderp em revista**. Campo Grande: MS, ano 1. ed. 01, 2007.

UNIVERSIDADE ANHANGUERA UNIDERP. **Projeto Político Pedagógico Anhanguera-Uniderp**: curso de Pedagogia. Campo Grande: MS, 20. Disponível em <Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura) (uniderp.br)> Acesso em 07 de Jun. 2021.

## DOCUMENTOS LEGAIS

BRASIL. Decreto-lei nº 9 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro: **Diário Oficial da União**, 6 abr. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.454, de 24 de julho de 1941. Dispõe sobre a realização simultânea de cursos nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Rio de Janeiro: **Diário Oficial da União**, 26 jul. 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3454-24-julho-1941-413403-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de Filosofia, e dá outras providências. Rio de Janeiro: **Diário Oficial da União**, 28 mar. 1946. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9092-26-marco-1946-416948-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 251/62. **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC/CNE.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5540.htm). Acesso em: 18 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 252/69. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de currículo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. **Diário Oficial da União** Brasília: MEC/CNE.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 2, de 11 de abril de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do Curso de Pedagogia. **Diário Oficial da União**. Documenta, Brasília, n. 100, p. 113-117, 1969.

BRASIL. Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971. Dispõe sobre o concurso vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68908-13-julho-1971-411394-norma-pe.html> Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder)> Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991. Estado de Mato Grosso do Sul: situação demográfica, social e econômica. Rio de Janeiro, 1995. 22p.

BRASIL. Lei 9.394, de 24 de novembro de 1996. Altera dispositivos da Lei 4.024, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm)> Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 04/1997. Brasília: MEC/CNE. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PNCP0497.pdf> Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 115, de 10 de Agosto de 1999. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 310-324, dec. 1999. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301999000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 16 dez. 2019.

## ANEXO

Lista dos livros utilizados nas disciplinas do curso de Pedagogia (1984).

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO  
(CRIANÇA)

AUTOR	TITULO DA OBRA	EDITORA	QUANTIDADE
1- Jersild, Arthur T.	"Psicologia da Criança"	Itatiaia Ltda	<del>10</del> <sup>03</sup> volumes
2- Petterson, Gerald R. e Elizabeth M. Gullion	"Convivendo com as Crianças"	Coordenada Ed. de Brasília	<del>10</del> <sup>03</sup> volumes
3- Delay, Jean e Joseph Leif.	"Psicologia e Educação- A Criança-Tomo I"	Biblioteca Pedagógica Freitas Bastos	<del>05</del> <sup>03</sup> volumes
4- Delay, Jean e Joseph Leif	"Psicologia e Educação- O Adolescente-Tomo II"	Biblioteca Pedagógica Freitas Bastos	<del>05</del> <sup>03</sup> volumes
5- Gemelli, Agostinho	"Psicologia da Idade Evolutiva"	Livro Ibero-Americano Ltda	<del>05</del> <sup>03</sup> volumes
6- Striefel, Sebastian	"Manipulação de Comportamento" (Como ensinar uma criança a Imitar)	Pedagógica e Universitária Ltda	<del>05</del> <sup>03</sup> volumes
7- Osterrieth, Paul	"Introdução à Psicologia da Criança"	Nacional	<del>05</del> <sup>03</sup> volumes

1-Hall, R.Vance	"Modificação de Comportamento Volumes I,II,III,IV.e V	Universidade de São Paulo	03 05 de cada volume
X 2-Holand, J.G. e B.F.Skinner	"A Análise do Comportamento"	Univ. de São Paulo	02 05 volumes 1 ex
3-Schoenfeld, Keller	"Principios de Psicologia"	Helder.	03 05 volumes
4-Skinner, B.F	"Ciência e Comportamento Humano"	Univ. de São Paulo	03 05 volumes
X 5-Gagné, Robert M.	"Como se Realiza a Aprendizagem"	Livros e Técnicos e Científicos Editora S/A	Nº 05 volumes 10 ex
6-Campos, Dinah Martins de Souza	"Psicologia da Aprendizagem"	Vozes	03 05 volumes
X 7-Correll, W. e H. Schwarze	"Distúrbios da Aprendizagem"	Pedagógica e Universitária Ltda	05 15 volumes 2 ex
8-Souza, Iracy Sá	"Psicologia da Aprendizagem e seus Problemas"	Livraria José Olímpio Editora.	03 05 volumes
1- Jesild, Arthur T.	"Psicologia da Adolescência"	Nacional	05 10 volumes
2-Pfromm Netto, Samuel	"Psicologia da Adolescência"	São Paulo	03 05 volumes
3-Buhler, Charlotte	"A Professora, o Aluno e seus Problemas"	Rio de Janeiro	03 05 volumes
4-Gesell, Arnold	El Adolescente, de 10 a 16 Anos.	Ed. Paidós-Buenos Aires.	03 05 volumes
5-Debesse, Maurice	Como Estudiar a los Adolescentes	Ed. Nova-Buenos Aires	03 05 volumes

## LINGUA PORTUGUESA

AUTOR	TITULO DA OBRA	EDITORA	QUANTIDADE
1-ANDRÉ, Hildebrando	Gramática Ilustrada	Moderna	03 05 volumes
2-BECHARA, Evanildo	Gramática	...	03 05 volumes
3-CÂMARA JR. J. Mattoso	Manual de Expressão Oral e Escrita		
4- ...	Estrutura da Língua Portuguesa	Vozes	02 05 volumes
↓ 5-CEGALLA, Domingos P.	Novíssima Gramática	Padrão Nacional	03 05 volumes
6-CUNHA, Celso	Gramática do Português Contemporâneo	Bernardo Alvares S/A	01 05 volumes 4 <sup>ex</sup>
7- ...	Gramática da Língua Portuguesa	Fenome	03 05 volumes
+ 8-CUNHA, M <sup>te</sup> Antonieta Antunes	Poesia na Escola	Discubra	02 05 volumes
+ 9- ...	Como ensinar Literatura Infantil	Bernardo Alvares S/A	03 05 volumes
10-FERNANDES, M <sup>te</sup> do Carmo Oliveira	Futebol, fenômeno Linguístico	Documentário	03 05 volumes
11-FERRARI, M <sup>te</sup> Helena e SODRÉ, Munir	Técnica de Redação	Francisco Alves	03 05 volumes
↓ 12-GARCIA, Othon	Comunicação em Prosa Moderna	Fundação Getúlio Vargas	01 05 volumes 1 ex 3 ex
13-GENCOUVRIER, Emile e FEYTARD, Jean	Linguística e Ensino do Português	Almeidina(Coimbra)	03 05 volumes
14-LUFT, Celso	Modernos Gramática Brasileira	Globo	03 05 volumes
15-NOSELA, MA de Souza Chagas	As Belas Mentiras	Cortez e Moraes	03 05 volumes
16-OLIVEIRA, Cândido	Revisão Gramatical	Biblos	03 05 volumes
17-SACCONI, Luiz Antônio	Gramática em Tempo de Comunicação	Nacional	03 05 volumes
18-REVISTA(Assinatura)	Liters	Grifo- SP	Pedir n <sup>os</sup> Atrazados
+ 19-Livros de Contos e Crônicas de:			

*1 de junho*  
 Bibliografia de Métodos e Técnicas de Pesquisa I

- 1- GOODE, William J. e HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. 4ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1972.
- ① 2-GRESSLER, Lori Alice. Pesquisa Educacional. São Paulo, Ed. Loyola, 1979.
- ① 3-LEITE, José Alfredo Américo. Metodologia de Elaboração de Teses. São Paulo, Ed. Mc Grau-Hill do Brasil, 1978.
- ① 4-MANN, Peter H. Métodos de Investigação Sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1973.
- ① 5-ACKOFF, R. L. Planejamento de Pesquisa Social. São Paulo, Ed. Herder, 1967.
- Nov* ① 6-BLALOCK, H.U. Introdução à Pesquisa Social. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1970 *3 ex*
- Nov* ① 7-NOGUEIRA, Aracy. Pesquisa Social. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1975 *4 ex*
- ① 8-RODRIGUES, Aroldo. A Pesquisa Experimental. 2ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1976.
- ① 9-RUMMEL, J. Francis. Introdução dos Procedimentos de Pesquisa em Educação. 4ª ed. Porto Alegre, Ed. Globo, 1981.
- ① 10-SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica. 3ª ed. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1973.
- Nov* ① 11-SELITZ et alii. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo, E. P.V. 1974. *3 ex* *3 ex*
- Nov* ① 12-SCHRADER, Achim. Introdução à Pesquisa Social Empírica. Porto Alegre, Ed. Globo, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. *2 ex*

Comprar pelo menos um exemplar dos livros 3, 4, 6, 7 e 12.

Comprar pelo menos três exemplares dos livros 1, 2, 5 e 11.

Comprar pelo menos cinco exemplares dos livros 8, 9 e 10.

BIBLIOGRAFIA - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

- ① BELLO, Ruy de Ayres - Pequena História da Educação - Ed. Brasil - SP
- ① LARROYO, Francisco - História Geral da Pedagogia - Ed. Mestre Jou - SP
- ① ROSA, Maria da Glória de - A história da Educ. Através de Textos - Ed. Cultrix Ltda - SP.
- ① MOMXDE, Paul - História da Educação - Edição Nacional - SP
- ① COMAN, Madres Peeters - Pequena História da Educação - Ed. Melhoramentos - SP
- ① SANTOS, Theobaldo Miranda - Noções de História da Educação - Comp. Edit. Nac.
- ① LUZURIAGA, Lorenzo - História da Educação e da Pedagogia - Comp. Edit. Nac.
- ① PEIXOTO, Afrânio - Noções de História da Educação - Comp. Ed. Nacional
- ① NUNES, Ruy da Costa - História da Educ. na Idade Média - Ed. Pedag. e Univ. Ltda SP. 3 ex
- ① NUNES, Ruy da Costa - Hist. da Educ. Na Antiguidade Cristã - Ed. Pedag. e Univ. Ltda - SP 3 ex
- ① O Banquete - Difusão Europeia de Livros.
- ① DILTNEY, Guilherme - Hist. de La Pedagogia - Ed. Losado
- ① AZEVEDO, Nelson Cunha - Hist. da Educ. - Comp. Edi Nacional - SP
- ① XAVIER, Livio - História da Educ. (Tradução) - Difusão Europeia do Livro - SP Republica.
- ① Aristoteles, Vida e Doutrina - Trad. Jose Perez, Cultura Moderna - SP
- ① LIMA, Oliveira - Hist. da Educ. Ed. Melhoramentos.
- ① ACKER, L. Vais - Santo Tomás de Aquino - "De Magistro" (Trad.) - Liv. Edit. Odeon - SP.
- ① CALMON, Pedro - Hist. Social do Brasil - Comp. Edit. Nacional
- ① CALOGERAS, Pêndia - Formação Histórica do Brasil - Comp. Edit. Nacional
- ① HUBERT, Rene - Hist. da Pedagogia - Comp. Edit. Nacional
- ① Platao - Republica
- PERIÓDICOS
- ① Assinatura das Revistas  
Caderno de Pesquisa (Fund. Carlos Chagas)  
Educ. em Mato Grosso - SEC/MT  
Revista Brasileira de Est. Pedagógicos - (Inst. Nac. de Est. Pedag.)

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – DOCUMENTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (1966-2019)

<b>DOCUMENTOS ENCONTRADOS NOS ARQUIVOS</b>			
<b>Nº</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
1.	Lei n. 2.629 de 22 de julho de 1966.	Cria os institutos de ciências e letras de Cuiabá e de Ciências biológicas de Campo Grande.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
2.	Projeto de Lei n. 30/69	Autoriza a criação da Universidade de Mato Grosso	Arquivo Central da UFMS
3.	Lei estadual n. 2947, de 16 de setembro de 1969.	Autoriza o Poder executivo a criar a Universidade Estadual de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
4.	Lei n. 2.972, de 2 de janeiro de 1970.	Dispõe sobre a reestruturação e as diretrizes do Ensino Superior do Estado de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
5.	Decreto n. 1072 de 31 de janeiro de 1970. Cuiabá, 31 de janeiro de 1970.	Institui a Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede na cidade de Campo Grande, e dá outras providências.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
6.	Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede na cidade de Campo Grande, e dá outras providências. Campo Grande, 31 de janeiro de 1970.	Primeiro estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede na cidade de Campo Grande, e dá outras providências.	Arquivo da Reitoria.
7.	Livro da Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso - 02 de março de 1970	Atas de 01 a 7. Instalação da UEMT em Campo Grande, MS.	Arquivo Central da UFMS
8.	Decreto n. 1.172 de 4 junho de 1970	Aprova o estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
9.	Portaria n. 444/70 12 de outubro de 1970	Nomeação do reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso com sede em Campo Grande.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.

10.	Decreto Federal n. 67, de 4 de novembro de 1970.	Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual de Mato Grosso na cidade de Campo Grande Estado de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
11.	Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso - 3 de dezembro de 1970.	Documento que regulamentou a Universidade Estadual de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
12.	Fatos legais e fatos reais: histórico (1971)	Histórico da UEMT, contexto de Campo Grande, atividades econômicas, contexto do ensino; Centros pedagógicos	Arquivo Central da UFMS
13.	Relatório Anual da Universidade Estadual de Mato Grosso (1971)	Relatório que consta histórico, cursos em cada <i>campus</i> , objetivos; p. 28 e 29 – anexo II vestibular do ano de 1971/1972 número de vagas, inscritos, matriculados; p. 30 Anexo IV nome do professor, cursos, estágio; p. 62 – por semestre, disciplinas e professores	Arquivo Central da UFMS
14.	Regimento geral da UEMT - (1971)	p. 17, 18 centros pedagógicos dos cursos de graduação, p. 28-objetivos; Parte “Documentação” Decreto n 6784 de 1970 autoriza funcionamento de UEMT; Aprovação do estatuto.	Arquivo Central da UFMS
15.	Atas do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso 1973 a 1979	Atas do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
16.	Atas do conselho universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso 1973 a 1979	Registros de atas	Arquivo da Reitoria.
17.	Portaria n. 10/1973	Estabelece normas para currículos e programas, o que a universidade entende por disciplina entre outros.	Arquivo Central da UFMS
18.	Portaria n. 98/1973 de 20 de dezembro de 1973.	Dispõe sobre as coordenações do curso de licenciatura.	Arquivo Central da UFMS
19.	Portaria n. 78 de 1973 de 6 de setembro de 1973.	Avaliação dos cursos de licenciatura parcelada.	Arquivo Central da UFMS
20.	Portaria n. 10/1973	Estabelece Normas para Currículos e Programas	Arquivo Central da UFMS
21.	Portaria n. 49/73	Rendimento escolar para os cursos de licenciatura curta parcelada.	Arquivo Central da UFMS
22.	Portaria n. 29/74-R de 02/05/1974	Institui o critério único de avaliação parcelada o curso de licenciatura Curta parcelada em Pedagogia, com habilitação em administração escolar para o exercício na escola de primeiro grau.	Arquivo Disponibilizado pela Jane Arquivo Central da UFMS

		Institui o mesmo critério de avaliação contido nas Portarias Nº 49/73 de maio de 1973 e Nº 18/74 de março de 1974, para o curso de Licenciatura curta parcelada em Pedagogia com habilitação em Administração para o exercício na escola de 1º grau.	
23.	Relatório da UEMT 1974	Unidades integrantes – centros pedagógicos; Distribuição do corpo docente, p. 4 ; Atividades dos centros p. 5 ; Cursos e palestras realizadas no centro pedagógico de dourados; p. 8; Centro pedagógico de corumbá p. 59 – cursos oferecidos, professor, docente, disciplinas, Centro pedagógico de Três Lagoas p. 66; Centro pedagógico de Dourados p. 68; Centro pedagógico de Aquidauana p. 71.	Arquivo Central da UFMS
24.	Atestado – 1974	Professora das disciplinas de Psicologia de Educação e Sociologia da Educação no ano de 1974.	Arquivo Disponibilizado pela Jane
25.	Documenta 176 (1974)	Histórico do Curso de Pedagogia em Três Lagoas, evolução da matrícula, aspectos administrativos, corpo docente, disciplinas	Arquivo Central da UFMS
26.	Ata do conselho de ensino e pesquisa da universidade estadual de Mato Grosso 1975 a 1979	Ata do conselho de ensino e pesquisa da universidade estadual de Mato Grosso 1975 a 1979	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
27.	Atas do conselho de ensino e pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso (1975 a 1979)	Atas do conselho de ensino e pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
28.	Esclarecimentos prestados a assembleia (1975)	<i>Campus</i> e curso da UEMT em 1975	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
29.	Documenta 175 – (1975)	Reconhecimento do curso de Pedagogia da UEMT – habilitação em Orientação Educacional, do Centro Pedagógico de Três Lagoas; Parecer nº 2.934/1975; CESu, 1º grupo; Aprovado em 06/8/75; Processo nº 11.176/74	Arquivo Central da UFMS
30.	Documenta 176 – (1975)	Reconhecimento do curso de Pedagogia da UEMT – habilitação em Orientação Educacional, do Centro Pedagógico de Três Lagoas; Parecer nº 2.884/1975; CESu, 1º grupo; Aprovado em 02/07/75; Processo nº 11.176/74	Arquivo Central da UFMS

		Possui dados sobre a Universidade, capacidade, receita, despesas, edifícios, salas de aula e etc.	
31.	Livro: As duas histórias da Universidade (1976)	Centros pedagógicos p. 103 Contexto histórico da criação da UFMS	Arquivo Central da UFMS
32.	Levantamento socioeconômico – Centros pedagógicos da UEMT (1976)	Levantamento geral dos alunos regularmente matriculados nos centros pedagógicos da UEMT, separados por curso, consta sexo, estado civil e naturalidade, esporte que pratica, idioma, trabalho, dados familiares, renda.	Arquivo Central da UFMS
33.	Expansão do ensino superior (1976)	Contém dados da expansão no Brasil e em MS, número de matrículas, curso de Pedagogia e et.	Arquivo Central da UFMS
34.	Livro: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Referência: UFMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: 1979 – 1984. Campo Grande, MS. Imprensa Universitária, 1984.	Temas em destaque: <ul style="list-style-type: none"> <li>✚Histórico da UFMS.</li> <li>✚Implantação da UFMS 1980 -1984.</li> <li>✚Estrutura organizacional.</li> <li>✚Corpo discente.</li> <li>✚Processo de federalização.</li> <li>✚Área da educação</li> <li>✚Corpo docente da UFMS (1979-1984) com nível de formação.</li> <li>✚Número de inscritos no vestibular.</li> <li>✚Relação de inscritos por vaga.</li> <li>✚Alunos matriculados nos cursos de graduação (1979-1984)</li> </ul>	Arquivo Central da UFMS
35.	Portaria n. 135/79-R	Designa professores para coordenar os exames de Pedagogia no centro universitário de Dourados;	Arquivo Central da UFMS
36.	Portaria n. 136/79 24 de julho de 1979	Referente ao vestibular de Pedagogia em Dourados.	Arquivo Central da UFMS
37.	Portaria n. 107/79	Designa a professora Ceila Maria como chefe da Divisão de Ensino de Graduação.	Arquivo Central da UFMS
38.	Portaria n. 113/79 02 de julho de 1979	Designar os chefes de departamento de Três Lagoas	Arquivo Central da UFMS
39.	Plano de Classificação Docente UFMS (1980)	Plano de Classificação Docente UFMS. A carreira de magistério população alvo; normas para classificação docente e etc.	Arquivo Central da UFMS

40.	Plano de capacitação da UEMT – UFMS 1980	Histórico de instituição, as atividades da universidade, proposta para melhoria da capacitação docente, melhoria de nível do pessoal técnico-administrativo	Arquivo Central da UFMS
41.	Disciplinas ministradas (1980 a 1988)	Disciplinas ministradas pela professora Jane por ano e carga horaria. Psicologia da Educação.	Arquivo Central da UFMS
42.	Atas (1981)	Ata do dia 16 e 17 de 1982, p. 4 que consta a discussão Estrutura Curricular dos cursos de Letras, Geografia, Pedagogia, História, Psicologia, Ciências – Habilitação em Matemática e Biologia; p. 15 – item pauta 7, Minuta de resolução referente a habilitação dos cursos de licenciatura e habilitações “magistério dos matérias pedagógicas do 2º grau”; p. 3 – ata da 9º reunião – referente a reativação da habilitação orientação educacional do curso de Pedagogia; p. 3 resolução referente a oferecimento do curso de Pedagogia no centro universitário de Dourados; Ata da 14º reunião – Entrada de alunos do curso de Pedagogia do CEUD, p. 4. p. 5 – Solicitação de mudança de turno do curso de Pedagogia; p. 9 – solicitação de implantação da habilitação Orientação educacional no curso de Pedagogia do CEUD;	Arquivo Central da UFMS
43.	Ofício 003/1981	Convocação de uma comissão solicitada pelo MEC que estudará a reelaboração do curso de Pedagogia.	Arquivo Central da UFMS
44.	Correspondências Expedidas da coordenadora do curso de Pedagogia (1981)	Encontrado apenas o índice de algumas CIs.	Arquivo Central da UFMS
45.	Portaria n. 123/81	Estabelece limites mínimos e máximos de créditos para controle da matrícula e da integralização curricular dos diversos cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	Arquivo Central da UFMS
46.	Julho de 1981	Estrutura curricular do curso de Pedagogia- habilitação: Supervisão escolar para o exercício na escola de 1º grau	Arquivo Central da UFMS
47.	Boletim informativo integração da universidade com o pré-escolar (outubro de 1981)	Diz respeito sobre pesquisas na área da educação do pré-escolar.	Arquivo Central da UFMS

48.	Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão n. 16/81	Ficam aprovadas as estruturas curriculares do curso de Pedagogia-habilitação em Supervisão escolar das licenciaturas de 1º grau em regime parcelado e fora da sede, que serão ministrados por esta universidade nos municípios de Naviraí e Bela Vista.	Arquivo Central da UFMS
49.	Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão n. 16/81	Homologar as portarias nº 123/81, de 23.10.81; nº 145/81 de 01.12.81; e nº146/81, de 01.12.1981	Arquivo Central da UFMS
50.	Ofício 003/1982	Referente a habilitação do curso de Pedagogia, currículo.	Arquivo Central da UFMS
51.	Ato da reitoria n. 178/82	Comissão para selecionar docente para o departamento de ciências, área de biologia do centro universitário de Corumbá.	Arquivo Central da UFMS
52.	Ato da reitoria n. 216/82	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro universitário de Corumbá.	Arquivo Central da UFMS
53.	Ato da reitoria n. 249/82	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro universitário de Dourados.	Arquivo Central da UFMS
54.	Boletim Informativo 1 (FORMAÇÃO DE PROFESSORES) – 1982	A finalidade é informar sobre as atividades dessa subsecretaria, atinentes à formação de professores nas suas diversas modalidades e cursos.	Arquivo Central da UFMS
55.	Resolução n. 90/82	Designa professores para comissão de estudos e definição dos perfis profissionais do curso de Pedagogia.	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
56.	Ato da reitoria n. 393/82	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro universitário de Dourados.	Arquivo Central da UFMS
57.	Ato da reitoria n. 410/82	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro universitário de Dourados.	Arquivo Central da UFMS
58.	Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão n. 068/82	Aprovar a Estrutura Curricular, para o curso de licenciatura em Pedagogia da UFMS, exceto no <i>campus</i> de Campo Grande	Arquivo Central da UFMS
59.	Resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão n. 073/82	Fica permitido o oferecimento das habilitações “ magistério das matérias pedagógicas do segundo grau” e administração escolar no curso de Pedagogia do CEUD, para os alunos que ingressaram no ano de 1981 e 1982.	Arquivo Central da UFMS
60.	Boletim Estatístico Nº 1 da Universidade (Federal de Mato Grosso do Sul (1983)	Apresenta dados estatísticos dos diversos setores da universidade.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
61.	Anexo à resolução n. 068/82 – COEPE (1983)	Estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia da UFMS exceto do <i>campus</i> de CAMPO GRANDE	Arquivo Central da UFMS

62.	Portaria n. 009/83	Corrigir considerando metodologia do ensino de 1º grau I como pré-requisito das disciplinas Metodologia do Ensino de 1º grau II e prática de ensino na escola de 1º grau; Metodologia do ensino de 1º grau II como pré-requisito da disciplina pratica de ensino na escola de 2º grau.	Arquivo Central da UFMS
63.	Folder (1983)	Curso de Pedagogia UFMS; Habilitações Plenas: magistério para as séries iniciais do 1º grau e magistério para a pré-escola. Consta duração do curso, número de vagas, horário, quanto ao vestibular e professores.	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
64.	Resolução 057/83- COEPE	Estrutura curricular do curso de Pedagogia – habilitação em magistério de pré-escola	Arquivo Central da UFMS
65.	Instrução de Serviço n. 005/83 Campo Grande, 17 de maio de 1983.	Designa comissão para reestruturação do curso de Pedagogia – Habilitações – Habilitações: Magistério para as Séries Iniciais do 1º Grau e Magistério da Pré-escola.	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
66.	Resolução n. 173/83 O conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais.	Opina favoravelmente as alterações propostas pela comissão quanto à reestruturação das Estruturas Curriculares do curso de Pedagogia – CCHS/UFMS a serem implantadas a partir do 1º semestre de 1984. (NÃO FALA QUAIS MUDANÇAS)	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
67.	Resolução Nº 71/83- Conselho de Diretor	Pronunciou-se favoravelmente pela oferta da Habilitação Magistério das matérias pedagógicas de 2º grau do curso de Pedagogia do centro de ciências humanas e ciências sociais e pelo currículo proposto no processo nº1654/83.	Arquivo Central UFMS
68.	Folder (1983)	I Seminário do Curso de Pedagogia Campo Grande de 05 a 08 de Dezembro de 1983.	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
69.	Boletim estatístico nº 1	Cronologia do surgimento da UFMS; Área de influência da UFMS, mapa e quantidade de alunos; Organograma da UFMS; Legislação pertinente aos cursos da UFMS p. 48, 51, 53, 55, Pedagogia Corpo discente – Pedagogia, p. 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 79.	Arquivo Central da UFMS
70.	Relatório Anual 1983	-Histórico da Universidade -Mapa da área de influência da UFMS -Organograma da UFMS	Arquivo Central da UFMS

		-Quadros com cursos regulares da universidade -Criação de cursos especiais das licenciaturas de 1º grau em regime parcelado nas cidades de Ponta Porã, Paranaíba, Bela Vista e Naviraí. (PEDAGOGIA) - Os convênios da UFMS	
71.	Atas do conselho de ensino e pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1981 a 1984)	Atas do conselho de ensino e pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso Sul.	Arquivo da Reitoria. Disponibilizado pela Marcia.
72.	Ato da reitoria n. 456/84	Dispensa prof. Jane das funções de Coordenadora do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais	Arquivo da reitoria da UFMS
73.	Ato da reitoria n. 456/84	Dispensa prof. Jane das funções de Coordenadora do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Sociais	Arquivo da reitoria da UFMS
74.	Ato da reitoria n. 39/84	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro universitário de Corumbá.	Arquivo Central da UFMS
75.	Ato da reitoria n. 56/84	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro de ciências humanas e ciências sociais.	Arquivo Central da UFMS
76.	Ato da reitoria n. 176/84	Comissão para selecionar docente para o departamento de educação, área pedagógica do centro universitário de Três Lagoas	Arquivo Central da UFMS
77.	Resolução n. 042/84	A partir, do concurso vestibular de 1985, o ingresso dos alunos de Pedagogia do Centro Universitário de Dourados, passará a ser oferecido no primeiro período letivo.	Arquivo Central da UFMS
78.	Resolução n. 049/84	Transferir o curso de Pedagogia- Habilitação magistério para as series iniciais do I Grau para o período diurno.	Arquivo Central da UFMS
79.	Resolução n. 072/84	Considerando o disposto na Resolução nº 61/83 – COEPE. Formar comissão de estágio supervisionado – COES – para o curso de Pedagogia – Habilitação: magistério da pré-escola e magistério das matérias pedagógicas do 2º grau para os dois semestres letivos de 1984.	Arquivo Central da UFMS
80.	Resolução n. 076/84 de 21 de Março de 1984	Aprova o regulamento do estágio supervisionado do curso de Pedagogia	Arquivo Central da UFMS
81.	Resolução n. 021/84	Adotar como normas regimentais temporárias o REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Arquivo Central da UFMS

82.	Relatório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 1984-1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discurso de abertura do reitor “Jair Soares Madureira”</li> <li>-Proposta de Estatuto elaborada através da participação geral (Servidores geral, docentes e discentes) foi encaminhado para o MEC.</li> <li>-Tabela com a atuação do conselho (CD- CONSELHO DIRETOR, COUN- CONSELHO UNIVERSITARIO E COEPE- CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA EXTENSÃO</li> <li>-Proposta do “Plano de ação” que buscava intensamente o desenvolvimento universitário</li> <li>-Organograma da universidade</li> <li>-Institucionalização dos concursos públicos para docentes (Tabela com o número de admissões)</li> <li>-Cursos reconhecidos nesse período</li> <li>-Quadro com o ano dos cursos criados (não possui Pedagogia)</li> <li>-CURSOS OFERECIDOS PELA UFMS TODOS OS <i>CAMPUS</i> (POSSUI PEDAGOGIA)</li> <li>-Tabelas com distribuição dos docentes segundo a titulação</li> <li>-Cursos de pós-graduação da UFMS no período de 1984-1988 (Mestrado em Educação)</li> </ul>	Arquivo Central da UFMS
83.	1984-1988	-RECONHECIMENTO DOS CURSOS NO PERÍODO DE 84/88 (CURSO DE PEDAGOGIA)	Arquivo Central da UFMS
84.	Folder (1985)	III Seminário do curso de Pedagogia	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
85.	Portaria n. 11/85	Revogar a portaria de nº 129-A/80, de 15 de Dezembro de 1980 que se refere à Estrutura Curricular extinta por resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão	Arquivo Central UFMS
86.	III Seminário de Pedagogia -1985 Campo Grande	Organização do III Seminário de Pedagogia, definidos datas, horário, tema e local.	Arquivo Central da UFMS
87.	Folder (1985)	III Seminário do curso de Pedagogia	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
88.	III Seminário de Pedagogia (1985)	Organização do III Seminário de Pedagogia, definidos datas, horário, tema e local.	Arquivo Central da UFMS

89.	Resolução n. 056/86- conselho de ensino, pesquisa e extensão	Considerar a resolução 31/83- COEPE como documento oficial deste conselho pertinente a autorização de funcionamento do curso de Pedagogia oferecida no Centro universitário de Dourados.	Arquivo Central da UFMS
90.	Portaria n. 023 (1987)	Constituição da comissão para efetuar estudos sobre a reativação da habilitação em orientação educacional e de implantação das habilitações em Magistério da Pré-escola e magistério para as series iniciais do 1º grau no curso de Pedagogia de Corumbá.	Arquivo Central da UFMS
91.	14/09/1987	Desígnio da Maria da Glória Sá Rosa p/ exercer a função de promoção social da PRAE	Arquivo Central da UFMS
92.	Portaria n. 23 (1987)	Comissão para estudo de reativação da habilitação em Orientação Educacional e implantação das habilitações em magistério da pré-escola e magistério para as séries iniciais do 1º grau no Curso de Pedagogia do centro universitário de Corumbá.	Arquivo da professora Jane Mary Abuhassan Gonçalves
93.	19/11/1987	Constitui comissão para preenchimento de uma vaga para área de didática e psicologia da educação/ CEUL.	Arquivo Central da UFMS
94.	Relatório Anual Janeiro de 1988	Estrutura Administrativa do Departamento de Educação (DED).	Arquivo Central da UFMS
95.	Resolução n. 047/88	Estrutura curricular do curso de Pedagogia- habilitações: Magistério para as series iniciais do 1º grau e magistério das matérias pedagógicas do 2º grau.	Arquivo Central da UFMS
96.	Disciplinas ministradas: Psicologia da Educação I horários da aula e dia 1988	Disciplinas ministradas: Psicologia da Educação I horários da aula e dia	
97.	Disciplinas do curso de Pedagogia noturno (1988)	Disciplinas ministradas: comunicação e expressão I, História da Educação I, Filosofia da Educação I, Introdução a Metodologia Científica, Sociologia Geral e Educação Física I	Arquivo Central da UFMS
98.	Disciplinas do curso de Pedagogia noturno (1989)	Disciplinas ministradas: comunicação e expressão I, História da Educação I, Filosofia da Educação I, Introdução a Metodologia Científica, Sociologia Geral e Educação Física I	Arquivo Central da UFMS
99.	A prática do planejamento na gestão da escola pública em MS 1979-1990 – (1994)	Dados sobre a divisão do estado, cenário político, dados do censo escolar	
100.	Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia – Licenciatura habilitação em educação infantil (2003)	Projeto que consta histórico da UFMS, objetivos, histórico do CCHS, histórico do curso, necessidade social do curso até p. 12	Arquivo Disponibilizado pelas professoras Solange e Tidinha.

101.	Estatuto da Universidade Estadual de Mato Grosso) - Sem data	Da constituição, do conselho, do ensino e etc.	Arquivo Central da UFMS
102.	Lista de Docentes do curso de Pedagogia de 1980 até 1996.	Consta na lista tudo os docentes da Faculdade de Educação. Foram selecionados os docentes do departamento de educação/curso de Pedagogia.	Arquivo Disponibilizado pela Dirm/CAP/Progep
103.	Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico da UFMS</li> <li>• Histórico do centro</li> <li>• Histórico do curso</li> <li>• Necessidade social do curso</li> <li>• Administração acadêmica do curso</li> <li>• Identificação do curso</li> <li>• Concepção do curso</li> <li>• Currículo</li> <li>• Planos de ensino dos elementos constitutivos dos componentes curriculares.</li> <li>• Sistema de avaliação</li> </ul>	Arquivo Central da UFMS
104.	Lista dos acadêmicos formados no curso de Pedagogia. CÂMPUS DE CORUMBÁ	Lista dos formandos do curso de Pedagogia.	Divisão de diploma da UFMS.
105.	Lista dos acadêmicos formados no curso de Pedagogia. CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS (1981-2019).	Lista dos formandos do curso de Pedagogia.	Divisão de diploma da UFMS.
106.	Lista dos acadêmicos formados no curso de Pedagogia. CÂMPUS DE DOURADOS (1981-2019).	Lista dos formandos do curso de Pedagogia.	Divisão de diploma da UFMS.
107.	Lista dos acadêmicos formados no curso de Pedagogia. CÂMPUS DE CAMPO GRANDE –CCHS. (1984 – 2017)	Lista dos formandos do curso de Pedagogia.	Divisão de diploma da UFMS.
108.	Lista dos acadêmicos formados no curso de Pedagogia. CÂMPUS DE AQUIDAUANA. (2002-2019)	Lista dos formandos do curso de Pedagogia.	Divisão de diploma da UFMS.
109.	Lista dos acadêmicos formados no curso de Pedagogia. FACULDADE DE	Lista dos formandos do curso de Pedagogia.	Divisão de diploma da UFMS.

	EDUCAÇÃO, CÂMPUS DE CAMPO GRANDE. (2007-2019)		
--	---	--	--

**APÊNDICE B – BOLETIM DE SERVIÇO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (1980-2002)**

<b>ANO / DATA</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1980	Documento de Padronização de codificação códigos dos cursos.	Identificar os cursos de Pedagogia na UFMS. Apresenta as disciplinas do departamento de educação I e II.
1980 16 de outubro de 1980.	Portaria n. 91/80 de 16 de outubro de 1980.	Aprova as normas para o concurso vestibular.
1980 12 de dezembro de 1980.	Portaria n. 129/1980 de 12 de dezembro de 1980.	Aprova a estrutura curricular para o curso de Pedagogia, habilitação: magistério da Pré-escola e magistério das séries iniciais do 1º grau da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que entrará em vigor no primeiro período letivo de 1981.
1981	Plano Estadual de Educação Mato Grosso do Sul. (1981-1983)	
1983 Campo Grande, MS. 29 de novembro de 1983.	Resolução n. 57/83 de 29 de novembro de 1983 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.	Resolve pronunciar-se favoravelmente pela aprovação do estatuto curricular para o curso de licenciatura plena em Pedagogia.
1988 Campo Grande, MS. 29 de março de 1988.	Resolução n. 044, de 29 de março de 1988.	Resolve pronunciar-se favoravelmente pela aprovação do estatuto curricular para o curso de licenciatura plena em Pedagogia. O anexo apresenta toda a grade curricular.
1990 Campo Grande, MS. 26 de janeiro de 1990.	Resolução n. 026 de 19 de janeiro de 1990.	Aprova a estrutura curricular do curso de Pedagogia.
1990 Campo Grande, MS. 11 de abril de 1990.	Resolução n. 045/90 de 11 de abril de 1990.	Alterações no Artigo 3º referente ao tempo útil e a integralização semestral. Altera os artigos 2º, 3º e 4º.
1990 Campo Grande, MS. 29 de janeiro de 1990.	Resolução n. 045/90 de 29 de janeiro de 1990.	Aprova a estrutura curricular do curso de Pedagogia.
1990	Resolução n. 145/90 de 26 de outubro de 1990.	Aprova a estrutura curricular do curso.

Campo Grande, MS. 26 de outubro de 1990.		Ano da implantação do currículo habilitações técnicas diurno e noturnos. Currículos distintos para os períodos.
1992 Campo Grande, MS. 18 de dezembro de 1992.	Resolução n. 086 de 18 de dezembro de 1992.	Aprova o currículo Pleno do curso de Pedagogia Licenciatura Plena. •Estrutura curricular.
1994 Campo Grande, MS. 12 de dezembro de 1994.	Resolução n. 104, de 12 de dezembro de 1994.	Estabelece diretrizes quanto a matrícula em habilitações não definidas no concurso vestibular ou na série inicial do curso.
1994 Campo Grande, MS. 12 de dezembro de 1994.	Resolução n. 099, de 12 de dezembro de 1994.	Aprova o currículo pleno do curso de Pedagogia licenciatura plena.
1995 Campo Grande, MS. 18 de agosto de 1995.	Resolução n. 052, de 18 de agosto de 1995.	Pronuncia-se favorável ao desmembramento do estabelecimento de vagas para cada uma das habilitações do curso de Pedagogia.
1995 Campo Grande, MS. 18 de agosto de 1995.	Resolução n. 053, de 18 de agosto de 1995.	Pronuncia-se favorável ao estabelecimento de vagas para cada uma das habilitações do curso de Pedagogia.
1995 Campo Grande, MS. 13 de dezembro de 1995.	Resolução n. 121, de 13 de dezembro de 1995.	Aprova o currículo pleno do curso de Pedagogia habilitação magistério da pré-escola/CCHS. O currículo pleno é constituído pela estrutura curricular, seriação e ementário do curso.
1999 Campo Grande, MS. 06 de abril de 1999.	Resolução n. 08, de 06 de abril de 1999.	Aprova a inclusão das disciplinas políticas públicas de formação de professores e financiamento da educação ambas com carga total de 68 horas para o rol de disciplinas complementares do currículo pleno do curso de Pedagogia.
1999 Campo Grande, MS. 06 de abril de 1999.	Resolução n. 09, de 06 de abril de 1999.	Aprova a inclusão da disciplina “Educação escolar indígena” com carga total de 68 horas no rol das disciplinas complementares optativas do currículo pleno do curso de Pedagogia.
1999 Campo Grande, MS. 06 de abril de 1999.	Resolução n. 17, de 06 de abril de 1999.	Altera o uso das nomenclaturas previstas na Lei n. 9.394/96 Ensino de 1º grau substituí-la por ensino fundamental. Ensino de 2º grau substituí-la por ensino médio.

2000 Campo Grande, MS. 13 de março de 2000.	Resolução n. 15, de 13 de março de 2000.	Aprova o plano do curso de Pedagogia, habilitação educação infantil e ensino fundamental, licenciatura CCHS.
2001 Campo Grande, MS. 12 de fevereiro de 2001.	Resolução n. 5, de 12 de fevereiro de 2001.	Aprova as alterações no currículo pleno do curso de Pedagogia, licenciatura/CCHS, aprovado pela Resolução CAEN n. 15/2000 e dá outras providências.
2002 Campo Grande, MS. 1 de julho de 2002.	Resolução n. 65, de 1º de julho de 2002.	Revoga a resolução CAEN n. 5 de 12 de fevereiro de 2001 relativa ao curso de Pedagogia, habilitações: educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental.